

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**HIBRIDIZAÇÃO.DISCURSO.MENTALIDADE.
Frestas para uma história da literatura brasileira?**

Daniela Silva da Silva

Porto Alegre, 2009

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**HIBRIDIZAÇÃO.DISCURSO.MENTALIDADE.
Frestas para uma história da literatura brasileira?**

Daniela Silva da Silva

Prof^ª. Dr. Maria Eunice Moreira (Orientadora)
Prof. Dr. Hans U. Gumbrecht (Coorientador)

Porto Alegre, 2009

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**HIBRIDIZAÇÃO.DISCURSO.MENTALIDADE.
Frestas para uma história da literatura brasileira?**

Daniela Silva da Silva

Prof^ª. Dr. Maria Eunice Moreira (Orientadora)
Prof. Dr. Hans U. Gumbrecht (Coorientador)

**Tese apresentada como requisito parcial para a
obtenção do grau de Doutor em Letras.**

Porto Alegre, 2009

DANIELA SILVA DA SILVA

HIBRIDIZAÇÃO. DISCURSO. MENTALIDADE.
FRESTAS PARA UMA HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA?

Tese apresentada como requisito
para obtenção do grau de Dou-
tor, pelo Programa de Pós-
Graduação em Letras da Facul-
dade de Letras da Pontifícia U-
niversidade Católica do Rio
Grande do Sul.

Aprovada em 06 de janeiro de 2010

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Maria Eunice Moreira – PUCRS



Prof. Dr. Eduardo de Faria Coutinho – UFRJ



Prof. Dr. Carlos Alexandre Baumgarten - FURG



Prof. Dr. Leci Borges Barbisan - PUCRS



Prof. Dr. Vera Teixeira de Aguiar – PUCRS

AGRADECIMENTOS

“O todo sem a parte não é todo”. No momento em que finalizo esta importante etapa, utilizo-me dessa frase de Gregório de Matos para com muita alegria expressar meus agradecimentos a algumas pessoas, dentre familiares e amigos, que fizeram “parte” do trajeto, contribuindo para a construção deste “todo”. De entre as frestas da tese emerge a presença de muitas delas, remontando a diferentes momentos e espaços, desde a FURG, onde concluí a graduação em 2004, até a PUCRS, durante o mestrado, entre 2004 e 2006, e o doutorado, de 2006 a 2009, passando pela Universidade de Stanford dos Estados Unidos da América, local em que realizei Bolsa Sanduíche, em 2008.

Ao amigo e professor Carlos Alexandre Baumgarten, pelo apoio que começou no Curso de Letras da FURG, em que fui sua aluna, bolsista e orientanda de estágio, e continuou quando estive na Pós-Graduação, na PUCRS. O trabalho com Carlos foi uma das primeiras frestas a partir da qual a Literatura começou a ser uma escolha profissional na área de Letras.

À Maria Eunice Moreira, minha orientadora no Mestrado e no Doutorado, pela amizade, pela excelência dos conhecimentos oportunizados, pelo constante estímulo a minha trajetória acadêmica e profissional. Já se foram seis anos! Uma história construída por meio das aulas, das orientações, dos Seminários, dos projetos de pesquisa, dos bate-papos. A partir daí, muitas outras histórias serão escritas. Ficará, certamente, a saudade desses momentos e da convivência diária.

À Vera Teixeira de Aguiar, amiga e professora, pelo incentivo e pelo aprendizado em suas aulas e na organização da Semana de Letras. Agradeço as descontraídas conversas e também as sérias. Foram tempos muito agradáveis.

Ao professor Luiz Antonio de Assis Brasil, ou simplesmente, ao amigo Assis, um obrigada também pelo apoio ao meu trabalho e pela generosidade a mim dispensada.

À professora Leci Borges Barbisan, pela disponibilidade com que discutii comigo algumas das teorias sobre a Enunciação e pelas indicações bibliográficas.

À Banca Examinadora, composta pelos professores Eduardo Coutinho (UFRJ), Carlos Alexandre Baungarten (FURG), Leci Borges Barbisan (PUCRS) e Vera Teixeira de Aguiar (PUCRS), pela leitura atenta e criteriosa e pelas significativas contribuições à continuidade e aprofundamento do trabalho de tese.

Às meninas da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, a Mara Rejane do Nascimento e a Isabel Cristina Pereira Lemos, pela incansável atenção profissional que dedicam a nós, estudantes do Pós-Graduação. Sobretudo, obrigada pela cordialidade com que realizam seus trabalhos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, representado por sua coordenadora, a Prof^a Dr. Ana Maria Lisboa de Mello, bem como aos demais professores, à PUCRS e à Faculdade de Letras, pela excelência do curso e de suas instalações de ensino e pesquisa.

Aos muitos colegas e amigos que conheci durante este caminho. Não poderia listar todos. Então, agradeço a eles através da Ana (Cláudia Munari), da Gabriela (Farias da Silva), do Luis Fernando (da Rosa Marozo) e da Socorro (Maria do Socorro de Assis Monteiro). As conversas, os muitos cafés e os vários(!) pães de queijo, as viagens, as idas ao cinema, as lágrimas, as risadas, os livros, as discussões literárias, as angústias, as alegrias... Todas essas são lembranças de momentos muito especiais. São partes de nossas histórias. Serão com certeza para sempre guardados em nossas memórias.

Ao Sepp, ou professor Hans U. Gumbrecht, co-orientador deste trabalho, pela generosidade com que me recebeu em Stanford, para realizar as pesquisas da tese. Antes da orientação em sua sala, no Pigott Hall, uma agradável conversa sobre esportes, literatura, família, a vida no Campus, etc. Ter a oportunidade de receber suas orientações e partilhar de seus conhecimentos foi uma grande honra. Obrigada pelo incentivo acadêmico e intelectual que me ofereceu e oferece. Mais do que isso, agradeço sua amizade.

Às secretárias de Stanford, Margaret Tompkins, do Departamento de Literatura Comparada, e Maria Robinson, do Departamento de Culturas Ibéricas e Latino Americanas, pela amabilidade com que me receberam e me ajudaram a fazer parte da vida no Campus, e à Universidade de Stanford, pelas excelentes condições de trabalho, tanto físicas quanto intelectuais, que me foram oportunizadas.

Ao CNPq, pela bolsa integral de Doutorado. O apoio foi fundamental ao desenvolvimento e enriquecimento dos estudos que culminaram nesta tese.

À CAPES, pela Bolsa de estudos Sanduíche-PDEE oferecida. O apoio foi indispensável ao cumprimento da etapa de pesquisa realizada na Universidade de Stanford.

À Xun Zhang, por sua companhia em passeios, jantares, cinema, festas, viagens, quando eu estava nos Estados Unidos da América. A amizade que nasceu naquele período, continuará florescendo. Mais do que uma amiga, Xun foi meu anjo da guarda.

Aos meus pais, Loeci e Valdemar (In memoriam), sempre preocupados com meus afazeres e interessados no meu bem estar. Obrigada pelo carinho que tiveram comigo.

Aos meus sogros, Vitor Hugo e Carmen, e à vó Emília. Desde a graduação até o doutorado, suas amizades foram presenças incentivadoras em todos os momentos.

Ao Hugo, meu marido, um obrigada especial. Agradecer a ele significa lembrar dos momentos em frente ao computador, dos livros lidos, das incertezas, dos projetos, do cursinho Pré-Vestibular, da FURG, da PUCRS, do TOEFL, da Stanford, do Brasil, dos Estados Unidos da América, de Pelotas, de Rio Grande e de Porto Alegre. Até mesmo dos espaços e tempos ficcionais. É lembrar dele sempre ao meu lado, apoiando-me e discutindo comigo os projetos, as teorias da tese, a organização e a conclusão dos capítulos deste trabalho. Meu "*personal* marido orientador"! Eis aí uma outra classe de orientador. Ele foi meu companheiro em todas as horas. O maior incentivador. Por teu amor amigo e por tua amizade amorosa, agradeço-te eternamente!

O todo sem a parte não é todo,
A parte sem o todo não é parte,
Mas se a parte o faz todo, sendo parte,
Não se diga, que é parte, sendo todo.

Gregório de Matos e Guerra

RESUMO

Estudo da hibridização no discurso do romance brasileiro, representado por *Memórias de um sargento de milícias* (1854-55), de Manuel Antônio de Almeida; *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha; *Memórias sentimentais de João Miramar* (1924), de Oswald de Andrade, e *Boca do inferno* (1989), de Ana Miranda, percebida como fonte ou “fresta” para uma história da literatura brasileira como história das mentalidades, tendo como base os conceitos de “hibridização”, “situação de comunicação”, “estrutura”, “presença temporal” e “presença espacial”. O estudo e a proposta contida nesta tese serão encaminhados em conformidade com os pressupostos teóricos do campo da Teoria Literária e da Teoria Linguística, provenientes, inicialmente, das pesquisas de Mikhail Bakhtin, Hans U. Gumbrecht, Friederike Meyer, Jacques Le Goff, Philippe Ariès e Émile Benveniste. Tal estudo parte da hipótese de que a enunciabilidade do texto narrativo pode ser uma fonte para uma história das mentalidades, uma vez que fornece informações sobre a sociedade brasileira e suas “atitudes mentais”, como hábitos, comportamentos, modos de vida, de uma forma não determinada, mas em termos de variedade e diferença. O romance brasileiro é uma estrutura textual hibridizada que oferece elementos que podem ser lidos historicamente como “monumentos”, “representações”, “signos” e “sintomas” de momentos históricos. Isso nos ajudaria a ver a(s) história(s) da literatura, no contexto nacional, a partir de um ponto de vista não-linear e sincrônico, ao longo de suas (trans)formações.

Palavras-chave: Hibridização. Discurso. Mentalidade. História da Literatura.

ABSTRACT

Study of the hybridization in the discourse of the Brazilian novel represented in *Memórias de um sargento de milícias* (1854-55), by Manuel Antônio de Almeida; *Os sertões* (1902), by Euclides da Cunha; *Memórias sentimentais de João Miramar* (1924), by Oswald de Andrade, and *Boca do inferno* (1989), by Ana Miranda, as a source to a literary history of Brazilian literature as a history of ideas, through the concepts of “discursive hybridization”, “communicative situation”, “structure”, “temporal presence”, and “spatial presence”. The study and the propose contained in which is being done in compliance with the estimates established by the field of Literary Theory and Linguistics Theory initially presented in the work of Mikhail Bakhtin, Hans U. Gumbrecht, Friederike Meyer, Jacques Le Goff, Philippe Ariès, and Émile Benveniste among others. It aims to propose that the enunciability of the narrative text can be a resource of a History of Mentalities or Ideias once it can provide a lot of information of Brazilian society and its mentalities, like habits, behaviors, way of life, and so on, in a no determined way, but in terms of variety and difference. Brazilian novel is a hybridized textual structure which provides elements that can be read historically as “monuments”, “representation”, “sign”, and “symptom” of historical moments. It would help us to see the literary history from a non-linear and sincronic viewpoint during its transformations.

Key words: Hybridization. Discourse. Mentalities. Literary History.

SUMÁRIO

1	PRODUÇÃO DE PRESENCAS OU COMO AS IDÉIAS FORAM SE (TRANS)FORMANDO	14
1.1	Contingências	14
1.2	Frestas	26
2	HIBRIDIZAÇÃO	30
2.1	Epistemologias	30
2.1.1	Crítica literária: precursoridade	30
2.1.2	Gênero romanesco: transformações	41
2.1.3	Historiografia: questionando métodos	47
2.2	Diálogos teóricos	61
2.2.1	Conteúdo e forma: plurilinguismo	61
2.2.2	Da referencialidade à alteridade: enunciação, locutor, alocutário, colocutor ..	69
2.2.3	Convergências: (co)locutor e (co)presença	72
3	DISCURSO	79
3.1	Locuções de gênero	79
3.1.1	Leitor marcado: direto e indireto	79
3.1.2	Narrador ambíguo: subjetividade e objetividade	90
3.1.3	Estilhaçamento do eu: parte e todo	103
3.1.4	Entre aspas: observação e narração	110
3.2	Maneirismos de grupo	119
3.2.1	Filosofia do público e do privado: práticas	119
3.2.2	Equilíbrio de forças antagônicas: embates	128
3.2.3	Experiência da internacionalização: importação	140
3.2.4	Legado do apadrinhamento: fisiologismo	144
3.3	Mecanismos linguísticos	159
3.3.1	Uma coisa que não é a outra: glosa	159
3.3.2	Uma coisa diferente da outra: antítese	166
3.3.3	Uma coisa como outra: paródia	173
3.3.4	Uma coisa em relação à outra: conceptismo	179
3.4	Fala das gerações e dialogização das vozes	186
3.4.1	Do presente para o passado: tempo da memória ficcional	186
3.4.2	No presente passado: tempo histórico	189
3.4.3	Passado passado no presente: tempo da ficcionalização da memória	194
3.4.4	Presente do passado no passado: tempo da história e da memória	198

4	MENTALIDADE	205
4.1	Disseminações	205
4.1.1	Os <i>Annales</i> : histórico.....	205
4.1.2	Inspirações: razões para uma história das mentalidades?	212
4.2	Aproximações	217
4.2.1	Mentalidade: algumas apropriações	217
4.2.2	História das mentalidades e história da literatura: monumento e texto	221
5	FRESTAS PARA UMA HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA?	232
5.1	Teorias	232
5.2	Práticas	245
5.3	(Co)Presença(s)	278
5.4	Questões	284
	BIBLIOGRAFIA DA TESE	288
	Teóricas	288
	Ficcionais	292
	BIBLIOGRAFIA PESQUISADA	294
	SITES CONSULTADOS	304
	CURRÍCULO LATTES	305

1 PRODUÇÃO DE PRESENÇAS OU COMO AS IDÉIAS FORAM SE (TRANS)FORMANDO

1.1 Contingências

Em 2005, foi realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Letras na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, a sexta edição do Seminário Internacional de História da Literatura, coordenada pela professora Maria Eunice Moreira. Na ocasião, eu estava no último ano do curso de Mestrado em Letras nessa Universidade. A dissertação que finalizava, no momento, intitulada “Romance contemporâneo brasileiro: a terceira margem do rio”, fundamentava-se no artigo de Nelson Vieira, “Hibridismo e alteridade: estratégias para repensar a história literária.”¹, publicado em *Histórias da literatura: teorias, temas e autores*.

Ao longo da jornada, além da orientação teórica proveniente do texto de Vieira, outros pensamentos foram sendo agregados à escrita da dissertação, como a pesquisa de Homi K. Bhabha e de Néstor García Canclini, com vistas a subsidiar a seguinte proposta: estudar o hibridismo cultural no romance contemporâneo brasileiro, a partir de cinco obras representativas da última década do século XX e da primeira do XXI, *Desmundo* (1996), de Ana Miranda, *Terra Papagalli*, de José Roberto Torero (2000), *Dois irmãos* (2000), de Milton Hatoum, *O pintor de retratos* (2001), de Luiz Antonio de Assis Brasil, e *Nove noites* (2002), de Bernardo Carvalho.

¹ VIEIRA, Nelson. Hibridismo e alteridade: estratégias para repensar a história literária In: __. MOREIRA, Maria Eunice (Org.). *Histórias da literatura: teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003. p. 95-114.

Com base no *corpus* mencionado e na moldura teórica procedente dos Estudos Culturais, foi possível verificar como se comportam e caracterizam diferentes tipos de hibridismo no romance contemporâneo brasileiro, no que se refere à linguagem, à estética, às etnias, às classes e às religiões. Tais aspectos foram também observados em *Memórias sentimentais de João Miramar*. Analisar esse texto, em comparação com os demais romances, teve por objetivo chamar atenção para a ocorrência de estruturas e elementos híbridos que acentuadamente predominam no romance contemporâneo e que têm na prosa de Oswald de Andrade um dos pontos de partida. A preocupação com uma linguagem mista e o modo como as categorias da narrativa aparecem fragmentadas são dados relevantes para comprovar tal hipótese.

O espírito da devoração antropofágica, além disso, é condizente com a hibridez que preside a formação dos textos em questão, especialmente com a das *Memórias sentimentais de João Miramar*, livro responsável por mudar os rumos da prosa romanesca no Brasil. Há entre um momento e outro, isto é, entre o século XX, em que Oswald se encontra, assim como alguns dos demais romances, e o XXI, sem considerar os intervalos, alguns sintomas de continuidade. A hibridização, portanto, é um dos pontos em comum entre as obras e os instantes em que estão inscritas.

Entendendo que os romances foram concebidos em anos diferentes, pôde-se traçar, temporalmente, um perfil histórico dos diferentes tipos de hibridismo via literatura. Em 1996, ano de publicação de *Desmundo*, a preocupação maior da narrativa romanesca esteve concentrada nos acordos entre variadas etnias; através de *Terra Papagalli* e *Dois irmãos*, em 2000, o quadro mudou e colocou-se em primeiro plano o híbrido estético e linguístico; em 2001, por meio de *O pintor de retratos*, notou-se outra oscilação, e os tipos que ora se destacaram foram o étnico e o de classes; já em *Nove*

noites, publicado mais recentemente, em 2002, voltou a ser enfatizado o hibridismo estético.

Observou-se que o fato de haver a predominância de um tipo sobre os demais, em cada instante histórico, não subtraiu ou desvalorizou os que possuíam, estatisticamente, menos ocorrências. Ficou registrado, por meio da trajetória do hibridismo na literatura, que a história das culturas, suas oscilações, recuos, avanços, subidas, descidas, desempenham um percurso que instaura um terceiro espaço de negociação, muito mais condizente com o atual momento em que as fronteiras mundiais estão sendo (re)pensadas.

Oscilando como forças centrípetas e centrífugas tensionadas, esses tipos híbridos estruturam as diferentes feições do gênero romanesco brasileiro na contemporaneidade, levando-me a considerar o romance como uma terceira margem de um rio, margem essa que pode ser metaforizada através do entre-lugar de Homi K. Bhabha. Os ficcionistas estudados, conforme Néstor García Canclini, um dos teóricos que embasou o trabalho de dissertação, demonstraram, por meio de suas narrativas, que o hibridismo cultural é um elemento “necessário para entender as estratégias de entrada e saída da modernidade”². *Desmundo, Terra papagalli, Dois irmãos, O pintor de retratos e Nove noites* evidenciaram, nas palavras de Canclini, aqueles “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos ou práticas”³.

² CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2003. p. XXV.

³ CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2003. p. XIX.

Tais narrativas, por sua vez, foram identificadas como um possível endereço dos embates culturais e, portanto, um dos locais da cultura, demonstrando, como sugerem Peter Burke e Haroldo de Campos, processos⁴ de espoliação, apropriação, antropofagia, transculturação, transvaloração. As identidades que ali se constroem representam, em vistas disso, a negociação e os acordos entre diferentes etnias, raças, classes sociais, religiões e linguagens, as quais desenham a si mesmas e a(s) cultura(s) brasileira(s) como tipos híbridos.

Oswald de Andrade não continuou “seu rico monumento da língua e da vida brasílica no começo esportivo do século 20”⁵, como registrou João Miramar, ao final de suas memórias. Ao romance contemporâneo brasileiro coube, com um estilo não só nervoso, nem somente antropófago, mas híbrido, a tarefa de agregar à sua estrutura múltipla todos esses elementos já tematizados na prosa do autor modernista, bem como o trabalho de hibridizá-los a muitos outros representativos do atual contexto cultural e literário, articulando culturas no terceiro espaço. O estudo dos processos de hibridização é, por isso, dentre muitos, um meio de entender historicamente não só a cultura brasileira mas a literatura que a expressa e é expressada por ela.

Juntamente com a conclusão do Mestrado e da dissertação que resultou no percurso agora descrito, em 2005, eu escrevia e planejava um projeto para concorrer a uma vaga no Doutorado, na mesma instituição. Nesse ocasião, o título da conferência de abertura do evento, ministrada pelo professor do Departamento de Literatura Comparada da Universidade de Stanford, dos Estados Unidos da América, Hans U. Gumbrecht, consolidou os rumos dos meus planos: “Shall we continue to write

⁴ Sobre esses processos, ver BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

⁵ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 107.

histories of literature?”⁶ O projeto para o Doutorado tinha como objetivo fornecer modelo(s) para a escrita de uma história da literatura brasileira. Ao questionar a necessidade de escrevê-las, minha proposta ganhou um outro enfoque. Além de ainda intentar oferecer moldura para a escrita de uma história da literatura, a tese teria um caráter questionador, de validação da necessidade e da plausibilidade da historiografia.

Na condição de pesquisadora, e não de historiadora da literatura, apropriei-me das orientações de Gumbrecht – ao dizer que no atual contexto epistemológico, se quisermos continuar escrevendo histórias da literatura, devemos pensar, experimentar e esperar – passando a elaborar passos que me conduzissem à construção do meu experimento: a (proposta da) tese. O passo inicial derivou do primeiro encontro com ele, fazendo-me repensar o projeto e a necessidade de escrever histórias literárias; o segundo, levou-me até a Universidade de Stanford, onde estudei e pesquisei as teorias de Gumbrecht a respeito da História da Literatura, durante o período compreendido entre março e junho de 2008, sob orientação desse professor, hoje coorientador da tese, e com bolsa de doutorado PDEE (sanduíche), proporcionada pela CAPES. Lá, outros elementos e decisões foram sendo agregados àqueles oriundos das aulas de História da Literatura, com a professora Maria Eunice Moreira, na PUCRS. Durante esse período em Stanford, por orientação de Gumbrecht, duas decisões foram tomadas: a primeira delas diz respeito à redução do *corpus* de estudo que, inicialmente previsto para abarcar dez romances, um de cada década do século XX, diminuiu para quatro obras; a segunda decisão, referindo-se ao embasamento teórico do trabalho, corresponde à inserção da história das mentalidades no horizonte da minha pesquisa.

⁶ “Devemos continuar escrevendo histórias da literatura?” [Tradução minha]

Uma vez no terreno da história das mentalidades, os pressupostos seguidos foram aqueles oferecidos por Jacques Le Goff e Philippe Ariès, apresentados no campo da História Nova, com a fundação dos *Annales*, bem como os de Friederike Meyer e Hans U. Gumbrecht, partindo de uma perspectiva não-narrativa dos eventos textuais – no caso desse trabalho, os romances – percebendo-os como “documentos”, “estruturas”, “estoques de saber”⁷ e/ou “situações de comunicação”⁸. Nesse sentido, um dos pontos de ligação, no âmbito da Teoria da Literatura, foi a crítica das fontes. Isso se deu na tentativa de verificar se pode ser essa uma alternativa coerente para pensar a literatura brasileira, representada pelo seguinte *corpus* de investigação: *Memórias de um sargento de milícias* (1854-55), de Manuel Antônio de Almeida; *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha; *Memórias sentimentais de João Miramar* (1924), de Oswald de Andrade, e *Boca do inferno* (1989), de Ana Miranda.

A escolha dos romances para a tese justificou-se pelo fato de entender que uma história da literatura deve pautar-se pela sincronicidade dos elementos que, de modo não-narrativo, comunicam-se entre si. Nesse sentido, elegi romances intervalares – “frestas” na história da literatura – representativos de estágios em transformação. *Memórias de um sargento de milícias* (1854-55), de Manuel Antônio de Almeida, surge na contramão do Romantismo nacionalista, em um momento em que a maioria dos autores brasileiros preocupava-se em tematizar o contexto social burguês ou o índio, enquanto símbolo de uma identidade nacional. Sobre a qualidade dissidente da obra nos fala Mário de Andrade, na “Introdução” à edição de 1941, publicada por Cecília de Lara, em 1978, através de uma edição crítica do romance:

⁷ GUMBRECHT, Hans U. *História da literatura: fragmento de uma totalidade desaparecida*. In: (Org.) OLINTO, Heidrun K. Rio de Janeiro: Ática, 1996. p. 223-239. p.230.

⁸ GUMBRECHT, Hans U. *História da literatura: fragmento de uma totalidade desaparecida*. In: (Org.) OLINTO, Heidrun K. Rio de Janeiro: Ática, 1996. p. 223-239. p.233.

as *Memórias de um sargento de milícias* não são um livro romanesco à maneira com que se concebem e enredam os romances sérios do século dezenove, quer românticos, quer realistas ou psicológicos. (...) Nem falta sequer às *Memórias* a história solta entremeada no enredo, o caso pândego dos potes, que funciona dentro do livro com a mesma desenvoltura e técnica da anedota matrona de Éfeso em Petrónio, o conto do cupido [sic] e Psiquê em Apuleio, e os casos de Cervantes, cuja bíblia, se reagiu contra os livros de cavalaria, é bem a técnica e o espírito do romance picaresco espanhol que ergue ao sublime.⁹

A partir desses argumentos, Mário de Andrade aponta ser essa “a verdadeira filiação das *Memórias de um sargento de milícias*”. Acrescenta, ainda, que apesar de em todos esses livros existir “um tal ou qual realismo”, esse aparece de forma pulverizada, “quase exclusivamente na descrição dos costumes e nunca no entrecho, nos casos e no retrato das personagens, que tudo é pândego, caricato e inventado para obter a burla da realidade”. O caráter do romance de Manuel Antônio de Almeida, para o crítico modernista, não passa pelo “Realismo e Naturalismo da escola tais como eles se apresentam no século XIX”¹⁰, do mesmo modo que os outros textos estrangeiros com os quais compara a obra brasileira. Essa afirmativa, assim como as demais, não apenas justifica as qualidades dissidentes da obra em relação ao momento sincrônico em que se encontra, mas também a escolha do texto como *corpus* para esta tese em vista disso.

Inserido no contexto do movimento científicista, *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha, não se desgarrar dos propósitos dessa vertente, atendendo às concepções em vigor. Conforme Gilberto Freyre, em seu ensaio “Euclides da Cunha – Revelador da realidade brasileira”, publicado no volume um da edição organizada sob a direção de Afrânio Coutinho, de 1995,

⁹ ANDRADE, Mário de. Introdução. In: ____. *Memórias de um sargento de milícias*. Edição crítica de Cecília de Lara. Rio de Janeiro: LTC, 1978. p. 303-315. p. 314.

¹⁰ ANDRADE, Mário de. Introdução. In: ____. *Memórias de um sargento de milícias*. Edição crítica de Cecília de Lara. Rio de Janeiro: LTC, 1978. p. 303-315. p. 314.

é escritor difícil, este: ouriçado de adjetivos que antes o afastam que o aproximam do leitor moderno. Difícil e arrevesado. Discípulo, a seu modo, do Gracián que foi o ibero até hoje de maior influência sobre os pensadores germânicos, chega às vezes a um preciosismo que quase se confunde com o dos escritores além de cientificistas, pedantes: de um cientificismo pedante e irritante¹¹.

O método etnográfico que formata a estrutura da obra confirma tal afirmação em relação ao cientificismo. Por outro lado, há a presença de elementos literários, mesclados aos de caráter historiográficos, cujos discursos tendem a uma apropriação mais objetivista da linguagem. No que se refere aos seus pares – os demais romances da época – há um visível descompasso, pois a obra difere, além do já mencionado por Freyre, inclusive em extensão, daquelas com que convive, no instante em que é publicado e em momentos anteriores. Isso ocorre especialmente porque, enquanto o romance urbano estava em crescimento, Euclides da Cunha mostra e (re)cria, por meio de uma linguagem antitética, beirando o Barroco, as injustiças da Guerra de Canudos contra os caboclos sertanejos.

Memórias sentimentais de João Miramar (1924), de Oswald de Andrade, por sua vez, propõe uma lógica estrutural que se diferencia, de maneira radical, da forma que caracterizava o romance brasileiro no século XIX. Nas palavras de Haroldo de Campos, no prefácio à edição de 1994, as *Memórias*

romperam escandalosamente com todos os padrões então vigentes, fazendo autocrítica inclusive (voluntária ou involuntária) da própria tentativa de romanesca anterior e paralela de Oswald (*A trilogia do Exílio* [sic], 1922/1934, fundida num volume único, *Os condenados*). Aliás, o próprio Oswald confessa que fizera a revolução

¹¹FREYRE, Gilberto. Euclides da Cunha – Revelador da realidade brasileira. In: __. COUTINHO, Afrânio (Org.). *Euclides da Cunha - Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995. 17-32. p. 17. 2v.

modernista em parte contra si mesmo (...) Fica, por outro lado, evidenciada a importância desse recurso estilístico e compositivo – a *paródia* – na obra de Oswald como de Mário¹².

Privilegiando o fragmento em prejuízo da linearidade, a paródia, a inversão sintática e as cenas quadro a quadro como no discurso cinematográfico, Oswald instaura uma nova realidade para o romance. Nessa, a narratividade do gênero é posta em xeque. No que diz respeito à fábula, a classe burguesa é questionada e avultam as diferenças como também constituintes do espaço social brasileiro. Além da preocupação com a linguagem e a forma, Oswald tematiza, metalinguisticamente, as questões literárias que vigem no início do século XX por meio desse seu “romance” telegráfico.

Boca do inferno (1989), de Ana Miranda, em termos de publicação, é mais próximo do século XXI. Por outro lado, no que se refere à narração – à ação em que se passa a trama – é anterior ao romance de Manuel Antônio de Almeida. Se em nível de conteúdo ocorre isso, em nível formal *Boca do Inferno* é contemporâneo de seu tempo, em que, para contar uma história, alguns romancistas lançam mão de vozes provenientes do discurso periférico. Não apenas de tal discurso, mas o romance se abre cada vez mais para a tematização das relações entre literatura e história. Sobre essas relações, no paratexto da edição de 1990, Antonio Dimas aponta que,

com *Boca do inferno*, ambientado na Bahia, em plena efervescência mercantilista do século XVII, Ana Miranda restaura os cacos de um país popularmente tido como pacífico, substituindo essa mentira calcificada por uma de

¹² CAMPOS, Haroldo. Miramar na mira. In: ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 5-33. p. 14-15.

caráter ficcional, mais consentânea com a verdade histórica¹³.

O fato histórico é um argumento para o ficcionista que o transporta para o universo literário, arranjando-o conforme as categorias próprias desse ambiente, investindo nele outro fôlego linguístico. Dependendo do ponto de vista, o discurso do romance viabiliza uma diversidade de hibridizações. Tendo a pensar que isso é histórico. Por essa razão, uma pesquisa dessas sincronias ficcionais pode também dar conta de sua história, bem como de uma imagem parcial da literatura brasileira.

Tal seleção esteve acompanhada de duas perguntas insistentes e necessárias: 1) O que especificamente enfocarei nestas obras para estudar a questão da hibridização? e 2) Por que esses e não outros textos? Os Estudos Culturais fornecem ampla bibliografia para entender o híbrido. Em virtude do trabalho de dissertação de Mestrado e no sentido de dar continuidade à pesquisa, essa foi a primeira área a qual recorri para investigar os romances. A maioria dos conceitos desenvolvida por esse campo de pesquisa, no entanto, volta-se às questões pós-coloniais. Sendo assim, para delimitar o objeto de estudo, precisava alargar a área teórica de investigação e procurar em outros locais de discussão que estivessem afinados com a idéia de comunicabilidade pela qual pressuponho romance.

Nesse momento de busca, relia um texto de Roland Barthes, presente em *O rumor da língua*, que discute a respeito dos *shifters* do discurso, emprestados de Roman Jakobson. Constatei que Barthes, em “O discurso da história”, propõe uma questão: “o

¹³ DIMAS, Antonio. (Orelha do livro). In:__. MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

que nasce da coexistência, ou melhor, do atrito de dois tempos – o tempo da enunciação e o tempo da matéria enunciada?”¹⁴ As idéias do atrito e da coexistência relacionadas à questão da enunciação fez com que Barthes abrisse um espaço para pensar a questão da hibridização no romance, o discurso.

Continuando minha caminhada a fim de delimitar o material teórico sobre a hibridização a ser estudada no *corpus* ficcional, procurei a professora Leci Borges Barbisan, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, especialista em Linguística, pela sua atuação, dentre outras, no área da enunciação. Por sugestão dessa professora, acrescentei ao meu o trabalho de Émile Benveniste sobre o assunto em questão. Apropriar-me de Benveniste teve por finalidade procurar entender a relação do(s) locutor(s) com o(s) colocutor(s) e vice-versa, bem como estudar como o(s) discurso(s) do(s) outro(s) que se relaciona com o si da enunciação termina(m) constituindo um (co)discurso heterogêneo que recebe o nome de romance. Não apenas heterogêneo, mas como o classifica Bakhtin: híbrido.

Bakhtin, por tal classificação, cercou, posteriormente, de forma decisiva, o campo de observação, permitindo discutir a questão do híbrido dentro de uma moldura histórica, através de seu conceito de linguagem hibridizada. Para as ocorrências de hibridização da linguagem romanesca, do ponto de vista da enunciação, isto é, do discurso, na sua realização temporal e espacial, considerando os sujeitos que o enunciam, estará direcionada minha atenção, bem como para as situações de alteridade que se criam entre as muitas vozes que participam desse espaço de socialização.

¹⁴ BARTHES, Roland. O discurso da história. In: __. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p.147.

Disso decorrem algumas outras questões. 1. É possível aí encontrar situações de hibridização? 2. Que situações de comunicação são instauradas tanto de forma interna quanto externa ao espaço romanesco? 3. A serviço de que está a organização do romance? A estrutura romanesca demonstra hábitos e comportamentos. Por essa razão, dentre tantas, revela as “atitudes mentais” dos sujeitos que falam no mundo e sobre ele. Estabelece, além disso, contratos sócio-ideológicos, como menciona Bakhtin. Dito de outro modo, um texto cria relações de comunicação com a época em que está inscrito, podendo esgotar-se aí ou se perpetuar por meio de outras vozes. Trata-se de um processo, portanto, histórico.

Minha tese pretende, por conseguinte, estudar da hibridização no discurso do romance, representado pelos textos em questão, vista – assim como os romances – enquanto frestas, fontes e/ou documentos para uma história das mentalidades brasileiras, através dos conceitos de “hibridização”, “situação de comunicação”, “estrutura”, “presença temporal” e “presença espacial”. A proposta será encaminhada em conformidade com os pressupostos teóricos provenientes do campo da Teoria Literária e da Teoria Linguística, presentes, principalmente, nos estudos de Mikhail Bakhtin, Hans U. Gumbrecht, Friederike Meyer, Jacques Le Goff, Philippe Ariès e Émile Benveniste.

Diante desses argumentos, tal estudo parte da seguinte hipótese: a enunciabilidade do texto narrativo pode ser uma fonte para uma história das mentalidades, uma vez que provê informações sobre a sociedade brasileira e suas “mentalidades” como hábitos, comportamentos, modos de vida, de uma forma não determinada, mas em termos de variedade e diferença. O romance brasileiro é uma

estrutura textual hibridizada, que oferece elementos que podem ser lidos historicamente como “monumentos”, “representações”, “signos” e “sintomas” de momentos históricos. Esses elementos conceituais fornecem, ainda, uma “idéia” das mentalidades brasileiras da mesma forma que nos ajudam a perceber a(s) história(s) da literatura, no contexto nacional, a partir de um ponto de vista não-narrativo e sincrônico, ao longo de suas (trans)formações.

1.2 As frestas

A estrutura desta tese organiza-se através de “frestas” ou “signos discursivos”. Cada um deles encaminha um debate que pode ser compreendido na sua sincronicidade, bem como por meio de sua interdependência de significados. As “frestas” e “subfrestas” que compõem o trabalho – com exceção da primeira e da quinta – possuem, individualmente, explicações que antecipam o conteúdo de que tratarão. Desse modo, é possível olhar “pelos vãos” de cada uma das partes – ou “capítulos” – antes de nelas adentrar, e assim obter informações preliminares a respeito do que será discutido.

A fresta intitulada “Produção de presenças ou como as idéias foram se (trans)formando” subdivide-se em “Contingências” e “Frestas”. A primeira subdivisão, já apresentada, teve por objetivo demonstrar a hipótese, os pressupostos, as interrogações e as justificativas para a escolha do tema em questão. Interessou-me identificar aqui os elementos cujas presenças produziram as principais idéias da tese, bem como demonstrá-los em constante transformação à medida que o trabalho vinha sendo estruturado.

Denominada “Hibridização”, particionada em “Epistemologias” e “Diálogos teóricos”, a segunda fresta encaminha uma discussão sobre a situação epistemológica atual em termos de crítica, história e gênero, no que se refere à hibridização ou à localização temporal e espacial do conceito de hibridização. Além disso, trava “diálogos” com Mikhail Bakhtin, Émile Benveniste e Hans Gumbrecht, a fim de propor o plurilinguismo, a referencialidade, a alteridade, a copresença e suas variações como conteúdos para esse signo, o híbrido.

“Discurso” é o título da terceira fresta. Nesse momento, são demonstradas as ocorrências dos processos de hibridização a partir de signos entendidos como “situações de comunicação”, “estruturas” e/ou “atitudes mentais”. As subfrestas que compõem essa parte da tese denominam-se: “Locuções de gênero”, “Maneirismos de grupo”, “Mecanismos linguísticos” e “Fala das gerações e dialogização das vozes”. Tal descrição é encaminhada com vistas a promover uma experienciação e uma descrição do discurso hibridizado no romance, intencionando dar a conhecer que o conteúdo do romance está na relação entre as partes e nos sentidos despertados por esses signos.

Ao histórico da história das mentalidades, suas disseminações e o modo como o romance poderá servir de documento/fonte para a escrita de uma história, observando discussões teóricas, dirige-se a quarta fresta da tese, que tem por título “Mentalidades”. Um histórico dos *Annales*, situando a história das mentalidades dentro das pesquisas da História Nova, assim como contribuições da crítica especializada nesse tema também ficam sob responsabilidade dessa fresta e suas subfrestas “Disseminações” e “Aproximações”.

Por último, mas não necessariamente por fim, encontra-se uma quinta fresta destinada à reflexão ou retomada do que foi debatido e apresentado nas demais. Nessa ocasião, recuperando “Hibridismo”, “Discurso”, “Mentalidade”, isto é, as frestas anteriores, questiono: são esses signos e/ou “frestas para uma história da literatura brasileira?”. Como a seção inicia-se com um pergunta que a intitula ao mesmo tempo, tal perspectiva a orienta, o que não quer dizer que a resposta será oferecida de forma definitiva, tampouco conclusiva. Quando muito, espera-se, será propagada através de suas subdivisões “Teorias”, “Práticas”, “(Co)Presença(s) e “Questões”.

Além dessas frestas, integram o trabalho a “Bibliografia da tese”, ou seja, o material citado e discutido, a “Bibliografia pesquisada”, complementando os demais dados, os *sites* consultados e o Currículo Lattes.

Com relação à ABNT, saliento que a orientação seguida teve como base as normas publicadas no site da biblioteca da PUCRS, no endereço: <http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/biblioteca/Capa/BCEPesquisa/BCEPesquisaModelos>.

Dito isso, resta ainda salientar que, guardadas as devidas orientações argumentativas e campos de atuação, as teorias da área da Literatura e da Linguística convergem em certa medida. É necessário promover mais uma vez esse diálogo. Tal necessidade fundamenta o desafio de verificar por meio dos processos de hibridização no discurso romanescos se há aí estratégia para a escrita de uma história das mentalidades brasileira através de sua literatura.

Parafrazeando João Miramar, quando essa personagem menciona que “Copacabana era um veludo arrepiado na luminosa noite varada pelas frestas da cidade”¹⁵, minha tese entende a literatura, aqui representadas pelo/no romance, como um veludo arrepiado cuja história é possível percorrer pelas frestas do tecido histórico. Desse modo, uma possível história dessa literatura é uma história de suas frestas. Uma delas é o discurso, o qual entendo como híbrido. Olhar por entre essas frestas do tecido histórico, “arrepiado” pela mão de pesquisadora, possibilitará rastrear e estudar a(s) mentalidade(s) brasileira(s), diga-se de antemão, diversificada(s), mestiça(s), heterogênea(s), polifônica(s) e hibridizada(s).

¹⁵ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 66.

2 HIBRIDIZAÇÃO

Onde “cabe” a hibridização? Esta fresta da tese procura apresentar uma contextualização epistemológica e teórica para a hibridização, passando em um primeiro momento pelas questões de crítica, gênero e historiografia, para, em um segundo período, discutir conceitos teóricos que embasam o trabalho.

2.1 Epistemologias

Consta aqui um percurso sobre a história dos métodos de investigação crítica, confeccionado no sentido de oferecer um panorama e uma aproximação entre eles. A relação que se estabelece entre esses métodos de pensamento condiz com a idéia de precursoriedade. Isso justifica meu objetivo como essa, por assim dizer, entre-fresta, denominada “Crítica literária: precursoriedade”. “Gênero romanesco: transformações”, o segundo momento, preocupa-se com um histórico dos gêneros literários. Em um terceiro momento, “Historiografia: questionando métodos”, importa discutir alguns pensamentos em termos de teoria sobre a História da Literatura, no sentido de oferecer exemplos que forneçam uma imagem do que vem sendo construído, em termos teóricos, no âmbito historiográfico, tanto no cenário nacional, quanto no internacional.

2.1.1 Crítica literária: precursoriedade

O olhar que um crítico lança sobre seu objeto de estudo, de uma forma geral, é histórico. Ao mesmo tempo em que esse olhar deriva da episteme que predomina em determinadas épocas, a projeta. Nos começos do século XIX – momento de perspectiva historicista – a crítica biográfica era a tendência que prevalecia sistematicamente. O

método francês de Saint Beuve, seguindo tal vertente e deixando de lado o fenômeno em si, busca explicar os elementos da obra de arte através da personalidade do autor.

Ainda no século XIX, recebendo influências do campo da filosofia, especialmente dos trabalhos de Augusto Comte e Hippolyte Taine, surge o método determinista. Orientados pelo Racionalismo Filosófico e pelo Determinismo Científico, Comte e Taine acreditam em uma relação mecanicista entre homem, obra e meio. Da mesma forma, nesse contexto, pautado pela objetividade e o racionalismo filosófico vige o método historicista que encara a história, no caso, da literatura, sob o ponto de vista do Positivismo e da apreciação evolutiva dessa arte ao longo dos anos. Além desses, a crítica impressionista faz-se presente, representada nas figuras de Anatole France e Virgínia Woolf. O crítico impressionista tem por preocupação examinar a obra literária através do seu filtro emotivo e nada é dito sem antes passar por essa peneira subjetiva.

Entendendo que a crítica da obra de arte tem de estar voltada para os elementos internos a ela, entre os anos vinte e trinta, do século XX, aponta no horizonte o Formalismo Russo. Entre eles, destacam-se trabalhos relativos ao poema, como “Sobre o verso”, de B. Tomachevski, e à prosa, como “Sobre a teoria da prosa”, de B. Eikhenbaum, dentre outros. Sublinha-se, ainda, o artigo “Da evolução literária”, de J. Tynianov, presente, assim como os demais, em *Teoria da literatura – formalistas russos*, pela sua preocupação em discutir questões relativas à história da literatura, por meio de um ponto de vista diacrônico.

Além desses trabalhos, articula-se na França, Alemanha e Espanha, a Estilística, outra maneira de olhar para a obra literária, usando pressupostos da sociologia, como é

o caso francês, exemplificado por meio das pesquisas de Charles Bally e Jules Marouzeau; da filologia, quando se trata do contexto alemão, representado por Leo Spitzer e Karl Vossler; e da linguagem, como se evidencia através da abordagem semiótica presente nos estudos de Carlos Bousoño e Dámaso Alonso

Concomitante ao movimento formalista, nos anos vinte do século XX, aponta, nos Estados Unidos da América, a Nova Crítica ou *New Criticism*. Graças às conquistas desse movimento, a função do crítico é institucionalizada e passa a ser vista como profissão. Tão imanentista quanto a vertente formalista, a Nova Crítica procura romper com as tendências impressionistas, dando ao exercício crítico o caráter de ciência.

Tal movimento antecipa o que nos anos sessenta conhece-se por Estruturalismo, corrente que tem sua visibilidade nos trabalhos de Ferdinand de Saussure, Émile Benveniste, Roland Barthes, Tzvetan Todorov, Claude Brémont, Algirdas Greimas. O estudo dos processos de estruturação do texto e os significados resultantes disso guiam os teóricos nessa abordagem.

Quando pensamos no signo “Estruturalismo”, para usar termos do próprio teórico, dois significantes são disparados em nossa mente: o nome do linguista suíço Ferdinand de Saussure e sua obra póstuma *Cours de linguistique générale* (1916), escrita a partir de anotações feitas por seus discípulos, por ocasião de três cursos que ele ministrou na Universidade de Genebra, entre os anos de 1907 e 1911, conforme consta no prefácio da edição de 1989. A Linguística sincrônica de Saussure tem como objeto a língua. No terceiro capítulo da edição brasileira, intitulado “Objeto da linguística”, pergunta Saussure:

mas o que é a língua? Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos.¹⁶

Complementando, diz ainda: “tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita”. Além das noções de bipartição e arbitrariedade do signo linguístico, bem como do aprofundamento dessas questões, Saussure discute a distinção entre língua e fala e entre língua e linguagem e propõe, como aponta Émile Benveniste, em *Problemas de linguística geral II*, que a língua “é forma, não substância”¹⁷.

Benveniste, por seu turno, dedicou-se ao estudo da língua, procurando relacioná-lo à cultura. Segundo ele, “é o poder de ação, de transformação, de adaptação, que é a chave da relação humana entre a língua e a cultura, uma relação de integração necessária”¹⁸. Língua e cultura, para o teórico, andam juntas. Saliento que não se trata de um estudo culturalista, mas de outro, preocupado com os valores culturais e “estes valores são os que se imprimem na língua”¹⁹. Apesar de privilegiar a questão cultural, o sentido, para Benveniste, está na língua enquanto diferença, especialmente no discurso. Esse sentido, para o linguísta, é também histórico, diferentemente da sincronia proposta por Saussure.

¹⁶ SAUSSURE, Ferdinand de. Objeto da língua. In:__. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1989. p. 15-25. p. 17.

¹⁷ BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In:__. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 2006. p. 81-90. p. 31.

¹⁸ BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In:__. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 2006. p. 81-90. p. 24.

¹⁹ BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In:__. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 2006. p. 81-90. p. 22.

É com Mikhail Bakhtin que o conceito de linguagem passa a fundar-se especificamente no social. A cultura aqui é pré-requisito para a linguagem. Ainda que contemporâneos, o modo de apropriação do objeto e o método de estudo variam, de maneira que o resultado final das pesquisas também. Sendo assim, Benveniste avança em relação a Saussure quando pensa a questão diacrônica da linguagem e a substância como constituidoras da língua. Bakhtin representa outro passo na medida em que considera a linguagem social como fundamento do discurso.

Segundo Leci Borges Barbisan, no ensaio “Um sentido do adjetivo no discurso”, publicado em *Cadernos de Pesquisa em Linguística da PUCRS*, assim como a “Teoria da Enunciação de Benveniste parte dos conceitos saussurianos, a Teoria da Argumentação na Língua de Ducrot tem suas raízes na proposta estruturalista para o estudo da linguagem”²⁰. Dessa teoria “retira conceitos como língua, fala, relações paradigmáticas e sintagmáticas, modificando-os, ampliando-os ou até mesmo contrapondo-os a eles, mas fundamentando-se neles”²¹. De acordo com Barbisan, Oswald Ducrot propôs a concepção de mais de um sujeito no discurso. Para explicá-la, inspirado em Bakhtin, “criou a Teoria Polifônica da Enunciação, segundo a qual há vários sujeitos com status linguísticos diferentes num mesmo discurso”²².

A crítica estruturalista, nesse sentido, combina as informações provenientes do Formalismo Russo com as da Estilística e encara a obra literária como um sistema de relações internas. Tendo como base os trabalhos de Saussure, o Estruturalismo avança

²⁰ BARBISAN, Leci Borges (Org.). Um sentido do adjetivo no discurso. *Cadernos de Pesquisa em Linguística da PUCRS*, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 24-30, nov 2006. p. 24-30.p. 24.

²¹ BARBISAN, Leci Borges (Org.). Um sentido do adjetivo no discurso. *Cadernos de Pesquisa em Linguística da PUCRS*, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 24-30, nov 2006. p. 24-30.p. 24.

²² BARBISAN, Leci Borges (Org.). Um sentido do adjetivo no discurso. *Cadernos de Pesquisa em Linguística da PUCRS*, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 24-30, nov 2006. p. 24-30.p. 24.

o que fica registrado nos estudos de Benveniste e Ducrot. É com as conquistas do Formalismo Russo, da Nova Crítica, da Estilística e do Estruturalismo que surge um campo de estudo chamado Teoria da Literatura, entendido como um conjunto de descrições capazes de dar conta, parcialmente, do fenômeno literário, mais especificamente da narrativa.

A variação nas orientações metodológicas deve-se não apenas às transformações que ocorrem no pensamento teórico ao longo dos anos, mas especialmente às diferentes formas de manifestação literária que surgem como representação do sujeito no mundo. O pêndulo que percorre os métodos de crítica move-se para lá e para cá e termina, muitas vezes, recolhendo informações de áreas do saber que não se preocupam apenas com a Literatura, como é o caso da Linguística, da Filosofia, da Antropologia, da Sociologia, etc.

Independentemente da orientação, é fato que uma tendência predomina enquanto outra, talvez em resposta, surge para aparar arestas. Tal é a proposta da Estética da Recepção que, depois dos anos sessenta, é apresentada como um método de superação dos modelos estruturalistas, visando ao resgate da historicidade da literatura. Hans Robert Jauss, juntamente com Wolfgang Iser, são dois representantes desse movimento. O foco aqui deixa de ser apenas a obra e passa a ser também o leitor.

Com a hermenêutica de Wilhelm Dilthey, Martin Heidegger e Hans-George Gadamer, outro conjunto de valores é considerado. O hermeneuta volta-se para a obra de arte preocupado com a interpretação possível de ser extraída do material literário. O conteúdo do que está sendo dito é colocado em primeiro plano e a busca do preenchimento de lacunas move o desejo do examinador.

Pautando-se pelas contribuições provenientes da Psicanálise, nos anos setenta, época de fervor da corrente estruturalista, os estudos literários abarcam muitos elementos dessa ciência como método de enfrentamento das obras de arte. Não só a Psicanálise, mas a Sociologia está em voga enquanto paradigma para discutir questões relacionadas às artes. Os trabalhos de visão marxista de Georg Lukács e Lucien Goldmann percebem a obra, no caso o romance, respectivamente, como expressão da sociedade burguesa e como homologia dessa sociedade. A relação entre obra, público e autor, discutida pelo crítico brasileiro Antonio Candido, vincula-se a esse movimento.

A publicação de *Orientalismo*, de Edward Said, em 1978, dá ao pensamento crítico um outro rumo, tornando a teoria pós-colonial, preocupada com os efeitos do colonialismo nas culturas e entre os povos, um dos recursos marcantes do período. Tal vertente, por sua vez, filia-se a outro vetor: os Estudos Culturais, cuja trajetória teve como referente, em seus começos, o marxismo alemão e a esquerda inglesa, essa última representada pela Escola de Birmingham. Na contemporaneidade, os estudos sobre gênero, identidade, discurso, diáspora, dentre outros, partindo do ponto de vista culturalista, têm como um dos espaços mais desenvolvidos em termos de pesquisas as universidades norte-americanas.

A corrente estruturalista é base para o trabalho de muitos teóricos culturalistas. Roland Barthes e seu *Mitologias*, de 1957, é um exemplo disso. A teoria da desconstrução de Jacques Derrida e os estudos sobre o discurso de Michel Foucault também marcam sua importância, provendo subsídio teórico para entender questões relacionadas à cultura. O campo dos Estudos Culturais também se vale das conquistas dessa corrente, pois Edward Said é um dos principais influenciadores do trabalho de

Homi K. Bahbha, que, por sua vez, pode ser percebido nas pesquisas de Néstor García Canclini, Nelson Vieira, Silviano Santiago. A crítica feminista fundamenta-se no ferramental teórico discutido por essa vertente de estudo. Embora façam uso de aspectos e teorias do Estruturalismo, alguns críticos reunidos em torno e constituidores do campo dos Estudos Culturais preferem intitular-se Pós-Estruturalistas. Instaura-se, pois, uma relação de precursoriedade, estando a critério do pesquisador escolher as séries com as quais ou às quais vinculará suas idéias.

O olhar do crítico é histórico e marcado por ligações que necessariamente o identificam enquanto espaço de enunciação de seus pensamentos. No caso do estudioso da literatura, como tal, não é diferente. A história do pensamento crítico no século XIX e XX, destacada até aqui, demonstra que, variando o aspecto a ser estudado, alteram-se os métodos teóricos para investigação da obra literária. No século XIX, há uma distinção reconhecível nos métodos de abordagem dos fenômenos artísticos, sendo permitido chamar um movimento de biográfico, determinista, impressionista ou historicista. Idêntico processo corre no século XX com o Formalismo Russo, a Estilística, a Nova Crítica, a Estética da Recepção, a Hermenêutica, a Sociologia, a Psicanálise e com o Estruturalismo. Quais são, no entanto, as condições epistemológicas que orientam o século XXI?

Se o começo dos estudos sobre cultura está margeado pelo surgimento dos estudos pós-coloniais e se esses, por seu turno, são influenciados pela crítica desconstrutivista dos estruturalistas, poderíamos assegurar-lhes o estatuto de pertença ao século XX? Seria possível naturalizar tal vertente crítica no século XXI? Além disso, se é verdade que a obra determina o suporte metodológico e o caminho a ser percorrido pelo crítico, existe hoje um conjunto de obras, com características comuns

regulares e definitivas, que pode ser agrupado em torno de um mesmo signo, demandando, portanto, um conjunto de regras e saberes específicos e restritos quanto ao seu exame? No que se refere à historicidade dos objetos textuais literários, por exemplo, podemos continuar unindo-os de forma linear, circunscritos e determinados aos períodos em que foram produzidos? Não há uma naturalização fechada entre os métodos de abordagem e os fenômenos literários a serem estudados. Da mesma forma, não é possível delimitarmos precisamente, no século XXI, um único espaço epistemológico teórico-crítico.

Senti necessidade de experimentar²³ a história do pensamento crítico ocidental, que resultou nessa visão panorâmica dos eventos teóricos cada um a seu tempo, bem como das relações de precursoriedade que cada corrente de pensamento e seus desenvolvedores estabelecem entre si, após ter lido o texto de Hans U. Gumbrecht, publicado nos *Anais do VI Seminário Internacional de História da Literatura*, em 2006. O título do ensaio “Shall we continue to write histories of literature?”²⁴ e as suas ponderações dispararam questões epistemológicas, a partir do seguinte comentário:

the title question of this essay is the immediate need to rethink our relation to the past in a changed intellectual environment where we can no longer rely on the ‘modern’, i.e. on the ‘Cartesian’ tradition of a Subject-based philosophy and epistemology. (...) Today, it becomes clear that a new start for Literary History would presuppose a series of discussions, answers, and solutions that cannot be produced by Literary Studies alone.^{25/26}

²³ “Experimentar”, aqui, recebe o sentido que Gumbrecht atribui ao termo, ou seja, “vivenciar” no presente.

²⁴ “Devemos continuar escrevendo histórias da literatura?” [Tradução minha]

²⁵ GUMBRECHT, Hans U. Shall we continue to write history of literature?. In: *Anais do VI Seminário Internacional de História da Literatura*, v. 12, n. 1, out. 2008. p.14-15.

²⁶ A questão título desse ensaio tem a imediata necessidade de repensar nossa relação com o passado em um contexto intelectual em transformação, onde não podemos mais confiar no “moderno”, isto é, na tradição “cartesiana” de uma filosofia e uma epistemologia baseada no sujeito. (...) Hoje, torna-se claro que um novo começo para a História da Literatura poderá

É possível que essas orientações metodológicas, predominantes em estágios passados específicos, segundo critérios espaciais e temporais projetados e constituintes de determinados estados sincrônicos, condizentes com transformações sociais e intelectuais também específicas, continuem, no século XXI, auxiliando o crítico no entendimento dos fenômenos literários sob uma perspectiva histórica? Se as condições epistemológicas não são mais as mesmas, podem esses discursos responder aos problemas do presente?

Continuando no contexto dos estudos literários, quais são essas questões? Se um novo começo para a História da Literatura enquanto disciplina, como diz Gumbrecht, não está apenas nas mãos dos estudos literários, onde devemos buscar “ajuda”? Se as histórias da literatura preocupadas com a evolução do literário e com a periodização dos eventos não dão mais conta de responder às perguntas dos historiadores da literatura, bem como não produzem uma imagem dessa literatura, qual o formato mais condizente com o presente momento de hibridismo cultural, fragmentação, simultaneidade, descontinuidade, contingência? Com qual conceito de literatura e de história devemos trabalhar? Como tornar uma história da literatura interessante? Por que, enfim, devemos escrever histórias da literatura?

Muitas são as questões que estão na agenda de debate dos estudos literários. Como diz Gumbrecht, a ciência da literatura não conseguirá ela sozinha encontrar as respostas. Já está encaminhada aqui uma possível solução. Procurar em outros discursos é um começo para pensar esses problemas e quem sabe outros questionamentos. De acordo com a história do pensamento crítico, entendo que tal

pressupor uma série de discussões, respostas e soluções que não podem ser dadas apenas pelos Estudos Literários. [Tradução minha]

atitude tem sido um comportamento que o estudioso da literatura vem exercitando ao longo dos anos, ora de maneira tímida, ora de modo mais enfático.

Há, portanto, sob o ponto de vista que orienta a tese, algumas razões que justificam a necessidade de estudar a história dos processos de hibridização: 1) a presença do hibridismo no romance brasileiro, já constatada nos textos que constituíram o *corpus* da minha dissertação de Mestrado; 2) as atuais problemáticas levantadas por pesquisas acerca da hibridização, seja no terreno do pós-colonial, seja no teórico, em relação ao cânone literário ou ainda no âmbito do discurso, como faz Bakhtin; 3) a necessidade de ventilar o presente a partir de um estudo do passado desses processos e vice-versa; 4) a importância de uma revisão dos predicados da história da literatura por meio de conceitos mais democráticos, que acusam a presença de vozes literárias (os romances escolhidos) muitas vezes ignoradas.

Se a proposta da tese parte do presente, é porque nesse espaço temporal os processos de hibridização colocam-se enquanto questões e se assim estão postos, torna-se evidente promover um estudo acerca do tema. Afinal de contas, é sempre o presente, ou as presenças, as quais despertam buscas pelo entendimento. Minha tese é de que isso pode ser feito por meio da linguagem, uma vez que essa é uma realização do homem, portanto uma ocorrência ao mesmo tempo particular e social. O romance, enquanto linguagem, realização particular e coletiva, enquanto um híbrido, como o definiu Mikahil Bakhtin, serve a tal propósito.

2.1.2 Gênero romanescos: transformações

No universo grego, cada indivíduo tem seu lugar na sociedade e convive harmonicamente com os deuses. O segredo do helenismo, para Georg Lukács, em seu *A teoria do romance*, “sua perfeição que nos parece impensável e a sua estranheza intransponível para nós”, reside no fato de que “o grego conhece somente respostas, mas nenhuma pergunta, somente soluções (mesmo que enigmáticas), mas nenhum enigma, somente formas, mas nenhum caos”²⁷. O homem nessa cultura fechada e homogênea, portanto, não se acha solitário, mas adequado ao *modus vivendi*. Em termos artísticos, é o épico o gênero representativo desse estado de coisas. O herói que se faz em vida e em ações, estando a serviço da coletividade, dá conta de encenar tal cosmovisão totalizadora. Nesse universo, não existe a noção de subjetividade, mas a sintonia entre o ser humano e a *physis*.

Com o gênero trágico, começa uma separação entre o homem e a sociedade. Isso acontece, nas palavras de Lukács, porque “a tragédia respondeu, configurando, à pergunta de como a essência pode tornar-se viva, tomou consciência de que a vida como ela é (e todo dever-ser suprime a vida) perdera a imanência da essência”²⁸. A transição da epopéia à tragédia demonstra a “evasão da substância, da absoluta imanência à vida, em Homero, à absoluta, porém tangível e palpável, transcendência em Platão”²⁹. Quando a epopéia não pode mais oferecer respostas à pergunta: “como pode a vida torna-se essencial?”, a tragédia apontou no horizonte, colocando o ato de perguntar em primeiro plano. Aqui encontra-se, do meu ponto de vista, a importante

²⁷ LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance*. São Paulo: 34. p. 27.

²⁸ LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance*. São Paulo: 34. p. 32.

²⁹ LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance*. São Paulo: 34. p. 31.

contribuição da filosofia à modificação das formas, uma vez que “tanto como forma de vida quanto como a determinante da forma e a doadora de conteúdo à criação literária, é sempre um sintoma da cisão entre interior e exterior”³⁰. A filosofia ou a capacidade de questionar(-se)/(no) seu universo é um “índice da diferença essencial entre eu e mundo, da incongruência entre alma e ação”³¹. O ato de perguntar instaura a ausência de respostas, portanto de harmonia entre eu e mundo. Não é, pois, apenas um sintoma da cisão, mas cisão, enquanto consequência é um indicativo de que os alicerces do helenismo estavam ruindo, frente à emergência do trágico.

Na Idade Média, há uma tentativa de retomar o pensamento da Antiguidade grega, por meio das novelas de cavalaria. No entanto, a filosofia do herói muda, porque passa a integrar outro contexto que não possui semelhanças com o mundo antigo. A crise dos valores gregos resulta na troca da concepção filosófica de mundo, de forma que a épica não atendia mais às preocupações desse novo estado de coisas. O esgotamento do gênero épico, por sua vez, cedeu espaço também à forma romanesca, a qual passa a conceber um novo tipo de herói. A diferença entre as duas manifestações artísticas baseia-se no fato de que “a epopéia dá forma a uma totalidade extensiva da vida fechada a partir de si mesma”, enquanto “o romance busca descobrir e construir, pela forma, a totalidade oculta da vida”³².

No período renascentista, alcança “grande voga o romance pastoril, forma narrativa impregnada da tradição bucólica de Teócrito e Virgílio e fortemente influenciada por duas obras de Boccaccio: o *Ninfale d’Ameto* e o *Ninfale Fiesolano*,”³³

³⁰ LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance*. São Paulo: 34. p. 25-26.

³¹ LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance*. São Paulo: 34. p. 25-26.

³² LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance*. São Paulo: 34. p. 60.

³³ AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel. *Teoria da literatura*. Coimbra: Almedina, 1983. p.675.

segundo Vítor Manuel de Aguiar e Silva, em seu *Teoria da literatura*. Teve-se notícia, posteriormente, dos romances barroco e picaresco, os quais não são tão prestigiados, sendo até mesmo considerados inferiores em relação aos poucos resquícios da épica e do drama trágico que restam.

As transformações na filosofia das formas, frente às modificações das relações homem-espço, forneceram lugar para o surgimento do romance, que, tendo construído sua própria história e recebido variados contornos, atinge o ponto de ebulição no período do Romantismo. É possível, conforme aponta Lukács, “que a mudança se dê justamente no *principium stilisationis* do gênero, que tudo determina, e assim torne necessário que à mesma intenção artística – condicionada de modo histórico-filosófico – correspondam formas de arte diversa.”³⁴ Com a ascendência do modo de vida burguês,

a narrativa romanesca afirma-se decisivamente como uma grande forma literária, apta a exprimir os multiformes aspectos do homem e do mundo: quer como romance psicológico, confissão e análise das almas (*Adolphe* de Benjamin Constant), quer como romance histórico, ressurreição e interpretação de épocas pretéritas (romances de Walter Scott, Victor Hugo, Herculano), quer como romance poético e simbólico (*Heinrich von Ofterdingen* de Novalis, *Aurélia* de Gérard de Nerval), quer como romance de análise e crítica da realidade social contemporânea (romances de Balzac, Charles Dickens, George Sand, etc.)³⁵

O romance surge, pois, como o gênero cujos pressupostos estéticos estão mais bem orientados para a representação do homem e da sociedade que começava a nascer. Trata-se de um contexto em que

³⁴ LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance*. São Paulo: 34. p. 36.

³⁵ AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. *Teoria da Literatura*. Coimbra: Livraria Almedina, 1883. p. 682.

uma totalidade simplesmente aceita não é mais dada às formas: eis por que elas têm ou de estreitar ou volatilizar aquilo que configuram, a ponto de poder sustentá-lo, ou são compelidas a demonstrar polemicamente a impossibilidade de realizar seu objeto necessário e a nulidade intrínseca do único objeto possível, introduzindo assim no mundo das formas a fragmentariedade da estrutura do mundo.³⁶

O signo da fragmentação e da subjetividade, não existente entre os gregos, predomina nessa nova forma artística. No romance, encontra-se o conflito entre um eu e o mundo, conflito esse gerado por um abismo que, ao longo das transformações em todos os setores das sociedades, vai se consolidando ainda mais. O herói que transita nesse universo absorve suas características e se apresenta tão fragmentado quando seu mundo.

Nos séculos XIX e XX, segundo Aguiar e Silva, o gênero sofre novas alterações. Com isso, “renovam-se os temas, exploram-se novos domínios do indivíduo e da sociedade, modificam-se profundamente as técnicas de narrar, de construir a intriga, de apresentar as personagens”.³⁷ Surgiu, nesse instante, o romance de cunho realista, fruto das influências científicas que predominavam no período e que ora são rebatidas, ora assimiladas pela estrutura do texto; posteriormente, o romance derivado das conquistas modernistas, e ainda, mais tarde, o de feições intimistas, regionalista, social, dentre outras.

Outra característica do romance é que o seu significado filosófico e a variedade de suas compleições ratificam o perfil do homem moderno, antecipado pelo

³⁶ LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance*. São Paulo: 34. p.36.

³⁷ AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel. *Teoria da Literatura*. Coimbra: Livraria Almedina, 1883. p. 684.

movimento maneirista, que se encontra perdido e solitário, em um mundo degradado, hostil, sem deus, o que faz de sua vida uma narrativa, com percalços e conflitos pelos quais têm que passar para que possa encontrar a si mesmo. O caráter do herói, no romance, é denominado, nas palavras de Lukács, como “problemático” ou “demoníaco”³⁸. Sua alma está isolada do mundo exterior e, por isso, constitui-se uma prisão para demônios. *Dom Quixote* coloca-se como um exemplo nesse sentido. Para Lukács, Cervantes, “o cristão devoto e o patriota ingenuamente leal, atingiu, pela configuração, a mais profunda essência dessa problemática demoníaca”, em que a condição do sujeito é dada pela loucura e pelo grotesco, quando “a mais autêntica e heróica evidência subjetiva não corresponde obrigatoriamente à realidade”³⁹.

A literatura, por ser um “fenômeno de civilização”⁴⁰, como menciona Antonio Candido, em seu *Formação da literatura brasileira*, acompanha as mudanças por que passam o mundo e o homem. São as transformações no pensamento da humanidade que requerem a revisão dos recursos estéticos utilizados na simbolização dos indivíduos e suas relações com o contexto em que circulam. A forma fechada e homogênea da épica não atende mais às noções de verossimilhança solicitadas pelas novas configurações das sociedades mundiais, tendo sido complementada pela romanesca. A lógica interna dos elementos no romance aproxima-se necessariamente da maneira fragmentada como se estruturam os sujeitos e os contextos com os quais dialogam, de modo que eles podem experienciar o literário no meio que integram.

As modificações sociais, políticas e filosóficas fazem (e fizeram) com que as culturas percam seu aspecto fechado e totalizador, ficando cada vez mais abertas e

³⁸ LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance*. São Paul: 34. p. 99.

³⁹ LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance*. São Paul: 34. p. 107.

⁴⁰ CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. p. 28.

múltiplas. As obras começam, portanto, a ser construídas, segundo Frederick Jameson, em seu *Marxismo e forma*, por meio de uma estrutura “híbrida que deve ser reinventada no próprio momento de seu desenrolar”⁴¹. A construção estilística dos textos abandona o algoritmo ordenador de início, meio e fim, e passa a se nortear pela fragmentariedade dos fatos, ações, tempos, narradores, personagens, enredos, etc.

O tema da estrutura híbrida do romance é encarado por Mikhail Bakhtin quando menciona que: “qualquer romance, na sua totalidade, do ponto de vista da linguagem e da consciência linguística investida nele é um *híbrido*”. Entretanto, segundo ele, “precisamos sublinhar uma vez mais: um híbrido intencional e consciente, literariamente organizado e não uma amálgama obscura e automática de linguagens (...). O objeto da hibridização intencional do romance é uma representação literária da linguagem.”⁴²

No mundo globalizado, é quase impossível enquadrar a narrativa romanesca em uma única tipologia. As feições historicamente híbridas das sociedades tornaram-se material estético para o romancista, o que abre espaço para estudos sobre as questões de gênero. Se, antes, é permitido dizer que estávamos diante de um romance de memórias, hoje, devemos questionar se são memórias de viagens, autobiografia, carta, diário, história, ficção, que estão dialogando dentro de uma mesma estrutura narrativa, a qual, muitas vezes, recebe enfoques líricos. A dificuldade de apreender totalmente o gênero em uma única definição é devida à sua liquidez formal, uma vez que

⁴¹ JAMESON, Frederick. Em defesa de Georg Lukács. In:__. *Marxismo e forma*. São Paulo: Hucitec, 1985. p. 127-160. p. 136.

⁴² BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance. A pessoa que fala no romance. In:__. *Questões de literatura e estética – A teoria do romance*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 134-163. p. 162.

assimila sincreticamente diversos gêneros literários, desde o ensaio e as memórias até à crônica de viagens; incorporara múltiplos registros literários, revelando-se apto quer para a representação da vida quotidiana, quer para a criação de uma atmosfera poética, quer para a análise de uma teoria.⁴³

Desde que surgiu, no Romantismo, o romance tem dado conta de representar os contornos sociais e os indivíduos que se aventuram em busca da resolução para os seus conflitos interiores, em um universo estratificado. Na contemporaneidade, enfrenta uma redemocratização em suas formas, absorvendo muito do presente momento de diluição de fronteiras e encontros entre variadas etnias, linguagens, discursos, raças, etc., incorporando-os em sua estrutura, os quais passam a ser significado e significante dessa nova visão histórica de indivíduo e sociedade. O gênero enfrenta um acentuado processo de hibridização dos elementos formais e temáticos que podem ser experienciados também de forma histórica.

2.1.3 Historiografia: questionando métodos

Duvidar pressupõe questionar algo. Já constitui truismo dizer que duvidar é não ter certeza; não acreditar. Quando a dúvida é isolada, a complexidade tende, sob perspectiva mais otimista, a ser resolvida de forma rápida. O contrário, portanto, uma dúvida em ampla escala será (deverá ser?) necessariamente de difícil solução. Na maioria das vezes, as resoluções dos conflitos e o grau de satisfação que emana dessas decisões são relativos.

O que é literatura? O que é identidade nacional? O que é ser brasileiro? O que é história? Não são esses apenas títulos de pequeninos livros que a editora Brasiliense

⁴³ AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel. *Teoria da Literatura*. Coimbra: Almedina, 1983. p.675.

publicou para tratar de história, literatura e assim por diante. O que é literatura?, por exemplo, permaneceu por muito tempo na agenda de debates dos críticos literários, recebendo variados enfoques conforme abordagem particular. Mesmo que esteja diluída no meio de outras, essa é ainda uma questão enfrentada. Pode ser que o seja de forma implícita, mas, se olharmos bem, ela ainda está aqui. À moda machadiana, o crítico dedica-se a ela mesmo que de maneira oblíqua.

As dúvidas sobre as certezas criaram uma longa tradição de perguntas e respostas sobre esse objeto: a literatura. Logicamente, se as perguntas foram crescendo à medida que as respostas foram sendo dadas, isso significa dizer que tal processo estimulou um paradoxo: as respostas que deveriam ter a obrigatoriedade de esclarecer foram provocando ainda mais dúvidas.

Quando será possível encontrar uma solução? A solução está dada através do próprio paradoxo e, principalmente, por meio dessa dialética entre a pergunta e a resposta. O que é literatura?, repito, todos os discursos que são tecidos sobre ela e os que não são. Literatura, por exemplo, não é o discurso que se tece sobre história. De forma inversa, portanto negativa, ela também é esse não discurso. Objetos diferentes, configurações diferentes. Entretanto, nada impede que entre as duas exista um grau de parentesco, como de fato há. Além disso, é possível que as características de uma sejam comuns a outra e vice-versa. Disso surgem novos conflitos, de acordo com a razão de cada um que observa o fenômeno, a partir da sua área de trabalho, e sobre ele emite um discurso conforme ponto de vista individual.

Se, por um lado, não interessa mais apenas saber “o quê?”, por outro, é de importante necessidade descobrir “como”. O pesquisador do campo da História da

Literatura enfrenta hoje uma crise epistemológica. Essa crise é antiga e vem da inabilidade de delimitar respostas objetivas para os diversos “o quê?” que surgiram ao longo da história da crítica. O que é história? O que é literatura? O que é história da literatura? Ao buscar objetividade, não pode ele se esquecer de que essa, por mais que predomine no discurso científico, sempre concorre com graus de subjetividade. Tal concorrência instaura um silogismo preocupante, do qual o campo das ciências não está livre: se todos os discursos valem para definir o objeto que estudamos, então, nenhum discurso interessa e conseqüentemente perde-se o método, o critério e o objeto? Não. O que é exigido do pesquisador, na atualidade mais do que nunca, é o seu comprometimento com o objeto.

Comprometer-se implica declarar modelos plausíveis e condizentes com o fenômeno de investigação. Suas respostas, entretanto, não são vistas como verdade absoluta. Isso avança em termos de pesquisa de forma interessante, pois no que se refere à história da literatura, por exemplo, não é mais necessário escrever uma história que dê conta do todo, porque esse todo está representado nas partes. A parcialidade e o perspectivismo predominam em relação à apreensão totalizadora. Portanto, entendo que mais do que “o quê” e/ou “como” interessa perguntar “onde”, em que ou a que espaços discursivos podemos filiar nossas propostas e, assim, (re)pensar a tradição e os métodos.

Apoiado em uma base psicobiológica, Siegfried J. Schmidt aponta, no ensaio intitulado “Sobre a escrita de histórias da literatura – observações de um ponto de vista construtivista”, publicado em *História de literaturas – As novas teorias alemãs*, que a preocupação com a escrita de renovadas histórias da literatura ocasionou

questionamentos intensos “desde questões metodológicas até legitimatórias.”⁴⁴ Segundo ele, “trata-se da *construtividade* global da nossa *epistême* que causa a dependência de todas as orientações, operações e combinações cognitivas em relação às teorias.”⁴⁵

Os problemas básicos da escrita de histórias da literatura, para Schmidt, devem ser encarados por meio do estudo empírico da literatura. A investigação histórico-literária reclama a revisão de conceitos como “literatura”, “história”, “história da literatura”, “estudo da literatura”, “teoria”, “método”, etc.⁴⁶ A construção historiográfica orienta-se por critérios interpretativos e avaliativos dos eventos, dados e/ou fatos da realidade objetiva. Por isso mesmo é que os teóricos preocupados com tais questões percebem que

“eventos”, “fatos” ou “atividades” não-verbais são sempre e necessariamente considerados como “eventos”, “fatos” ou “atividades” à luz de molduras, *schemata* ou teorias cognitivas (implícitas ou explícitas). Em resumo, um dado, esteja ele situado no passado ou no presente, é nada mais do que um dado “à luz de” molduras teóricas de um observador específico, isto é, um sistema vivo de cognição.⁴⁷

O historiador da literatura é um produtor de signos cujos arranjos dizem respeito ao estabelecimento de “relações, conexões e transições, isto é, à concatenação

⁴⁴ SCHMIDT, Siegfried J. Sobre a escrita de histórias da literatura - observações de um ponto de vista construtivista. In:__. *História de literatura - As novas teorias alemãs*. (Org.) OLINTO, Heidrun K. Rio de Janeiro: Ática, 1996. p. 101-132. p.101.

⁴⁵ SCHMIDT, Siegfried J. Sobre a escrita de histórias da literatura - observações de um ponto de vista construtivista. In:__. *História de literatura - As novas teorias alemãs*. (Org.) OLINTO, Heidrun K. Rio de Janeiro: Ática, 1996. p. 101-132. p.102.

⁴⁶ SCHMIDT, Siegfried J. Sobre a escrita de histórias da literatura - observações de um ponto de vista construtivista. In:__. *História de literatura - As novas teorias alemãs*. (Org.) OLINTO, Heidrun K. Rio de Janeiro: Ática, 1996. p. 101-132. p.103.

⁴⁷ SCHMIDT, Siegfried J. Sobre a escrita de histórias da literatura - observações de um ponto de vista construtivista. In:__. *História de literatura - As novas teorias alemãs*. (Org.) OLINTO, Heidrun K. Rio de Janeiro: Ática, 1996. p. 101-132. p.104.

de dados em unidades coerentes, tais como períodos, épocas, gêneros e assim por diante.”⁴⁸ Sob esse enfoque, as obras são arrumadas em uma sequência temporal arbitrária, na qual dialogam entre si por meio de um movimento de transição representativo, por sua vez, da própria mudança de paradigmas sociais e culturais. A “história literária é, sem sombra de dúvida, uma instituição política e social, e muitos estudiosos da literatura tomam-na como uma ciência legitimatória.”⁴⁹ Não há o que legitimar, tampouco existem argumentos para sustentar definições taxativas. De acordo com o teórico Luiz Costa Lima, a historicidade literária não tem por princípio alimentar a construção de um Estado-Nação como acontecia com a história da literatura romântica. Contrariamente a isso, ela se define. Conforme Schmidt, “‘História’ é vista como uma construção cognitiva de sujeitos presentes, servindo ao propósito de organizar sua recordação de forma cognitiva”⁵⁰.

Onde construir histórias da literatura? Hans U. Gumbrecht, no desejo de “uma experiência de primeira mão dos mundos que existiram antes de nós”⁵¹, propõe uma maneira de olhar para o passado a partir de uma forma não-narrativa da literatura. A experiência do passado deve partir da pergunta: “o que nós imaginamos que o passado seja?”⁵² Em *1926 - Vivendo no limite do tempo*, Gumbrecht apresenta a negação de uma dinâmica de história linear e totalizante. De acordo com ele,

⁴⁸ SCHMIDT, Siegfried J. Sobre a escrita de histórias da literatura - observações de um ponto de vista construtivista. In: __. *História de literatura - As novas teorias alemãs*. (Org.) OLINTO, Heidrun K. Rio de Janeiro: Ática, 1996. p. 101-132. p.104.

⁴⁹ SCHMIDT, Siegfried J. Sobre a escrita de histórias da literatura - observações de um ponto de vista construtivista. In: __. *História de literatura - As novas teorias alemãs*. (Org.) OLINTO, Heidrun K. Rio de Janeiro: Ática, 1996. p. 101-132. p.110.

⁵⁰ SCHMIDT, Siegfried J. Sobre a escrita de histórias da literatura - observações de um ponto de vista construtivista. In: __. *História de literatura - As novas teorias alemãs*. (Org.) OLINTO, Heidrun K. Rio de Janeiro: Ática, 1996. p. 101-132. p. 103.

⁵¹ GUMBRECHT, Hans U. *1926. Vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Record. 1999. p. 11.

⁵² GUMBRECHT, Hans U. *1926. Vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Record. 1999. p.11.

não existe uma única forma dominante de representar a História. Se a imaginarmos e representarmos sincronicamente, como faz este livro, percebemos que os elementos desta sincronia não convergem num quadro constante e homogêneo. Todavia, e talvez paradoxalmente, este livro sugere a existência de uma “rede” ou um “campo” de realidades (não apenas discursivas) que moldaram fortemente o comportamento e as interações em 1926.⁵³

Gumbrecht trabalha com os conceitos de literatura a partir da não narratividade e da sincronia, com o de história como “construção” e de história da literatura como representação ilinear, não totalizante e heterogênea. Não há a preocupação em legitimar algo, mas em permitir ao leitor experienciar os mundos de 1926, tornando-os presentes, como se estivessem ao alcance da mão e não como “idéia” daquele momento. Por essa razão, ele vai de encontro à vertente do Novo Historicismo, uma vez que tal filosofia restringe a apreensão do passado ao mundo dos discursos.

Essa restrição, segundo ele, “se sobrepõe a uma segunda opção filosófica (...) que afirma que aquilo que normalmente chamamos de realidades não é mais que discursos ou estruturas de conhecimento social – e que, portanto, essas realidades precisam ser compreendidas como ‘construções sociais’”.⁵⁴ Talvez a afirmação categórica é que seja problemática ou a restrição da história a apenas o mundo dos discursos. No caso desta tese, por exemplo, tornar o discurso do romance presente, por meio da hibridização, não significa desconsiderar as demais manifestações sociais que com o romance dialogam, mas, por um direcionamento operado pela necessidade do recorte científico, especificar e restringir o campo de atuação.

⁵³ GUMBRECHT, Hans U. 1926. Vivendo no limite do tempo. Rio de Janeiro: Record. 1999. p. 11-12.

⁵⁴ GUMBRECHT, Hans U. 1926. Vivendo no limite do tempo. Rio de Janeiro: Record. 1999. p. 464.

Não é de responsabilidade da história da literatura e muito menos do historiador dos fenômenos literários “criar” ou “inventar” realidades, mas dar a realidade a conhecer e permitir que o leitor aprenda com isso. A seriedade do problema, para Gumbrecht, começa

quando a insistência na subjetividade dos historiadores leva à eliminação da premissa de que existe uma realidade para além dessa subjetividade – e à eliminação do desejo (impossível de satisfazer, como qualquer outro desejo) de alcançar essa realidade. Quando o novo historicismo se priva deste desejo, ele já não difere da ficção e, portanto, não pode se tornar um substituto para o discurso historiográfico tradicional que era baseado na pretensão de uma referência ao mundo real.⁵⁵

A perspectiva construtivista, ao legitimar “uma idéia de passado” e não “o passado” enquanto realidade possível de ser experienciada no presente, aproxima-se da ficção e alcança graus de subjetividade elevados, os quais prejudicam uma apreensão relativa das realidades históricas. Diante disso, Gumbrecht questiona sobre o que fazer com o conhecimento sobre o passado. Para ele, o foco (tanto do ponto de vista da pesquisa histórica concreta quanto do ponto de vista da teoria da história) volta-se para o desejo básico da ‘realidade histórica’⁵⁶. Esse desejo, nas suas palavras, “parece sublinhar todas as cambiantes racionalizações e legitimações da historiografia e da História como uma disciplina.⁵⁷

No entanto, ao discutir o problema da “compreensão” e da “interpretação”, por meio das teorias sistêmicas de Niklas Luhmann, Gumbrecht salienta que

a crítica de Luhmann ao conceito de “compreensão” tem duas consequências. A primeira (..) nos leva de volta a uma

⁵⁵ GUMBRECHT, Hans U. 1926. Vivendo no limite do tempo. Rio de Janeiro: Record. 1999. p. 465.

⁵⁶ GUMBRECHT, Hans U. 1926. Vivendo no limite do tempo. Rio de Janeiro: Record. 1999. p. 466.

⁵⁷ GUMBRECHT, Hans U. 1926. Vivendo no limite do tempo. Rio de Janeiro: Record. 1999. p. 466.

proximidade algo desconfortável do construtivismo: não existe maneira de nós – como “sistema psíquicos” – nos desviarmos da necessidade de criar esses mundos passados que desejamos experimentar como alteridade. A segunda consequência produz uma nova fórmula para uma possível função (ou mesmo racionalização) de nosso desejo de História – e portanto vai mais longe do que pretendemos com este argumento e com este livro inteiro. A compreensão, como um componente intrínseco da Alteridade dentro de um sistema de observação, aumenta a complexidade deste sistema – e portanto o grau de flexibilidade com que ele pode reagir a perturbações de seu ambiente.⁵⁸

Conforme o entendimento de Gumbrecht, não há como nos desviarmos da “construção de um passado”, tampouco abrir mão da componente de alteridade que participa do processo de “compreensão”. Esses fatores, no entanto, aumentam a quantidade de informações envolvidas no processo de apreensão de “mundos passados”, sobrecarregando, em nível sistêmico, o processo de observação dos fenômenos pelos “sistemas psíquicos”, isto é, pelos historiadores. Isso gera questionamentos do tipo: o que observar e como organizar esse fatos de forma a permitir ao leitor o aprendizado com a história? O que é história? O que é literatura? Quais as diferenças e semelhanças entre ambas? Nesse sentido, o teórico aponta que

a cultura histórica não pode deixar de viver entre esse esforço para satisfazer seu desejo de presença e a consciência de que esta é uma tarefa impossível. Portanto, a cultura histórica – se quiser preservar a sua identidade como uma forma de experiência diferente da experiência de ficção – precisa tentar ‘conjurar’ a realidade dos mundos passados, sem indulgência com ingênuas analogias com magias, mas reconhecendo a subjetividade inabitável de cada construção de alteridade histórica.⁵⁹

O equilíbrio entre a consciência da impossibilidade de reviver o passado tal qual se deu e a necessidade de reconhecer no passado, enquanto alteridade, e os graus

⁵⁸ GUMBRECHT, Hans U. 1926. Vivendo no limite do tempo. Rio de Janeiro: Record. 1999. p. p.472.

⁵⁹ GUMBRECHT, Hans U. 1926. Vivendo no limite do tempo. Rio de Janeiro: Record. 1999. p. 472.

de subjetividade nele existentes, impossíveis de ser alcançados, parece ser o meio termo. Reduzir a complexidade das respostas e das relações entre sistemas é um consenso entre os críticos e os estudiosos da literatura, como é o caso de Hans U. Gumbrecht.

Não apenas entre os dessa área já que o filósofo e cientista da comunicação Siegfried J. Schmidt preocupa-se com a questão. Encontrar e definir sua epistemologia é sem sombra de dúvida outro oásis para o crítico contemporâneo, independentemente da área de atuação e do objeto de pesquisa. As discussões teóricas procuram apontar diferentes perspectivas e abordagens dos fenômenos culturais, o que ocorre com a literatura como tal. A indefinição atesta a inexistência de um método ou modelo único. A busca não é essa.

Outro consenso importante entre os críticos nesse momento reside na questão de que a história da literatura não tem mais pretensões legitimadoras. Segundo Heidrun K. Olinto, em “Interesses e paixões: histórias da literatura”, presente em *História de literatura – As novas teorias alemãs*,

o estudioso do fenômeno literário enfrenta, hoje, questões tão complexas, que não é difícil entender que a construção de modelos dinâmicos para os processos múltiplos de transformação do sistema literário coloca-o frequentemente perante o delicado dilema de escolher entre estratégias de alto grau de abstração e o espaço plural de variáveis tão aleatórias que ameaçam perder-se na indiferenciação.⁶⁰

Olinto aponta algumas alternativas para os dilemas destacados no fragmento, dentre as quais estão as perspectivas de ordem pragmática. Enquanto a teoria

⁶⁰ OLINTO, Heidrun K. (Org.). Interesses e paixões: histórias da literatura. In:__. *História de literatura – As novas teorias alemãs*. São Paulo: Ática,1996. p. 15.

hermenêutica volta-se para a interpretação do texto em si, sem considerar o contexto, as teorias formalistas preocupam-se com a estrutura textual; “a teoria proposta por Bakhtin escolhe um caminho inverso. O seu conceito de linguagem funda-se no discurso verbal como fenômeno social em toda a sua extensão e em cada um de seus componentes.”⁶¹

A partir do enfoque da linguagem, o texto é visto como situação de comunicação e o discurso tem caráter pluriforme, chamando atenção para um “novo modelo centrado no homem comunicativo como agente social que constrói significação.”⁶² Dessa forma, perde-se o interesse por um

modelo clássico da linguística que, em função de suas regras transparentes e imunes à subjetividade e à esfera social, separa língua e fala em prejuízo da última.⁶³ Criam-se, portanto, “ângulos novos na investigação do papel da linguagem, na definição da realidade, do homem e dos produtos de sua atividade.”⁶⁴

De acordo com o ponto de vista escolhido pelo teórico da história da literatura tem-se uma determinada abordagem do fenômeno literário. Olinto, além de examinar o pensamento crítico passando pelo histórico das correntes filosóficas que se debruçam sobre a obra de arte, demonstra variados métodos e linhas de pensamento. Por detrás da variedade, encontra-se uma questão importante. Não existe um método melhor ou pior a ser escolhido pelo historiador da literatura. Interessa antes de mais nada que o

⁶¹ OLINTO, Heidrun K. (Org.). Interesses e paixões: histórias da literatura. In:__. *História de literatura* – As novas teorias alemãs. São Paulo: Ática,1996. p. 20.

⁶² OLINTO, Heidrun K. (Org.). Interesses e paixões: histórias da literatura. In:__. *História de literatura* – As novas teorias alemãs. São Paulo: Ática,1996. p. 20.

⁶³ OLINTO, Heidrun K. (Org.). Interesses e paixões: histórias da literatura. In:__. *História de literatura* – As novas teorias alemãs. São Paulo: Ática,1996. p. 20.

⁶⁴ OLINTO, Heidrun K. (Org.). Interesses e paixões: histórias da literatura. In:__. *História de literatura* – As novas teorias alemãs. São Paulo: Ática,1996. p. 20.

historiador se posicione e articule suas escolhas com as teorias e os objetos selecionados, como demonstra na seguinte passagem:

a complexidade dos processos históricos e literários envolvidos no projeto de escrita de uma história da literatura transformou-se em trauma para o historiador porque dele exigem decisões seletivas que abrangem não só o material, mas também opções em face de modelos estéticos e ideológicos que precisam ser justificados e legitimados.⁶⁵

A história da literatura não mais está norteada por um caráter legitimatório. A necessidade de legitimação perdeu-se e, nesse momento, o papel do crítico recebe enfoque. Tal papel, obrigatoriamente, tem de ser plausível, bem como compatível com suas escolhas e, ainda, com o presente em que o historiador está inscrito, uma vez que essa é a primeira alteridade com a qual dialoga.

A pluralidade dos métodos articula-se com a complexidade do contemporâneo e com o questionamento dos mesmos. Escrever histórias da literatura é uma tarefa arriscada que demanda comprometimento e visão múltipla, uma vez que “o discurso historiográfico da literatura escreve-se, hoje, principalmente, no plural, em função das incontroláveis alianças fora dos limites da matriz disciplinar.”⁶⁶ Por essa razão, as múltiplas respostas para uma questão já complexa mantêm o paradoxo, cuja solução é “questionar”. Questionar, escolher e declarar são ações das quais o historiador da literatura, bem como o crítico literário, não podem prescindir. O modo como encaminham suas dúvidas pode variar – e, na maioria da vezes, varia, especialmente porque os conceitos de verdade, ficção, literatura, história e história da literatura são sempre conceitos emoldurados.

⁶⁵ OLINTO, Heidrun K. (Org.). Interesses e paixões: histórias da literatura. In:__. *História de literatura – As novas teorias alemãs*. São Paulo: Ática,1996. p. 42.

⁶⁶ OLINTO, Heidrun K. (Org.). Interesses e paixões: histórias da literatura. In:__. *História de literatura – As novas teorias alemãs*. São Paulo: Ática,1996. p. 42.

Segundo Gumbrecht, a posição do sujeito não condiz com uma postura fora do mundo dos objetos. Por essa razão, “we have to learn what it is to be an observer who stands, with his body, in the middle of a material world to be observed”.^{67/68} Sempre que pensarmos em “história” não podemos nos esquecer do fator tempo, tampouco que existe um presente que dispara as questões que nos levam até o passado. Diante disso: como podemos fazer o leitor de histórias da literatura experienciar o passado que historicamente é delineado? Que formato dar a uma história da literatura? O modelo de história narrativa e abarcante de uma totalidade que predomina no século XIX não existe mais. Com a teoria da desconstrução, o saber e as mentalidades sociais se fragmentam e importa tanto conhecer sobre a interferência do ovo frito em uma sociedade quanto sobre a vida de um poeta pertencente a uma dada vertente estética.

Trata-se, portanto, de refletir sobre uma história da literatura em que o passado, dado pelas obras, enquanto realidades históricas, autores e teorias, é concretizado no presente. A partir disso, o(s) passado(s) seria(m) passível(is) de ser(em) experimentado(s) pelo(s) sujeito(s) de forma sensorial, “como se” estivesse(m) inscrito(s) em um determinado momento histórico, “being surrounded by a material world and of being inscribed into its rhythms transformation”.⁶⁹

O discurso ou linguagem literária, enquanto estoque de saber, é capaz de nos fazer imergir em uma determinada atmosfera temporal e providenciar para que

⁶⁷ “Temos que aprender o que é ser um observador que participa, com seu corpo, no meio de um mundo material para ser observado.” [Tradução minha]

⁶⁸ OLINTO, Heidrun K. (Org.). Interesses e paixões: histórias da literatura. In:__. *História de literatura - As novas teorias alemãs*. São Paulo: Ática,1996. p. 15.

⁶⁹ OLINTO, Heidrun K. (Org.). Interesses e paixões: histórias da literatura. In:__. *História de literatura - As novas teorias alemãs*. São Paulo: Ática,1996. p. 16.

possamos (re)descobrir uma nova/outra dimensão da história. As múltiplas vozes ou os múltiplos enunciados que se manifestam pela enunciação nesse tipo de discurso – o literário – materializam, corporificando a diversidade que constrói e movimenta, por exemplo e também, o tempo-espaço romanesco. Estudar o romance historicamente, por meio do discurso, bem como através de uma perspectiva não-narrativa da literatura, como sugere Gumbrecht, permite que o passado seja vivenciado como passado, porém no presente, invadindo o espaço-tempo mais próximo e criando pontos de simultaneidade.

Apesar dos empréstimos a outras áreas do conhecimento e das características plurais que os teóricos têm atribuído às histórias da literatura, Luiz Costa Lima afirma que “a carência de teorizações suficientes acerca das escritas da história e da literatura é o centro de gravitação que explica a composição”⁷⁰ do seu livro *História.Ficção.Literatura*. O operador que o autor escolhe para desenvolver seu pensamento é o “discurso ou formação discursiva”⁷¹, partindo do seguinte argumento: “a caracterização do poético como modalidade discursiva.”⁷² Sua contribuição está em lançar mão de teorizações sobre o discurso para discutir as relações entre literatura, ficção e história.

Costa Lima vale-se do aporte proveniente do campo da linguística com o objetivo de pensar questões historiográficas. Neste trabalho, entretanto, não tenho o compromisso, tal como Costa Lima, de diferenciar “os discursos da escrita da história e da literatura”⁷³. Como o propósito é estudar o discurso romanesco, minha hipótese

⁷⁰ LIMA, Luiz Costa. *História.Ficção.Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 22.

⁷¹ LIMA, Luiz Costa. *História.Ficção.Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 22.

⁷² LIMA, Luiz Costa. *História.Ficção.Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 13.

⁷³ LIMA, Luiz Costa. *História.Ficção.Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 27.

propõe que esse discurso se caracteriza e se constitui por sua heterogeneidade e é essa heterogeneidade que faz do discurso romanesco uma rede de interdiscursos, isto é, um espaço linguístico híbrido, ao mesmo tempo, autônomo e dependente de um “acerca” que direta ou indiretamente o constitui. No *corpus* selecionado não há elementos historiográficos, como no de Costa Lima, mas ficcionais. É esse grupo de romances que pretendo apresentar como fonte para a escrita de uma história da literatura por meio da história das mentalidades.

Citei alguns dos pensamentos em termos de teoria sobre a História da Literatura, no sentido de oferecer exemplos teóricos que dessem uma imagem do que vem sendo discutido em termos historiográficos, tanto do cenário nacional, quanto do internacional, em termos contemporâneos. Siegfried J. Schmidt, Hans U. Gumbrecht, Heidrun K. Olinto e Luiz Costa Lima são os teóricos escolhidos, respectivamente, pelo estudo empírico da literatura, quem vem motivando pesquisas na PUCRS e na PUC-RJ, por exemplo, como os de Olinto; a não-narratividade materializada no livro de Gumbrecht: *Em 1926 – vivendo no limite do tempo* e os estudos desenvolvidos por Luiz Costa Lima sobre a narratividade do discurso histórico e suas relações com o discurso literário. São questões outras que se abrem para debate a partir desses aportes do fato artístico, percebido historicamente.

No contexto atual, em que a diversidade, o multiculturalismo, o híbrido e o hipertextual predominam, mais do que nunca, a influência positivista e evolucionista de uma história em períodos, alinhados diacronicamente, um depois do outro, não dá conta de uma imagem da literatura brasileira. Essa é um produto do homem sobre homens e para homens. Se a civilização se modificou, por certo que entendê-la depende de ajustar os métodos a uma interpretação o mais condizente possível é

necessária. Para tanto, alguns diálogos teóricos específicos são importantes, especialmente para esclarecer como entendo o “híbrido”, a “enunciação”, enquanto discurso, e a “presença” desses para uma história da literatura brasileira como história das mentalidades.

2.2 Diálogos teóricos

Esta outra subfresta tem por objetivo descrever, discutir e comparar o ferramental teórico que embasa alguns conceitos com os quais trabalho: discurso, hibridização e presença. Mikhail Bakhtin e sua teoria sobre o romance são utilizados nesse sentido, a fim de explicitar como penso a hibridização do discurso no romance. Os conceitos de referencialidade e alteridade, apresentados por Bakhtin e Benveniste, são cotejados com o objetivo de marcar a proximidade de entendimentos entre eles e com a tese. Em um terceiro instante, a questão da presença, tanto em termos espaciais, quanto temporais, abordadas, respectivamente, por Gumbrecht e Benveniste, confrontam-se e convergem, criando um trânsito entre as orientações sincrônicas que servem de medida a essa proposta historiográfica de estudo da hibridização no discurso romanesco.

2.2.1 Conteúdo e forma: plurilinguismo

O filólogo russo Mikhail Bakhtin é um caso especial dentro dos estudos acadêmicos em Letras. Suas teorias são apropriadas tanto pelos pesquisadores da área da linguística quando por aqueles que se ocupam dos estudos sobre literatura, ainda que com interesses diferentes. O uso da linguagem é o cerne do seu trabalho. Em *Questões de literatura e estética – A teoria do romance*, como indica o subtítulo do texto e o histórico de suas pesquisas em torno da teoria e da crítica literárias, a preocupação do autor está diretamente relacionada ao modo de ser do gênero romanesco; ao estudo formal, portanto, estilístico e metodológico dessa realização textual.

No capítulo em que se dedica ao “Discurso no romance”, Bakhtin demonstra três pontos relevantes de sua pesquisa: 1) o conteúdo e a forma caminham de mãos dadas no discurso, 2) o romance é um tipo de discurso e 3) o discurso é um “fenômeno social”⁷⁴. Dessas afirmações, é possível extrair uma configuração inicial para o romance enquanto gênero: um discurso social, em que conteúdo e forma, como em todo discurso, necessitam-se mutuamente. Em vista disso, onde está ou reside a peculiaridade do gênero?

Ao avançar, dando tratamento à estilística contemporânea, o teórico acrescenta outra classificação, a saber: “o romance, tomado como um conjunto, caracteriza -se como um fenômeno pluriestilístico, plurilíngue e plurivocal”⁷⁵. Além de apresentá-lo, Bakhtin também qualifica o romance como um sistema heterogêneo, que possui

uma diversidade social de linguagens, organizadas artisticamente, às vezes de línguas e de vozes sociais. A estratificação interna de uma língua nacional única em dialetos sociais, maneirismos de grupos, jargões profissionais, linguagens de gêneros, fala das gerações, das idades, das tendências, das autoridades, dos círculos e das modas passageiras, das linguagens de certos dias e mesmo de certas horas (cada dia tem sua palavra de ordem, seu vocabulário, seus acentos), enfim, toda estratificação interna de cada língua em cada momento dado de sua existência histórica constitui premissa indispensável ao gênero romanesco.⁷⁶

O coletivo, isto é, o social, estratifica-se quando migra para o espaço do romance e quando isso ocorre se particulariza. Um fato literário ou uma obra é uma realização

⁷⁴ BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance. I - A estilística contemporânea e o romance. In: __. *Questões de literatura e estética - A teoria do romance*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 72-84. p. 71.

⁷⁵ BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance. I - A estilística contemporânea e o romance. In: __. *Questões de literatura e estética - A teoria do romance*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 72-84. p. 73.

⁷⁶ BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance. I - A estilística contemporânea e o romance. In: __. *Questões de literatura e estética - A teoria do romance*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 72-84. p. 74.

particular de uma consciência linguística que se volta para o seu mundo e sobre ele emite opiniões, organizadas, no caso do romance, segundo uma lógica interna e um grupo específico de categorias: narrador, tempo, espaço, personagens, foco narrativo. Tais categorias estão embrenhadas no discurso e o definem conseqüentemente. O modo como se dá a estratificação da língua – estratificação essa pressuposta pelas várias ocorrências de falas que exige o romance – responde pela peculiaridade do gênero. É devido a esse “plurilinguismo social” estratificado, então, bem como

ao crescimento em seu solo de vozes diferentes que o romance orchestra todos os seus temas, todo seu mundo objetual, semântico, figurativo, expressivo. O discurso do autor, os discursos dos narradores, os gêneros intercalados, os discursos das personagens não passam de unidades básicas de composição com a ajuda das quais o plurilinguismo se introduz no romance.⁷⁷

Cada um desses discursos, apontados no fragmento acima, admite, nas palavras de Bakhtin,

uma variedade de vozes sociais e diferentes ligações e correlações (sempre dialogizadas em maior ou menos grau). Estas ligações e correlações especiais entre as enunciações e as línguas (*paroles – langues*), este movimento do tema que passa através das línguas e discursos, a sua segmentação em filetes e gotas de plurilinguismo social, sua dialogização, enfim, eis a singularidade fundamental da estilística romanesca.⁷⁸

É, portanto, na capacidade de dialogização que encontramos a particularidade do romance. Bakhtin usa o termo “fundamental”, o que implica dizer que existem muitas outras características responsáveis por definir o gênero. Pude perceber que, com essa linha de pensamento, o autor afasta a idéia de que o romance é uma

⁷⁷ BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance. I - A estilística contemporânea e o romance. In: __. *Questões de literatura e estética - A teoria do romance*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 72-84. p. 74-75.

⁷⁸ BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance. I - A estilística contemporânea e o romance. In: __. *Questões de literatura e estética - A teoria do romance*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 72-84. p. 74-75.

“enunciação monológica do indivíduo”⁷⁹ e apresenta uma noção que vem ligada ao dialogismo do discurso: a alteridade.

Assim, “a própria língua literária, sob este ponto de vista, constitui somente uma das línguas do plurilinguismo e ela mesma por sua vez estratifica-se em linguagens (de gêneros, de tendências, etc.)”.⁸⁰ Nesse caso, língua literária seria o todo, do qual fazem parte complexidades linguísticas individuais, como a poesia, o romance, a tragédia, a comédia, a epopéia, etc., cada uma com suas particularidades ou dialetos, realizadas sob registro oral ou escrito.

A teoria de Bakhtin mostra uma novidade interessante e possível de ser aproximada, guardadas as devidas proporções, com os estudos do sociólogo alemão Niklas Luhmann, acerca dos sistemas autopoéticos ou autoreferenciais. A teoria da autoreferencialidade dos sistemas sociais é complexa porque, segundo ela, uma mudança provocada em nível individual termina repercutindo na estrutura de todo o sistema. O entendimento de um sistema, em consequência disso, depende da apreensão de outro e vice-versa, o que aumenta em nível às vezes inestimável a necessidade de absorção e domínio dessas complexidades. Administrá-las é um comportamento que o pesquisador não pode prescindir, sob pena de o sistema entrar em colapso, bem como seu objeto de investigação.

⁷⁹ BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance. I - A estilística contemporânea e o romance. In: __. *Questões de literatura e estética - A teoria do romance*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 72-84. p. 80.

⁸⁰ BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance. I - A estilística contemporânea e o romance. In: __. *Questões de literatura e estética - A teoria do romance*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 72-84. p. 81.

Nesse caso, seria possível haver uma aproximação entre o conceito de “referencialidade”, de Luhmann, e o de “alteridade”, de Bakhtin? Em situação afirmativa, isso seria viável por estarem ambos os autores lidando com complexidades em níveis sistêmicos? A idéia de “mudança sistemática” de Luhmann tem a ver com a de plurilinguismo, uma vez que Bakhtin evidencia que esse conceito é o todo de que fazem parte sistemas individuais determinantes e determinados por tal conjunto heterogêneo de falas, vozes, diálogos e línguas? Não posso deixar de considerar que o plurilinguismo de Bakhtin aponta para o fato de que ele concebe todas as manifestações sociais, em nível macro-sistêmico, como “língua”, bem como não existe uma língua só, mas uma pluralidade delas, regidas por forças centrípetas e centrífugas, as quais se cruzam, segunda ele, na enunciação.

Desse modo, “a participação ativa de cada enunciação define para o plurilinguismo vivo seu aspecto linguístico e o estilo da enunciação, não em menor grau do que sua pertença ao sistema normativo-centralizante da língua única.”⁸¹ Língua é destacada entre aspas, por Bakhtin, na frase que segue a essa. Tais marcas discursivas apontam para uma afirmação: toda enunciação está diretamente relacionada ao plurilinguismo e à língua única. Se é possível dizer que o plurilinguismo é um conjunto heterogêneo e variado de realizações linguísticas, podemos considerar que a língua única está contida nele, porém o contrário não é permitido, uma vez que a norma não pressupõe diversidade, apesar de indicá-la.

Aponta Bakhtin, com isso, que, apesar de se utilizar das normas da língua materna, do país onde vive, um falante também está sob influências de um sistema

⁸¹ BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance. I - A estilística contemporânea e o romance. In: __. *Questões de literatura e estética - A teoria do romance*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 72-84. p. 82.

vivo, a fala. Essa, por sua vez, uma realização discursiva, é histórica e social. “Trata-se da língua do dia, da época, de um grupo social, de um gênero, de uma tendência, etc.” Por essa razão, “é possível dar uma análise concreta e detalhada de qualquer enunciação, entendendo-a como unidade contraditória e tensa de duas tendências opostas da vida verbal.”⁸² Se conteúdo e forma são dois elementos que andam de mãos dadas no romance, as diferentes redundâncias provenientes da dupla “particular e coletivo” são componentes-chave para entender o aspecto social que preside a formação do texto romanesco, visto como realização discursiva plurilíngue.

O plurilinguismo, para Bakhtin, manifesta-se por meio das “pessoas que falam”⁸³ no interior do romance. Através dessas vozes, estabelece-se outra característica do gênero, importante para o teórico: a bivocalidade, que, nesse caso, “sempre tende para o bilinguismo, como um fim.”⁸⁴ Bakhtin diz, ainda, que a bivocalidade tende, no romance, “para o limite da incompreensão mútua entre as pessoas que *falam em linguagens diferentes*.”⁸⁵ Tal peculiaridade se deve ao fato de que, no romance, existem diferentes realidades sociais manifestadas linguisticamente, confrontando seus pontos de vista, os quais não podem nem se justapor, tampouco se contradizerem de maneira decisiva, mas conviverem de forma tensa. Segundo o teórico, “o discurso do outro cria para o discurso de outrem “um fundo dialógico”⁸⁶, espaço esse possibilitador da convivência entre diferenças.

⁸² BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance. I - A estilística contemporânea e o romance. In: __. *Questões de literatura e estética - A teoria do romance*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 72-84. p.82.

⁸³ BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance. IV - A pessoa que fala no romance. In: __. *Questões de literatura e estética - A teoria do romance*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 134-163. p.134.

⁸⁴ BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance. IV - A pessoa que fala no romance. In: __. *Questões de literatura e estética - A teoria do romance*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 134-163. p.154.

⁸⁵ BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance. IV - A pessoa que fala no romance. In: __. *Questões de literatura e estética - A teoria do romance*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 134-163. p.154.

⁸⁶ BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance. IV - A pessoa que fala no romance. In: __. *Questões de literatura e estética - A teoria do romance*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 134-163. p. 156.

Depois de abordar o plurilinguismo, a bivocalidade e o dialogismo, considerando-os como característica do discurso romanesco, Bakhtin chega a um ponto de interesse particular a esta tese, justificativa para a recuperação conceitual que fiz até aqui. Trata-se da hibridização, que, segundo ele é 1. “uma mistura de duas linguagens sociais no interior de um único enunciado” e 2. “o reencontro na arena deste enunciado de duas consciências linguísticas, separadas por uma época, por uma diferença social (ou por ambas) das línguas.”⁸⁷

Nesse fragmento da fala de Bakhtin, existem palavras-chave que conceituam o termo em questão, quais sejam, mistura, linguagens, arena e enunciado. Em virtude de a linguagem ser o seu objeto de estudo, o ponto de partida para pensar a questão circula por tal espaço de interlocução, caracterizado pela sua sociabilidade. Bakhtin diz que as linguagens hibridizadas existem no interior de um único enunciado. Tendo a entender que um conjunto de enunciados desencadeia uma sequência de hibridizações, acusando acontecimentos dinâmicos no interior de um discurso. Tal sequência, por sua vez, é compreendida como um conjunto de procedimentos, o que não dispensa o fato de existirem hibridizações involuntárias, responsáveis pelas “transformações da linguagem”⁸⁸ do ponto de vista histórico.

O híbrido romanesco “não é apenas bivocal e duplamente acentuado (..), mas bilíngue.”⁸⁹ Além disso, “inclui não (...) [só] duas consciências sócio-linguísticas, duas épocas que na verdade não estão inconscientemente misturadas (..), mas se enfrentam

⁸⁷ BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance. IV - A pessoa que fala no romance. In: __. *Questões de literatura e estética - A teoria do romance*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 134-163. p.156.

⁸⁸ BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance. IV - A pessoa que fala no romance. In: __. *Questões de literatura e estética - A teoria do romance*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 134-163. p. 156.

⁸⁹ BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance. IV - A pessoa que fala no romance. In: __. *Questões de literatura e estética - A teoria do romance*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 134-163. p. 158.

conscientemente e lutam sobre o campo do enunciado.”⁹⁰ Complementando, Bakhtin aponta que “num híbrido romanesco intencional trata-se não apenas da mistura de formas e de indícios de linguagens e dois estilos, mas principalmente do choque no interior das formas, dos pontos de vista sobre o mundo.”⁹¹

Recortei a passagem porque achei fundamental destacar a presença dos postulados dos filósofos alemães Edmund Husserl e Karl Marx, no discurso de Bakhtin. O primeiro produz-se por meio da idéia de “correlato intencional” e o segundo através das noções de “ideologia” e “luta” de duas consciências linguísticas. Através da “correlação”, Bakhtin introduz a idéia de representação, bem como aponta o papel, sob seu ponto de vista, a ser desenvolvido por uma consciência artística durante o trabalho de concepção do romance.

Além de Husserl e Marx, as conquistas estruturalistas marcam o discurso bakhtiniano, pois vêm de Saussure as idéias de *langue* e *parole*, coletivo e particular, abordadas pelo autor. O avanço de Bakhtin está em hibridizar em seu texto essas consciências linguísticas individuais, abrindo espaço para o diálogo de outrem e assim promovendo, interna e intencionalmente, uma comunicação entre elas, bem como preenchendo lacunas nessas falas individuais e na história da crítica. Trata-se de um isomorfismo teórico. Enquanto fala dos processos de hibridização, Bakhtin o realiza.

No que se refere às lacunas, penso que ao formalismo estruturalista ele acrescenta a percepção do contexto de fala e as situações de comunicação; ao

⁹⁰ BAKHTIN, Mikhail. A pessoa que fala no romance. In:__. *Questões de literatura e estética – A teoria do romance*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 158.

⁹¹ BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance. IV - A pessoa que fala no romance. In:__. *Questões de literatura e estética – A teoria do romance*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 134-163. p. 158.

marxismo, a importância de considerar a forma e desautomatizar o subjetivismo idealista e à fenomenologia do espírito, o princípio da relação, opondo os conceitos de pureza e língua única ao de linguagem hibridizada, estilizada e vária. Em função dessas questões, do entendimento democrático que dá ao híbrido e por enquadrar o romance em tal classificação, definindo-o por meio do dialogismo e da polifonia, Bakhtin assume presença conceitual na enunciação desta tese. Além disso, é uma das linguagens teóricas, “outrem” do meu discurso, a qual informa não apenas o que entendo por hibridização, mas auxilia no melhor entendimento do híbrido nos romances que escolhi como *corpus* para o trabalho.

2.2.2 Da referencialidade a alteridade: enunciação, locutor, alocutário, colocutor

Os conceitos de referencialidade e alteridade e suas repercussões são o ponto de chegada deste subcapítulo ou “subfresta”. Trata-se de estabelecê-los com o apoio do ferramental teórico proveniente do trabalho de Émile Benveniste, “O aparelho formal da enunciação”, publicado em *Problemas de linguística geral II*, trabalho esse considerado no sentido de demonstrar outras facetas dos processos de hibridização, quando o autor problematiza uma diferença entre língua e forma. Em decorrência disso, Benveniste afirma que a enunciação é “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”⁹².

É possível considerar, diante disso, que língua está para um padrão de comportamento mais abrangente enquanto a utilização individual dessa língua para outro de caráter particular. Toda vez que me aproprio da língua estou

⁹² BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: __. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 2006. p. 81-90. p. 82.

particularizando-a e, porque isso ocorre, a transformo em discurso. A enunciação é “a conversão individual da língua em discurso”⁹³. Esse ato individualizado instaura o primeiro elemento a compor uma enunciação – o locutor – cujo comportamento de dar existência à língua pelo discurso gera uma situação importante, qual seja, a de apropriação. Além disso, o locutor pressupõe imediatamente um ouvinte ou um leitor, resumidos no papel de alocutário. Segundo Benveniste, na enunciação,

a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação.⁹⁴

A locução, o alocutário e o co-locutor são princípios inerentes a todo e qualquer tipo de discurso e integrantes a enunciação. Se a língua só existe de forma concreta no discurso e enquanto possibilidade fora dele, a enunciação é a materialização de uma situação de diálogo entre duas pessoas, as quais dela se valem para do mundo de que participam referir. Além disso, a língua é apropriada em uma situação de interação comunicativa entre duas pessoas e transformada em discurso sobre o mundo. Por essa razão, não somente o emprego e a realização articulada dos signos depõem sobre o referente, mas também o conteúdo da interação entre alocutários, conteúdo esse necessariamente pressuposto no ato concretizado, ou seja, na própria situação de apropriação linguística do mundo a que estão circunscritos os falantes.

⁹³ BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: __. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 2006. p. 81-90. p. 82.

⁹⁴ BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: __. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 2006. p. 81-90. p. 84.

Uma vez que a referência é parte integrante da enunciação e por referência entende-se a emergência dos índices de pessoa eu-tu, proponho que, nesse princípio, funda-se o de alteridade. Sendo assim, onde está o tu está o eu e vice-versa. Para Benveniste, essas duas figuras necessárias e indispensáveis ao discurso conferem-lhe “a estrutura de diálogo”.⁹⁵ Em tal diálogo, os dois parceiros da situação comunicativa são protagonistas da enunciação, não havendo proeminência discursiva para um ou para outro, pois estão em posição de igualdade formal. A diferenciação de um eu e um tu, do meu ponto de vista, está na apropriação que fazem da língua para referir o seu modo de ver o mundo.

A enunciação, pois, depende dos acordos de referencialidade que se fazem entre essas três instâncias do discurso. O conceito de referência que existe entre um locutor e um alocutário de uma alocução aproxima-se do que se entende por alteridade. Aliás, a alteridade está contida no princípio de referência que existe entre eu-tu. A identidade de “eu” constitui-se por aquilo que o outro não é, ao mesmo tempo em que possui características desse outro. Se “eu” é igual a “eu” + “tu”, posso sustentar que existe aí importante argumento para caracterizar o híbrido.

Nesse caso, não se trata apenas da mistura, segundo aponta Bakhtin, mas da combinação. O híbrido ocorre na enunciação, do ponto de vista formal, por meio das pessoas que falam discursivamente, o que me leva a concluir que o processo de hibridação dá-se enunciativamente. A alocução é o resultado da hibridização, em termos semânticos, realizado, formalmente, por sujeitos, que se valem de signos para dar conta de referir o mundo ou os impactos que ele promove em suas consciências

⁹⁵ BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: __. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 2006. p. 81-90. p. 87.

linguísticas. O princípio da coreferência, no meu modo de ver, é exemplar porque elucida tal processo de hibridização.

2.2.3 Convergências: (co)locutor e (co)presença

No livro intitulado *Production of presence*⁹⁶, Hans U. Gumbrecht discute como a questão da interpretação e do sentido vem sendo encarada, ao longo da história, pela área das Ciências Humanas. Além de propor tal discussão, fazendo uma retrospectiva e um prognóstico particular sobre o assunto, apresenta alguns pontos de vista e conceitos para enfrentar o debate. Na sessão intitulada “User’s manual”, ou “Manual do usuário”, Gumbrecht começa explicando, objetivamente, como é seu estilo, o que entende por “produção” e “presença”. O primeiro signo “does not refer (at least does not mainly refer) to a temporal but a spatial relationship to the world and its objects”^{97/98}.

Algo que está presente, para o autor, tem de ser tangível, isto é, estar ao alcance das mãos. Por consequência, “it can have an immediate impact on human bodies”^{99/100}. “Produção”, por sua vez, “is used according to the meaning of its etymological root (i.e., Latin *producere*) that refers to the act of ‘bringing forth’ an object in space”^{101/102}. Produção de presença, portanto, designa “all kinds of events and process in which the

⁹⁶ *Produção de presença*. [Tradução minha]

⁹⁷ GUMBRECHT, Hans U. *Production of presence: what meaning cannot convey*. California: Stanford University Press, 2004. p. XV.

⁹⁸ “Não refere (ao menos não refere principalmente) a uma relação temporal, mas espacial, com o mundo e seus objetos.” [Tradução minha]

⁹⁹ GUMBRECHT, Hans U. *Production of presence: what meaning cannot convey*. California: Stanford University Press, 2004. p. XV.

¹⁰⁰ “Isso pode ter um impacto imediato nos corpos humanos.” [Tradução minha]

¹⁰¹ GUMBRECHT, Hans U. *Production of presence: what meaning cannot convey*. California: Stanford University Press, 2004. p. XV.

¹⁰² “É usada de acordo com o significado de sua raiz etmológica (isto é, Latim *producere*), a qual se refere ao ato de ‘dar à luz’ a um objeto no espaço”. [Tradução minha]

impact that 'present' objects have on human bodies is being initiated or intensified"^{103/104}. Tais objetos, por sua vez, denominam-se "things of the world"^{105/106}

No caso deste trabalho, designo como "coisas do mundo", cada um dos romances da tese, entendidos, segundo esse ponto de vista teórico, enquanto formas literárias hibridizadas, os quais estão ao alcance das mãos dos leitores, projetando um impacto imediato em seus corpos. O que chamo de "locuções de gênero", "mecanismos linguísticos", "maneirismos de grupos" e "dialogização das vozes" são signos cujo conteúdo não apenas descreve a hibridização no discurso romanescos, mas permite ao leitor experimentar a história a partir do contexto presencial dessas obras.

Gumbrecht chama atenção para a característica espacial desses conceitos. Gostaria, entretanto, de discutir a questão da "presença" e da "produção", igualmente de um ponto de vista linguístico, dirigido à fundamentação do tempo, conforme propõe Émile Benveniste, em *Problemas de linguística geral*. Benveniste aponta que a temporalidade "é produzida, na verdade, na e pela enunciação. Da enunciação procede a categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria do tempo"¹⁰⁷. O presente temporal advém da enunciação. Toda vez que um sujeito enuncia algo, está criando presenças e/ou presentificando o mundo pela linguagem.

¹⁰³ GUMBRECHT, Hans U. *Production of presence: what meaning cannot convey*. California: Stanford University Press, 2004. p. XV.

¹⁰⁴ "Todos os tipos de eventos e processos nos quais o impacto que objetos 'presentes' têm em corpos humanos está sendo iniciado ou intensificado." [Tradução minha]

¹⁰⁵ GUMBRECHT, Hans U. *Production of presence: what meaning cannot convey*. California: Stanford University Press, 2004. p. XV.

¹⁰⁶ "Coisas do mundo." [Tradução minha]

¹⁰⁷ BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: ___. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 2006. p. 81-90. p. 85.

Se o mundo dos objetos é dado por linguagens, uma vez que não há outra maneira de apreensão desses materiais, “as coisas do mundo”, das quais Gumbrecht se ocupa, ocorrem e são percebidas enunciativamente através de um princípio de coautoria entre sujeitos. Conseqüentemente, “as coisas do mundo” se tornam presentes, espacialmente, por meio de enunciados. Sendo assim, confirmando o que aponta o professor de Stanford e por isso o aproximando de Benveniste, o conceito de “presença” não diz respeito apenas a uma questão de ordem espacial, mas, do mesmo modo, temporal, conforme suas palavras explicam: “at least does not mainly refer” to a temporal but a spatial relationship”^{108/109}, simultaneamente, em graus diferentes.

Benveniste aponta que o tempo “é esta presença no mundo que somente o ato de enunciação torna possível, porque (...) o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o agora”¹¹⁰. Não apenas de viver o agora, mas não há, segundo o teórico, outro modo “de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo”¹¹¹. Para o linguista, somente a enunciação cria o tempo presente. Cada vez que um discurso é enunciado, inaugura-se um novo instante, isto é, uma nova presença.

Poderia pensar, diante dos argumentos de Benveniste, que toda vez que um objeto, ou “coisa do mundo”, surpreende um sujeito, produz nesse indivíduo um evento espacial, fundando, da mesma forma, um novo momento? Por que tanto a

¹⁰⁸ GUMBRECHT, Hans U. *Production of presence: what meaning cannot convey*. California: Stanford University Press, 2004. p. XV.

¹⁰⁹ “Não refere (ao menos não refere principalmente) a uma relação temporal, mas espacial, com o mundo e seus objetos.” [Tradução minha]

¹¹⁰ BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: __. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 2006. p. 81-90. p. 85.

¹¹¹ BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: __. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 2006. p. 81-90. p. 85.

temporalidade e/ou a espacialidade criam, à sua maneira, uma situação nova, podem as duas teorias serem aproximadas?

O conceito de presença para Gumbrecht significa o efeito provocado pela espacialidade e imediaticidade do mundo dos objetos sobre os sujeitos. Para Benveniste, por sua vez, a presença é o tempo, o qual somente é viável através da enunciação. Segundo esse conceito, só é possível experienciar o presente por meio de uma presença temporal. Inserir o discurso no mundo, nesse caso, significa criar temporalidades, presenças. Se o discurso é uma presença e se o mundo se mostra ao sujeito discursivamente, seja através de que linguagem for, poderia dizer que os eventos despertados pelos objetos tangíveis aos sujeitos se inscrevem em uma temporalidade e dependem do discurso para tanto?

A diferença principal dos dois argumentos reside em um ponto: Gumbrecht parte de uma proposta não-narrativa para encarar os eventos e os objetos historicamente, bem como suas influências nos sujeitos; Benveniste, por outro lado, mesmo não tendo essa preocupação, discute as categorias da “presença” e da “produção” por meio da temporalidade. Além disso, Benveniste não separa tempo, espaço e pessoa. A escolha pela não narratividade pressupõe, ainda, a exclusão do tempo, da cronologia e da linearidade que o mesmo pode suscitar. Ao preencher o conceito de “presença”, através da idéia de “espaço”, Gumbrecht está tratando, em contrapartida, da questão de tempo, mas não da forma tradicional. O tempo espacial é sincrônico e imediato. A temporalidade do enunciado, nesse caso, exercita-se sem uma cronologia.

Penso ser interessante acrescentar, ainda, que Benveniste distingue “as entidades que têm na língua seu estatuto pleno e permanente e aquelas que, emanando da enunciação, não existem senão na rede de ‘indivíduos’ que a enunciação cria e em relação ao ‘aqui-agora’ do locutor”¹¹². Como exemplo, acrescenta pronomes e advérbios. A partir desse fragmento, é possível afirmar que, apesar de serem propostas distintas, há graus de aproximação entre ambas. As entidades linguísticas, de que fala Benveniste, participantes na enunciação, são identificadas como uma “rede”. Tal identificação, por sua vez, demonstra indícios de não narratividade como sendo uma característica da enunciação, graças às tantas analepses e prolepses que um discurso pode conter.

Além disso, outro fator importante a ser considerado é que a enunciação cria uma “rede de indivíduos”, ou seja, uma rede de coautorias ou copresenças, como fala Gumbrecht. Por fim, apesar de Benveniste concentrar-se na temporalidade e Gumbrecht na espacialidade, nenhum dos dois desconsidera, respectivamente, o espaço e o tempo, ao escolher apenas um dos dois como ponto de partida. O primeiro, porque menciona o fato de que as relações se dão “no aqui-agora”, ou seja, no espaço e no tempo; o segundo, porque diz que o conceito de presença não se refere “principalmente” a uma relação temporal, isto é, a espacialidade designa o conceito, o que não impede que esse esteja constituído por traços de temporalidade.

A aproximação entre os dois teóricos dá-se no sentido de evidenciar que o estudo do discurso no romance, a que me proponho, apresenta-se tanto como um acontecimento temporal quanto espacial. Enquanto espacialidade, é uma presença não-

¹¹²BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: __. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 2006. p. 81-90. p. 86

narrativa; enquanto temporalidade, uma rede de vozes individuais, que se realizam linguisticamente, através de entidades da língua, criadas graças às necessidades comunicativas impelidas pelo discurso, em relação ao aqui-agora do sujeito.

Os conceitos apresentados por Gumbrecht combinam-se para alicerçar essa proposta, a fim de pensar a história literária brasileira a partir da não narratividade. Benveniste, por seu turno, possibilita estudar a enunciação no romance também do ponto vista das presenças temporais – do tempo criado pelos sujeitos linguisticamente, quando se comunicam e comunicam simultaneamente no discurso que produzem. Se divergem em certa medida, os teóricos convergem em outra.

Considerando, conforme Benveniste, que “a enunciação torna-se responsável por certas classes de signos que ela promove literariamente à existência”¹¹³, proponho entender os sintagmas “locuções de gênero”, “mecanismos linguísticos”, “maneirismos de grupos” e “fala das gerações e dialogização das vozes”, como signos resultantes da enunciação no romance. Tais signos, por sua vez, despertam a hibridização, pois em sua estrutura contêm, segundo Mikhail Bakhtin, “uma mistura de duas linguagens sociais no interior de um único enunciado”¹¹⁴.

Isso permite simplificarmente entender que a enunciação romanesca, tanto do ponto de vista da língua quanto da linguagem, produz signos que presentificam, espacial e temporalmente, enunciados demonstrando a mescla de linguagens sociais, os quais possuem como característica a hibridização. Do ponto de vista historiográfico,

¹¹³ BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In:__. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 2006. p. 81-90. p. 86.

¹¹⁴ BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance. IV - A pessoa que fala no romance. In:__. *Questões de literatura e estética – A teoria do romance*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 134-163. p. 156.

segundo as orientações de Gumbrecht, a presença desses signos hibridizados no romance brasileiro pode produzir dados para uma história da literatura brasileira. Se aos signos dispenso minha atenção é porque, apesar da temporalidade que estrutura o discurso e seus desdobramentos, enunciado e enunciação, percebo a realização de uma história da literatura a partir da proposta da não narratividade. Esses signos, por sua vez, emanados do discurso, dão margem ao fragmento, ao sincrônico e ao espacial, e estão desenvolvidos na terceira seção desta tese.

3 DISCURSO

Encontra-se, nesta fresta, a descrição da hibridização no discurso do romance. “Locuções de gênero”, “mecanismos linguísticos”, “maneirismos de grupos,” “fala das gerações e dialogização das vozes” e suas subdivisões são os elementos ou sintagmas responsáveis por produzir a presença dos romances de maneira objetificada. Tais sintagmas são considerados signos que despertam o conteúdo discursivo e permitem, ainda, vivenciar o material histórico de cada um dos romances, a linguagem que isso é apresentado, o tempo, as vozes e o espaço em que as pessoas inter-relacionam-se. Cada signo será estudado de forma vertical nos quatro romances: Memórias de um sargento de milícias, Os sertões, Memórias sentimentais de João Miramar até chegar a Boca do inferno. Esse procedimento permite que se entenda a hibridização no discurso ao mesmo tempo em que, de forma particionada, nos mostra em conta gotas conteúdo(s) e forma(s) do(s) romance(s).

3.1 Locuções de gênero

Em “locuções de gênero”, meu foco está sobre as pessoas ou protagonistas do discurso. O mapeamento dos quatro romances eleitos segue esse aspecto como referência.

3.1.1 Leitor marcado: direto e indireto

Conversas com o leitor. Capítulos curtos. Episódico. Tom coloquial. Vínculos entre histórias. Surpresa. Suspensão da narrativa. Simultaneidade dos fatos. Trata-se dos elementos formais utilizados como expediente em um folhetim. O único romance publicado por Manuel Antônio de Almeida, *Memórias de um sargento de milícias*, tem essa aparência, daí a ocorrência de tais características em sua estrutura. A presença do leitor é outro dado que se junta a esses e assume relevante importância no texto. Não é apenas o cidadão com documento de identidade que compra o periódico para saber

das notícias e a respeito do desenvolvimento da trama. O andamento da história depende do leitor, assim como dos demais elementos, e o narrador faz questão de deixar isso marcado através do diálogo que trava com ele. Sua imagem passa a ser considerada uma unidade narrativa. O texto, por sua vez, constrói-se por meio da alteridade. Em que medida se dá, portanto, a figuração desse “outro”, enquanto leitor marcado, no discurso do “eu-narrador”?

Muitas são as vezes em que o narrador, em tom de diálogo, faz referência direta à figura do leitor em sua fala. A primeira delas antecipa um episódio. Após descobrir a traição de Maria, sua esposa, Leonardo Pataca arma uma confusão, cuja consequência é o pontapé que o filho, também Leonardo, recebe no traseiro, o qual o projeta para longe. O barbeiro, vizinho e padrinho do Leonardo filho, envolve-se na questão, resolvendo ir até a casa onde acontece a briga, porque já pressupunha que algo desse tipo iria acontecer. Sobre essa decisão da personagem, diz o narrador: “Por estas palavras vê-se que ele suspeitara alguma coisa; e saiba o leitor que suspeitara a verdade.”¹¹⁵

A personagem infere algo que o narrador sabe e que agora tem na figura do leitor um cúmplice para os fatos, antes mesmo de os descrever. O narrador não deixa o leitor de fora dos acontecimentos, o que fica evidenciado por meio da antecipação dos fatos e da descrição do comportamento das personagens. Diante disso, a primeira exigência desse narrador é que, desde o início da história, o leitor aprenda a suspeitar dos eventos contados, antes de encontrar uma explicação para os mesmos.

¹¹⁵ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p.19.

Se a malícia, por um lado, é o primeiro ato exigido dessa figura narrativa, o outro é o espanto, isto é, o choque diante de um acontecimento. Após a briga, o Leonardo pai procura um caboclo velho: “para a admiração do leitor, fique-se sabendo que este homem tinha por ofício dar fortuna!”¹¹⁶ Não bastasse a fala no corpo do texto, uma nota de rodapé amplia a explicação sobre o que vem a ser “dar fortuna”, nota essa que obriga uma descida e subida de página, para compor o sentido da idéia.

Por que esse leitor espantar-se-ia com o ofício do homem? O espanto é para com o ofício ou para com o comportamento de Leonardo em procurar tal tipo de ajuda? Ou, ainda, por que, tendo em vista as condições físicas do caboclo: hediondo, bem como o aspecto da casa e do local em que estava situada: um lugar inóspito e sinistro – alguém daria crédito ao seu ofício e a suas adivinhações sobre o futuro? O desastre da situação, mencionado em pé de página – “deu azar” – demonstra que a inacessibilidade do contexto só poderia resultar em algo desastroso, como o fato de Leonardo ter sido preso, por ir contra a moral e os bons costumes da época. Aliados a isso, o afastamento da casa em relação ao resto da cidade e as condições desse sujeito são elementos que causam espanto no leitor, agora descrito como alguém capaz de farejar contradições, a fim de evitar mal-estares. É um leitor diferente da personagem, pois se ele se admira é porque, contrariamente ao que fez Leonardo, ele não iria até a casa.

Maliciar, suspeitar e ser curioso. Além de duvidar dos fatos, logo de início, e não se deixar iludir pela fala “dos outros”, o leitor tem de estar motivado para saber do que se trata, onde, por que, quando, quem, como, etc. O narrador, de sua parte, aguça

¹¹⁶ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p.19.

tal curiosidade, interpolando as microhistórias que compõem o romance. O padrinho, porque esteve envolvido na prisão do Leonardo pai, somente deu-se conta horas depois que o afilhado tinha desaparecido. Não tendo sucesso com suas buscas noturnas, resolveu esperar o dia clarear, a fim de continuar a empreitada. Antes de contar o reencontro e ainda deixando a personagem sem saber onde está seu ente querido, o narrador dirige-se ao leitor, na forma de uma concessão, marcada pela conjunção “entretanto”, e diz: “vamos satisfazer o leitor, que há de talvez ter curiosidade de saber onde se meteu o pequeno”¹¹⁷, passando a descrever onde ele está e como aparece.

O narrador pressupõe a existência da curiosidade no leitor. O termo “talvez”, no entanto, marca a insegurança dessa pressuposição. Mesmo assim, ainda que essa curiosidade não exista, o comportamento do narrador, ao antecipar os fatos e chamar o leitor para o seu lado, faz com que (in)/(di)retamente, a especulação se instaure. Tal curiosidade especulativa surge como um convite para que ele se interesse pelos eventos, assim como o que é descrito, na sequência, sobre uma personagem que havia sido mencionada apenas *en passant* até então: a comadre rezadeira e que a partir de agora, contando com esse leitor, é apresentada minuciosamente.

Nesse instante, outro movimento é exigido do leitor: a atenção. Tal exigência é requerida tanto em passagens que demonstram essa figura presenciando situações ocorrendo com demais personagens, como em “ouça o leitor a conversa entre os dois”, quanto em outras, que solicitam sua consideração no que se refere ao próprio narrador e à palavra empenhada no passado ou no presente em relação ao futuro: “como o velho

¹¹⁷ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p.24.

tenente-coronel conhecia a comadre e o Leonardo, e por que se interessava por ele, o leitor saberá mais para adiante” e “em breve saberá o resultado de tudo isso”¹¹⁸.

A memória é outro requisito exigido pela voz narrativa, em relação ao comportamento do leitor. Afirma o narrador: “os leitores estão lembrados do que o compadre dissera quando estava a fazer castelos no ar a respeito do afilhado, e pensando em dar-lhe o mesmo ofício que exercia, isto é, daquele *arranjei-me*, cuja explanação prometemos dar.”¹¹⁹ O sintagma “*arranjei-me*” serve de intróito ao narrador para mostrar como o barbeiro, padrinho de Leonardo, tornou-se, “por acaso”, médico de um navio negreiro.

Além disso, “por mais acaso ainda”, roubou a fortuna do capitão, de quem não conseguiu salvar a vida, e para com quem não cumpriu a palavra de entregar a herança que deixara a filha, dinheiro esse que serviu de expediente para abrir sua barbearia. O narrador conta com a memória do leitor, que, pela primeira vez, aparece determinado no plural. A partir daí, como fez com a comadre, demonstra os detalhes da história de vida do enjeitado padrinho de Leonardo, condição essa que “o leitor sem dúvida já adivinhou que ele o era”¹²⁰.

Esses exemplos evidenciam que o narrador intenciona despertar a memória do leitor, chamando a atenção para os “pequenos” dados pulverizados textualmente na narrativa, mantendo-o sempre alerta e atualizado o que está, foi ou será dito. Esse

¹¹⁸ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 29.

¹¹⁹ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 30.

¹²⁰ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 30.

argumento registram-se nos seguintes trechos: “não nos daremos o trabalho de descrevê-la; em um dos capítulos já viu o leitor o que isso era,”¹²¹ “os leitores devem estar lembrados”¹²², “os leitores hão de estar lembrados”¹²³, “como os leitores estarão lembrados”¹²⁴ ou “como os leitores terão visto”¹²⁵. Se a memorização requerida pela figura do narrador à do leitor, por um lado, exige que esse último esteja atento aos acontecimentos, bem como combine as informações, a fim de estabelecer conexões de sentido, por outro, demonstra que de tal atitude depende o cumprimento da palavra por parte do narrador. Um leitor desatento – não participante – é, em outras palavras, cúmplice dos deslizes da figura narrativa.

Além desses, outros comportamentos são requeridos:

1. imaginação, por meio da suposição dos acontecimentos: “e se agora o leitor supuser tudo isto coberto por uma densa camada de poeira, terá idéia perfeita do lugar em que foi recebido o velho-tenente coronel”¹²⁶ e “figure o leitor um homenzinho nascido em dias de maio”¹²⁷;

¹²¹ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 47

¹²² ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 69.

¹²³ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 101.

¹²⁴ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 119.

¹²⁵ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 112.

¹²⁶ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p.35.

¹²⁷ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 63.

2. objetividade: “para não cansar o leitor repetindo a história de mil travessuras de menino no gênero das que já se conhece”¹²⁸, “nós poupamos ao leitor”¹²⁹ das mentiras de João Manoel, um aventureiro em busca do “golpe do baú” ou “os leitores devem já estar fatigados de travessura de criança”, referindo-se aos muitos episódios da época em que Leonardo é criança;
3. perspicácia: “dada a explicação, os menos perspicazes entenderão sem dúvida (...) digamo-lo aos leitores”,¹³⁰ o narrador nessa passagem coloca a perspicácia de Vidinha, ao entender que sua mãe a está induzindo a “pregar o mono” (dar o troco) em Leonardo, com o *toma-largura*, em relação à ingenuidade do leitor, situação essa que o narrador faz questão de explicar de forma detalhada;
4. cumplicidade: “saiba o leitor em segredo”¹³¹, “como sabem os leitores”¹³², “para adiante os leitores verão,”¹³³ “apesar de que os leitores saberão pouco mais ou menos”¹³⁴, “confessem os leitores se não era

¹²⁸ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 38.

¹²⁹ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 76.

¹³⁰ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 114.

¹³¹ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 43.

¹³² ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 62.

¹³³ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 56.

¹³⁴ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 59.

coisa deveras extravagante”¹³⁵ e “aos foguetes surgiram, como sabem os leitores, as rodas”¹³⁶;

5. informatividade: “a este episódio da Folia [festa do Espírito Santo] seguiam-se outros de que vamos em breve dar conta aos leitores”¹³⁷; “como o sabe de cor a maioria dos leitores que é sem dúvida nenhuma entendida na matéria, por uma declaração de forma”¹³⁸. Aqui o narrador fala de uma declaração de amor à Luizinha, por quem se apaixonara e estava tentando namorar, com o apoio e estratégias da comadre, que, na condição de amiga da tia de Luizinha, fazia intrigas contra José Manoel, que, por sua vez, com a ajuda do mestre-de-cerimônias, teve sucesso antes de Leonardo: “agora informaremos ao leitor que tudo que se acabava de passar tinha sido com efeito obra do mestre-de-rezas”¹³⁹.

Os exemplos aqui destacados dizem respeito às ocorrências do “leitor marcado”, diretamente, no discurso do narrador. Há, entretanto, a presença dessa figura, enunciada pelo narrador em sua fala, de forma indireta. Quando isso ocorre, o leitor assume com o narrador uma fusão discursiva, por meio de “nós”. Os seguintes fragmentos exemplificam isso: “se Leonardo se afligira do modo que acabamos de ver”¹⁴⁰, “D. Maria era, como dissemos, rica e velha”¹⁴¹, “nosso amigo Leonardo”¹⁴²,

¹³⁵ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 59.

¹³⁶ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 62.

¹³⁷ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 60.

¹³⁸ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 67.

¹³⁹ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 93.

¹⁴⁰ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 65.

“apenas como há pouco dizíamos”¹⁴³, e “como a comadre pudera arranjar semelhante coisa para o afilhado é isso que pouco nos deve importar”¹⁴⁴.

Quando o leitor é marcado textualmente, como no romance de Manuel Antônio de Almeida, deixa de ser um pré-requisito ou uma pressuposição virtual e se torna fato discursivo. Há um espaço exclusivo fixado para ele dentro da enunciação romanesca. A comunicação intra-literária entre um narrador e um leitor sobre personagens, tempos e espaços pode ser ainda classificada como metadiscursiva. O autor criou, ficcionalmente, uma situação de leitura, bem como de escrita, isto é, alguém escreve para alguém que lê ou, remontando aos trovadores, em uma situação oral, alguém “canta” para alguém que ouve.

O diálogo é o resultado dessa situação interativa. O leitor, entretanto, não tem voz em primeira pessoa exclusivamente. É descrito e construído pela voz de um outro que também é locutor de seu próprio discurso. Sozinho, ele não se manifesta, porém se expressa em primeira pessoa, junto com uma outra voz, qual seja, a do narrador. Esse leitor coautor é, ao mesmo tempo, um nós e um ele.

Linguisticamente, o leitor marcado, de forma direta ou indireta, é ainda um “ela”. Ao final do texto, depois de se referir à pessoa do leitor, no singular e no plural, ao falar sobre o amor verdadeiro, diz o narrador: “as leitoras que não concordarem

¹⁴¹ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 65.

¹⁴² ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 75

¹⁴³ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 109.

¹⁴⁴ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 107.

com esta doutrina convençam-me do contrário, se são disso capazes”.¹⁴⁵ Nota-se que o eu desafia o tu feminino e sua capacidade de argumentação. Do comportamento do outro feminino, marcado pelo tu, é exigido criticidade de posicionamentos. O narrador não crê, entretanto, na capacidade de argumentação do público feminino, mas não de todo ele; o narrador apenas desconfia das que não concordarem com sua teoria.

Se o narrador tem o leitor masculino como seu cúmplice, também tem o feminino como seu possível oponente. Instaura-se aqui não apenas um conflito de opiniões, mas uma disputa entre vozes que se confrontam discursivamente. Suas presenças na alocação não se dão em primeira pessoa, mas na primeira pessoa de um outro, com quem dividem a autoria da enunciação. Tal embate discursivo não deixa de ser polêmico.

O autor, na voz de seu narrador, joga para o público, extratextual, uma vez que nenhuma personagem é encarregada disso, a responsabilidade de discutir uma fala intra-narrativa. A história e a sociedade ficam responsáveis por discutir a questão. Por essa razão, não há como não questionar o seguinte dado: estaria ele apontando a incapacidade crítica das mulheres ou simplesmente a impossibilidade de qualquer ser humano, inclusive as mulheres, de serem racionais quando o assunto é o amor?

Leitor, leitores, leitoras. No masculino e no feminino. No singular e no plural. Afinal de contas quem é esse outro que perpassa o discurso do eu, que é constituído por ele e ao mesmo tempo o constitui? O(a) leitor(a) marcado(a)(s) é delimitado por esse narrador. Trata-se do leitor fluminense do início da segunda metade do século

¹⁴⁵ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 126.

XIX, de cujo comportamento espera-se, conforme demonstra o narrador, algumas características, tais como: espanto, memória, curiosidade, atenção, imaginação, objetividade, perspicácia, cumplicidade, informação.

Os dados que registram as características e as atitudes exigidas do leitor pelo narrador foram apresentados até aqui. Os que definem o leitor e sua posição social no discurso, de forma direta, são os seguintes: 1. “era domingo do Espírito Santo. Como todos sabem, a festa do Espírito Santo é um das festas prediletas do povo fluminense”¹⁴⁶ e 2. “confessem os leitores se não era coisa extravagante ver-se o imperador vestido de veludo e seda, percorrendo as ruas cercado por um rancho de pastores, ao toque de pandeiro e machete”¹⁴⁷.

O leitor fluminense é capaz de compartilhar das mesmas impressões e liberdades desse narrador que se autointitula “contador de histórias”¹⁴⁸ e entendê-las, porque são participantes da mesma sincronia temporal. Há uma cumplicidade entre eles. Isso não inviabiliza a obra de atravessar os tempos e de ser entendida por leitores de outros contextos. No entanto, há duplamente um destinatário específico na obra: é predominantemente masculino em relação a uma ocorrência feminina, que marca a diferença e registra o entendimento do autor sobre ela; vive no século XIX; é perspicaz; não gosta de rodeios; reside na capital da Província do Rio de Janeiro, o que o faz ser nomeado fluminense ou carioca.

¹⁴⁶ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 58.

¹⁴⁷ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 59.

¹⁴⁸ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 114.

O “outro” marcado, o leitor, conversa com um eu que predominantemente se mostra em terceira pessoa do plural, o qual também dialoga com as demais personagens que o constituem. Esse eu, até mesmo quando vai falar de si, coloca-se como um outro de seu próprio discurso: “aquele que escreve estas Memórias ainda em sua infância teve ocasião de ver as Folias, porém foi já no seu último grau de decadência, e tanto que só as crianças como ele davam-lhe atenção e achavam nelas prazer”¹⁴⁹.

O distanciamento criado pelo narrador das *Memórias* promove uma lacuna, ou seja, uma ruptura no sujeito e conseqüentemente no discurso. O eu é um aquele: “o Leonardo”¹⁵⁰ ou “o nosso memorando”¹⁵¹. Se é aquele, não é eu. Porém, isso ocorre ao mesmo tempo em que, não o sendo, é a outra partícula da relação de outredade, constituidora do átomo-narrativa, isto é, da história de vida contada. Então, não são apenas as histórias que são interpoladas, mas também o próprio sujeito, desdobrado, muitas vezes de forma contraditória, dialogando com um referente da comunicação que, em uma via de volta, conta com um destinatário marcado por essa pluralidade de enunciados.

3.1.2 Narrador ambíguo: subjetividade e objetividade

O discurso em *Os sertões*, de Euclides da Cunha, apresenta, dentre outros, um caráter ambíguo, alternando entre a objetividade e a subjetividade do narrador. Esse

¹⁴⁹ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 58-59.

¹⁵⁰ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 60.

¹⁵¹ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 57.

ser observa os acontecimentos e os divide com um “outro”, presente no “nós”, que o acompanha durante a narrativa, e com quem conversa e desbrava a caatinga. Tal figura descreve fatos passados, incumbido por um autor que os vivenciou. Apesar de essa primeira relação, entre o autor e o narrador, instituir uma diferença temporal entre o visto e o narrado, o mesmo não se dá entre o narrador e as alteridades com quem dialoga textualmente. A explicação para tanto reside no fato de que, narrativamente, todos convivem em um mesmo espaço – o discurso – e são desdobramentos de pessoas que se confrontam presentemente entre si, bem como com outras vozes. O autor em relação às personagens é uma instância dêitica, para além do discurso, ainda que responsável por ele.

Como as relações entre os locutores se constroem em meio a essas ambiguidades? O narrador inicia descrevendo a terra, como é o propósito da primeira parte do livro. Preliminarmente, é o planalto central do Brasil o aspecto que o preocupa. Nesse momento, surge um registro da condição dessa voz narrativa no espaço em que se encontra: “de sorte que quem o contorna, seguindo para o norte, observa notáveis mudanças de relevos”¹⁵².

Na sequência dessa proposição, está outra: “a princípio o traço contínuo e dominante das montanhas”¹⁵³, separada por dois pontos ortográficos, sinal gráfico esse que divide uma constatação anterior e uma consequente explicação detalhada do dito. O “quem”, referido pelo narrador, é ele mesmo, ainda que dentro do pronome pudesse caber qualquer observador, possibilidade essa permitida pelo aspecto de generalidade inerente ao termo. Esse “quem”, entretanto, afasta-se do geral e atinge o particular em

¹⁵² CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p.71.

¹⁵³ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p.71.

virtude do depoimento que é dado pela voz enunciativa, quando da explicação dos eventos. Trata-se de um “observador que seguindo este itinerário deixa as paragens em que se revezam”, explicando os fatos. Por meio de seu “olhar”¹⁵⁴, o narrador delimita um papel textual.

Suas explicações se disseminam pela narrativa, marcadas, basicamente, por construções contendo: “é que mesmo trilhando o último daqueles rumos”¹⁵⁵ e/ou “porque a Serra Geral segue por ali como anteparo aos alísios”¹⁵⁶. Se, de um lado, vê e explica o visto, do outro, constata: “vê-se, de fato”¹⁵⁷, “verifica-se”¹⁵⁸, “desse modo”¹⁵⁹. No entanto, ele não observa sozinho, o que fica registrado na passagem seguinte: “as camadas anteriores, que vimos superpostas às rochas graníticas”¹⁶⁰. Está aqui se referindo ao que foi mencionado anteriormente, no percurso narrativo, ou ao que foi observado antes de o texto ser organizado e de as anotações – as partes – serem transformadas no todo, isto é, na obra? Remete ao momento da observação com seus pares ou ao contexto narrativo? Pode ser essa, ainda, uma ocorrência de plural majestático?

Independentemente da resposta, instaura-se uma ambiguidade e a presença de um “eu” e um “tu” a formar um nós. “Tu”, portanto, compartilha do mesmo momento histórico identitário desse narrador, sendo capaz de compactuar com o dito, como mostra este trecho: “predestinava-se a atravessar absolutamente esquecido os

¹⁵⁴ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p.72.

¹⁵⁵ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p.81.

¹⁵⁶ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p.78.

¹⁵⁷ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p.72.

¹⁵⁸ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 77.

¹⁵⁹ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 89.

¹⁶⁰ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 75.

quatrocentos anos da nossa história”.¹⁶¹ A terceira pessoa, porque permite o distanciamento entre o locutor e a enunciação, pode também preencher uma busca pela objetividade por parte do narrador, bem como a isenção avaliativa, já que o “visto” é descrito no plural do sujeito e não no seu singular possivelmente subjetivo.

Convites apresentados pelo narrador, “atrassemos-la”¹⁶², referindo-se à passagem pela serra do Grão Mogol, na Bahia, inauguram o discurso e são índices do outro, marcando que o ato narrativo é feito no presente, apesar de já ter sido experienciado. O vivido não é o dito e vice-versa, porém são interdependentes e, nesse caso, um não existe sem a partícula correspondente. A essa caminhada, ou ao ato constituinte, juntam-se muitas vozes, que, com essas apresentadas até aqui, constroem diálogos textuais, como é o caso da ciência, da história, da filosofia, etc.

No que se refere à história, são as Bandeiras o primeiro exemplo. O narrador cita que as condições inóspitas do estranho território de Jeremoabo não permitiam a fixação do homem à terra e esses movimentos que vinham do “sul lhe paravam à beira e envesgando”¹⁶³. Complementado as Bandeiras, estão as Entradas. O apontamento das diferenças entre Sul e Norte, por meio da comparação entre os dois movimentos, sublinha a superioridade desse em relação aquele ponto geográfico, servindo, ainda, de expediente para o locutor declarar sua visão sobre os historiadores: “frisemos este ponto escandalizando embora os nossos minúsculos historiadores – a disposição orográfica libertava-o [o sulista] da preocupação de defender o litoral, onde aproava a cobiça do estrangeiro”¹⁶⁴. Nessa citação, o termo “minúsculo” é usado para qualificar

¹⁶¹ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 81.

¹⁶² CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 78.

¹⁶³ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 81.

¹⁶⁴ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 170.

historiógrafos. Tal qualificação ensaia uma questão: estaria o narrador referindo a rara quantidade de historiadores brasileiros ou a falta de expressividade dos mesmos?

Fechado o parêntese, é necessário acrescentar dois outros eventos históricos destacados: a luta com os holandeses, assim como o drama dos Palmares. O narrador diz ser o primeiro deles “o contraste maior na nossa história”¹⁶⁵, pois enquanto “em Pernambuco as tropas de von Schkoppe preparavam o governo de Nassau, em S. Paulo se arquitetava o drama sombrio de Guairá”¹⁶⁶. Os sulistas, segundo o narrador, estavam alheios à situação corrente no Norte do país, revelando, “na rebeldia aos decretos da metrópole, completo divórcio com aqueles lutadores. Era quase um inimigo tão perigoso quanto o batavo”¹⁶⁷. A história chama atenção para o fato de as divergências e conflitos, no território nacional, terem se dado, “na plenitude do século XVII”¹⁶⁸, tanto entre estrangeiros conquistadores, quanto entre patriotas.

Os estudos do historiador brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen são ainda acoplados ao discurso do narrador, a fim de mencionar que a “extinção do indígena, no Norte, proveio, (...) mais em virtude de cruzamentos sucessivos que de verdadeiro extermínio”.¹⁶⁹. O historiador Von der Goltz também exerce a mesma função discursiva que Varnhagen. Segundo suas táticas prussianas de guerra, “qualquer organização militar deve refletir alguma coisa do temperamento nacional”. O narrador está aqui criticando o comando militar brasileiro: “tínhamos a esgrima perigosa com os guerrilheiros esquivos cuja força estava na própria fraqueza, na fuga sistemática, em um vaivém doidejante de arrancadas e recuos, dispersos, escapantes do seio da

¹⁶⁵ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 173.

¹⁶⁶ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 172.

¹⁶⁷ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 172.

¹⁶⁸ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 173.

¹⁶⁹ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 178.

natureza protetora”¹⁷⁰. As informações de combate, provenientes de outras culturas, como vemos, misturam-se ao discurso e aos acontecimentos no território brasileiro, o que sustenta as várias vezes em que o locutor diz que a história se repete – não apenas em contexto nacional, acrescento.

Se é sobre o combate que fala o narrador, o principal dado histórico, motor da escrita d’*Os sertões*, é o exemplo que falta referir, qual seja, a Guerra de Canudos. Em consequência dessa, outra informação importa aqui: a figura de Antônio Vicente Mendes Maciel – *o conselheiro*, chefe dos canudenses. No capítulo em que aborda a figura de Antônio Conselheiro, o narrador acrescenta exemplos que reafirmam a oscilação entre a objetividade e a subjetividade em seu discurso. O primeiro deles decorre da luta entre a família Maciel e a Araújo. Ao falar sobre Helena Maciel – irmã de Miguel Carlos, ambos tios de Antônio Conselheiro – aponta essa dualidade. A vida da personagem “transcorria em lances perigosos, muitos dos quais desconhecidos senão fabulados pela imaginação fecunda dos matutos”¹⁷¹. Os episódios, contados pelo narrador, a respeito do modo como Helena vingava-se dos assassinos de seu irmão, depõem sobre a subjetividade das hipóteses que concorrem com depoimentos factuais: “Carlos chegou a abrir o portão (...) da casa indicada; mas, quando quis fechá-lo, foi prostrado por um tiro (...) Outros dizem que isto se dera, quando ele passava pelo buraco da cerca de uma vazante que havia por ali”.¹⁷²

A incerteza que delimita a subjetividade do discurso nessa passagem também recai sobre o papel do pai do Conselheiro, Vicente Mendes Maciel: “pintam-no como

¹⁷⁰ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 382.

¹⁷¹ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 261.

¹⁷² CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 262.

‘homem irascível’¹⁷³. O verbo “pintar” indica a inautenticidade do depoimento das “testemunhas de vistas”, uma vez que “todas as histórias, ou lendas entretecidas de exageros, segundo o hábito dos narradores do sertão”, bem como de acordo com a observação marcada pelo narrador d’*Os sertões*, “em que eram muitas vezes protagonistas os seus próprios parentes, eram-lhe entoadas em torno evidenciando-lhe sempre a coragem tradicional e rara”¹⁷⁴.

A “imaginação”, característica do sertanejo, permitiu-lhe, unida a outros elementos, que o Conselheiro deixasse de ser um homem simples e passasse a uma figura lendária. Fazendo oposição aos desmandos do Governo e estando a favor do povo, “viu a República com maus olhos e pregou, coerente, a rebeldia contra as novas leis. Assumiu desde 1893 uma função combatente inteiramente nova”¹⁷⁵. Por isso, “a imaginação popular, começava a romancear-lhe a vida, com um traço rigoroso de originalidade trágica.”¹⁷⁶ Entre o lendário e o verídico firmou-se a figura de Antônio Conselheiro que, por meio de seu misticismo, transformou Canudos no *cosmos* para onde migraram inúmeros sertanejos, das mais diferentes províncias, guiados por esse “gnóstico bronco”; documento raro de atavismo”¹⁷⁷.

Desde o começo, as insatisfações do governo para com os insurgentes, aliadas às revoltas desses contra o descaso de Prudente de Moraes, geraram batalhas que foram se avolumando até culminar em um dos quadros mais graves da história brasileira. No primeiro combate, embora armados, a bandeira dos seguidores do Conselheiro representava a fé. Do ponto de vista político, não acreditavam na República e

¹⁷³ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 263.

¹⁷⁴ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 264.

¹⁷⁵ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 285.

¹⁷⁶ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 271.

¹⁷⁷ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p.253.

defendiam a Monarquia desfeita. Mesmo depois de tantas investidas – foram quatro as expedições enviadas até Canudos – o arraial não se rendeu e os sertanejos lutaram até o último momento, quando a população inteira já estava dizimada.

Além das vozes da história, também o ponto de vista da ciência, nas suas mais variadas áreas, integra a narrativa. O primeiro exemplo vem do geólogo alemão, Wilhelm Von Ludwig Eschwege, responsável por dar nome a uma região brasileira: a Serra do Espinhaço. Afora esse, Peter Wilhelm Lund, um naturalista dinamarquês, estudioso de vestígios de homens pré-históricos, responde pelo campo científico. Pela descrição do narrador, percebe-se haver aqui uma indicação dos estudos de Lund no Brasil, no vale do rio São Francisco.

As observações de Martius sobre o aerólito também são destacadas, bem como o seu reconhecimento na academia européia, graças a F. Mornay e Wollaston. Os estudos de Fred. Hartt, a respeito das bacias hidrográficas de Paulo Afonso; os de Gerber, apontando que o maciço de Goiás é o mais antigo do mundo e os de Emmanuel Liais, botânico, astrônomo e explorador francês, acerca das massas graníticas, também são citados, no momento em que o discurso da geologia, ou “um sonho de geólogo”¹⁷⁸, como diz o narrador, recebe destaque, a fim de explicar a formação desértica no sertão.

Seguindo as contribuições desses estudiosos, o narrador apresenta sua opinião, no que se refere ao tema: “o regime desértico ali se firmou, então, em flagrante antagonismo com as disposições geográficas: sobre uma escarpa, onde nada recorda as

¹⁷⁸ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 91.

depressões sem escoamento dos desertos clássicos”.¹⁷⁹ O termo “então”, aliado a outros, como “acredita-se”¹⁸⁰ e “segundo numerosas testemunhas”¹⁸¹, acentua a marca conclusiva e o comportamento do eu em relação às vozes que se misturam a sua. Essas vozes, por sua vez, são utilizadas para dar credibilidade ao dito, atestar a pesquisa de fontes e o discurso e, assim, complementar a enunciação.

As especulações¹⁸² também qualificam o comportamento da voz narrativa: “não teria o traçado atual se corrente perene lhe assegurasse um perfil de equilíbrio”,¹⁸³ “vendo de longe (...) o observador tinha impressão”¹⁸⁴, “o que se segue são vagas conjecturas” ou, o trecho mais importante entre os demais, depondo sobre a escrita do eu: “o que escrevemos tem o traço defeituoso dessa impressão isolada, desfavorecida ademais, por um meio contraposto à serenidade do pensamento, tolhido pelas emoções da guerra”¹⁸⁵. As vozes da ciência são utilizadas, pelo narrador, como endereços para suas conjecturas pessoais. O resultado dessa imbricação de pensamentos e conceitos é um escrita plurivocal.

O barão de Capanema”¹⁸⁶, um naturalista, é um exemplo da consecutividade e/ou alternância entre sentimentos subjetivos e objetivos inspirando a pesquisa científica. Ao estudar o regime das secas, “impressionado pela razão dessa progressão raro alterada, e fixando-a um tanto forçadamente em doze anos, (...) teve o pensamento

¹⁷⁹ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 93.

¹⁸⁰ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 94.

¹⁸¹ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 115.

¹⁸² Possibilidade, impressão e defeito complementam o antagonismo entre forças subjetivas e objetivas. Com isso, percebe-se que a cientificidade de um discurso é gerada pela capacidade do observador de perceber, sensibilizar-se e descrever as subjetividades pelas quais se pergunta.

¹⁸³ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 97.

¹⁸⁴ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 99.

¹⁸⁵ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 102.

¹⁸⁶ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 111.

de rastrear nos dados extraterrestres, (...) a sua origem remota”¹⁸⁷. A impressão, ou seja, a sensibilização, um dado subjetivo, motivou o interesse pelo fenômeno. Desse interesse, fez-se ciência. Além da impressão, a intuição é outro exemplo nesse sentido: “e como desde muito a intuição de Herschell lhes descobrira”¹⁸⁸.

Segundo o narrador, “este desfiar de conjecturas tem o valor de indicar quantos fatores remotos podem incidir em uma questão que duplamente nos interessa”: 1. “pelo seu trato superior na ciência” e 2. em virtude de “seu significado mais íntimo no envolver o destino de extenso trato do nosso País”.¹⁸⁹ O narrador também se posiciona através de um tu e um eu, unidos e coautores do discurso, confirmando as finalidades da especulação: a ciência e a história. Dessa coautoria, resulta a inserção do narrador no mesmo conjunto dos cientistas, além disso na condição de cidadão e porta-voz dos seus compatriotas.

Saint-Hilaire também é citado para registrar as contradições no clima do sertão; Tanzi e Riva, com o objetivo de referir o conceito de “paranóia”, desenvolvido por ambos; Bates, no sentido registrar seus estudos sobre o clima; Thomas Buckle, a fim de discutir sobre a maleabilidade da natureza (*manageability of nature*), natureza essa que, no caso do Mato Grosso, “balanceia os exageros de Buckle”¹⁹⁰, e Hegel, com o intuito de abordar o determinismo filosófico. O narrador, nesse último caso, chama o discurso do outro para o seu, preenchendo-o com o que diz entender ser uma lacuna: “uma categoria geográfica que Hegel não citou”¹⁹¹. Tal categoria é o clima, a qual colaborou,

¹⁸⁷ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 111.

¹⁸⁸ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 111-112.

¹⁸⁹ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 114.

¹⁹⁰ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 161.

¹⁹¹ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 133.

juntamente como as demais, segundo esse olhar determinista, para as diferenciações étnicas do sertanejo.

As considerações de Humboldt sobre as formações desérticas são ainda abarcadas, bem como os exemplos dados pelos franceses para terminar com os desertos, isto é, corrigindo os acidentes topográficos e represando as águas das chuvas, à maneira herdada da civilização romana. Falando dessa experiência no caso brasileiro, o narrador cita a carta hipsométrica dos sertões do Norte, que menciona a intenção dos cientistas nacionais de seguir o exemplo europeu, comportamento esse encabeçado por Beaurepaire Rohan, em 1877, nas sessões do Instituto Politécnico do Rio. Na opinião do narrador, “das discussões então travadas onde se enterreiraram os melhores cientistas do tempo – da sólida experiência de Capanema à mentalidade rara de André Rebouças – foi a única coisa prática, factível, verdadeiramente útil que ficou”¹⁹².

Afora o determinismo filosófico, o darwinismo é voz presente no discurso desse narrador. Quando se refere ao *homo afer*, “filho das paragens adustas e bárbaras, onde a seleção natural, mais que em quaisquer outras, faz-se pelo exercício intensivo da ferocidade e da força”¹⁹³, o fato se exemplifica. As leis antropológicas de Broca são ainda referendadas. O narrador apresenta uma crítica à disparidade de pontos de vista entre os antropólogos. Segundo ele, “há como que um excesso de subjetivismo no ânimo dos que entre nós, nos últimos tempos, cogitam de coisas tão sérias com uma volubilidade algo escandalosa, atentas as proporções do assunto”¹⁹⁴. Ele também questiona o subjetivismo de alguns de seus pares por excluírem “em grande parte os

¹⁹² CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 144-145.

¹⁹³ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 153.

¹⁹⁴ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 155.

materiais objetivos oferecidos pelas circunstâncias mesológica e histórica”¹⁹⁵. Não somente isso, mas o por que de “entrelaç[em], e fund[irem] as três raças consoante os caprichos que os impelem no momento,” fazendo “repointar desta metaquímica sonhadora alguns precipitados fictícios”¹⁹⁶.

Antes posicionado como historiador, agora o narrador se coloca como antropólogo e, apesar de se valer de um discurso subjetivo, não dispensa a seriedade da pesquisa científica, bem como não aceita o descarte dos dados objetivos para a compreensão dos fatos. A ficção aqui é entendida pelo narrador como um discurso pautado pela subjetividade, o qual se contrapõe à objetividade, segundo ele, necessária à ciência. Enquanto alguns antropólogos dão espaço para a ficção, outros cedem lugar para os devaneios. Esses, por sua vez, “arquitetam fantasias que caem ao mais breve choque da crítica: devaneios a que nem faltam a metrificação e as rimas porque invadem a ciência na vibração rítmica dos versos de Gonçalves Dias”¹⁹⁷. Nessa passagem, além de dizer que o discurso de alguns cientistas é ficcional, porquanto, nesse caso, subjetivo, o narrador chama o discurso em verso de devaneio. As vozes desses cientistas são classificadas pelo narrador como misóginas e incompletas, pois partem de um escopo que reduz a formação das raças brasileiras a um único tipo.

O determinismo científico é um dos grandes conceitos influenciadores do discurso em *Os sertões*. Tal conceito recai sobre o homem, o meio e o momento histórico, influências essas provenientes do discurso do historiador francês Hippolyte Taine. O argumento é exemplificado quando o locutor diz que “o historiador só pode avaliar a atitude daquele homem, que por si nada valeu, considerando a psicologia da

¹⁹⁵ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 155.

¹⁹⁶ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 155.

¹⁹⁷ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 156.

sociedade que o criou”. Consoante seu ponto de vista, “isolado, ele se perde na turba dos nevróticos vulgares. Mas posto em função do meio, assombra. É uma diátase, e é uma síntese”¹⁹⁸. Antônio Conselheiro e seus pares são um produto daquele meio, estando, de acordo com a voz narrativa, determinados por ele, bem como o determinando em contrapartida.

A objetividade pretendida pelo narrador em seu discurso, usando suas próprias palavras, constitui uma síntese desse momento histórico, embevecido pelas teorias científicas do final do século, provenientes dos mais diferentes campos do conhecimento, conforme descreve. Por outro lado, o material que observa, experiencia e traça é humano. Apesar de registros factuais, como depoimentos, diários e testemunhas oculares constituírem a narrativa formalmente, muitos vestígios subjetivos – talvez na mesma medida em que aparecem os dados objetivos – marcam presença textual, portanto discursiva.

Dessa forma, o “eu” possui não apenas um “colocutor” direto, sintetizado no “nós”, mas muitos outros representados nessas vozes, utilizadas pelo autor complementarmente. Como um cientista, seja ele um médico a descrever um cadáver, um biólogo a fazer o mesmo com um rato ou um psicólogo a examinar a mente humana, Euclides da Cunha procurou descrever uma experiência cujo laboratório foi o campo de batalha, no sertão canudense, o homem e os confrontos. Em função de seu objeto, a obra e o discurso transitam entre essas diferenças: a objetividade e a subjetividade; a história e a ficção; o verídico e o verossímil.

¹⁹⁸ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 254.

3.1.3 Estilhaçamento do eu: parte e todo

Memórias sentimentais de João Miramar é um texto breve, em termos de extensão, que diz muito em poucas palavras. Ao recuperar sua trajetória pessoal, passando pela infância, mocidade e idade adulta, o narrador, João Miramar, não deixa de contar ainda a história de um Brasil plural. O País é relacionado, ao mesmo tempo, a uma cultura externa que direta ou indiretamente o influenciou enquanto nação e foi influenciada por ele. Daí resultam: 1. as outredades que participam desse discurso e 2. uma configuração sintética do eu que se constrói, narrativamente, em primeira pessoa, no romance em questão.

O primeiro “tu” referido discursivamente, em termos familiares, é a mãe. “Mamãe chamava-me e conduzia-me para dentro do oratório de mãos grudadas.”¹⁹⁹ A presença da figura materna conecta o narrador com a religião; a do pai, com a doença: “papai estava doente na cama e vinha um carro e um homem e o carro ficava esperando no jardim”²⁰⁰ e depois com a morte: “no desabar do jantar noturno a voz toda preta de mamãe ia me buscar para a reza do Anjo que carregou meu pai”²⁰¹. Os medos também se associam a esses referentes discursivos, enquanto vozes que constituem o sujeito: “gostei muito da terra da Goiabada e tive inveja da vontade de ter sido roubado por ciganos”²⁰². A ida ao circo introduz o discurso sobre os ciganos, recuperando antiga crença de que eles são “ladrões de criancinhas”.

¹⁹⁹ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 45.

²⁰⁰ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 45.

²⁰¹ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 46.

²⁰² ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 46.

Instituições e pessoas também formam seu caráter. A escola é mencionada como um “outro”. Trata-se de um estabelecimento misto de ensino, intitulado D. Matilde. No fragmento em que Miramar fala do livro com cem figuras, em que aprende sobre Carlos Magno, fica-se sabendo da participação da mãe em suas atividades escolares e na relação com seus amigos. A “preta pequenina”²⁰³, Maria da Glória, exerce papel fundamental na vida de Miramar, acompanhando-o desde a infância. A primeira comunhão e as “paixonites” da meninice, juntamente com esses, a escola, a mãe e Maria da Glória correspondem a um “tu” com quem o narrador dialoga e a partir dos quais constitui-se enquanto sujeito.

Não apenas pessoas e instituições, mas eventos, apresentados de forma predominantemente homodiegética, são responsáveis por formar a personalidade narrativa, representante, ficcionalmente, de um estado de coisas vigente na primeira metade do século XX. A passagem de menino a “marmanjo” dá-se quando a personagem troca de escola, ou seja, sai de D. Matilde, porque “não podia continuar na classe com meninas”²⁰⁴. Nessa fase, começa a questionar alguns valores, especialmente os da religião: “no silêncio tique-taque da sala de jantar informei mamãe que não havia Deus porque Deus era natureza”²⁰⁵, e os das relações familiares. Ao se mudar para a casa da tia Gabriela, na Fazenda Lombardia, descobre um contexto rural, diferente do seu, acentuadamente urbanizado, letrado e culto.

No espaço rural, a família, primos e tios, vão-se colocando paulatinamente em seu discurso, fazendo surgir novos questionamentos, como o que segue em relação ao primo: “Pantico não tivera educação desde criança e por isso amava vagamundear.

²⁰³ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 46.

²⁰⁴ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 47.

²⁰⁵ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 47.

Que diriam as famílias de nossas relações que me vissem em molecagens gigantes ou com servos?”²⁰⁶. O outro, Pantico, demonstra, discursivamente, que Miramar está deixando a meninice, para adentrar a idade adulta, uma vez que ele interroga e confronta os modos “infantis” do primo com os seus, voltados para os livros, a paquera e a cultura.

Além da condição etária, a de localização é posta em análise. O comportamento do primo do interior é mais descontraído e lúdico do que o de Miramar, que sempre esteve exposto a uma série de obrigações, fruto da insistência da mãe para com a disciplina religiosa e escolar. Miramar é um menino que convive com crianças, mas a influência dos adultos em sua vida é significativa. O choque com o diferente causa espanto em Miramar. Não bastasse o “vagamundear” de Pantico, ele toma conhecimento de sentimentos alheios a sua vida regrada e burocrática de menino da cidade grande. Trata-se das relações homossexuais de prima Nair, no internato. Ele não as comenta; apenas as apresenta em discurso direto. Nesse momento, a fala de Nair atravessa a sua, para, com ela ou por ela, dar a conhecer a presença da homossexualidade naquela sociedade contemporânea a ele. O contato com o outro causa o estranhamento e, conseqüentemente, reformula o eu, bem como sua fala por meio das vozes que a complementam. O sujeito, assim, constrói-se no e pelo discurso.

A relação de Miramar com a cultura fez-se desde muito cedo. Por meio da figura do músico Gustavo Dalbert, descobre que “a arte era tudo mas a vida nada”.²⁰⁷ No momento em que cita Dalbert, Miramar apresenta-se como o “jovem poeta João

²⁰⁶ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 49.

²⁰⁷ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 50.

Miramar²⁰⁸, que pretende morar em Paris. Além disso, menciona a existência de “outros poetas da cidade” e a de um “artista na vizinhança, o Bandeirinha barítono²⁰⁹, o qual “lia Belmiro Braga e baldava esperanças de entrar para a diplomacia como diplomata²¹⁰, mostrando-se “partidário da poesia vagabunda mas cheia de alma²¹¹. Refere, ainda, a cantora Gisella Doni, a quem desejava secretamente; a canção “Princesa dos Dollars²¹² e o teatro Municipal.

Também sobre o assunto é apresentado o modo de vida de João Jordão, que, mesmo não sendo “artista nem nada (...) arranhou subsídio governamental para estudar pintura em Paris²¹³. Dalbert e os demais, no mesmo paradigma, representam um discurso que, desde a infância, atravessa e inspira o de Miramar constantemente. Com Dalbert, ele conhece um novo universo, diferente do familiar e do religioso, oferecidos pela mãe. Após a partida do músico para a Europa, por influência da figura materna, é a vez de Miramar deixar o Brasil, rumo ao continente europeu: “minha mãe entre médicos num leito de crise decidiu meu apressado conhecimento viajero do mundo²¹⁴. Esse outro do discurso do eu, a mãe, foi o principal responsável pela constituição de seus atos enquanto sujeito.

Diante de um caos apinhado de gente, Miramar partiu para a Europa. Barcelona, Alemanha, Paris, Suíça, Itália, Inglaterra são lugares por onde passa, os quais creditam novas informações ao seu “conhecimento viajero de mundo”. Os encontros, permitidos pela viagem, o aproximaram de outras culturas. Miramar, como muitos da

²⁰⁸ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 50.

²⁰⁹ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 50.

²¹⁰ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 51.

²¹¹ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 51.

²¹² ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 51.

²¹³ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 51.

²¹⁴ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 53.

sua época, importava, por meio das viagens e do contato intercultural, os costumes estrangeiros. Por isso, a atriz francesa Sarah Bernhardt, o pintor italiano Raffaello Sanzio d'Urbino, a bailarina norte-americana Isadora Duncan são dados a serem noticiados quando da sua volta.

Não apenas pessoas, mas lugares: o British Museum, em Londres; a torre Eiffel, em Paris e a ponte do Rialto, em Veneza. Esses outros perpassam o discurso do eu e o identificam individualmente. Porém, como Miramar é uma parte do todo social que o constitui, ao retornar, suas descobertas agregam informações ao todo de que faz parte, isto é, ao DNA brasileiro.

Novamente no Brasil, uma notícia de morte o recebe. Miramar agora é também órfão de mãe. Célia, a partir desse momento, é a figura feminina que compõe o par eu-outro com Miramar, especialmente após o casamento entre os dois: “Célia achava que eu devia ter uma vocação nobiliante. Eu não tinha nenhuma. (...) Eu era apenas um fazendeiro matrimonial”.²¹⁵ Assim como partira de sua mãe a decisão de ir à Europa, vem de Célia a preocupação com seu futuro profissional. Miramar intitula-se poeta e, portanto, sua condição de fazendeiro foi uma consequência da situação matrimonial.

Morando no Rio de Janeiro, havia pensado “vagamente em entrar para um clube de box”, depois de ter sido elogiado “por um entraineur da Rua do Catete”²¹⁶. Dr. Pilatos, nesse instante, chega trazendo notícias de São Paulo, manifestando pesares por Miramar não ter intenções de dispensar suas habilidades trabalhando no Instituto Histórico e Geográfico: “- Pena que seu marido, tão talentoso e jovem, não seja dos

²¹⁵ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 66.

²¹⁶ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 66.

nossos, oh! ah!”²¹⁷. Se não tinha vocação para isso, também não tinha para o cinema, pois a empresa cinematográfica que fundou terminou falindo. O sócio de Miramar na “Empresa Cubatense na Piaçagüera Lightning and Famous Company Pictures of São Paulo and Around”²¹⁸ é “o luzente bandoriental Banguirre Y Menudo, aparecido no solo miraculoso com planos de açambarcamento e luta no mercado brasileiro, com todas as pictures do continente”²¹⁹.

Outras presenças artísticas integram a narrativa. Tal é caso do escritor, além de “orador ilustre”²²⁰, Machado Penumbra, paródia de Machado de Assis. Diferentemente de Miramar, essa personagem possui uma maneira de ser burocrática. Na noite em que conhece Penumbra, o narrador é apresentado “ao fino poeta Sr. Fíleas”²²¹. Juntando-se aos dois, está a artista cinematográfica norte-americana Mlle. Rolah, de quem Miramar se torna amante – apesar da situação financeira estável com a esposa e da filha que tinha com ela – e em função de quem seu casamento, assim como ele, vai à bancarrota.

A adolescência é o clímax da vida de Miramar, por certo que da narrativa também, uma vez que essa mimetiza o que acontece em sua vida. Na infância, há a preparação para a fase juvenil e a idade adulta. Diferentemente do que ocorre com essa personagem, Minão da Silva tem uma trajetória oposta. Enquanto o empregado da fazenda transforma-se em fazendeiro e, acima de tudo, em um nacionalista, Miramar empobrece. A família de Miramar tinha muitas posses, mas não era rica como a de Célia. Minão da Silva, da mesma forma que Maria da Glória, integra o conjunto das alteridades com as quais a identidade desse narrador se assemelha.

²¹⁷ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 66.

²¹⁸ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 80.

²¹⁹ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 80.

²²⁰ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 67.

²²¹ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 67.

Desde criança, Miramar foi conduzido pela mão de alguém: a mãe, Dalbert e Célia. Quando teve de agir por si mesmo, cometeu alguns equívocos impossíveis de serem resolvidos, seja no campo emocional, seja no administrativo-financeiro. A narrativa de sua vida é uma retomada fragmentária de episódios reveladores dos altos e baixos da personalidade. O outro aqui não é simplesmente uma necessidade linguístico-discursiva, mas também uma exigência da construção identitária.

Se Miramar é o autor das *Memórias*, como ele diz ao final do livro, ao se referir à crítica do Dr. Mandarin, é ele, junto com Oswald de Andrade, um coautor do romance? Seria Miramar um desdobramento de Oswald de Andrade? Sendo assim, a ficção é um desdobramento da vida real? Os autores, suas personagens e narradores possuem entre si uma relação de copresença dependente? Onde está um está o outro? Oswald de Andrade cria uma nova linguagem romanesca. O responsável por esse universo é João Miramar. Onde está um pode estar o outro. Existe entre eles uma relação de pressuposição, porém um não é o outro e vice-versa. A narrativa fragmentária e veloz é construída por um homem com cédula de identidade e endereço fixo. Miramar, por outro lado, como um ente ficcional, não possui as mesmas credenciais do universo de Oswald de Andrade. Entretanto, sua existência também é real, dentro do espaço fictício. A realidade ficcional, diferentemente da extraliterária, é verdadeira na medida de sua verossimilhança interna, ou seja, de como o material é organizado para dar sentido ao todo discursivo.

Há um dado, entretanto, que torna Miramar um evento da vida concreta de que faz parte Oswald de Andrade: o fato de a obra ser um documento histórico. Dentro das suas possibilidades e da sua dinâmica organizacional, regida pela ficcionalidade,

Memórias sentimentais de João Miramar é um fato da vida literária brasileira. A identidade desse sujeito, construída discursivamente por meio da alteridade, é um evento, identitariamente qualificado, não apenas na história da literatura, mas na história da civilização brasileira. Quando Miramar fala, ele fala de si e dos outros. Quando Oswald publica, ele está discutindo sobre a arte, a fim de (re)pensar padrões e conteúdos, espacialmente inseridos no movimento antropofágico, um dos impulsionadores do Modernismo nacional. O gênero romanesco, portanto, está em discussão, bem como a função da arte e do artista. Miramar é um poeta burguês, fracassado profissional e amorosamente. Sua narrativa mostra-se aos pedaços, talvez por isso.

Está Oswald, dessa forma, defendendo a idéia de fragmentação do sujeito e das formas? *Memória sentimentais de João Miramar* é um romance de formação? É autobiográfico? Trata-se de uma obra que questiona métodos e focalizações. O eu está, portanto, estilhaçado, o que acarreta os desdobramentos mostrados entre autor, narrador e/ou personagem.

3.1.4 Entre aspas: observação e narração

O primeiro capítulo de *Boca do inferno* começa com uma expressão entre aspas: “essa cidade acabou-se”²²², seguida de um comentário sobre o dito: “pensou Gregório de Matos, olhando pela janela do sobrado no terreiro de Jesus”²²³, na Bahia. O romance de Ana Miranda apresenta, ao longo de cinco partes, “A cidade”, “A vingança”, “A

²²²MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 13.

²²³ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 13.

devassa”, “A queda” e “O destino” – a constituição das pessoas do discurso, através da relação de alteridade, que se exemplifica por meio da estrutura citada.

Em tal estrutura ocorrem as seguintes atividades de enunciação: 1. um sujeito fala de outrem ou de si mesmo, em primeira pessoa, o que ocorre através de citação feita por essa voz narrativa, que também comenta e delimita espacialmente o ato enunciativo, bem como o relaciona, se necessário, com outras falas e 2. o narrador apresenta uma terceira voz que depõe sobre a que se manifesta entre aspas e com isso alarga o conhecimento que se tem dela. Como em um espetáculo teatral, a sequência de focalização varia conforme o objeto sobre o qual o técnico de iluminação deseja que a luz incida.

Em *Boca do inferno*, apesar de muitos seres terem situações de fala, de possuírem seu espaço iluminado, o comando fica na mão do narrador, que, através dessa alternância, refere-se ao outro, deixa o outro falar de si e, por meio dele, delimita sua personalidade de controlador das ações. Assim, faz-se a reconstituição histórica, no século XX, da vida do poeta Gregório de Matos e Guerra, no século XVII.

O narrador sabe o que se passa na mente da personagem: “veio à sua mente a figura de Góngora y Argote, o poeta espanhol que tanto admirava, vestido como nos retratos em seu hábito eclesiástico de capelão do rei”²²⁴. Registra-se aqui a influência exercida pelo poeta espanhol Góngora e Argote na vida de Gregório de Matos. Através da janela, ele observa o seu contexto. A observação faz com que rememore Góngora y Argote. Se esse momento aponta a influência do poeta sobre a personagem, a caracterização feita pelo narrador, a respeito do retrato, demonstra a pesquisa histórica.

²²⁴ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 13.

Sendo assim, a descrição do poeta espanhol chama atenção para o pensamento especificando de quem se trata. O narrador singulariza os sentimentos da personagem e esse comportamento reconstitui e aproxima temporalidades.

Ao mesmo tempo em que o olhar de Gregório de Matos merece especificação, também serve como autenticador do discurso do narrador, como exemplifica a seguinte passagem: “antes de entrar, muitos faziam o sinal-da-cruz, sendo que alguns deles, como observa Gregório de Matos, persignavam-se ao contrário do que ensinava o catecismo”²²⁵. O que é dito sobre Gregório de Matos ou sobre o contexto que observa passa pelo filtro sensorial da personagem, representada, predominantemente, pelo sentido da visão. O narrador conta o que Gregório vê, como se fossem, simultaneamente, a mesma pessoa, portanto, como se ambos estivessem no século XVII.

Por meio desse jogo entre pontos de vista e vozes, sabe-se que o percurso do governador Antônio de Souza de Menezes, do palácio até a igreja dos jesuítas, passando pela praça central, é fruto do olhar de Gregório de Matos. O comentário sobre as escravas, da mesma forma: “eram o que havia de mais belo em toda aquela terra, pensou Gregório de Matos, incluindo... incluindo as estrelas?”²²⁶ No primeiro capítulo, é possível aprender acerca das influências literárias do poeta barroco, sobre os hábitos do governador, seu principal oponente na cidade, a respeito do gosto pela mulheres, bem como do contexto que o circunda.

²²⁵ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 14.

²²⁶ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 15.

São as observações, os pensamentos, os suspiros e as anotações de Gregório de Matos que o (re)constituem: “ah, aquela desgraçada cidade, notável desventura de um povo néscio e sandeu”²²⁷. Gregório de Matos fica sabendo da “morte do alcaide. Sofria ao ver os maus modos de obrar da governança, porém reconhecia que não apenas aos governantes, mas a toda cidade, o demo se expunha”²²⁸. Para ele, “não era difícil assinalar os vícios em que alguns moradores se depravavam. Pegou sua pena e começou a anotar”²²⁹. Assim como ele, a cidade e seus habitantes emergem desses sentimentos postos no papel pela autora a partir das experiências do poeta.

Da observação à anotação, do abstrato ao concreto, do coletivo ao particular, vale-se também o narrador desses processos executados pela personagem. A escrita de Gregório de Matos é um documento de época e, por isso, sublinha sua relação com aquele momento histórico. Suas experiências textuais, construídas, ao longo do romance, são absorvidas pelo narrador, como a de ter ido até o dique, para pensar se trocava de casa ou não. Chegando lá, após despistar as patrulhas que estavam fazendo ronda, escreveu: “pretas carregadas com roupas, de que formam as barreiras. Não serão as mais belas mas hão de ser por força as mais lavadas. Eu, namorado desta e aqueloutra, de um a lavar me rende o torcer doutra”²³⁰.

A partir da escrita da personagem, o narrador cria circunstâncias constituidoras de sua vida. Trechos da poesia de Gregório são ainda utilizados nesse sentido: “Triste Bahia, oh quão dessemelhante estás, e estou, do nosso antigo estado”²³¹. Depoimentos de seus amigos, destacando-se o do poeta Gonçalo Ravasco, sobre a condição de

²²⁷ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 33.

²²⁸ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 33.

²²⁹ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 33.

²³⁰ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 83.

²³¹ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 112.

Gregório de Matos: “Português? És um poeta brasileiro e aqui tudo é diferente”²³², da mesma forma. A fala vem a propósito da seguinte afirmação do Boca do Inferno: “sabes muito bem que o espanhol é também a nossa língua, como o Português”²³³.

Além de Góngora y Argote, o Padre Antônio Vieira exerce significativa influência na vida política e na produção poética de Gregório de Matos, como mostra a passagem a seguir: “um pequeno folheto publicado com sermões de Antônio Vieira, muitos anos atrás, em castelhano, chegou às minhas mãos. Eu era um menino sonhador e enchi-me de paixão pelas palavras do jesuíta”²³⁴. Depois, Gregório descobriu que tal publicação foi executada “à revelia de padre Vieira e continha ‘tantas imperfeições quanto asneiras’ execradas por ele”²³⁵.

Por um lado, a pergunta de Anica de Melo, “como conhecestes os Ravasco?”²³⁶, serve de motivo para Gregório falar, em primeira pessoa, sobre Vieira. Por outro, provoca a descrição do narrador sobre a formação do padre: mestre em filosofia, pregador, ministro, “além de muito culto”²³⁷; bem como a de Gregório: estudou com os jesuítas brasileiros, leu os poetas romanos e clássicos, “sabia latim, gramática, retórica, artes, história grega, romana e portuguesa, geografia e até um pouco de grego”.²³⁸ As qualidades de Vieira são percebidas, além desses exemplos, por meio da influência que exerce no sobrinho, Gonçalo Ravasco, filho de Bernardo Ravasco e irmão de Bernardina Ravasco: “meu tio diz que a verdadeira luta está nas técnicas de

²³² MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 104.

²³³ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 104.

²³⁴ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 84.

²³⁵ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 85.

²³⁶ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 84.

²³⁷ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 84.

²³⁸ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 85.

memorização baseadas nos métodos de Quintiliano e Cícero”²³⁹. Estabelece-se por meio de comparação entre as personagens, tendo como parâmetro o letramento, a presença de intelectuais naquele espaço social.

Outra interferência marcante na vida de Gregório de Matos é a do pai. Respondendo à interrogação de Anica de Melo sobre como ele era, diz o poeta: “magro, aleijado, costas recurvadas, olhos tristes. (...) era almotacé, tesoureiro do Juiz de Órfãos, procurador do conselho. (...) O velho tinha uma luneta, ficava olhando as estrelas”²⁴⁰. Tal presença salienta-se ainda em nível narrativo: o comportamento observador da personagem Gregório de Matos é herdado de seu pai. A janela, objeto reiteradamente mencionado ao longo do romance, é a luneta através da qual observa a sua cidade antes de plasmá-la, linguisticamente, por meio de sua poesia e discurso.

Tal informação fica registrada na seguinte passagem: “de dia, quando ele estava no trabalho, eu a usava para ver as pessoas, especialmente mulheres passando nas ruas ou às janelas”²⁴¹. Simbolicamente, a luneta compara-se à janela e às estrelas, da mesma forma, à cidade e às mulheres, o que já foi exemplificado no terceiro parágrafo deste subcapítulo: “eram o que havia de mais belo em toda aquela terra, pensou Gregório de Matos, incluindo... incluindo as estrelas? Ora que importância tinham as estrelas? Incluindo as brancas, as portuguesinhas e as espanholas”²⁴².

²³⁹ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 97.

²⁴⁰ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 85.

²⁴¹ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 85.

²⁴² MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 15.

Apesar de os "primeiros versos de Gregório" terem causado "horror e pasmo a seu pai"²⁴³, a figura paterna exerce influência sobre o filho. A autora soube aproveitar-se desse relacionamento, determinante na vida real do poeta, para criar o mecanismo que rege a narração. Daí surge a narratividade do romance, assegurando, mais uma vez, o outro contido no eu, os quais observam o passado, com uma luneta diante dos olhos, a partir do presente em que se encontram – local em que ocorrem os fatos.

Dentre as demais outredades, a cidade: "'como não voltar a esta cidade que é feita de meu sangue?'"²⁴⁴ e as mulheres: "ah todas essas mulheres fazem parte de mim mais do que meu sangue"²⁴⁵ o constituíam de forma vital. Até se apaixonar por uma delas, Maria Berco, Gregório de Matos frequentou muitos bordeis. Ao mesmo tempo em que prevaricava, participava de estudos orientados com os jesuítas. Gregório, entretanto, tinha um sonho: "e estava a caminho dele. A universidade de Coimbra"²⁴⁶.

Foi em Coimbra que ele encontrou Padre Vieira pela primeira vez: "eu tinha dezoito anos e Vieira acabara de chegar da missão do Maranhão. (...) Ouvindo seus sermões, descobrira que era uma espécie de profeta"²⁴⁷. A paixão de Gregório de Matos por Vieira estendia-se aos sonhos. Em um deles, Gregório de Matos sonhou ser o inquisidor de Vieira: "ele era eu mesmo!"²⁴⁸. A culpa manifestada pelo inconsciente marca a importância do jesuíta na vida do poeta, bem como sua impotência por não poder fazer nada a fim de defender Vieira do tribunal da Inquisição: "Antônio Vieira

²⁴³ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 85.

²⁴⁴ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 286.

²⁴⁵ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 269.

²⁴⁶ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 88.

²⁴⁷ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 173.

²⁴⁸ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 175.

atormentava minha alma como um demônio”²⁴⁹, mesmo de dentro da cela em que estava preso.

A partir dessa experiência em Portugal, seus versos receberam a inspiração de trovadores portugueses, como Martim Soares, Afonso Eanes de Coton, Pero da Ponte, Anrique de Almeida Passaro, Diogo Fogaça, Capitão Bonina. À “religiosa lírica da meninice” foi agregado “um maldizente gênero escarninho. (...) As trovas burlescas haveriam de marcá-lo para sempre”²⁵⁰.

Afora a poesia, a cidade e as mulheres, a carreira de magistrado também era propósito de Gregório de Matos: “queria formar-se em direito canônico e fornicar as mulheres. Todas elas”²⁵¹. Tais ambições marcam a personalidade antitética do poeta. Gregório de Matos, apelidado de “boca do inferno”, além de sátiro do governador Antônio de Menezes, era Desembargador da Relação Eclesiástica. Sua família viera do Norte de Portugal para o Brasil e enriquecera “construindo pontes, ladeiras, palácios”²⁵². Sobre seus escritos, além da família e dos amores, também depõem os amigos, como o poeta português Tomás Pinto Brandão. De passagem pela Praia Grande, onde Gregório de Matos estava exilado, para não ser preso pelo governo, Brandão diz a ele para publicar seus textos, uma vez que estão sendo lidos por toda a parte, ao que Gregório responde negativamente, por não querer vê-los queimados. O amigo complementa: “sabes o que as pessoas gostam mais em teus escritos? É que não evitas a lubricidade. Como os trovadores”²⁵³. Evidencia-se, assim, uma comparação dos poemas de Gregório de Matos com os versos dos trovadores portugueses, comparação

²⁴⁹ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 175.

²⁵⁰ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 89

²⁵¹ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 89.

²⁵² MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 231.

²⁵³ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 298.

essa justificada pelo contato do poeta com os escritores lusitanos, enquanto esteve em Coimbra.

As vozes que participam na narrativa manifestam-se na primeira pessoa de seus próprios discursos. Apesar de algumas delas serem apenas lembradas por personagens, a maioria está em diálogo direto com Gregório de Matos. Ele é um observador em primeiro grau e, por essa razão, é possível classificar o narrador como de segundo. A narrativa é o resultado da fusão dessas vozes e das demais. O evento presente para Gregório de Matos é um fato passado para nós. Se ele é o marco, sua presença passada permite outro diálogo: o das estações temporais. O instante do leitor é um futuro do passado próximo de Gregório de Matos. Essas associabilidades pertinentes à narrativa são possíveis porque em seus níveis discursivos e nas pessoas desses discursos ocorre uma alternância entre o ver e o narrar.

Gregório de Matos observa, introjetando corpos e fatos, pela visão, ao longo da narrativa de Ana Miranda. Os “fatos do romance”, recuperados pela autora, são “fatos no romance”, recuperados e reconstituídos através da enunciabilidade permitida por tais discursos e pela visibilidade da personagem recomposta historicamente. Ver, portanto, cria relações. O outro é sempre um tu em relação de observação com o eu, que não está solitário, pois divide os espaços com uma série de “eus”. A alocação, em consequência disso, resulta dessas relações de observação, tanto por parte do narrador, quanto no que se refere às personagens.

3.2 Maneirismos de grupo

Às práticas, embates, importação e ao fisiologismo, enquanto elementos ilustrativos do espaço discursivo do romance, dedico este capítulo. A hibridização que nesse espaço se faz, portanto, é encaminhada pelos aspectos provenientes dos sintagmas que intitulam as subseções.

3.2.1 Filosofia do público e do privado: práticas

A mantilha “era o traje mais conveniente aos costumes da época sendo as ações dos outros o principal cuidado de quase todos, era muito necessário ver sem ser visto,”²⁵⁴ diz o narrador de *Memórias de um sargento de milícias* à página vinte e seis da edição de 1854. O hábito de vestir a mantilha, segundo ele, “é um arremedo do uso espanhol”²⁵⁵. O que levou os brasileiros, mais especificamente as brasileiras, a importar e adotar a moda? Isso se dá na época de D. João VI, como aponta a primeira linha do romance de Manuel Antônio de Almeida.

A influência dos hábitos europeus na Terra dos Papagaios é, nesse momento, marcadamente acentuada. O costume, antes de chegar ao Brasil, vindo da Espanha, no entanto, passa por Portugal, vizinhos de porta como são os dois Países. Para os espanhóis, a peça “é uma coisa poética que reveste as mulheres de um certo mistério, e que lhes realça a beleza”²⁵⁶. Quando é adaptada, primeiramente, pelos lusitanos e, depois, pelos brasileiros, o lado poético da vestimenta se modifica. A função deixa de ser essa e passa a ser prosaica, estando a poesia para os espanhóis assim como a prosa para os portugueses e, posteriormente, para os brasileiros.

²⁵⁴ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 26.

²⁵⁵ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 26.

²⁵⁶ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 26.

O uso da mantilha recebe no Brasil um terceiro significado: observar a vida alheia. O acessório, em Portugal, guarda o rosto da Virgem Maria e também das mulheres durante as missas e festas religiosas. A pureza proveniente da figura da santa é transferida para as expectativas que a sociedade projeta sobre a mulher da época, em Portugal. No Brasil, apesar de ser usada em eventos religiosos, a idéia de pureza não se mantém. Nas festas religiosas, as beatas que usavam a mantilha “tomavam um aspecto lúgubre logo que a igreja se enchia daqueles vultos negros, que se uniam uns aos outros, que se inclinavam cochichando a cada momento.”²⁵⁷ A figura da Comadre ratifica o lado prosaico do costume em oposição ao erotismo espanhol. Ela representa a solteirona beata, parteira e curandeira. O uso da vestimenta revela, contraditoriamente à função do objeto, uma mulher desmitificada, que trabalha e exerce um papel funcional na sociedade, perdendo primeiro seu lado erótico e depois, o puro. O erótico se transforma em funcional; a poesia, em prosa.

Para os espanhóis, “esconder”, função principal dessa peça, significava aguçar o desejo no outro, nesse caso, na figura masculina. Proteger a pureza da mulher motiva o uso dos portugueses. Fofocar e falar da vida alheia ratifica a adoção do traje pelos brasileiros. A mantilha tem muito a dizer sobre as mentalidades sociais. Por isso, o narrador informa ser tal objeto um “arremedo”, termo esse que, juntamente com outro, “conveniência”, abre uma rede de interpretação fundamental ao entendimento dos costumes dos brasileiros nos tempos de D. João VI.

O aproveitamento dos hábitos estrangeiros não se mostrava como cópia, entretanto. A mantilha vem da Espanha. O uso, também. A maneira como o traje é lido

²⁵⁷ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 26.

e utilizado muda de um local para outro. A aclimação depende das conveniências e, para a beata da pacata monarquia carioca do século XIX, era necessário falar da vida alheia sem ser vista. Trata-se de um contexto e de uma geração das conveniências, da falsa moral, “do dar o tapa e esconder a mão”. Resguardadas pela mantilha, “observatório da vida alheia”, as mulheres falam o quanto podem do outro/a, demonstrando parcialmente em seu comportamento o que ocorre no modo de ser do senso comum. O olhar que se configura nessa sociedade é de dentro para fora, sendo determinado pelo contexto. Para os espanhóis, o contrário é verdadeiro e até certo ponto talvez a mantilha não sirva para encobrir, mas, por outro lado, para revelar ou provocar o erotismo, aquilo que, ao ser escondido, ambigualmente, está à mostra.

Espiar a vida alheia é uma característica dessa sociedade. Em consequência disso, a um cidadão importava, ainda, saber o que o outro pensava de si, a ponto de determinar seu comportamento. No caso da prisão do Leonardo-pai, quando descoberto na casa do velho caboclo, a preocupação não era ir parar na cadeia, mas ser exposto publicamente diante dos convivas. Pensou ter passado pelas maiores humilhações na prisão, porém “insuportáveis torturas começaram para ele no dia em que saiu da cadeia: a mofa, o escárnio, o riso dos companheiros seguiu-o por muitos dias, incessante e martirizador”²⁵⁸. O mestre-de-cerimônias também passou pela “vistoria pública”²⁵⁹, após ter sido surpreendido de ceroulas com a cigana.

Diferentemente do que fez com o Leonardo-pai, o major Vidigal decidiu não prender o reverendo mestre-de-cerimônias. Pior do que isso, colocou-o exposto, na

²⁵⁸ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 35.

²⁵⁹ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 50.

casa de guarda, deixando-o, depois, partir “envergonhado, abatido, maldizendo a idéia que tivera de ir assistir de dentro do quarto à festa dos anos da sua amásia”²⁶⁰. Leonardo sentiu-se vingado de ver seu rival no amor pela cigana “preso pelos granadeiros, levado à casa da guarda, sofrendo aí a vistoria dos curiosos”²⁶¹. Apesar de reconhecer uma injustiça, pois “faltara a sova e os dias de cadeia”²⁶², entendeu que “ele era um simples meirinho, e o mestre-de-cerimônias um sacerdote respeitado, e por isso qualquer coisa bastava para feri-lo gravemente”²⁶³. A igreja estava acima da justiça. O crédito era tanto que um escândalo como esse podia abalar a confiabilidade que o povo depositava nos valores sagrados. Leonardo tinha certeza da decepção dos cidadãos e, por isso, aceitou a punição que o reverendo recebeu. Afinal de contas, o julgamento do povo valia mais que o da justiça instituída. Não só o comportamento de Leonardo demonstra isso, como o do major também.

Porque vivia das aparências, a curiosidade e o escárnio eram o freio daquela sociedade. Além dos já citados, outros exemplos demonstram tal afirmativa. Leonardo não tinha vocação para clérigo, como queria o padrinho, e sofria, persistentemente, reprimendas na escola. O menino desobedecia a todas as ordens, “tinha a bossa da desenvoltura, e isto, junto com as vontades que lhe fazia o padrinho, dava em resultado a mais refinada má-criação que se pode imaginar”²⁶⁴. Apesar desses fatos, o barbeiro não admitia que a vizinhança falasse mal de seu afilhado: “que diabo não diria a maldita vizinha quando soubesse que o menino tinha apanhado logo no

²⁶⁰ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 50.

²⁶¹ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 50.

²⁶² ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 50.

²⁶³ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 50.

²⁶⁴ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 40.

primeiro dia de escola?...”²⁶⁵. Para conservar as aparências e não fazer valer o discurso da vizinha, manteve o menino na escola por dois anos, tempo que serviu para que ele “aprendesse a ler muito mal e escrever ainda pior”²⁶⁶.

Tal sociedade também emite juízos de valor sobre raça e classe, atitude que em alguns casos configura preconceito, como no seguinte exemplo: “com os emigrados de Portugal veio também para o Brasil a praga dos ciganos²⁶⁷. Além de agrupá-los de forma depreciativa, o narrador desqualifica seu caráter: “gente ociosa e de poucos escrúpulos, ganharam eles aqui reputação bem merecida dos mais refinados velhacos”; bem como costumes e crenças: “a poesia de seus costumes e de suas crenças, de que muito se fala, deixaram-na da outra banda do oceano”; hábitos: “viviam em quase completa ociosidade; não tinham noite sem festa”; modo de vida: “moravam ordinariamente um pouco arredados das ruas populares, e viviam em plena liberdade; vestimenta das mulheres, as quais “trajavam com certo luxo relativo aos seus haveres: usavam muito de rendas e fitas; davam preferência a tudo quanto era encarnado, e nenhuma delas dispensava pelo menos um cordão de ouro ao pescoço”, e dos homens, que “não tinham outra distinção mais do que alguns traços fisionômicos particulares que os faziam conhecidos”²⁶⁸.

²⁶⁵ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 40.

²⁶⁶ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 40.

²⁶⁷ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 24.

²⁶⁸ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 24.

Afora isso, em função da “ociosidade”, não se preocupavam com os filhos, os quais, segundo o narrador, estavam “acostumados à vida vagabunda”²⁶⁹. Leonardo foi encontrado em meio a uma festa dos ciganos: “traziam *toilletes* de toda casta, do sofrível para baixo; mostravam-se alegres e dispostos a aproveitarem bem a noite”²⁷⁰. Festejavam um santo, congregando costumes e diferentes classes sociais, embalados pelo fado: “quando o fado começa custa a acabar; termina sempre pela madrugada, quando não leva de enfiada dias e noites seguidas e inteiras”²⁷¹. Os hábitos trazidos pelos ciganos, considerados “maus”, agregam “esperteza e velhacaria” aos costumes nacionais e recebem a reprovação do narrador, representante desse espaço.

As diferenças entre classes sociais marcam as relações na sociedade da época de D. João VI. Em termos étnicos, são as danças e as festas as responsáveis por apontar uma pretensa diferenciação entre povos – pretensa porque os brasileiros, especialmente os descendentes de português, também dançavam o fado e celebravam seus santos, como na Via-Sacra do Bom Jesus. No que diz respeito às hierarquias entre as classes, é a religião que os aproxima, ainda que mantendo a disparidade: “não era só a gente do povo que dava crédito às feitiçarias; conta-se que muitas pessoas da alta sociedade de então iam às vezes comprar venturas e felicidades pelo cômodo preço da prática de algumas imoralidades e superstições”²⁷². O povo, portanto, constitui-se enquanto variedade – a parte baixa, por pressuposição, em relação à alta sociedade. A condição

²⁶⁹ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 24.

²⁷⁰ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 24.

²⁷¹ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 25.

²⁷² ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 19.

econômica é o fator que os afasta. Por outro lado, o que os aproxima é um dado inerente à condição humana: a busca pela felicidade.

A rua do Ouvidor, lugar onde se encontram os meirinhos, está em contraposição ao mangue, na Cidade Nova, espaço paupérrimo, onde mora o feiticeiro. Por fora, a casa era “coberta de palha da mais feia aparência, cuja frente suja e testada enlameada bem denotavam que dentro o asseio não era muito grande”. O espaço interno configura-se por “uma pequena sala e um quarto; toda a mobília eram dois ou três assentos de paus, algumas esteiras em um canto, e uma enorme caixa de pau, que tinha muitos empregos; era mesa de jantar, cama, guarda-roupa e prateleira”. A aparência física do local o “rodeava de um certo mistério. Esta sinistra morada era habitada por uma personagem talhada pelo molde mais detestável; era um caboclo velho, de cara hedionda e imunda, e coberto de farrapos”²⁷³. As crenças aproximam duas partes de um mesmo mundo.

A hierarquia, apesar dessa aproximação, não se desfaz em nenhum momento, como se exemplifica a seguir, quando o narrador conta o resultado do acerto de contas entre o Leonardo-filho e o toma-largura. Após uma disputa por Vidinha, um deles fica caído no chão: “se bem que da última classe, sempre era o *toma-largura* gente da casa real, e nesse tempo tal qualidade trazia consigo não pequenas imunidades”²⁷⁴. A classe social reservava ao indivíduo favores especiais. Embora, economicamente, pertença à classe pobre, “à última”, em termos nobiliáticos, Vidigal provinha da nobreza, uma vez que trabalhava e morava no pátio da ucharia do rei.

²⁷³ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 19.

²⁷⁴ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 115.

As profissões igualmente delimitavam hierarquia social. Os cidadãos eram identificados socialmente em função de suas ocupações. Os meirinhos, apesar do prestígio perdido, tinham por responsabilidade manter a ordem e a lei. Leonardo-pai era um deles e, por ser “oficial de justiça, deveria dar o exemplo”²⁷⁵. A polícia da cidade ainda não estava de todo formada ou “antes estava-o de um modo em harmonia com as tendências e idéias da época”²⁷⁶. O major Vidigal “era o rei absoluto”: “um homem alto, não muito gordo, com ares de moleirão; tinha o olhar sempre baixo, os movimentos lentos, e voz descansada e adocicada”²⁷⁷. Andava na companhia de granadeiros e outros soldados e reunia em si a responsabilidade por executar várias funções: de “árbitro supremo de tudo que dizia respeito a esse ramo de administração” a “juiz que julgava e distribuía a pena, e ao mesmo tempo o guarda que dava caça aos criminosos”²⁷⁸.

Os trâmites dos julgamentos corriam arbitrariamente, segundo seu ponto de vista, isto é, suas noções de certo e errado: “não havia testemunhas, nem provas, nem razões, nem processo; ele resumia tudo em si; a sua justiça era infalível; não havia apelação das sentenças que dava, fazia o que queria, e ninguém lhe tomava contas”²⁷⁹. Segundo o narrador, dando o desconto do tempo, “em verdade não abusava ele muito de seu poder, e o empregava em certos casos muito bem empregado”²⁸⁰. A ressalva expressa no “muito” demonstra a condescendência da voz narrativa, uma vez que o

²⁷⁵ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 22.

²⁷⁶ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 21.

²⁷⁷ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 21.

²⁷⁸ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 21.

²⁷⁹ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 21.

²⁸⁰ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 21.

abuso do major é um fato: “seu nome incutia grande terror em todos os que não tinham a consciência muito pura a respeito de falcatruas”²⁸¹. Seu destino é a humilhação pública e alguns dias de cadeia, na Casa da Guarda, na Sé.

Além do major e dos meirinhos, representantes da ordem e da justiça, estão o barbeiro, responsável pela estética dos homens cariocas; um pedagogo que, com a ajuda da palmatória, fazia valer o regime do medo e do terror através do qual os alunos eram educados; um físico mor; parteiras; rezadeiras; tecelãs; o mestre-de-rezas; o boticário; trabalhadores do trem; um banqueiro de roda de jogo; e um mímico.

Há, em contrapartida aos que possuem profissões definidas, os que vivem nos sarilhos, na malandragem e na ociosidade. Como exemplo desse último grupo estão aqueles que recebem a honraria e o soldo para não fazer nada, os quais ocupam no “saguão do paço imperial, (...) uma saleta ou quarto que os gaiatos e o povo com eles denominavam o Pátio dos Bichos”²⁸². O local e os convivas no ócio servem de motivo de chacota e entretenimento para a pacata cidade do Rio de Janeiro de D. João VI. Desse modo, assim como existe lugar para os ociosos, encontra-se lugar também para os industriais, como o padrinho de Leonardo, que se arranjou com o roubo da fortuna alheia, e José Manuel, que se casou por interesse com Luisinha, sobrinha de D. Maria, uma rica fazendeira, viciada em demandas. Leonardo-filho, assim como outros, “tomara gosto à vida de vadio, e por princípio algum queria deixá-la”²⁸³. Não foi padre, como queria seu padrinho, mas se casou com Luisinha, depois que essa ficou

²⁸¹ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 21.

²⁸² ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 28.

²⁸³ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 65.

viúva de José Manuel e, após ter conseguido baixa da tropa de linha, tornou-se responsável pelo posto de Milícias.

A filosofia da época de D. João VI restringia-se às relações entre o público e o privado, com forte incidência do primeiro sobre segundo. O olhar do coletivo questiona e delimita as ações no plano individual. Costumes, hábitos, crenças, leis, afetos, religiosidades, profissões, enfim, todos os modos de ser e ver, inclusive os preconceituosos, como os que se dirigem aos ciganos, por exemplo, e as hierarquias entre as classes que se relacionam nesse espaço temporal, caracterizam o local, caracterizado pela lei das aparências. À sociedade “era necessário ver sem ser visto”. Portanto, a mantilha é um objeto plausível para realizar uma abordagem sobre seu modo de organização.

3.2.2 Equilíbrio de forças antagônicas: embates

Favelas são tipos de plantas, presentes no deserto nordestino, que possuem alta capacidade de condensação, absorção e defesa. À noite são capazes de resfriar-se muito abaixo da temperatura do ar. Se alguém as tocar na sua superfície, no entanto, encontrará um calor de “ardência inatural.”²⁸⁴ Quando algumas das espécies dessa família “não se mostram tão bem armadas para a reação vitoriosa, observam-se dispositivos por ventura mais interessantes: unem-se, intimamente abraçadas, transmudando-se em plantas sociais.”²⁸⁵ Pertence ao grupo os “*canudos-de-pito*, heliotrópios arbustivos de caule oco, pintalgado de branco e flores em espigas, destinados a emprestar o nome ao mais lendário dos arraiais.”²⁸⁶

²⁸⁴ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 121.

²⁸⁵ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 121.

²⁸⁶ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 121.

O arraial a que se refere o narrador cientificista é o de Canudos, que ainda não está formado, em termos discursivos, em tal momento, pois a narrativa segue o curso retilíneo, embora não uniforme, de um rio. Primeiro, a terra, depois o homem e, enfim, a luta, elementos que dialogam através de antecipações pulverizadas no trecho textual e disseminadas por meio de recursos de digressão ou progressão, ora internas, ora dêiticas. Nesse recorte, quando não podem sobreviver separados, assim como as plantas, unem-se os sertanejos, transmudando-se, para sobreviver a si mesmos, ao meio e ao outro, concorrentes em um espaço que assume importância e dinâmica de personagem.

É nesse meio e em virtude dele, mimetizando o que ocorre com as favelas, que surge a complexa “gênese das raças mestiças do Brasil.”²⁸⁷ Os Tupis, primeiros silvícolas brasileiros, resultam do cruzamento com o pré-colombiano dos sambaquis ou “derivam, altamente modificados por ulteriores cruzamentos e pelo meio, de alguma raça invasora do Norte.”²⁸⁸ Além desses, o “negro banto”, de raça sul-africana que, transplantado para o Brasil, mantém contato com o *homo americanus*. O *homo afer* é “filho das paragens adustas e bárbaras, onde a seleção natural, mais que em qualquer outras, se faz pelo exercício intensivo da ferocidade e da força.”²⁸⁹ Ao índio e ao negro juntam-se ainda o português “que nos liga à vibrátil estrutura intelectual do celta.”²⁹⁰

Três são os elementos iniciais e desses resultam outros entrecruzamentos, mas não “o produto único imanente às combinações binárias, em uma fusão imediata em

²⁸⁷ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 151.

²⁸⁸ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 152.

²⁸⁹ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 153.

²⁹⁰ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 153.

que se justaponham ou resumam os seus caracteres, unificados e convergentes em um tipo intermediário”. Contrariamente a isso, “a combinação ternária inevitável determina, no caso mais simples, três outras, binárias”. Nesse caso, os elementos iniciais não se resumem, não se unificam; desdobram-se”. A partir daí, eles “originam número igual de subformações”, que “substituindo-se pelos derivados, sem redução alguma, em uma mestiçagem embaralhada onde se destacam como produtos mais característicos o *mulato*, o *mameluco* ou *curiboca*, e o *cafuz* “. O brasileiro, “tipo abstrato que se procura, mesmo no caso favorável acima firmado, só pode surgir de um entrelaçamento consideravelmente complexo”. Com o resultado desse entrelaçamento, “teoricamente ele seria o *pardo*, para que convergem os cruzamentos sucessivos do mulato, do curiboca e do cafuz”²⁹¹.

A variabilidade do meio físico e as circunstâncias históricas promovem e concorrem para o aparecimento de um tipo mestiço: “não temos unidade de raça. Não a teremos, talvez, nunca.”²⁹² Isso é pensado e escrito na passagem do século XIX para o XX. O advérbio de dúvida “talvez” dá à assertiva um aspecto de incerteza. No século XXI, Canudos não existe mais. Os caboclos foram dizimados durante a luta. Mesmo assim, o brasileiro, na sua maioria, mostra, diferentemente do que pondera Euclides da Cunha a respeito de raças inferiores e superiores, que da miscigenação resultou o elemento pardo, raça forte, que, se forem consideradas as teorias evolucionistas, sobreviveu por ser mais apta. Viver em comunidade permite ao indivíduo resistir ao meio e adaptar-se às circunstâncias, assim como as favelas. Isso quer dizer que, muito mais do que as determinações históricas ou geopolíticas, a capacidade do ser humano

²⁹¹ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 154-155.

²⁹² CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 121.

de viver em grupo e unir forças é um dos muitos fatores responsáveis pela sua permanência no tempo.

Euclides da Cunha aponta que o “regime climatológico anômalo é o mais fundo traço da nossa variabilidade mesológica. Nenhum se lhe equipara, no jogar das antíteses.”²⁹³ Supondo que o meio define o homem, conforme o Determinismo Filosófico proveniente do Positivismo de Augusto Comte e dos estudos de Hippolyte Taine, predominantes no século XIX e pelos quais é influenciado, devido à variabilidade mesológica, surge, conseqüentemente, um tipo também variado. Não é em função do meio que ocorre a miscigenação, nem somente em virtude dos processos de colonização e povoamento dos lugares. Outros fatores sociais, psicológicos e econômicos interferem nessa dinâmica, sem esquecer, evidentemente, que, no caso de Canudos, a religiosidade é um operador indispensável, devendo ser considerado, uma vez que importa à formação étnica brasileira, tratada a partir desse espaço.

Um clima pode influenciar na formação fenotípica e no comportamento psicológico dos sujeitos. Um indivíduo que vive no Sul do Brasil, independentemente de qualquer miscigenação que o constitua fenotipicamente, tem a pele mais clara do que a de um sertanejo. O predomínio de clima ameno e a vegetação abundante protege o sulista do sol, diferentemente do que ocorre com o sertanejo, que sofre exposição demasiada a esse elemento da natureza, ganhando sua pele uma coloração mais escura, como discute Euclides da Cunha.

A ambivalência entre luz e sombra é um dos pontos que podem ser considerados na formação física dos dois tipos, bem como os encontros culturais em

²⁹³ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 161.

função dos processos de conquista e expansão. Entre nortistas e sulistas, conforme as palavras de Euclides da Cunha, “na plenitude do século XVII o contraste se acentua.” São as Bandeiras e as Entradas outros motivadores, agora históricos, que distanciam esses tipos fisicamente diferentes e também os demais entre si. Além disso, os contrapõem as características nômade dispersiva do sulino e o nomadismo localista do sertanejo. O clima é para o homem nordestino um bloqueador da sua capacidade de ação, o que para os sulistas é um fator que motiva suas aptidões para a luta, segundo Euclides da Cunha: “convindo em que o meio não forma as raças, no nosso caso especial variou demais nos diversos pontos do território a dosagem de três elementos essenciais.”²⁹⁴

Não é o fato de morar no Sul e estar, teoricamente, em contato com temperaturas mais amenas que torna um sujeito etnicamente “pardo”. Pode isso apenas contribuir para uma pele mais clara, em função de menor exposição ao calor e ao sol. São os cruzamentos étnicos, através de variadas combinações que fazem os indivíduos terem feições misturadas a partir de, no mínimo três mat(r)izes. Isso não o torna mais ou menos apto a sobreviver na sociedade em que vive; define apenas um dos muitos dados pertinentes à sua constituição identitária.

O brasileiro não é uniforme. Quando trata da formação da Bahia, pós-descobrimiento do Brasil, Euclides da Cunha diz, citando Fernão Cardim, que existem no local, “2 mil brancos, 4 mil negros e 6 mil índios”²⁹⁵. Disso percebe que o elemento autóctone predomina, em progressão aritmética, por longo tempo, na constituição étnica do País. A empreitada de Euclides da Cunha é ousada. Sua inquietude e

²⁹⁴ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p.174.

²⁹⁵ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p.177.

dúvidas, comportamento aliás de um cientista, mostra que a tentativa de mapear matematicamente a gênese e a transformação étnica nacional é uma tarefa inexata e impossível. Muitos são os fatores a serem considerados. Criar categorias hierárquicas como “subraças” ou “aptidão”, provenientes dos *ismos* do XIX, e usar as teorias da seleção natural de Darwin explicam, mas não justificam, especialmente se olhamos a questão a partir do século XXI, depois do aparecimento das teorias culturalistas e dos avanços no campo das ciências.

A primeira mestiçagem que se faz em terras brasileiras dá-se entre o europeu e o silvícola. Com o elemento *afro*, o contato inicial ocorre em terras portuguesas, de onde origina o mulato. Do encontro entre os povos do Sul e do Norte, em função dos movimentos já citados de Entradas e Bandeiras, surge o vaqueiro ou jagunço. O rio São Francisco tem, nas palavras de Euclides da Cunha, uma importância fundamental nessa última empreitada. Exerce esse o papel de “unificador étnico”²⁹⁶. O processo de cruzamento continua, também, quando outros elementos agregam suas informações à cultura brasileira.

O jagunço é apontado por Euclides da Cunha como uma subraça, porque menos apta. Graças ao apagamento – talvez ainda não completo – das teorias sobre raça, também formuladas e embasadas nos *ismos* do XIX, ao material cultural, mais amplo e plausível do que o genético, tem sido dada maior importância pelos críticos da cultura e da literatura quando do tratamento do tema da etnicidade. Somos pardos; somos étnica e fenotipicamente mestiços. Isso nos faz mais aptos? Eis a questão. Entretanto, “se, por um lado, as condições genéticas reagem fortemente sobre os últimos [físicos], estes, por sua vez, contribuíram para o agravamento daquelas; e todas

²⁹⁶ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 186.

persistem nas influência recíprocas”²⁹⁷. A *physis* interfere na *bio* e vice-versa. Trata-se de um mecanismo de reciprocidade sem sobredeterminantes.

A migração é, portanto, fator definidor da miscigenação. O clima, a flora e a fauna impulsionam a diáspora brasileira. O modo de deslocamento varia em cada parte do País, conforme a dificuldade de adaptação de cada povo, bem como de acordo com as necessidades de cada lugar. Aqueles que “nos dois primeiros séculos do povoamento embateram as plagas do Norte tiveram na translação para o ocidente”, em busca do interior do País, “obstáculos mais sérios que a rota agitada dos mares e das montanhas, na travessia das caatingas ralas e decíduas”²⁹⁸. Exemplo disso é “o malogro da expansão baiana, que entretanto precedera à paulista no devassar os recessos do País”²⁹⁹.

Há, no entanto, um contraste entre essas regiões e a sulina. No Sul, “a urdidura geológica da terra, matriz de sua morfogenia interessante”, segundo o narrador, “persiste inalterável, abrangendo extensas superfícies para o interior, criando as mesmas condições favoráveis, a mesma flora, um clima altamente melhorado pela altitude, e a mesma feição animadora dos aspectos naturais”³⁰⁰. Apesar de a flora ser a mesma, o clima é conveniente. Sendo esse um dos principais agentes do desenvolvimento humano e econômico, para Euclides da Cunha, a diáspora para Sul ou dentro do Estado é destacável em relação ao Norte e até mesmo Sudeste do País.

²⁹⁷ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 101.

²⁹⁸ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 159.

²⁹⁹ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 159.

³⁰⁰ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 159.

A alternância entre períodos de seca e enchente prejudicam o nortista. A enchente “é uma parada na vida. Preso nas malhas dos igarapés, o homem aguarda, então, com estoicismo raro ante a fatalidade incoercível, o termo daquele inverno paradoxal, de temperaturas altas”³⁰¹. Por outro lado, a vazante “é a revivescência da atividade rudimentar dos que ali se agitam, do único modo compatível com uma natureza que se demasia em manifestações dispares tornando impossível a continuidade de quaisquer esforços”³⁰². Desse regime, surge uma anomalia: “o parasitismo franco”. Acostumado a viver com o que sobra e o que dá, o homem não progride socialmente, muito menos em termos morais, uma vez que “a aclimação traduz uma evolução regressiva”, dadas as mínimas condições orgânicas em virtude das raras e inóspitas condições de sobrevivência. Segundo a proposta e visão de Euclides da Cunha, o meio supera o homem na luta pela evolução, estando a nação condenada ao desaparecimento, o que “não acontece em grande parte do Brasil central e em todos os lugares do sul”³⁰³.

A formação política das regiões é, além do clima, elemento contribuinte. No Sul, “se debuxavam novas tendências, uma subdivisão maior na atividade, maior vigor no povo mais heterogêneo, mais vivaz, mais prático e aventureiro, um largo movimento progressista em suma”, ao passo que, por outro lado, “as agitações, às vezes mais brilhantes mas sempre menos fecundas, do Norte -- capitânicas esparsas e incoerentes, jungidas à mesma rotina, amorfas e imóveis, em função estreita dos alvarás da corte remota, constituíam fator debilitante e menos progressista socialmente”³⁰⁴

³⁰¹ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 164.

³⁰² CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 164.

³⁰³ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 167.

³⁰⁴ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 168.

Foi esse meio inóspito que forjou a figura do Conselheiro: “documento raro de atavismo”³⁰⁵. O meio produziu o beato que inspirava os crentes, daí o misticismo ser o poderoso motor da sociedade canudense – apenas um átomo de um contexto maior de insatisfação: o Brasil. Antônio Conselheiro oferecia aos nordestinos que a ele se juntavam o que lhes negava o governo: esperança. A fé promulgava o alívio das penas. Além dos insurgentes ligados ao Conselheiro, também a opinião pública não recebera de forma amistosa e organizada o governo de Prudente de Moraes.

Quando assumiu, em 1894, “encontrara o País dividido em vitoriosos e vencidos”³⁰⁶. A sociedade, naquele momento, estava “progredindo em saltos, da máxima frouxidão ao rigorismo máximo, das conspirações incessantes aos estados de sítio repetidos, parecia espelhar incisivo contraste entre a sua organização intelectual imperfeita e a organização política incompreendida”³⁰⁷. Enquanto Prudente de Moraes aceitava sua impotência diante dos problemas, “a significação superior dos princípios democráticos decaía -- sofismada, invertida, anulada”³⁰⁸. Foram, por essa razão, inexpressivas, dispendiosas e imorais todas as expedições a Canudos, a fim de destruir a cidade. A destruição tinha um significado para além de termos políticos, tratava-se de uma questão de honra e moral por parte do ineficiente governo.

O governo ansiava por heróis e “o fetichismo político exigia manipulados de farda”³⁰⁹. A opinião nacional, por sua vez, entre “o arrojo de Gumerindo Saraiva” e “a abnegação de Gomes Carneiro”, “oscilava espelhando os mais díspares conceitos no aquilatar vitoriosos e vencidos”³¹⁰. Diante dessa “instabilidade (...) expandir da nossa

³⁰⁵ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p.253.

³⁰⁶ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 418.

³⁰⁷ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 418.

³⁰⁸ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 418.

³⁰⁹ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 421.

³¹⁰ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 421-422.

sentimentalidade suspeita, o que de fato se fazia em todos os tons, com todas as cores e sob aspectos vários -- era a caricatura do heroísmo”³¹¹. Heróis ou bandidos? Apesar da incerteza, as ruas das cidades recebiam seus nomes como homenagem. O pânico e o heroísmo da guerra espalharam-se por todo o País, juntamente com o nome de Antônio Conselheiro que, à distância, conseguia séquitos para seu exército de beatos miseráveis. Até mesmo as crianças acreditavam nas lendas que se criaram “em meio verossímeis, esmagadoramente, na contraprova tremenda daquela catástrofe”³¹². As disparidades caracterizavam a sociedade, bem como o discurso que resultou dela e a construiu ao mesmo tempo.

Se o pânico e a bravura são exemplos de um *modus vivendi* social, a reza das mulheres diante dos corpos estirados no chão, após a Expedição Moreira César, demonstra outro: “aquela placabilidade extraordinária (...) atuava pelo contrastes”³¹³. Civilização e barbárie são dois pares que se entrecrocaram, como mostra o título de um subcapítulo: “a rua do Ouvidor e as caatingas”³¹⁴. As notícias da guerra chegavam às cidades, Brasil afora. No Rio de Janeiro, os simpatizantes do Conselheiro contra o presidente da República davam vivas à Monarquia: “a rua do Ouvidor valia por um desvio das caatingas. A correria do sertão entrava arrebatadamente pela civilização adentro. E a guerra de Canudos era, por bem dizer, sintomática apenas”³¹⁵.

O discurso aponta uma preocupação ainda maior, ou seja, a disseminação dos conflitos e o rumo da insanidade que as coisas estavam tomando. Apesar de várias passagens demonstrarem que o homem é produto do meio, em um momento do texto, aparentemente contraditório, especialmente do ponto de vista taineano, aponta o

³¹¹ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 421-422.

³¹² CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 483.

³¹³ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 484.

³¹⁴ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 500.

³¹⁵ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 501.

narrador: “insistamos numa proposição única: atribuir a uma conjuração política qualquer a crise sertaneja exprimia palmar insciência das condições naturais da nossa raça”³¹⁶. O contexto histórico do qual faz parte a “conjuração política”, não determina o homem? Em termos científicos e por que não dizer lógicos, trata-se de um princípio de causalidade: ação e reação.

Nas armas dos dois exércitos, do Governo e de Canudos, está outro contraste, marcando o arcaico e o moderno: “havia ali uma inversão de papéis”³¹⁷, uma vez que “os homens aparelhados pelos recursos bélicos da indústria moderna é que eram materialmente fortes e brutais, jogando pela boca dos canhões toneladas de aço em cima dos rebeldes”, os quais “lhes antepunham a esgrima magistral de inextricáveis ardis”³¹⁸. A inversão de papéis confirma-se quando, sem arsenal bélico, os sertanejos, “entre vivas retumbantes à República”, haviam dado à refrega um traço singular de heroicidade antiga, revivendo o desprendimento doentio dos místicos lidadores da média idade”³¹⁹, vencendo a batalha. Os soldados tornaram-se “rudes cronistas dos acontecimentos e confirmavam-nos mercê da forma imaginosa por que a própria ingenuidade lhes ditava os casos, verídicos na essência, mas deformados de exageros, que narravam”. Nessas narrativas, “o jagunço começou a aparecer como um ente à parte, teratológico e monstruoso, meio homem e meio trasgo”³²⁰, um híbrido, cuja comparação com elementos contrastantes o colocou no entre-lugar de uma caracterização diversa.

³¹⁶ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 502.

³¹⁷ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 579.

³¹⁸ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 579.

³¹⁹ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 617.

³²⁰ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 647.

Os contrastes eram ainda identificados nas relações entre o arcaico e o moderno: “a linha férrea corre no lado oposto. Aquele liame do progresso passa, porém, por ali, inútil, sem atenuar sequer o caráter genuinamente roceiro do arraial”³²¹. Tão logo “salta-se do trem; transpõe-se poucas centenas de metros entre casas deprimidas; e topa-se para logo, à fímbria da praça -- o sertão...”³²². Trata-se de um espaço limiar: “ponto de tangência de duas sociedades, de todo alheias uma à outra”. Ali, “o vaqueiro encourado emerge da caatinga, rompe entre a casaria desgraciosa, e estaca o *campeão* junto aos trilhos, em que passam, vertiginosamente, os patrícios do litoral, que o não conhecem”³²³.

Ao chegaram ao povoado de Queimadas, os expedicionários “perceberam esta transição violenta”, fruto de uma “discordância absoluta e radical entre as cidades da costa e as malocas de telha do interior, que desequilibra tanto o ritmo de nosso desenvolvimento evolutivo e perturba a unidade nacional. Viam-se em terra estranha. Outros hábitos. Outros quadros. Outra gente”³²⁴. O contraste e a destruição estendia-se às crianças. Uma delas é descrita possuindo uma “beleza olímpica”³²⁵, em uma face escavada, outra como “um aleijão estupendo”, capaz de manusear uma arma como um jagunço, e as mulheres “eram, na maioria, repugnantes”³²⁶. A população que se aglomera em Monte Santo dá exata medida desses antagonismos: “contemplando tinha-se um acervo heterogêneo em que se ombreavam todas as posições sociais”³²⁷, caracterizando uma psicologia marcada pela revolta.

³²¹ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 677.

³²² CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 677.

³²³ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 677.

³²⁴ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 677.

³²⁵ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 680.

³²⁶ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 680.

³²⁷ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 687.

3.2.3 Experiência da internacionalização: importação

Muitos são os navios que partem do cais paulista em direção à Europa nas décadas iniciais do século XX. Como transcorrem essas viagens? Quem ocupa os navios? Carregadores, brutos, marinheiros, oficiais, marujos compõem a tripulação. Cada partida é um acontecimento e alguns dos que ficam em terra lá estão para dar um último adeus a alguém. No grupo dos passageiros, encontram-se pessoas das mais diferentes nacionalidades: brasileiros, italianos, argentinos, franceses, chilenos. Depois de perder de vista a costa brasileira, “os olhos hipócritas dos viajantes anda(va)m longe dos livros – agora polichinelos sentados nas cadeiras vazias.”³²⁸ São todos eles descritos como se fossem tipos sociais: a cara bexigosa do argentino é equilibrada com o bigode chileno de um “universitário dos Andes”; senhoras grávidas em “exíguas gaiolas” engordam ainda mais comendo no tombadilho, enquanto uma cantora magra e virginal chamada Mademoiselle Sarah “cacareja” no salão; um cônsul do Kaiser em Buenos Aires; um inglês com rugas; uma mulher comparada a uma “bola de vidrilhos” também povoam o lugar.

Enquanto viajam, divertem-se com atrações artísticas, comem e bebem. De pernas para o ar, admiram o céu; participam de festas no jardim de inverno. Também metonímia dos passageiros, o navio segue seu curso até ser acordado, à tardinha, pela música de um piano. Nesse meio tempo, uma das musicistas, Madame Rocambola, “mulatava um maxixe no dancing do mar.”³²⁹ Dez dias se passam até que a embarcação se aproxime de terra firme: “a vida de bordo pôs rouge para proximidades de Barcelona.”³³⁰ Do Mediterrâneo, avistam o Rochedo de Gibraltar e Montjuich,

³²⁸ ANDRADE, Oswald. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p.54.

³²⁹ ANDRADE, Oswald. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 55.

³³⁰ ANDRADE, Oswald. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 55.

depois de passar por Santa Cruz de Tenerife. Mais um contraste se faz entre a chegada e a partida: “pequenas ruas [pachorrentas e úmidas] com grandes casas estreitas”³³¹ na Europa diferenciam-se dos “barracões de zinco das docas retas no sol”³³², que ficaram para trás no Brasil.

É João Miramar um dos passageiros do *Marta*, rumo à Europa, destino certo de quem podia pagar a dispendiosa viagem nos começos do século XX. A influência européia no Brasil era muito intensa desde os primórdios, como registram os cronistas da período colonial. A(s) cultura(s) faz(em) parte da(s) (trans)formação(ões) em nível nacional. Isso se reflete nas artes como um todo. A literatura é um exemplo disso. *Memórias sentimentais de João Miramar* não foge à regra. O experimentalismo das vanguardas européias é apropriado pelos artistas do início do século. Oswald de Andrade, assim como seus contemporâneos, vai beber no outro lado do Atlântico para realizar suas criações, como acontece nesse romance.

O *Marta* é símbolo representativo do espaço brasileiro do início do século XX. Entre as primeiras latitudes e a terra firme viajam e se movimentam os mais variados tipos sociais. A posição inverte-se, no entanto. Aos moldes das primeiras navegações, agora os cronistas são os brasileiros. No caso, Miramar. As terras descobertas não são *brasilis*, mas mediterrâneas. Os habitantes não são índios, mas brancos. Vivem em casas, localizadas em ruas, e não no meio do mato. Na viagem, não morre infinidade de gentes das mais diferentes doenças. Quatrocentos anos depois dos primeiros povoadores, passageiros passam muito bem – divertem-se, comem e repousam – e a tripulação possui melhores condições de trabalho e acomodação.

³³¹ ANDRADE, Oswald. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 55

³³² ANDRADE, Oswald. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p.53.

Os contrastes também podem ser percebidos no capítulo intitulado “Soho Square”, quando Miramar ainda está na Europa. Casquetes heterogêneas divergem de ingleses; e o espaço público - a calçada, do fechado, representado pelos teatros. Ao *footing* e à ida ao Hipódromo, para assistir operetas, contrapunham-se às festas populares, como a de 14 de julho, em comemoração à Tomada da Bastilha e ao fim do absolutismo.

A ida dos brasileiros para outros Países e continentes, no caso da Europa, promovia internacionalização dos costumes e a importação dos hábitos estrangeiros. Embora houvesse tal internacionalização, havia divergências locais distantes do ar moderno que se queria atribuir ao Brasil. O cinema ao lado do automóvel (Ford), a literatura, o teatro (Municipal), o trem (Estação da Luz em São Paulo), dentre outros, contrastam com os matutos, os caboclos, o sertão, enfim, o ambiente rural da Fazenda de Aradópolis. O “*Far-West*, recriado por João Miramar, não é o estilo cinematográfico americano, tampouco o *Far East*, extremo Oriente. Sua (re)criação configura-se como o Nordeste brasileiro, expresso através de suas ruas irrigadas de pó. Essa imagem, por sua vez, constitui-se em uma oposição, já que irrigar pressupõe água e não terra. Para suprir as faltas provocadas pela seca, resta aos caboclos os “sempres” e as promessas de liberdade, poeticamente simbolizadas no pôr-do-sol. Os mata-burros do campo contrastam com a arte que se fazia nos quatro cantos da Europa.

No plano da escrita, uma linguagem truncada, dos acadêmicos, como Machado Penumbra, opõe-se à fala escorregada dos modernos e à do empregado da fazenda, Minão da Silva. Essa fala não atende aos padrões da norma culta, mostrando-se repleta de inadequações linguísticas. O mundo de hoje, segundo Miramar, “anda não só pior

que mundo debochado de Péricles e Aspásia, mas pior que o mundo ignaro do Medievo trevoso e pior até que o mundo das utopias científicas e revolucionárias da Revolução Francesa!”³³³.

Muitas são as disparidades que convivem e formam as vozes descritas na narrativa, demonstrando as hierarquias de classes. No dia em que Miramar vai ao cartório, encontra dançarinos, viúvas ambiciosas, “um pai industrial queixoso das ladronagens viciadas do filho almofada longo que lhe batera a amante com olhos de cocaína”³³⁴, “sírios itálicos japonizados Far-West urbano”³³⁵, condes com milhões detidos, “irmãos [que] vinham apaziguar gotas derramadas de sangue em cabaré”³³⁶, “um homem célebre teso como um taco na mão”³³⁷ e ele, ouvindo “num romance naturalista o dossier dactilado” de seus “detalhados desvios”³³⁸.

O escritório exemplifica as diferentes classes sociais brasileiras que conviviam na cidade de São Paulo, naquele momento histórico. O navio, meio de transporte, representa, por sua vez, a internacionalização, a importação dos hábitos e os encontros entre as culturas. Os veículos de comunicação também possuem um percentual considerável de responsabilidade pela quantidade de produtos estrangeiros que entravam no País e se misturavam à cultura local. A importação de costumes, especialmente dos americanos, chegava para os brasileiros por meio de outro veículo: o cinema.

³³³ ANDRADE, Oswald. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 67.

³³⁴ ANDRADE, Oswald. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 95.

³³⁵ ANDRADE, Oswald. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 95.

³³⁶ ANDRADE, Oswald. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 95.

³³⁷ ANDRADE, Oswald. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 95.

³³⁸ ANDRADE, Oswald. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 95.

Das *Memórias sentimentais de João Miramar* emerge uma variedade de Brasis que não pode ser identificada simplesmente através dos traços provenientes de uma elite mergulhada no requinte estrangeiro. Também os imigrantes, os caboclos naturais e a classe trabalhadora, à qual esses últimos pertencem, ajudam a compor a fisionomia da nação. Não-somente isso, mas os costumes e tradições rurais entremeiam-se aos valores urbanos e formatam a cultura brasileira, o que pode ser percebido nas descrições pitorescas de ambientes aparentemente interioranos.

Existe uma burguesia em decadência em termos econômicos, em função dos problemas com a produção cafeeira, que convive com os emergentes, como Minão da Silva, que de empregado passou a patrão. A transformação dessa personagem salienta que as fronteiras estabelecidas internamente no País são tão fluidas quanto as internacionais. As etnias, as classes, as línguas, as culturas, as tradições, os costumes e a história do Brasil estão entremeadas, configurando um conjunto organizado pelas heterogeneidades que o constitui. Por mais que os brasileiros não tivessem participado diretamente da I Guerra, Oswald de Andrade mostra que indiretamente eles estavam sofrendo seus reflexos, porque o País faz parte desse universo maior e porque as coisas dos homens (e eles próprios) nunca acontecem (ou existem) de forma isolada.

3.2.4 Legado do apadrinhamento: fisiologismo

Sobre a lama foi edificada, “na extremidade interna meridional da península, a treze graus de latitude sul e quarenta e dois de longitude oeste, no litoral do Brasil”,³³⁹ a cidade da Bahia. “Ficava diante de uma enseada larga e limpa que lhe deu o

³³⁹ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.11.

nome.”³⁴⁰ Esse é o cenário em que se passa o romance de Ana Miranda, *Boca do inferno*, sobre o poeta barroco Gregório de Matos e Guerra. O apelido da personagem, que intitula o livro, também qualifica o local. Boca do Inferno “era a cidade; era a colônia”³⁴¹, um inferno lamacento de onde o homem brasileiro “foi tirado”: alguns [desses] usavam suas melhores roupas, lavadas, botas limpas fora a parte de baixo, que chafurdava na lama”³⁴². Outros, mais pobres, “andavam descalços mas seus penteados e roupas, como os de todos os outros, tentavam imitar a moda afrancesada dos nobres. Moças passavam segurando as saias bojudas para que não arrastassem no chão, algumas sob rebucilhos negros”³⁴³. Enquanto as “mulheres ostentavam jóias às janelas”, “pobres se misturavam a ricos, frades pedintes circulavam entre estudantes, nobres tropeçavam em cães vadios.”³⁴⁴ Gregório de Matos dá voz a esse inferno e ao que ele vive internamente, em função das perseguições imputadas pelo Governo do Braço de Prata, em retaliação às sátiras que recebia do poeta, da vida libidinosa que esse levava e do amor não vivenciado com Maria Berco.

Considerando que “boca” remete simbolicamente à entrada de algo, a Bahia não é o inferno em si, mas o portal para tal lugar. Se a cidade é uma dentre as tantas que compõem o nascente País, o Brasil é o inferno e a Bahia, a sua porta de entrada. A lama tem um princípio “matriarcal”, onde tudo pode ser fecundado. Nesse portal, proliferam as mais diferentes misturas de gentes e classes, e palpitam as diferenças sociais e as falcatruas, seja no campo do Direito, da Economia ou da Política. Enquanto os pobres chafurdam na lama, os fidalgos e o clero desfilam em liteiras pela cidade. Os miseráveis servem de palafitas que, enterradas na lama, sustentam o poder absolutista

³⁴⁰ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 11.

³⁴¹ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 232.

³⁴² MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 186.

³⁴³ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 186.

³⁴⁴ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 186.

da colônia, durante o Governo de Antônio de Souza de Menezes. Exemplo disso é “o palanquim que levava o arcebispo (...) pelas ladeiras da cidade”³⁴⁵. Todos estavam à disposição do evento: “os escravos carregadores suavam. Os passantes, ao reconhecerem o arcebispo, tiravam os chapéus e ajoelhavam-se, levantando-se em seguida com os joelhos sujos de lama.”³⁴⁶

No século XVII, segundo o discurso do narrador, não há grandes distâncias entre a nobreza e a plebe, uma vez que o “mundo já não era mais o mesmo, os grandes homens aos poucos se acabavam”³⁴⁷ e os arcebispos que “havia elevado e destituído reis”³⁴⁸, agora, andam pelas “ladeiras sujas e longínquas, trafegando entre uma gente medíocre, mestiços, maganos, marranos, mazombos, envolvido em disputas menores e sem sentido”³⁴⁹. Uma vez que o mundo havia mudado, o sentido era outro.

O Brasil colônia equilibrava-se como podia entre as rixas pessoais dos Menezes e dos Ravascos; entre o saque da coroa portuguesa e espanhola, no tempo em que aqueles estão sob o domínio desses, o que se dá até 1661, com a revolução palaciana; entre os favoritismos, o enriquecimento ilícito e o governo corrupto, e assim por diante. As cem mil pessoas que habitavam a Bahia, das mais diferentes etnias, emergiam desse lamaceiro em que se encontrava a colônia no ano de 1683. Crescia nesse instante histórico uma sociedade perdida entre os meandros da injustiça, da corrupção e dos apadrinhamentos, constituída por aproveitadores, arremedos dos europeus:

reinóis, que chegavam de maganos, fugidos de seus pais, ou degredados de seus reinos por terem cometido crimes, pobres

³⁴⁵ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.226.

³⁴⁶ MIRANDA, Ana. *Boca do Inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.226.

³⁴⁷ MIRANDA, Ana. *Boca do Inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 226.

³⁴⁸ MIRANDA, Ana. *Boca do Inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 226.

³⁴⁹ MIRANDA, Ana. *Boca do Inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 227.

que não tinham o que comer em sua terra, ambiciosos, aventureiros, ingênuos, desonestos, desesperançados, saltavam sem cessar no cais da colônia. Alguns chegavam em extrema miséria, descalços, rotos, despídos, e pouco tempo depois retornavam ricos, com casas alugadas, dinheiro e navios. Mesmo os que não tinham eira nem beira, nem engenho, nem amiga, vestiam seda, punham polvilhos.³⁵⁰

Além da situação social e das etnias que povoavam o lugar, o discurso aponta o papel da mulher: “as jovens andavam sempre com suas mães, ou escravas. Se não havia grande recato, estavam as donzelas em perigo”³⁵¹. As igrejas eram os locais mais frequentados pelas jovens e casadas. Na fala de Gregório de Matos sobre um de seus desejos, é expressa a função da mulher naquela sociedade: “‘Ah’, dizia para si mesmo, ‘preciso arrumar uma mulher para me banhar, fazer comida, compotas, queijo, licor... levar minha correspondência’”³⁵². Cuidar do marido, como se fosse um filho, dar de comer e fazer serviço de *office boy* eis como entende que deva ser a função da mulher. Na cama, na casa ou na igreja, eis os espaços a que ele as vincula.

A condição da prostituta “não era muito agradável naquela cidade cheia de criminosos e galicados”³⁵³. Anica de Melo, a dona de um das casas de prostituição, mantinha uma relação diferente com Gregório de Matos, porque estava apaixonada pelo poeta. Ainda que apaixonada e de exclusividade dele, não deixava de ter essa função social. Aparentemente, não era ele um freguês e ela não era uma prostituta. De trás do véu do amor, está o mundo social problemático e desumano em que viviam as mulheres.

³⁵⁰ MIRANDA, Ana. *Boca do Inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.14.

³⁵¹ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 15.

³⁵² MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 229.

³⁵³ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 84.

A lei na cidade também era conturbada: “não havia grandes assaltantes na Bahia, diziam, mas quase todos furtavam um pouquinho”. Mesmo assim, “uma desonestidade implícita e constante fazia parte do procedimento das pessoas”³⁵⁴. A cobiça, o roubo, os assaltos e a inveja eram sentimentos e comportamentos que exemplificam a situação: “os problemas levados ao Tribunal eram o retrato da cidade”³⁵⁵. Concomitantemente, a religião e a força bruta disputavam o mesmo espaço: “os homens, mesmo dentro da igreja, andavam armados de espadas e cotós limpos”³⁵⁶.

“Tudo naquela cidade dependia da força pessoal”³⁵⁷. Os homens amanheciam bêbados nas ruas todas as manhãs: “embebedavam-se até perderem os sentidos, até deixarem a mulher na miséria, os filhos famintos”³⁵⁸. As prostitutas, os bêbados e o lixo são resquícios deixados pela noite no dia seguinte. Nas palavras de Gregório de Matos, “de dois efes se compõem esta cidade, a meu ver: um furtar, outro foder”³⁵⁹. Além da falta de iniciativa para ordenar o estado desregrado em que viviam esses homens e mulheres e dar-lhes condições melhores de vida, “o código que regia as tramitações de direito na colônia, o mesmo de Portugal, era uma recompilação das *Leis extravagantes de direito canônico* e das *Ordenações afonsinas* [sic] e *Manuelinas*”³⁶⁰.

Os representantes da lei, isto é, os “jurisconsultos brasileiros, ouvidores e procuradores, os corregedores, bacharéis, desembargadores, juízes viviam numa conjuntura sombria e atrasada”³⁶¹. Estavam sujeitos a “uma mistura incoerente de

³⁵⁴ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 16.

³⁵⁵ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 254.

³⁵⁶ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 15.

³⁵⁷ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 15.

³⁵⁸ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 16.

³⁵⁹ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 113.

³⁶⁰ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 237.

³⁶¹ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 237.

princípios romanísticos, barbáricos e canônicos. O direito variava entre regras de viver e a definição do pecado”³⁶². Não se tratava de uma desordem do presente, mas de anacronismos que resultaram em problemas atuais. O governo do Braço de Prata não estava interessado no bem comum, muito menos no progresso humano e social do Brasil, mas nos ganhos pessoais.

A maioria naquele lugar interessava-se em promover-se e ser bem sucedido. O coletivo estava sempre em segundo plano: “o governador sabia que os ministros e demais poderosos costumavam defender seus foros e proteger seus pares”³⁶³. Aos pobres e miseráveis restava sobreviver sob condições indignas, de forma “desobediente quanto às normas de convivências”. Por isso, recebiam punições severas “que iam desde a multa em dinheiro, exílio, galés, até marcação com ferro quente, espancamento, enforcamento e decapitação”³⁶⁴. Aos nobres, à igreja e a ao governo cabia tratar para que a “ordem” se mantivesse e as relações hierárquicas assim continuassem.

É nesse contexto, com pessoas encarregadas de tais papéis sociais, com representantes da lei sujeitos a “misturas incoerentes”, que ocorre o crime motivador da história. As investigações sobre o assassinato do alcaide-mor tramitam porque alguém socialmente superior foi atingido mortalmente. Como se tratava do braço direito do Governador, iniciou-se uma “investigação” com tom de caçada fora da lei, pois os possíveis suspeitos, oponentes ao Braço de Prata, eram capturados, interrogados e sentenciados à morte sem direito a julgamento.

³⁶² MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 237.

³⁶³ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p; 248.

³⁶⁴ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 254.

O julgamento era exigido pelo crime executado. Ao matar o alcaide-mor, Teles de Menezes, o grupo de oposição dos Ravasco, liderado por Bernardo Ravasco, acompanhado por Gonçalo Ravasco, Luiz Bonicho, Gregório de Matos, Donato Serotino, Antônio de Brito, Padre Antônio Vieira, colocava-se na mesma condição do governador, que agia ilegalmente, segundo seus valores e contra todos os princípios da coletividade e ainda da coroa, a quem representava em terras brasileiras. Apesar disso, a lei aplicada estava fora dos princípios jurídicos, éticos e morais. Administrou-se, portanto, a devassa, comandada por Rocha Pita, acompanhado por seus meirinhos, do que resultou a expulsão de Antônio de Souza Menezes do governo.

Na colônia, o “poder ficava restrito a um pequeno grupo, quase sempre impune”³⁶⁵. Segundo Antônio de Souza, “o poder que os desembargadores têm sobre o governador é sempre anulado pelo poder de regularizar e disciplinar exercido pelo governador sobre o Tribunal”³⁶⁶. A autoridade garante a ele “o direito de admoestá-los”, o que não faz, por não querer “tensão entre os dois órgãos”³⁶⁷ e porque sabia que não duraria muito na posição que ocupava, pois também Padre Vieira havia enviado cartas a Portugal dando notícias ao Rei sobre seus desmandos no governo. Nas palavras de Padre Vieira “perde-se o Brasil nas unhas escorregadias dos governantes. O problema do Brasil (...) é que nada que se faz aqui de arbitrário e injusto chega aos ouvidos certos em Portugal”³⁶⁸. Além disso, “também os roubos aqui parecem que não são reparados lá na Metrópole. E o povo continua na maior das misérias. (...) Vou

³⁶⁵ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 254.

³⁶⁶ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 239.

³⁶⁷ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 239.

³⁶⁸ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 69-70.

tomar minhas providências quanto ao governador”³⁶⁹. Decide, então, enviar cartas a Portugal.

Rocha Pita representava uma parte dos desembargadores que agiam segundo a justiça e a ética. Em sua conversa com o meirinho que lhe acompanhava, perguntou a ele como devia agir, tendo em vista todos os depoimentos e sussurros que ouvira contra o governador. O meirinho respondeu: “não sei senhor. Talvez o que costumam fazer os desembargadores. Encerrar o processo. Soltar os denunciados. Perdoar os acusados do crime”³⁷⁰. Rocha Pita, questionando, disse: “Deixar passar assim sem desvendar? Não. Vou devassar o que tenho a devassar, mesmo que seja preciso derrubar uma muralha aos socos. Vou falar com Antônio de Souza”³⁷¹. Assim o fez até alcançar sucesso parcial, uma vez que com a desordem que vigorava em todos os âmbitos daquela sociedade, independente de que e como foram punidos os culpados, todos perderam, principalmente o povo e o País, em função do atraso político, econômico, moral e filosófico em que se encontrava a colônia.

Os trâmites dos processos refletiam esse atraso: “os processos costumavam demorar de dois a quatro anos”³⁷². A execução da lei era difícil, pois os documentos estavam em latim e algumas das vezes impossível de serem executados pelo rigor que demandavam. “O Pelourinho, em frente ao colégio dos jesuítas”, apesar disso, “estava sempre recebendo prisioneiros condenados”³⁷³, e as cadeias, cheias de presos à espera de julgamento. Na ordem de prioridades, primeiro estavam as causas cíveis, depois as criminais e por último os assuntos da coroa. Entretanto, “as causas cíveis eram tão

³⁶⁹ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 70.

³⁷⁰ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 247.

³⁷¹ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 247.

³⁷² MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 253.

³⁷³ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 254.

volumosas que jamais sobrava tempo para as demais³⁷⁴. Muitos presos morriam ou as famílias eram extorquidas pelos carcereiros em virtude dessa demora.

Além das condições em que viviam as mulheres e nas quais a lei era entendida, o apadrinhamento constituía-se um grande problema no País. Gonçalo Ravasco entrou, secretamente, no palácio do governador, a fim de recuperar os escritos do pai que haviam sido roubados. Atrás da porta, ouviu uma conversa entre Antônio de Menezes e Mata sobre o encontro entre o primeiro e os desembargadores. Mata diz: “ Achei que tudo correu muito bem, senhor governador. Os desembargadores ficaram preocupados com o que vossenhoria disse”. A seguir, comenta o Braço de Prata: “ são uns idiotas. Estão todos abasileirados. Não sei se conseguirei um ingresso de alguns na Misericórdia. Se conseguir ficarão me devendo mais essa mercê”³⁷⁵.

No discurso do governador, percebe-se o desdém para com os brasileiros bem como se entende a forma em que se dava o fisiologismo dos cargos públicos na colônia – a concessão de um favor em troca de um cargo, marcando a corrupção política daquele governo. Apesar de os achar “abasileirados”, o governador não conta fielmente com o apoio dos desembargadores: “são homens letrados e treinados para pensar antes de tomar partido”³⁷⁶. Além disso, aponta que a “quantidade enorme de papéis, deveres e poderes dos desembargadores criou muitas oportunidades e gerou hábitos que não poderíamos chamar de ilícitos, mas de imorais”³⁷⁷.

³⁷⁴ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 254.

³⁷⁵ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 110.

³⁷⁶ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 110.

³⁷⁷ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 110.

A opinião de Antônio de Menezes é contraditória, pois, primeiramente ele considera os desembargadores “uns idiotas”, depois diz que “pensam”, logo, são inteligentes, a ponto de, por fim, apontá-los cientes dos meandros da corrupção, isto é, daquilo que é “ilícito”. Contraditória ou não, na colônia, “os conhecimentos e ligações ajudam”³⁷⁸. Por essa razão, o governador decide não confiar totalmente nos desembargadores, uma vez que não tem como controlá-los no tribunal, isto é, não há o que oferecer para eles no Brasil, já que o lugar é apenas um degrau para subir na carreira e alcançar os Conselhos Reais: “os pilares da promoção e da recompensa são a antiguidade, o mérito e o precedente, além, é claro, do apadrinhamento”³⁷⁹.

Toda a discussão entre o Governador, Mata e o alcaide Teles tem o objetivo de saber qual é o melhor juiz a ser comprado, a fim de julgar e condenar Antônio de Brito pela morte do alcaide-mor. Já que promovê-los não resolve, a solução é “dar mais propina, para a festa de Santo Antônio. Providencie uma carta ao príncipe regente, solicitando o aumento de ordenado dos desembargadores. E cópia da carta para cada um deles”³⁸⁰. O mesmo Teles de Menezes, depois de ter sido preso e mandado para Lisboa, torna-se amigo de Antonio de Souza de Menezes. Por não ter a culpa comprovada, é repatriado “já com o cargo de alcaide-mor comprado por preço irrisório”³⁸¹, jurando vingança contra seus inimigos. Eis a maneira como tramitavam as relações na colônia.

A corrupção também atingia outra instituição: a igreja. Segundo o Padre Vieira, referindo-se a seu tempo e contexto histórico, “os padres hoje em dia não prestam, são

³⁷⁸ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 122.

³⁷⁹ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 138.

³⁸⁰ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 139.

³⁸¹ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 24.

como os leigos”³⁸². Apesar de apontar a depravação dos padres de seu tempo, não deixa de opô-los de forma positiva em relação aos governantes. Dividia os moços em dois grupos, de acordo com habilidade individual: “é desonesto? Vai governar. É honesto? Vai ser padre”.³⁸³ A igreja católica estava também imersa nesse lamaceiro de ilegalidade e apadrinhamentos. No espaço ao redor do prédio religioso, os mascates vendiam suas mercadorias. Por lá, passavam algumas pessoas em direção aos jogos. Durante as missas, “a porta da igreja estava repleta de miseráveis e loucos. Com tanta riqueza, havia muita pobreza e muita gente morria de fome”³⁸⁴. Como diz o narrador, no início do livro, “a cidade parecia ser a imagem do Paraíso. Era, no entanto, onde os demônios aliciavam almas para povoarem o Inferno”³⁸⁵. Essas duas extremidades estão misturadas. A união de contrários divergentes é uma característica da Bahia do Boca do Inferno, bem como dos discursos e vozes que se manifestam narrativamente.

Brasil e Espanha, por exemplo, são comparados de forma discrepante. Enquanto o primeiro é a parte podre do mundo, o segundo é a sã. Missas e calundus demonstram duas variedades de manifestações religiosas do local. Prostitutas diferem de mulheres do lar e daí se cria uma imagem do papel da mulher na sociedade: as primeiras, verdadeiras, e as segundas, tagarelas e falsas. Conspiradores opõem-se ao governo. Deus, ao Diabo. Dionísio, a Apolo. O nascer do sol, ao fim da noite. Além do fim da noite, o dia marca as missas e a expiação das culpas, assim como a noite, os furtos, as orgias, os pecados. As dores físicas contrapunham-se às dores morais. Ravascos brigam com os Menezes e vice-versa, evidenciando o ódio *versus* a política; a paixão e a razão.

³⁸² MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 70.

³⁸³ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 70.

³⁸⁴ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 15.

³⁸⁵ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 12.

A justiça e a injustiça caminhavam juntas, com a predominância da primeira em relação à segunda. A cidade se opunha à metrópole. O pecado diferia da castidade. A Igreja lutava com o Estado; Padre Vieira fazia oposição ao governo de Antônio de Menezes. As condições inóspitas das celas dos presos divergiam de forma humilhante e negativa do palácio do governador. O cru, do cozido. Os cristãos, dos judeus. A função, o papel e os privilégios das mulheres, daqueles desempenhados ou obtidos pelos homens. A Igreja movia-se pela compaixão, o Estado, pela espada. Rocha Pita divergia de forma grotesca do meirinho que o acompanhava. Os miseráveis e os pobres, dos ricos. O Brasil, de Portugal: “lá tudo é antigo. Aqui tudo é novo”³⁸⁶. As divergências, as diferenças e as oposições, na colônia, eram muitas e marcantes.

Dois termos, nesse sentido, são importantes para qualificá-los de forma aproximativa. São eles: conter e referir. As relações entre esses pares opostos criam um princípio circular de ocorrência que se dissemina em dependência. Um ponto depende do outro e vice-versa, de forma contígua. São partes pressupostamente inerentes ao todo. Identificá-las ou até mesmo julgá-las depende do ponto de vista do observador. O discurso contém o equilíbrio do cosmos e a confusão do caos. A lama aponta essa qualidade dispersante unificadora. Ela, ao mesmo tempo em que não forma, serve de material para o nascimento de água. A lama é potência latente.

A arte era um dos principais acontecimentos participantes dessa efervescência de elementos contrários. Isso ocorria não apenas pelo fato de um poeta ser o protagonista da história, junto com sua poesia, mas também em virtude de outras presenças influenciadoras de seu trabalho atuarem na narrativa, representadas por

³⁸⁶ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 301.

suas produções, como é o caso de Góngora y Argote, Padre Antônio Vieira ou Bernardo Ravasco.

Os livros, por sua vez, materializavam as realizações artísticas, enquanto veículo do conhecimento. Para Gregório de Matos, a leitura era sinônimo de aventura, especialmente porque os livros “eram quase todos em latim, francês ou italiano”³⁸⁷, e a publicação acontecia em Portugal e na Holanda, países representantes do mercado editorial da época. Exemplo disso são os volumes das *Ordenações*, cuja exclusividade de impressão é do Mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa, observadas por Gregório na casa de Rocha Pita. Com os jesuítas, iniciou sua formação de letrado. No século XVII, “existiam livros apenas nos conventos, nos colégios e em raríssimas casas particulares, poucos exemplares”³⁸⁸. Na colônia, a educação ficava sob responsabilidade dos padres jesuítas. A casa da livraria era o local onde o *ludi magister* preparava aulas e corrigia provas “do curso elementar ou de humanidades”³⁸⁹.

A maioria da população não sabia ler. Quando os homens do governador Antônio de Menezes vasculham o quarto de Gregório de Matos, rasgando seus livros, o poeta mostra-se decepcionado: “estava acostumado a pensar que mesmo os mais vis tinham algum respeito pelos livros. Mas as pessoas odiavam tudo que não compreendiam”. Isso aconteceu, segundo Gregório de Matos, porque “os homens do Braço de Prata não sabiam ler. Ninguém sabia ler. Os livros eram inimigos”³⁹⁰. Não havia editoras para publicar textos no Brasil do século XVII, sequer leitores e muito menos críticos.

³⁸⁷ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 86.

³⁸⁸ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 89.

³⁸⁹ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 95.

³⁹⁰ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.157.

Apesar disso, havia literatura, a de Gregório de Matos. Não era lida, mas recitada. Seus poemas “são todos, ou a maior parte, inconvenientes para a impressão. Servem mais para a boca do povo do que para os olhos diligentes dos eruditos. Não compete publicá-los”³⁹¹. A justificativa para tanto assinala o engajamento social de sua arte: “‘estou apenas sendo justo, senhores filósofos’, disse Gregório de Matos. Faço verso para os que não sabem ler”³⁹². Nesse tempo, biblioteca era considerada livraria, como é o caso da que possui o judeu Samuel. Não havia um sistema que a consolidasse, bem como um público de leitores, uma vez que a população era analfabeta.

A economia é outro plano contraditório. A Bahia do século XVII, dividida em capitanias, sustentava-se com o cultivo da lavoura de cana-de-açúcar. O açúcar movimentava os negócios e as exportações. Com o tempo e “a progressiva concorrência das ilhas açucareiras no mar das Caraíbas”, veio “uma crise que estava levando à falência muitos dos fabricantes”³⁹³. Esse novo contexto fez com que surgisse um outro grupo, “os aristocratas rurais, aliados aos senhores de engenho: os criadores de gado”³⁹⁴. Quem sustentava esse mercado eram os escravos vindos da Angola, sem os quais “não havia Brasil”³⁹⁵. Apesar dos sinais de crescimento econômico, a miséria predominava e as extremidades sociais distanciavam-se ainda mais.

Gregório de Matos observava tudo isso e impressionava-se com a depredação de sua cidade, bem como com as atrocidades contra os pobres, miseráveis e negros africanos. O escambo marcava a relação de compra e venda e a moeda de troca era o

³⁹¹ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 204.

³⁹² MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 206.

³⁹³ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 199.

³⁹⁴ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 199.

³⁹⁵ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 199.

açúcar, variando de valor para mais em Portugal e para menos no Brasil, ao que conclui o poeta: “os brasileiros são bestas, e estarão a trabalhar toda a vida por manter maganos de Portugal”. As mulheres e o casamento também estavam associados a essa esfera social, especialmente no caso das negras e das mulatas. Os maridos as compravam e, portanto, elas eram seus patrimônios.

A lei, a religião, o Estado, a política, a arte, todos esses elementos conviviam de forma caótica na Bahia do século XVII. O caos ou as divergências entre essas instituições e as pessoas que as faziam e sofriam suas consequências ocorriam dentro de uma certa ordem. Ordem no sentido de que tal estado de coisas era aceito e mantido por todos que ali travavam suas batalhas diárias. Luiz Bonicho acrescenta sobre o assunto o seguinte fato: “depois de duzentos anos, tudo está estabelecido como uma matemática das iniquidades”. Isso se deve ao fato de “o dinheiro, o poder real, o negócio público e seus pecados nojentos, a distribuição farta de cargos, os cabedais formados em cima de roubos”, enfim, todos esses fatores aliados à “depravação natural de cada ser humano, todos eles poços de veneno, tudo isso determina a natureza e o funcionamento da colônia”³⁹⁶.

Trata-se de visão pessimista, ou realista, de quem está sendo perseguido pelo governo. Gregório vivenciava o medo: “como posso trabalhar nesse estado de coisas? Vivo neste esconderijo da Bahia, fugindo de cada soldado que deparo na rua. Cada vez que vou dormir estou arriscado a acordar na minha sepultura”³⁹⁷. O medo e a perseguição também qualificam o lugar. Poucos eram os que faziam alguma coisa para

³⁹⁶ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 198.

³⁹⁷ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 228.

tentar mudar o *status quo*, como as ações políticas dos Ravascos, as sátiras de Gregório de Matos, o judeu Samuel, Donato Serotin, Padre Antônio Vieira, Antônio de Brito.

Dentre o grupo destacam-se Bernardina Ravasco, que se arriscou por seu pai, e Maria Berco, da mesma forma, ajudando Bernardo Ravasco, ainda que de forma desastrosa, com a mão putrefada do alcaide-mor. Ambas não se intimidaram diante das ameaças do Braço de Prata. Poucas eram as ações, mas a maioria delas emergia do contexto letrado, influente, guardadas as devidas distâncias temporais. Simplificadamente, a batalha era do espírito contra a ganância e a soberba do homem para se afirmar acima do seu semelhante, ainda que para isso tivesse de aniquilá-lo ou sujeitá-lo às maiores misérias morais.

3.3 Mecanismos linguísticos

Para o modo como o discurso se apresenta, seja através de glosa, antítese, paródia ou conceptismo volta-se minha atenção neste momento. Tais elementos são os que entendo por “mecanismos”, utilizados pelos autores, para dar forma à(s) linguagem(ns) que constrói(em) os universos romanescos em questão, os quais são, ainda, ocorrências de hibridização.

3.3.1 Uma coisa que não é a outra: glosa

O sargento de milícias, Leonardo, caracteriza-se por sua personalidade picaresca³⁹⁸, uma vez que não tem comprometimento com as emergências do cotidiano, assumindo um comportamento condizente com a malandragem. Em uma narrativa sobre um malandro é verossímil e compreensível que uma linguagem escorregadia e

³⁹⁸ Conforme CANDIDO, Antônio. Dialética da malandragem. (Caracterização das *Memórias de um sargento de milícias*). In: __. *Memórias de um sargento de milícias*. Edição crítica de Cecília de Lara. Rio de Janeiro: LTC, 1978. p.317-342.p.318.

duvidosa seja utilizada pelo narrador, a fim de contar os eventos que compõem a história de vida da personagem. O tom sarcástico é o expediente utilizado pela voz narrativa para dar forma e rumo aos fatos. A ironia empresta ao dito leveza de sentido, desconstruindo opiniões severas sobre vários episódios da sociedade carioca do século XIX, sem para isso deixar de criticá-la. A linguagem qualifica a enunciação que a expressa. Se a enunciação contém ironia, o romance, porque um aglomerado de enunciações, caracteriza-se e opera através da glosa.

A ironia tem por objetivo questionar a honestidade de Leonardo-pai, “que tinha uma vida tão *regular* e tão *lícita*”, e do grupo de homens que com ele dançam na casa do velho adivinho, para onde foi “tomar fortuna”³⁹⁹. Surpreendidos em flagrante pelo major Vidigal, a punição para o delito foi a ridicularização diante dos soldados. Na sequência desses eventos, o narrador os descreve como “*honest* gente”⁴⁰⁰. O adjetivo antes do substantivo marca o deboche, o qual é reafirmado pela forma como o termo é grafado: em itálico. Se a função sintática do termo indica a ironia, o destaque a ratifica.

Outro comportamento de Leonardo também é questionado: “o padrinho olhou-o por muito tempo, e afinal, não podendo resistir ao ar de *ingenuidade* que ele mostrava, desatou a rir, e levou-o para dentro já completamente apaziguado”⁴⁰¹. A “ingenuidade” que causa o riso do padrinho é proveniente da mentira do afilhado, ao afirmar que estava no oratório todo o tempo em que desaparecera, quando, na verdade, estava em uma festa de ciganos. O rosto do menino não esconde a mentira.

³⁹⁹ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 20.

⁴⁰⁰ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 22.

⁴⁰¹ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 25.

Por outro lado, demonstra sua capacidade de dissimular. Aqui não apenas o termo grafado em itálico demonstra a ironia, mas o sentimento da personagem.

A expressão destacada da mesma forma registra-se na seguinte ocorrência: “*devotos tempos*”⁴⁰², quando a religiosidade daquele contexto histórico é posta em cheque e a afirmação das superstições assume posição de destaque. Os que liam a sorte eram respeitados e sobre isso, ironicamente, diz o narrador: “já se vê que inesgotável mina não achavam nisso os industriais!”⁴⁰³ A constatação na forma de comentário e a marca exclamativa pontuam o deboche para com a veracidade de tais práticas. Além disso, a ironia salienta uma característica do comportamento social: a presença dos industriais – pessoas capazes de usar a crença do povo para “arranjarem-se”. A ironia sugere a dúvida em relação à profissão de “dar fortuna”.

Os “*ativos militares*” que ficam no “*Pátio dos Bichos*”, saleta localizada no paço imperial, antigo palácio-del-rei, também são alvo de escárnio, não só do público que passa pelo local, mas principalmente da parte do narrador. Além do registro, em destaque, no corpo do texto, o autor cria ainda uma nota de rodapé para enfatizar e questionar o comportamento do narrador para com esses oficiais, qual seja, “*ativos militares*: o que o narrador quer dizer com *ativos militares*? Seriam mesmo ativos? Ou é ao contrário? Os militares que habitavam o Pátio dos Bichos eram verdadeiros parasitas”⁴⁰⁴. Novamente temos a ironia do narrador.

⁴⁰² ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 19.

⁴⁰³ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 19.

⁴⁰⁴ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 28.

O autor isenta-se da responsabilidade pelo dito, isenção essa característica de um texto ficcional, apontando o narrador como responsável. Ao mesmo tempo em que interfere na narrativa, é ele quem escreve e insere a nota de rodapé, esquivando-se da responsabilidade pelo comentário. Por outro lado, se o narrador vem desde o início conversando com o leitor, bem se poderia dizer que quem faz a pergunta aqui, colocando-se em primeira pessoa, é o leitor e não o autor. A ambiguidade dos papéis, do discurso do narrador e das pessoas que falam, cria uma situação polifônica e metalinguística. Além de fato discursivo, a ironia é conteúdo do qual se trata diretamente. Afora a dúvida que suscita enquanto conteúdo do discurso, a ironia, posta em discussão, é questionada. Importa, no entanto, que o que está em nível textual, de forma sugerida, torna-se uma certeza dita, quando no rodapé é afirmado que o narrador se vale de ironia.

O tom irônico registrada em itálico apresenta-se em mais duas ocorrências. A primeira dá-se quando o narrador se refere à história de vida do padrinho do Leonardo, explicada pelo termo “*arranjei-me*”, o que significa o expediente excuso de que se valeu, roubando fortuna alheia, para fazer-se na vida. O narrador não restringe à personagem seu comportamento linguisticamente marcado, como é possível ver nesta passagem: “eis – aqui como se explica o *arranjei-me*, e como se explicam muitos outros que vão aí pelo mundo”⁴⁰⁵. O padrinho também é denominado de “*médico*” e intitulado assim porque se comporta “como se” fosse um, quando na verdade mente, para “se dar bem na vida”. Depois que consegue o que por acaso surgiu em sua vida, a

⁴⁰⁵ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 32.

fortuna do capitão, “o médico já não sangrava tanto; andava preocupado, distraído, e assim levou até chegar à terra”⁴⁰⁶. A personagem não sangrava; fazia sangria.

A ambiguidade do dito provoca o escárnio do narrador para com o episódio, bem como para com a situação. Quando descreve a conversa entre Leonardo-pai, o velho tenente-coronel e a mãe da Maria, que reclamava a honra da filha, verifica-se a segunda exemplificação: “ficou o caso *pouco* remediado”, através da promessa de casamento. O remediado não está solucionado. Logo, de um fato que está pouco remediado espera-se um “remendo”. A ironia está na impossibilidade de decidir o irresolúvel, uma vez que entre Leonardo-pai e Maria já havia ocorrido a noite de núpcias, antes de a cerimônia matrimonial ser realizada. Esse episódio, denominado de “teoria da Maria”, chama a atenção para o fato de que, uma vez no Brasil, Leonardo se esquece do que viveu, apaixonando-se novamente por uma cigana que o despreza.

Se nos exemplos anteriores a ironia é despertada pelas evidências marcadas linguisticamente, no das personagens são seus comportamentos que apontam tal prática retórica. É o major Vidigal quem demonstra isso, quando se dirige aos homens humilhados, na casa do caboclo: “o major sorria-se e acrescentava com riso sardônico: – Está bom!”⁴⁰⁷ O riso da personagem demonstra a comicidade da cena. A ironia também aparece quando o narrador se mostra de forma ambígua, como no seguinte caso: “uma personagem que representará no decorrer desta história um importante papel, e que o leitor apenas conhece, porque nela tocamos de passagem no primeiro capítulo”⁴⁰⁸. O

⁴⁰⁶ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 32.

⁴⁰⁷ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 22.

⁴⁰⁸ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 25-26.

termo “tocar” pode significar toque no sentido “tátil” e/ou no de “fazer menção”. O narrador não toca na personagem; refere-se a ela, criando assim uma dubiedade discursiva, passível de riso.

A contradição também é outro exemplo. A “má-criação” de Leonardo-filho é considerada “refinada”, evidenciando que não apenas bons comportamentos são aprimorados, mas também os que não levam a lugar nenhum, como a vadiagem em que vive a personagem. Se a vadiagem preenche seu perfil, a expressão “o nosso futuro clérigo”⁴⁰⁹ demonstra deboche, pois trata-se de algo que Leonardo-filho dificilmente tornar-se-á. É contraditório e irônico, além desses, o mestre-de-cerimônias: “por fora era um completo São Francisco de austeridade católica, por dentro refinado Sardanápalo, que podia por si só fornecer a Bocage assunto para um poema inteiro”⁴¹⁰. Fora e dentro; santo e sátiro; religiosidade e comédia, enfim, essas oposições demonstram a ironia do narrador para com a ambivalência do caráter da personagem. Afinal de contas, como um representante da Igreja poderia ser sensual e relacionar-se sexualmente com mulheres?

Além de Bocage, outra referência feita à sátira aparece quando o reverendo mestre-de-cerimônias discute com o capuchinho italiano: “foi uma verdadeira cena de comédia”⁴¹¹. O mestre-de-rezas também é satirizado ao ser chamado de “*instituição*”⁴¹². Na verdade, ele não é uma entidade, mas um cidadão que institucionalizou, por ter

⁴⁰⁹ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 41.

⁴¹⁰ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 43.

⁴¹¹ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 45.

⁴¹² ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 77.

profissionalizado, sua função: dar lições e bolos com palmatórias. A confusão entre “pílulas” e “pírolas” também assume conotação de escárnio. De um lado, está a voz do médico boticário e, do outro, a da curandeira; de um lado a da ciência, de outro a da superstição. Nenhum dos dois, entretanto, salvou a vida do compadre.

Da mesma situação surge um paradoxo grafado em itálico, referindo a fala da comadre: *“é impossível que o defunto não dispusesse sua vida”*⁴¹³. O destaque produz a contradição, uma vez que um “defunto” não possui “vida”. A linguagem dessa personagem e a forma como se expressa representa comportamentos linguísticos pertinentes ao saber comum popular, que lê o dito e o apropria ao seu modo de fala, diferente do que prevê a norma culta urbana. Apesar de o defunto não possuir vida, e assim não poder dela dispor, essa é a sua condição, portanto, esse é o referente nominalizado pela comadre. Sua nominalização é aliada a sua condição anterior: estar vivo. Dois contrários unem-se, uma vez que ela precisa falar do presente em relação ao passado e no atual momento, ironicamente, existe um defunto que talvez possa ter deixado um testamento sobre o qual todos indagam.

O insucesso do major Vidigal em sua empreitada para prender o Leonardo-filho, depois de por ele ser ludibriado, atrai o riso da multidão. O deboche coletivo depõe sobre uma importante característica daquela sociedade: a significação dada à opinião alheia. Todos os cidadãos agem para atender às expectativas dos seus pares e dos costumes. O que foge à regra causa reprovação na forma de riso. O narrador vale-se de expressões linguísticas, para dar conta de enunciar o escárnio. Outra marca da

⁴¹³ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 81.

voz narrativa é o cinismo, desdobramento do escárnio e do pouco caso para o “viver de aparências” das personagens que representam aquele contexto histórico.

Quando confidencia segredos ao leitor, o narrador diz que não sabe de algo ou duvida de uma situação, aproxima a linguagem do senso comum, como se estivesse, ao pé do ouvido, em tom de fofoca, falando mal da vida alheia, “com seus pares”. O narrador é, pois, um sardanápalo – um sátiro – que debocha e ri do modo de ser hipócrita das personagens, querendo parecer o que não são. Leonardo, por sua vez, e contrariamente a tudo, faz pouco caso das normas. Ele é um transgressor dos costumes, revelando que uma nova mentalidade está surgindo, contrária ao “rigor” dos conceitos éticos e morais de conduta, a respeito do casamento, da vida pública, das profissões, etc. Leonardo, assim como o narrador, é um sátiro: aquele por acaso, esse intencionalmente.

As contradições referidas pelo narrador, finalmente, causam ironia, porque há uma disparidade terminológica, uma vez que um episódio, uma personagem ou um comportamento são referidos por algo simetricamente oposto, com o qual compactuam os leitores, textuais ou não, bem como as personagens. Logo, o riso é coletivo e tal qualidade democrática o constitui. Uma coisa que não é a outra ou o que não é o que se diz dela provoca, portanto, a glosa.

3.3.2 Uma coisa contrária à outra: antítese

“Galgava o topo da Favela. Volvia em volta o olhar para abranger de um lance o conjunto da terra. E nada mais divisava recordando-lhe os cenários contemplados.

Tinha na frente a antítese do que vira”⁴¹⁴. A fala corresponde à chegada do narrador-viajante d’*Os sertões* ao topo do morro que divisava Canudos. O local é a síntese dos contrários, isto é, da tese, o que vira antes, e da anti-tese, o que viria a seguir; é o limiar da comparação entre elementos diferentes que se unem por contradição e diferença. A linguagem predominante na obra parte desse princípio figurativo. Algumas vezes ela se mostra diretamente poética, outras a poeticidade mistura-se à objetividade com que o dito é apresentado. Exemplifica o segundo grupo a seguinte passagem: “vimos como a natureza, em roda, lhe imita o regime brutal (...) dando aos quadros naturais a encantadora grandeza de perspectivas em que o céu e a terra se fundem em difusão longínqua e surpreendedora de cores...”⁴¹⁵.

Ao caráter conclusivo da afirmação integra considerável uso de adjetivos qualificando substantivos preposicionados por sintagmas formados por combinações de sons, como em “fundem em difusão”, e tudo se finaliza com reticências, indicando o tom poético não escondido pelos liames da descrição. No enunciado a seguir, a poeticidade da linguagem atenta para a nevrálgia da vida na efervescência dos movimentos da natureza:

a terra desnuda tendo contrapostas, em permanente conflito, as capacidades emissiva e absorvente dos materiais que a formam, do mesmo passo armazena os ardores das soalheiras e deles se esgota, de improviso. Insola-se e enregela-se, em 24 horas. Fere-a o sol e ela absorve-lhe os raios, e multiplica-os e reflete-os, e refrata-os, num reverberar ofuscante: pelo topo dos cerros, pelo esbarrancado das encostas, incendeiam-se as acendalhas da sílica fraturada, rebrilhantes, numa trama vibrátil de centelhas; a atmosfera junto ao chão vibra num ondular vivíssimo de bocas de fornalha em que se pressente visível, no expandir das colunas aquecidas, a efervescência dos ares; e o dia, incomparável no fulgor, fulmina a natureza silenciosa, em cujo

⁴¹⁴ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 98.

⁴¹⁵ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p.97.

seio se abate, imóvel, na quietude de um longo espasmo, a galhada sem folhas da flora sucumbida.⁴¹⁶

Nesse trecho, é descrita a influência do clima no solo e conseqüentemente na vida que dele se alimenta para continuar de pé. Com o calor e a alternância de temperaturas, o chão se torna árido, vibrante e quente como uma fornalha, fazendo com que a planta, em espasmo, sucumba pela ausência de água. A forma pela qual o conteúdo é delineado desperta angústia no espectador. A pontuação, nesse caso, juntamente com as aliterações, as quais atribuem poeticidade ao narrado, dão o tom de angústia. Por essa razão, exige do leitor uma leitura em voz alta. Ao fazer isso, tem esse a impressão de estar em uma corrida galopante, dirigindo-se à linha de chegada, em que os ânimos se assentam. A perspectiva é inusitada, mas, ao final, mostra-se catastrófica, pelo sucumbir, chiado, como água em chapa quente, expresso pelo “f” em “folhas da flora”, da planta sem vida. A tragicidade do fragmento apresenta-se em prosa repleta de poesia, a poesia da vida que se esgota nas intermitências do clima e do solo afetado por esse e através disso “a natureza compraz-se em um jogo de antíteses”⁴¹⁷.

De semelhante expediente utiliza-se o narrador para descrever o clima no Mato Grosso: “nenhum se lhe equipara, no jogar das antíteses”⁴¹⁸. Algumas vezes, “a sua feição é aparentemente a de benignidade extrema”, outras, “esta placidez opulenta esconde, paradoxalmente, germes de cataclismos, que irrompendo, sempre com um ritmo inquebrável, no estio, traindo-se nos mesmos prenúncios infalíveis, ali tombam com a finalidade irresistível de uma lei”⁴¹⁹. Outra amostra está presente no seguinte

⁴¹⁶ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 103.

⁴¹⁷ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 135.

⁴¹⁸ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 161.

⁴¹⁹ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 161.

trecho: “não bastam as intermitências de cheias e estiagens, sobrevindo rítmicas como a sístole e a diástole da maior artéria na terra. Outros fatos tornam ao forasteiro inúteis todas as tentativas de aclimação real”⁴²⁰. O movimento climático que causa a alternância entre chuva e estiagem, enchente e seca, é comparado com o do coração humano, por meio da sístole e diástole – capacidade que tem o órgão de bombear sangue pelo corpo humano, em um movimento também alternado de contração e relaxamento.

A atividade climática é humanizada por um procedimento previsto pelo código da linguagem: a comparação. A base dessa comparação, entretanto, continua sendo a união e/ou o confronto de contrários. Esse confronto descrito corresponde às “idiossincrasias de uma fisiologia excepcional”, igualada, mais uma vez a um movimento humano: “o pulmão que se reduz, pela deficiência da função e é substituído, na eliminação obrigatória do carbono, pelo fígado, sobre o qual desce pesadamente a sobrecarga da vida”⁴²¹.

Dados científicos utilizados para descrever comportamentos quando dispensados ao tratamento de elementos não humanos tornam-se figurativos, já que uma coisa não é a outra. É, no entanto, “como se” fosse essa. Estabelece-se, aqui, um princípio de comparação por meio de (inter)correspondências comportamentais entre grupos singulares, que se comportam de maneira semelhante, apesar de pertencentes a conjuntos diversos.

⁴²⁰ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 165.

⁴²¹ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 167.

Não apenas nesse trecho, mas no seguinte, a fisiologia humana é transferida aos fenômenos da natureza: “inteligências marasmáticas, adormidas sob o explodir das paixões; enervações periclitantes, em que pese à acuidade dos sentidos, e mal reparadas ou refeitas pelo sangue empobrecido nas hematoses incompletas...”⁴²² Em termos discursivos, presentifica-se a linguagem científica; em termos ortográficos, atentando-se à pontuação, demonstra-se a poeticidade do dito pelo derramar conflituoso entre a ciência (inteligências) e a emoção (paixões).

Linguagem poética e científica, cada uma com as suas diferenças e especificidades, misturam-se em *Os sertões*. Isso ocorre, predominantemente, na forma do discurso em prosa. Apesar disso, há alguns exemplos no registro em verso, como quando o narrador atenta para os de Garcia de Rezende: ““Vemos no reyno metter,/ Tantos captivos crescer,/ Irem-se os naturaes,/ Que, se assim for, serão mais/ Elles que nós, a meu ver”⁴²³ [sic]. O tema em questão é o comércio afro-lusitano existente nos anos de 1530. O eu poético está preocupado com o aumento dos escravos no País. Durante a “arribada” – estouro da boiada, depois de já reunida pelos vaqueiros que, diante do dispersar, tem de começar tudo novamente, a fim de reuni-la – os sertanejos entoam um canto merencório, “embalando-os com o refrão monótono: Ê cou mansão/ Ê cou... é cão”⁴²⁴.

Brutos repentistas exemplificam o encontro entre verso e prosa, como nestes trechos. O primeiro diz: “Nas horas de Deus, amém,/ Não é zombaria, não!/ Desafio o mundo inteiro/ Pra cantar nesta função! ao que retruca o segundo: “Pra cantar nesta

⁴²² CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 166.

⁴²³ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 180.

⁴²⁴ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 224.

função,/Amigo, meu camarada,/Aceita teu desafio/O fama deste sertão!"⁴²⁵ [sic]. Versos são também usados para saudar o Conselheiro: "Do céu veio uma luz/ Que Jesus Cristo mandou./ Santo Antônio Aparecido/ Dos castigos nos livrou!/ Quem ouvir e não aprender/ Quem souber e não ensinar/ No dia do Juízo/ A sua alma penara!"⁴²⁶ [sic], apontando para o misticismo dos fanáticos seguidores do beato.

A impiedade da República *versus* a bondade da Monarquia confrontam-se no trecho: "Garantidos pela lei/ Aquelles malvados estão/ Nós temos a lei de Deus/ Elles tem a lei do *cão*!"⁴²⁷ [sic]. O desaparecimento do "governo demoníaco", que expulsou o rei, dar-se-á com a volta de D. Sebastião, o qual é comparado a Antônio Conselheiro: "O Anti-Christo nasceu/ Para o Brasil governar/ Mas ahi está o Conselheiro/ Para delle nos livrar!"⁴²⁸ [sic] Há ainda os ditos populares rimados do Norte: "*É tempo de murici/cada um cuide de si...*", expresso por um dos oficiais da batalha.

A linguagem poética evidencia o sofrimento da terra com o andar do tempo, como comprova o trecho: "passam-se um, dois, seis meses venturosos, derivados da exuberância da terra, até que surdamente, imperceptivelmente, num ritmo maldito, se despeguem"⁴²⁹. Daí em diante, "pouco e pouco, e caiam, as folhas e as flores, e a seca se desenhe outra vez nas ramagens mortas das árvores decíduas..."⁴³⁰. A linguagem científica, mais uma vez, une-se à poética, assinalando a síntese dos contrários ou das antíteses, na seguinte passagem: "*é a silva aestu aphylla, a silva horrida*, de Martius,

⁴²⁵ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 228.

⁴²⁶ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 305.

⁴²⁷ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 319.

⁴²⁸ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 320.

⁴²⁹ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 132.

⁴³⁰ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 132.

abrindo no seio iluminado da natureza tropical um vácuo de deserto"⁴³¹. O uso do termo em itálico destaca a apropriação e a transposição de outra língua para o interior do discurso do narrador que, na sequência, termina a frase no tom lírico em que descreve o movimento da natureza.

O movimento repete-se muitas vezes, como quando é descrita a alternância entre as estações do ano e as consequências climáticas provocadas: "tal regime acarreta o parasitismo franco. O homem bebe o leite da vida sugando os vasos túmidos das sinfônias..."⁴³² A seringueira é um exemplo de sinfônias. Dessa árvore, o sertanejo tira a sua sobrevivência, o que está dito na imagem repleta de poeticidade proposta em "leite da vida". Quando se refere à planície e ao sertão, de um modo geral, o mesmo tom se repete: "planície rugada, embaixo, mal se lobrigavam os pequenos cursos d'água, divagando, serpeantes..."⁴³³; "e o sertão é um paraíso..."⁴³⁴

Metáforas e comparações permeiam o discurso do narrador e a forma como usa a linguagem e seus recursos, através de aliterações: "feito o fluxo e refluxo de uma onda, batendo, monótona, os flancos da montanha"⁴³⁵; hipérboles: "barbaramente estéreis; maravilhosamente exuberantes..."⁴³⁶; recursos metalinguísticos: "os lutadores embaixo seguiam como atores infelizes, no epílogo de um drama mal representado"⁴³⁷, "fora até demasia de frase caracterizá-lo inimigo, termo extemporâneo, esquisito eufemismo suplantando o "bandido famigerado" da literatura marcial das ordens do

⁴³¹ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 125.

⁴³² CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 164.

⁴³³ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 99.

⁴³⁴ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 130.

⁴³⁵ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 579.

⁴³⁶ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 134.

⁴³⁷ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 410.

dia”⁴³⁸ e “a cena -- real, concreta, iniludível --aparecia-lhes aos olhos como se fora uma ficção estupenda, naquele palco revolto, no resplendor sinistro de uma gambiarra de incêndios”⁴³⁹.

O maravilhoso, o sobrenatural, a ironia e a paródia são mencionados para comparar uma situação, naquele contexto. A palavra transmutar, signo utilizado várias vezes pelo narrador em seu discurso, apresenta propriedade capaz de significar a oscilação entre o uso da linguagem subjetiva e objetiva. Os eventos da natureza transmudam-se assim como a linguagem que a expressa em um movimento entre contrários, antíteses e idiosincrasias. Na linguagem, está gravado o titubear entre o cientista e o lírico e/ou ficcionista. Não há a predominância de uma ocorrência sobre a outra. Elementos diferentes chocam-se no interior do discurso e o resultado é a antítese, resultante e resultando em coisas contrárias umas às outras.

3.3.3 Uma coisa como outra: paródia

Em *Memórias sentimentais de João Miramar*, a comparação dá-se por meio de recursos paródicos. No exemplo: “gravata declaração de amor”⁴⁴⁰, a palavra gravata é adjetivada, exercendo uma significação por meio de sua representatividade simbólica. O símbolo gravata aciona os seguintes significados: nó, apertado ou formalidade. Sendo assim, a frase poderia ser reescrita da seguinte forma: “ela jogou seu endereço como uma esmola à minha *formal* declaração de amor”. O significado da frase não se perde, mas o conceito de linguagem literária é transformado de algo puramente conceitual para outro, simbólico, que extrapola o signo na sintaxe da frase.

⁴³⁸ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 621.

⁴³⁹ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 714.

⁴⁴⁰ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 52.

Se, no caso do primeiro exemplo, um substantivo é adjetivado e depois transformado em símbolo gerenciador do conteúdo do dito, nesse, um verbo é posto à prova, a fim de executar, mas também de exercer um papel exclusivo em relação ao substantivo a que se refere: “a tarde tardava, estendia-se nas cadeiras, ocultava-se no tombadilho quieto, cucava té uma escala de piano acordar o navio”⁴⁴¹. “Tardar” perde seu conteúdo semântico primeiro, ou seja, “demorar”, e assume outra função sintática. Do mesmo modo que nas expressões “o gato mia” e “o cão late”, a tarde tarda. “Tardar” transforma-se em propriedade de tarde. Logo, “tarde” é vista como um agente que tem por característica “tardar”, ou seja, “ocultar-se”, “estender-se” e não demorar, como no significado primeiro do termo.

Em “Madame Rocambola mulatava um maxixe no dancing do mar”⁴⁴², o substantivo mulato/a é verbalizado para indicar a ação da personagem. Além disso, suas feições étnicas são transferidas para o signo, como se esse fosse sua impressão digital. Madame Rocambola não apenas dançava. Ao executar a dança no balanço do mar, ela projeta sua etnicidade nos movimentos corporais e o signo criado por Oswald de Andrade recebe-a da mesma forma. Ação, personagem e linguagem estão intimamente misturados. Há a substituição de um verbo por outro criado no sentido de representar o movimento dos seres e da língua em sincronia.

A substituição cria, ainda, um impacto diferente em “negros comovais humanos”⁴⁴³, em que “comovais” substitui “cumprimento”. Juntando esse trecho ao resto da frase de que faz parte - “a terra depois de dez dias tinha” - percebe-se que se

⁴⁴¹ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 55.

⁴⁴² ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 55.

⁴⁴³ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 55.

trata do humor das pessoas já entediadas pela viagem cansativa. Logo, “negros” tem a função de registrar que os cumprimentos, em virtude do tédio, já não designam bom-humor, mas insatisfação. Outro exemplo é de implante, como no seguinte trecho: “paredes enormes davam comida a portais góticos”⁴⁴⁴. Quem dá comida a alguém o sustenta, logo, as paredes sustentam os portais góticos. O sintagma “dar comida” representa sustentar; apoiar. No sentido literal, paredes sustentam portais.

Esse fenômeno também ocorre em: “Albornoz e cafetãs de pele cúprica turcavam no expresso internacional guardanapeando suores velhos”⁴⁴⁵. Nesse caso, a palavra “guardanapo” transforma-se em verbo a fim de não apenas conotar limpeza, mas porque a conotando converte-se em ação em virtude da propriedade que lhe caracteriza. Também há: “meus olhos morenos procuraram almoçar os olhos de prima Célia”⁴⁴⁶, em que “almoçar” substitui “comer”, que, por sua vez, aponta para um sentido figurado, denotando atração de Miramar pela prima; “Fords quilometravam açafrões de ocaso”⁴⁴⁷, estando “quilometrar” empregado para significar “percorrer”; “deixarem tia Gabriela e cunhadas inúteis transatlanticarem atrás do Pantico”⁴⁴⁸, ou seja, viajar, cruzando o oceano Atlântico; “fox-trotar” correspondendo à ação de dançar o fox-trote; “eu asphaltava”, designando percorrer um trecho de carro; “Fíleas era um cosmético soneto”⁴⁴⁹, isto é, escorregadio e formal.

⁴⁴⁴ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 56.

⁴⁴⁵ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 59.

⁴⁴⁶ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 63.

⁴⁴⁷ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 63.

⁴⁴⁸ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 65.

⁴⁴⁹ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 69.

No fragmento “o lago gilete monoculava para o sol entre litogravuras convexas”⁴⁵⁰, a paródia ocorre no verbo transformado e no adjetivo. O lago é denominado “gilete”. Sendo uma gilete algo que corta, imagina-se que a qualificação o designa como algo entrecortado; rachado. O verbo, a seguir, confirma esse fato: “monocular” significa olhar por um olho só. Nesse sentido, o lago é humanizado, está todo rachado e olha para o sol com um olho só por entre essas rachaduras. Há um empréstimo linguístico sintático que expressa um conteúdo modificado.

No capítulo “52. Indiferença”, a paródia é literária, em uma clara referência à “Canção do exílio”, de Gonçalves Dias. Enquanto fala das “nostalgias brasileiras”⁴⁵¹, Miramar diz que “Os portos do meu País são bananas negras/ Sob palmeiras/ Os poetas de meu País são negros/ Sob bananeiras”⁴⁵². Em viagem para a Europa, Miramar lembra do Brasil, das palmeiras, dos poetas e das bananeiras. Além do estilo saudosista, característico do poema de Gonçalves Dias, as palmeiras sublinham a aproximação entre os dois. Há, no entanto, uma diferenciação no tom, uma vez que ao acrescentar as bananeiras e os portos, Miramar mostra um Brasil mais mercantilista do que aquele em que vivia o poeta romântico.

Uma paródia de Salomé também pode ser encontrada no romance. Primeiramente, no capítulo intitulado “Sal o May”⁴⁵³, e depois, quando uma dançarina é chamada de “Salomé”⁴⁵⁴. Para designar o momento em que Célia reclama a participação de Miramar na criação da filha, são utilizados recursos teatrais, como

⁴⁵⁰ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 59.

⁴⁵¹ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 61.

⁴⁵² ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 61.

⁴⁵³ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 69.

⁴⁵⁴ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 70.

“Ato III. Cena I”⁴⁵⁵, enquadrando o evento como dramático. Outras vezes, são conceitos linguísticos, como em “Mais que perfeito”⁴⁵⁶ e “Objeto direto”⁴⁵⁷ referindo o tempo e complemento verbais. Além desses, há os que se referem à guerra “Campos de batalha”⁴⁵⁸, à literatura internacional, citando Lord Byron e Proust: “por que nós, meus colegas (...) vivemos apenas o romance da eterna pesquisa, da eterna procura, da eterna recherche, da eterna mágoa da miragem!”⁴⁵⁹ e ao patriotismo otimista da entrada de um ano novo em “Ordem e Progresso”⁴⁶⁰.

No romance, não é apenas o conteúdo que se altera com a modificação do signo. Percebe-se que o signo é transformado, sendo enxertado em lugares frasais com valores que poderiam ser mais adequadamente substituídos por outros, como nos exemplos acima. Algumas vezes, o enxerto excede os limites da língua portuguesa e termos estrangeiros passam a fazer parte da estrutura da palavra, criando-se um sentido a partir dessa operação, como em “matutos matutinos pullmavam civilizações”⁴⁶¹. Ocorre aqui a justaposição de um radical contendo um verbo em inglês “to pull” e o sufixo “avam” em português. O significado do verbo em inglês une-se ao aspecto de tempo do verbo em português e daí descobre-se “puxavam”/“empurravam”. Através do signo partido e misturado, advém o sentido da relação, seja essa de junção e/ou tradução.

⁴⁵⁵ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 90.

⁴⁵⁶ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 91.

⁴⁵⁷ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 91.

⁴⁵⁸ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 74

⁴⁵⁹ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 102.

⁴⁶⁰ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 101.

⁴⁶¹ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 63.

Da língua inglesa e da mesma forma, vem o verbo “crackar”. Oswald apropria-se do termo e cria uma conjugação, com elementos procedentes da língua nacional: “Eu empobreço de repente/ Tu enriqueces por minha causa/ Ele azula para o sertão/ Nós entramos em concordata/ Vós protestais por preferência/ Eles escafedem a massa (...) Oxalá que eu tivesse sabido que esse verbo era irregular”⁴⁶². A ação pressuposta pelo verbo em inglês “to crack” simboliza a situação de falência vivenciada por muitos brasileiros na primeira metade do século XX, crise essa que viria a se agravar, anos depois, com o *Crack* da Bolsa de Nova York, nos anos 30.

“Uma coisa ocorrendo como outra”, por empréstimo, substituição, enxerto designa as formas como ocorre a paródia em *Memórias sentimentais de João Miramar*. No âmbito da linguagem, ocorrem inversões, as quais poderiam se caracterizar como “erros gramaticais”, designando a criação de uma língua sintética, truncada e fragmentada.

Na “nova língua” – ou nos modos de linguagem propostos no romance – cabem ainda estrangeirismos, mistura de línguas estrangeiras à nacional, bem como a pulverização constante de neologismos, especialmente no caso dos verbos criados por meio de justaposição. A constância na transformação dessa unidade morfológica demonstra a importância que o brasileiro dá para a ação, na sua fala. Um substantivo está sempre acompanhado de verbos na sua forma padrão ou transformado, como em “fazendavam”, “pestilenciou”, “coisa funerando”, etc. O verbo, porque possui como aspecto a atividade, é o elemento que predominantemente sofre transformações. A paródia, finalmente, dá-se de forma contínua e marcante no uso que Oswald de

⁴⁶² ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 97-98.

Andrade faz da linguagem, através de movimentos de captação⁴⁶³ do material “estrangeiro”, sejam quais forem as fronteiras, a tradução e a subversão⁴⁶⁴ do conteúdo e do signo apropriados.

3.3.4 Uma coisa em relação a outra: conceptismo

No poema de Gregório de Matos, “Ao braço do Menino Jesus quando apareceu”, publicado em *Crônica do viver baiano Seiscentista*, “parte” e “todo” possuem entre si uma relação proporcional de diferença e unidade. É na relação e na conexão de idéias, provenientes do conceptismo, que se fazem os sentidos entre eles. O conceptismo orienta-se antes de tudo pelo princípio da relação. Relacionar exige primeiro e primitivamente comparar. Mais elaborada, porque amplia a relação comparativa, a “alegoria” é também um método de comparação. Mas o que é um conceito? É o resultado de uma comparação. Conceituar, por sua vez, é dar sentido a alguma coisa no tempo e no espaço. No caso da estética barroca, a significação é dada pela vinculação entre no mínimo dois elementos contrários. O sentido, um terceiro instante da comparação, resulta desse entrecruzamento.

⁴⁶³ De acordo com *Dicionário de análise do discurso*, de Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau, “(1) A captação consiste em transferir para o discurso reinvestidor a autoridade relacionada ao texto ou ao gênero fonte: o pregador cristão que imita uma parábola evangélica ou o gênero da parábola, o *slogam* que imita um provérbio ou gênero proverbial”. CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. (Org.). *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 94.

⁴⁶⁴ De acordo com *Dicionário de análise do discurso*, de Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau, “(2) Contrariamente, na subversão, a imitação permite desqualificar a autoridade do texto ou do gênero fonte. Reconhece-se aqui os fenômenos da paródia depreciadora”. CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. (Org.). *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 94.

No século XVII, os poetas brasileiros, ao beberem do conceptismo⁴⁶⁵ e do cultismo provenientes do Barroco espanhol, apropriam-se dessas características. Se há verossimilhança como consequência dessa apropriação é porque tal estética dá conta de explicar os contrários da sociedade brasileira naquele período histórico. O conceptismo aparece em *Boca do inferno* de forma recorrente, através da comparação: “Gregório de Matos queria, como o poeta espanhol, escrever coisas que não fossem vulgares, alcançar o culteranismo”⁴⁶⁶. Aqui, o parâmetro de relação é o todo literário que, por sua vez, instaura uma diferença, pois se Gregório de Matos “queria” escrever “como” Góngora Y Argote é porque não o faz.

Conotando religiosidade e/ou eventos que despertem sentidos nessa direção, a comparação dá-se logo no início da narrativa: “numa suave região cortada por rios límpidos, de céu sempre azul, terras férteis, florestas de árvores frondosas, a cidade parecia ser a imagem do Paraíso. Era, no entanto, onde os demônios aliciavam almas para povoarem o Inferno”⁴⁶⁷. A Bahia é descrita como sendo inferno e paraíso ao mesmo tempo. Trata-se de um oxímoro: o inferno está no paraíso; a região contém a ambiguidade de ser bela e demoníaca ao mesmo tempo. Por que é chamado de “Boca do Inferno, Gregório de Matos participa dessa/nessa dupla comparativa. Mas a boca do inferno não era ele. Era a cidade. Era a colônia”⁴⁶⁸. O poeta é a boca do Inferno, assim como a Bahia, assim como a colônia. Ao seu redor, uma região frondosa e paradisíaca preenche o contraste.

⁴⁶⁵ Sobre o assunto, ver Carreter, Fernando Lázaro. *Estilo barroco y personalidad creadora*. Madrid: Artes Gráficas Benzal, 1974. p.15.

⁴⁶⁶ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 13.

⁴⁶⁷ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.12.

⁴⁶⁸ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 232

O comportamento também constitui-se em um exemplo dentro do paradigma religioso. Os fiéis “prosternavam-se com um leve tocar do joelho no chão, como se fossem um besteiro prestes a atirar”⁴⁶⁹, demonstrando uma comparação entre atitudes religiosas e bélicas. Maria Berco deseja a possibilidade de “repreender-se com veemência, como Jesus repreendera os ventos do mar!”⁴⁷⁰, para poder esquecer do nome de Gregório de Matos, que não saía de seus pensamentos. Em termos de inquietação, o paralelo dá-se por semelhança entre ela e Jesus; porém, no que se refere à concretização da ação, enquanto a dele ocorre, a dela existe como uma possibilidade extravasada apenas em nível linguístico, dado que se trata de uma simples mortal, sem os poderes divinos de Jesus.

Cafetões se passavam por nobres: “muitos senhores metidos a fidalgos, com seus bigodes fernandinos, faziam de suas escravas prostitutas, viviam como rufiões”⁴⁷¹, apontando a comparação através da inversão de papéis, ou seja, uns passavam por outros. As casas também revelavam a disparidade das condições sociais: “como a maioria das casas da cidade alta, o solar dos Ravasco era amplo, de três andares, cada qual com quatro sacadas, no estilo dos velhos palácios de Alfama”⁴⁷². O trecho não apenas demonstra a favorável situação financeira dos Ravasco, mas também chama a atenção para o fato de que a concentração dos abastados dava-se, em termos geográficos, na parte alta da cidade. Além disso, a presença da arquitetura portuguesa no Brasil, pois a Alfama é um dos mais famosos bairros de Lisboa.

⁴⁶⁹ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 13.

⁴⁷⁰ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 151-152.

⁴⁷¹ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 15.

⁴⁷² MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 32.

Com Portugal há também o parentesco no modo de vestir: “o secretário vestia-se como um fidalgo da Corte, gibão colante, calções de pano, sapatos de bico fino”, porém andava na colônia, em meio à lama e aos miseráveis. A contradição revela as discrepâncias sociais advindas dos abusos econômicos e políticos. As prostitutas são transformadas em fidalgas: “polvilhara o cabelo das hetairas como se fossem fidalgas francesas defronte de um espelho”⁴⁷³ e comparadas às cortesãs gregas, uma vez que o termo “hetaira” refere-se às amásias que viviam na Corte, tendo como característica possuir boa educação.

Os costumes nacionais são postos lado a lado aos dos estrangeiros, como em “durante as missas muitos casquilhos aproveitavam para passar bilhetes com poemas, mensagens para donzelas, como em Portugal, para distribuir beliscões nas mais jovens”⁴⁷⁴. O hábito de namorar na colônia seguia as regras da metrópole. O comportamento de João Berco, marido de Maria Berco, revela uma situação de comparação que evolui para descrever o caráter da personagem: “empinou o nariz para frente como se quisesse sentir o cheiro dela” e “como se tivesse sido pegado tudo no lixo”⁴⁷⁵. João Berco era avarento e mal educado; guardava dinheiro, porque preferia viver na miséria, às custas da esposa e das criadas. Mal podia sustentar-se em cima das pernas e era ranzinza, culpando Maria Berco por ter de arcar com as despesas da casa. Nesse momento, evidencia-se outra situação de comparação, uma vez que sua esposa é caracterizada como putana e labrega. Diferentemente de João Berco, Gregório de Matos nunca tratou Anica de Melo com menosprezo ou de maneira mesquinha. Ele dizia serem as moças da Bahia “tão sedutoras como as de Portugal”⁴⁷⁶.

⁴⁷³ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 116.

⁴⁷⁴ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 15.

⁴⁷⁵ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 73.

⁴⁷⁶ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 295.

Em termos culturais, Padre Antônio Vieira compara-se de forma inversa a Temístocles, para explicar que prefere ser odiado por todos do que, assim como o general ateniense, ser infeliz por ser amado por seus compatriotas. Segundo Vieira, “os inimigos são a trombeta da fama”⁴⁷⁷. Esparta é referida, através do “regime espartano” com que o Braço de Prata se dedicava às aulas de esgrimas para compensar a ausência do braço. Em termos literários, os padres jesuítas eram vistos, especialmente por Gregório de Matos, “como um livro andando”⁴⁷⁸, já que eles detinham as bibliotecas e em função disso o conhecimento que essas podiam lhes ofertar.

Brasil, Portugal e França também são comparados. Os dois primeiros estão do mesmo lado em relação ao terceiro e o resultado dessa equação é a proeminência conferida à França em detrimento dos dois Países: “só é diferente, só é bom, estar na França”⁴⁷⁹. Já que o Brasil é considerado um *culis mundis*⁴⁸⁰, Portugal, por estar no mesmo ponto de equivalência, recebe os respingos da classificação. A África é vista da mesma forma que o Brasil, porém lá existem lugares piores e mais imundos do que a Bahia. No que diz respeito aos trâmites políticos, o comportamento do Braço de Prata é comparado de forma desigual com o de Pedro – O Pacífico. O ponto que os coloca em situação de confronto diferenciativo é o amor do povo, uma vez que Pedro não traiu seus súditos assim como fez o governador com a população que representa politicamente.

⁴⁷⁷ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 66.

⁴⁷⁸ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 87.

⁴⁷⁹ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 178.

⁴⁸⁰ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 178.

Os sentimentos das personagens são, ainda, demonstrados por meio de comparações, através:

1. de sonhos: "vultos passavam no meio da escuridão como num sonho"⁴⁸¹;
2. do sobrenatural: Braço de Prata sentia-se molestado por Vieira em sonhos, como "Dom João terceiro acreditava-se perseguido pelo espírito do duque de Bragança, a quem mandara executar em Évora"⁴⁸²; a esposa de Manuel Dias é comparada a uma moura-torta pela prostituta com quem ele vive amasiado; o trapiche, em que Gregório de Matos se encontra com Samuel da Fonseca, para pedir-lhe que publique os escritos de Bernardo Ravasco, "parecia mais um esqueleto de alguma coisa gigante, escura e abafada"⁴⁸³; Luiz Bonicho compara-se a Sileno, que, por sua vez, era um corcunda: "o gênio frígido das fontes e dos rios, pai dos sátiros"⁴⁸⁴;
3. de expectativas: "era como se o mundo estivesse mudando não apenas na paisagem mas dentro dele mesmo"⁴⁸⁵, "como todo menino curioso conhecia qualquer beco de sua cidade"⁴⁸⁶, comportamentos esses demonstrados por Gregório de Matos antes de partir para Portugal, a fim de estudar na Universidade de Coimbra;
4. de paixão: "estava dominada por um estranho sentimento, como se o homem à sua frente fosse, de uma maneira misteriosa, perfeitamente

⁴⁸¹ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 60.

⁴⁸² MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 101.

⁴⁸³ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 200-201.

⁴⁸⁴ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 220.

⁴⁸⁵ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 88.

⁴⁸⁶ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 88.

confiável”⁴⁸⁷, caso em que se encontra Maria Berco ao ver Gregório de Matos declamando poesias.

Religiosidade, classes sociais, costumes nacionais, cultura e sentimento são conjuntos formados por objetos singulares que constituem individual e coletivamente as comparações em *Boca do inferno*. O conceptismo – ou comparação por relação – é uma característica da linguagem nesse romance, marca essa que se estende às relações sociais, econômicas e políticas correntes na Bahia do século XVII. Cada um dos elementos que participa da relação de comparação é parte e todo ao mesmo tempo. Algumas vezes, de forma similar, outras de maneira contraditória, sendo essa última exemplificação a mais recorrente. Resulta das sequências comparativas conceitos que ilustram a mentalidade naquele momento histórico, apontando como a religiosidade convivia intimamente com situações bélicas; como havia uma larga disparidade entre as classes sociais, como os costumes eram importados, até mesmo em situações corriqueiras; como a literatura e a arte entravam na colônia, por meio dos jesuítas e como os sentimentos também possuíam uma relação direta com os eventos de além-mar.

Trata-se de uma constatação, a princípio evidente. Entretanto, as conceituações, ou o conceptismo, não se dão apenas em nível temático, mas principalmente, no linguístico. Uma vez que a linguagem revela essa característica, importa dizer que o conceptismo é um aspecto estrutural recorrente, utilizado de forma estética para dar forma aos costumes, hábitos e modos brasileiros. A relação excede o conteúdo e se instaura na sintaxe, de forma explícita e possivelmente sintomática de um estado de coisas.

⁴⁸⁷ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 93.

3.4 Fala das gerações e dialogização das vozes

Com as temporalidades e as dialogicidades do discurso preocupo-me na subfresta em questão. Importam-me aqui o tempo da memória ficcional, o histórico e o da ficcionalização da memória enquanto elementos que promovem e despertam a hibridização no discurso dos romances que compõem o corpus de estudo da tese.

3.4.1 Do presente para o passado: tempo da memória ficcional

O começo de *Memórias de um sargento de milícias* reporta a um tempo histórico. Como nos contos de fada (era uma vez), logo na primeira frase o narrador inaugura um momento mítico, marcado pelo seguinte dizer: “Era no tempo do rei”⁴⁸⁸. Apaga-se o presente da narrativa, o século XIX, e os olhares passam a focalizar esse passado distante, já que o rei de que fala o narrador é D. João VI. A narrativa, no entanto, não se passa em sua totalidade nesse momento temporal. Contrariamente a isso, a enunciação se constrói no presente, quando o discurso coloca-se no mundo⁴⁸⁹, movimentando-se de forma pendular entre um momento pretérito e um “hoje”, exemplificado no trecho: “os meirinhos de hoje não são mais do que a sombra caricata dos meirinhos do tempo do rei”⁴⁹⁰. “Hoje” e “ontem” são duas instâncias temporais que se confrontam e se entrelaçam discursivamente no romance, aparecendo em diversas oportunidades ao longo da narrativa. Os trechos temporais, portanto, constroem-se a partir do presente. Os demais, por sua vez, existem pela relação que com essa temporalidade estabelecem.

⁴⁸⁸ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 9.

⁴⁸⁹ Sobre a temporalidade, a partir de Benveniste, ver, nesta tese, nota 111.

⁴⁹⁰ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 9.

Existem fatos ou acontecimentos que se referem apenas ao passado, como, por exemplo, a localização do Império defronte da igreja; a atenção aos costumes religiosos; a existência de uma instituição chamada Mestre-de-rezas, exercendo a função de padre e pedagogo; o requinte das festas; a nobreza da valentia; a passividade do Rio de Janeiro, permitindo aos cidadãos saírem à noite para passear; a simpatia à primeira vista que se tornava ódio à segunda; a perturbação causada pela inimizade do major Vidigal; a falta de sorte de se tornar soldado como a pior coisa que podia acontecer para um homem; a perfeição dos maridos; a desimportância de ter apelidos; a inexistência de honras de estilo; o não uso de tamancos pelo major Vidigal na frente de senhoras, demonstrando que o recato era uma característica daquele momento; a proibição do namoro às viúvas; o respeito e o medo provocado pelos soldados.

Como é no presente que surge a categoria do tempo histórico memorialístico, do qual algumas das personagens – as que viveram naquele período – sentem saudade, essas presenças estão ausentes no momento da narração, não apenas por pressuposição, mas porque o choque da mudança gera o desconforto – o conflito – entre as gerações e seus costumes. Exemplo disso, além dos já citados, encontra-se na expressão: “vão se perdendo certos hábitos, uns bons, outros maus”⁴⁹¹. A festa do Divino continua, porém não é mais como antigamente. No presente, não se pode mais confiar em poetas. Por essas discrepâncias, diz o narrador: “contentem-se os leitores com o presente sem indagar o passado”⁴⁹². Há, no entanto, hábitos que são de ontem e de hoje, como as festas, a maledicência e o compadrio, bem como os que são criados no presente, como usar barracas na festa do Divino, o fato de a mocidade rir do passado e

⁴⁹¹ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 58.

⁴⁹² ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 88.

desconfiar do futuro, e descrever uma menina que tem muitos pretendentes como namorada em vez de lambeta como era usual no passado.

A relação entre essas duas instâncias temporais é basicamente destacada linguisticamente por pronomes, demonstrativos: “nesse tempo”, “naquele tempo”, “outros tempos”, e possessivos: “no meu tempo”. Estão presentes, além desses, os advérbios como “ainda”, “agora”, “hoje”, indicando o deslocamento temporal entre momentos distantes entre si, em termos diacrônicos, porém próximos, nos aspectos culturais. Se existe um tempo da história, representado por essas instâncias, há, por outro lado, o tempo da narrativa, controlado por um narrador que vai e vem, valendo-se de antecipações e recuos, para adiantar ou atrasar os fatos, como exemplificam os seguintes trechos: “passemos por alto sobre os anos que decorreram desde o nascimento e batizado no nosso memorando, e vamos encontrá-lo já na idade de sete anos”⁴⁹³ ou “voltemos à esquina”⁴⁹⁴.

Da junção entre o presente narrativo e passado histórico constrói-se o tempo da memória. A enunciação do passado, através do presente, pelas pessoas do discurso – narrador, personagens e/ou personagens por meio do narrador – cria a temporalidade do discurso em *Memórias de um sargento de milícias*. Esse, por sua vez, divide-se entre marcações diretas, em que outras pessoas falam por si mesmas, e indiretas, quando o narrador cita a fala de outrem, e ainda a indireta livre, quando o narrador mescla o seu discurso ao dos demais, democratizando o dizer. A terceira pessoa do discurso, alternada poucas vezes com a primeira, aponta para a indecisão e a malandragem

⁴⁹³ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 12.

⁴⁹⁴ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975. p. 10.

desse narrador ao brincar com as vozes discursivas, colocando-se em diferentes posições, tanto em relação a si mesmo quanto às personagens.

O texto memorialístico realiza-se, por consequência, em terceira pessoa e não em primeira, como era de se esperar. A história é recuperada para contextualizar uma época pretérita a ser confrontada com um presente modificado pelo passar dos anos, que tem por expediente enunciar os papéis sociais que se confrontam nessa nova sociedade com outros costumes, hábitos e crenças, muitos deles desbotados, uma vez que já se passaram quarenta e seis anos. Em virtude disso, é no caráter memorialístico do texto que reside a sua ficcionalidade.

3.4.2 No presente passado: tempo histórico

A Guerra de Canudos é o episódio histórico motivador d'*Os sertões*, de Euclides da Cunha. O relato das expedições pela região onde ocorreu o embate, documentos, depoimentos, diários, testemunhos, dados, datas, todos esses elementos servem para dar autenticidade ao discurso e vinculá-lo a um acontecimento histórico da maneira mais contundente e precisa possível. Por essa razão, alguns desses discursos aparecem na forma direta. Quando indireto livre, apresenta a mescla entre o narrador expedicionário, que observa, e o ensaísta, que se pergunta sobre o fato observado, como nas seguintes passagens: "exageramos?"⁴⁹⁵ e "Valerá a pena defini-los?"⁴⁹⁶.

O tempo em que a história é descrita ou narrada descritivamente não é o passado, mas o presente. Essa escolha temporal confere à enunciação a qualidade de parecer estar acontecendo em tempo real. Assim, a experienciação das ações por parte

⁴⁹⁵ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 498.

⁴⁹⁶ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 501.

do narrador e a transcrição das mesmas acontecem simultaneamente. Os fatos históricos, a maioria deles registrados nas cadernetas e diários do autor, presentificam-se temporalmente, no discurso escrito. A organização do testemunho em livro, dessa forma, recebe a mesma importância da ordenação do vivido. A enunciação nasce de um tempo presente recheado de presenças passadas, também descritas na margem temporal.

Trata-se do tempo de quem anda, observa, pensa, compara e descreve. A narrativa possui, por isso, um movimento de expedição, cujo ponto de chegada já é sabido antes mesmo da partida, por quem a escreveu. Para quem a lê, torna-se um objetivo construído página a página, já que o discurso conduz o leitor a essa experiencição do fato histórico, pela forma literária, oscilando do mais simples até alcançar o mais complexo, ou indo do pé até o topo da montanha, local do clímax do relato.

Partindo do planalto central brasileiro, “quem o contorna, seguindo para o norte, observa notáveis mudanças de relevos”⁴⁹⁷, mantém “o olhar” ora livre ora encoberto por uma geografia variada de sobes e descas. O “observador que, seguindo este itinerário deixa as paragens que se revezam”⁴⁹⁸, tem como seu aliado principal a visão: “o olhar fascinado”⁴⁹⁹, “vê-se”, “que vimos”, “verifica-se”, “via-se” que serve para descobrir a geografia, o clima, a orografia, a geologia e impressionar-se com o que verifica presencialmente. “Daí a impressão dolorosa que nos domina ao atravessarmos aquele ignoto trecho de sertão”⁵⁰⁰, comenta o narrador.

⁴⁹⁷ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 71.

⁴⁹⁸ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 79.

⁴⁹⁹ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 108.

⁵⁰⁰ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 94.

Se essas passagens registram a observação, as que seguem dão conta de exemplificar o movimento do expedicionário no exato momento em que ele percorre os trechos do sertão, pensando e documentando o que vê. Quando chega aos campos gerais, caracteriza a paisagem como “formosíssima” e, na sequência, convida: “atrassemos-la”⁵⁰¹. Outras amostras, marcando o deslocamento físico, registradas verbalmente, são: “deste ponto em diante”, “seguindo este itinerário”⁵⁰², “transpondo o Itapicuru”, “trilhando o último daqueles rumos”⁵⁰³, “deixando a orla marítima”⁵⁰⁴, “quem se abalança a atravessá-lo”⁵⁰⁵, “o viajante mais rápido tem a sensação de imobilidade”⁵⁰⁶, “se tem a cada passo, em todos os pontos, um lineamento incisivo de rudeza extrema”⁵⁰⁷, “ao ascender para o norte”⁵⁰⁸, etc.

A incidência desse tipo de frase demonstra um narrador expedicionário. No entanto, a característica discursivamente evidenciada por meio de tempos verbais predominantemente no presente reserva-se de forma mais incisiva à primeira parte do texto: “A terra”. Quando a segunda – “O homem” – é alcançada, a temporalidade da enunciação continua a mesma, porém o expedicionário cede lugar para o ensaísta. Para falar do homem, de modo mais recorrente do que em momento anterior, o narrador se vale de uma série de enxertos técnicos e científicos, comparando teorias, descobertas, depoimento. Outros dados, especialmente os históricos, passam a dialogar com suas descobertas, provenientes da observação, como é o caso dos movimentos de Entradas e Bandeiras. O narrador fala da gênese do jagunço e do sertanejo até chegar a história de

⁵⁰¹ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 78.

⁵⁰² CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 79.

⁵⁰³ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 81.

⁵⁰⁴ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 83.

⁵⁰⁵ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 84.

⁵⁰⁶ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 86.

⁵⁰⁷ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 89.

⁵⁰⁸ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 96.

Antônio Conselheiro, passando por lendas, ouvidas de moradores locais, histórico familiar, profecias, e de Canudos e os antecedentes da guerra. O tom muda, porém o tempo presente continua comandando as ações relatadas.

No terceiro momento, depois de tratar da terra, juntamente com os aspectos nela implicados, bem como do homem e sua formação histórica mestiça, com interferências indígenas, portuguesas e africanas, o narrador inaugura sua descrição sobre a luta, enfim, a Guerra de Canudos. Começa o capítulo fazendo um retrospecto interno, bem como outro histórico e com características discursivamente dêiticas, conforme mostram “vimos como se confrontam”⁵⁰⁹, exemplificando o primeiro caso, e “naqueles tempos, tiveram desde o começo do século XVIII, quando se desvendaram as lavras do rio de Contas à Jacobina”⁵¹⁰; “a nossa história tão malsinada de indisciplinados heróis adquiria um de seus mais sombrios atores”⁵¹¹, demonstrando o segundo.

Nesse momento, o ensaísta recupera dados recolhidos pelo expedicionário, unindo-os a fatos históricos. O tempo passado, conseqüentemente, avoluma-se na narrativa: “aproveitou, por isto, a situação”, “o caso passou em dias de outubro de 1896”, mesclado ao presente: “historiemos, adstritos a documentos oficiais”⁵¹² e a citações provenientes de relatos, jornais da época, diários, apresentados em discurso direto, como é o caso dos jornais monárquicos, *Gazeta de Notícias*, o *Estado de São Paulo*, o *Jornal do Brasil* ou as conversas na Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro.

Ao descrever as expedições que se formaram para atacar Canudos, a presença do passado mesclado a comentários presentes é o recurso enunciativo que prevalece.

⁵⁰⁹ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 332.

⁵¹⁰ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 333.

⁵¹¹ CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 333.

⁵¹² CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 340.

Isso se desenrola até o final da luta, com a dizimação dos sertanejos, após várias investidas desastrosas e pouco operantes dos soldados da República: “não há relatar o que houve a 3 e 4” e “a luta, que viera perdendo dia a dia o caráter militar, degenerou, ao cabo, inteiramente (...) sabia-se de uma coisa: os jagunços não poderiam resistir por muitas horas”⁵¹³; “fechemos este livro”⁵¹⁴, “é que ainda não existe um Maudsley para as loucuras e os crimes da nacionalidade”⁵¹⁵.

O tempo histórico d’*Os sertões* é uma margem que acolhe o passado a partir do presente. O tempo na enunciação narrativa, por sua vez, é uma presença perpassada por resquícios pretéritos. O passado relaciona-se com o presente: “abordando-o, compreende-se que até hoje escasseiem (...) notícias exatas ou pormenorizadas”⁵¹⁶, “intercorrem ainda”⁵¹⁷; “ora toda essa população perdida num recante dos sertões lá permaneceu até agora, reproduzindo-se livre de elementos estranhos”⁵¹⁸; “predominarem ainda hoje, nas denominações geográficas daqueles lugares, termos de origem tapuia”⁵¹⁹; “descansava... havia três meses. Morrera no assalto de 18 de julho”⁵²⁰; “já nessa época, como se vê, tinham função proverbial as plantas, para as quais, hoje, apelam os nossos sertanejos. É que o mal é antigo”⁵²¹.

As citações de cientistas também são presenças passadas construindo a enunciabilidade temporal do discurso, como é o caso de Huxley, Fred. Hart, Martius, Tomas Pompeu, Saint-Hilaire, dentre outros. Essas personagens-personalidades vivenciaram situações semelhantes, descreveram-nas e, apropriadas por Euclides da

⁵¹³ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 777.

⁵¹⁴ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 778.

⁵¹⁵ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 781.

⁵¹⁶ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 80.

⁵¹⁷ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 85.

⁵¹⁸ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 195.

⁵¹⁹ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 197.

⁵²⁰ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 106.

⁵²¹ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 141.

Cunha, ratificam o tom ensaístico-teórico utilizado para sustentar o dito, autenticando, esclarecendo e ampliando a sua descoberta não original, mas elucidativa do caso sertanejo.

As publicações de Euclides da Cunha, anteriores a *Os sertões*, são, além dessas, aproveitadas e enxertadas na narrativa, como é o caso do subcapítulo “Como se faz um deserto”, possível de ser encontrado no jornal “Estado de São Paulo, 21.10.1901”⁵²². Nessas intermitências temporais-discursivas, move-se um narrador, misto de expedicionário e ensaísta, crítico e romancista, cientista e lírico.

3.4.3 Passado passado no presente: tempo da ficcionalização da memória

A descoberta de si mesmo dá-se por meio de um processo de alteridade em que o eu conecta-se às demais outredades que o identificam, a fim de constituir sua identidade. A memória é um dos muitos recursos utilizados com essa finalidade, como ocorre em *Memórias sentimentais de João Miramar*. Nessa obra, uma personagem fictícia, ao narrar a sua história pessoal, termina envolvendo a família, os amigos, a história do País a que pertence, no caso o Brasil, do qual se desloca em viagem, literaturas diversas e arte. A história de vida desses outros elementos são enxertadas na sua, de modo que a narrativa, em primeira pessoa, bem como a personagem, desde a infância até a idade adulta, vai se constituindo por meio das suas relações com os outros.

A narrativa constrói-se a partir de alteridades encaixadas. O eu se forma, enunciativamente, através das pessoas do discurso com quem dialoga. O tempo em que isso se dá é o passado, mais precisamente, o tempo da memória. Tendo em vista que o autor denominou as memórias de Miramar de “sentimentais”, pode-se afirmar

⁵²² CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 142.

que toda e qualquer lembrança que venha a constituir a personagem passa pelo seu filtro emotivo. Se pretendia com isso discutir questões de ficcionalidade, não sei dizer. Entretanto, não posso deixar de levantar a hipótese de que, no texto, dentre outras questões, está sendo debatida a ficcionalidade da memória, uma vez que essa, quase sempre, depende do crivo do sujeito e por essa razão não há como livrá-la totalmente das subjetividades que a identificam. O tempo da memória, nesse caso, é ficcional, mas não absolutamente, pois dados históricos, ainda que fabulados, estão presentes no romance. Apesar da não absolutização da ficcionalidade do dito, a personagem é fictícia, assim como sua história de vida.

Enquanto a enunciação ocorre no presente, as ações narrativas, por outro lado, dão-se predominantemente no passado. Isso é possível de ser percebido por meio dos tempos verbais: “mamãe chamava-se”; “papai estava doente⁵²³; “o circo era um balão aceso”; “entrei para a escola”⁵²⁴; “apitos na cabina estranha estoparam o Marta na madrugada”⁵²⁵; “Dr. Pilatos com ohs e ahs emitira a Célia (...) uma opinião a meu respeito”⁵²⁶; “o Pantico estava na Bélgica”⁵²⁷; “quando Machado Penumbra tomara-me a seu valente lado”⁵²⁸. Se, por um lado, os verbos indicam a temporalidade da enunciação, as personagens ali presentes, por outro, apontam as pessoas com as quais o eu dialoga: a mãe, o pai, o primo Pantico, o amigo da família Dr. Pilatos e o acadêmico Machado Penumbra. Episódios e personagens cumprem o mesmo papel dialógico, como a entrada na escola, a ida no circo, quando criança, a viagem pela Europa, no navio Marta. As tias, as primas, os amigos, a esposa e a filha, o cinema e a literatura,

⁵²³ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 45.

⁵²⁴ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 46.

⁵²⁵ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 55.

⁵²⁶ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 68.

⁵²⁷ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 72.

⁵²⁸ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 100.

junto com as demais situações, desempenham a função de apresentar experiências que constroem a(s) identidade(s) de Miramar.

As poucas ações no presente materializam-se por meio das cartas recebidas por João Miramar ou por algum de seus familiares. Apesar de estarem verbalmente enunciadas no presente, ao serem incluídas na narrativa passam a fazer parte do passado reconstituído de Miramar. O futuro aparece ao final da história. Em conversa com o Dr. Mandarin, esse sugere que memorando dê continuidade às memórias: “a crítica vai acusá-lo e a posteridade clamar porque não continuou tão rico monumento da língua e da vida brasileira no começo esportivo do século 20”⁵²⁹. A temporalidade do discurso é percebida por meio da forma como o enunciado é construído, bem como através das contínuas mutações que vai sofrendo no desenrolar da trama. O tempo modifica-se à medida que Miramar transforma-se em adulto.

O tempo da história, além dos demais, constitui-se de eventos como a I Guerra, da qual os brasileiros não participaram diretamente, porém não deixaram de sofrer seus reflexos; através de festas populares, como a que acontece no capítulo denominado “14 de julho”, quando Miramar está na Europa, participando/presenciando da comemoração da queda da Bastilha. Para ilustrar o momento histórico, ele põe em cena personagens representativas de diferentes camadas da sociedade europeia, misturadas em um tipo de festa: “Bárbaros engenhosos roucos punham e repunham filhas de atelier em derrapagens tour de France com mantegueiras chacoalhando famílias”⁵³⁰. Fatos literários e históricos destacam-se e apontam, temporalmente, a discussão de questões contemporâneas à

⁵²⁹ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 107.

⁵³⁰ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 61.

publicação do romance: o academicismo *versus* o modernismo professado pela Semana de Arte Moderna de 22.

O autor chama atenção para o fato de que a “lição severa da História”⁵³¹ se esconde debaixo de palavras bem arranjadas, porém pouco esclarecedoras e, por isso, muito duvidosas. A personagem ilustra a tentativa retrógrada de impor um discurso que objetiva convencer as massas de que os princípios unificadores e totalizadores de mundo devem resistir ao que ele chama de “confusões de línguas”. Feita nos interstícios, a história do Brasil enuncia as variedades que até mesmo esse orador já consegue perceber como uma ameaça à anacrônica homogeneização da identidade nacional. Tão debatidos no cenário contemporâneo, os entrelaçamentos e as relações envolvendo história e literatura já estavam latentes na obra de Oswald de Andrade.

A temporalidade percebida discursivamente na narrativa é permanentemente fundada por ações da vida do eu autobiográfico no passado. Seu presente enunciado – o “começo esportivo do século 20”⁵³² – é o ponto de partida das reflexões. Todos os demais tempos contidos no discurso, bem como as formas em que aparecem esses discursos, seja direta ou indiretamente, quando citados, convergem para esse momento histórico presente. Isso ocorre de forma ramificada, pois, se o presente é um só, enquanto marco temporal, as presenças passadas que ele suscita são braços de um corpo fragmentado e constituído por dados historicamente anteriores.

A formação de João Miramar enquanto sujeito dá-se pela memória, a qual é construída, assim como a personagem e os alocutários que com ela dialogam, por meio

⁵³¹ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 67.

⁵³² ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 107.

de fragmentos de história, como mostra a maneira episódica, particionada e não conservadora com que o romance é escrito. Essa é a “glótica de João Miramar”⁵³³, como fala Machado Penumbra ao prefaciá-la obra. Memória para o romancista é uma construção do passado, assim como a história. Ambas possuem, ainda que não totalitariamente, em suas partes, rastros de ficcionalidade. A temporalidade é, também, assim como a escrita e a memória plasmada, uma construção do sujeito.

3.4.4 Presente do passado no passado: tempo da história e da memória

História e ficção caminham juntas em *Boca do inferno*. Situada entre a biografia e o romance histórico, a obra apresenta um discurso no presente; não o da publicação da obra, mas o de Gregório de Matos. Os verbos no pretérito imperfeito e no pretérito mais-que-perfeito justificam essa afirmação. Eles instauram um passado do passado em relação ao presente do poeta, também pretérito para os leitores dos séculos XX e XXI. Gregório de Matos pensa: “esta cidade acabou-se”⁵³⁴, cidade essa que “foi edificada na extremidade interna meridional da península”⁵³⁵, onde ele se encontra e relembra “Góngora y Argote, o poeta espanhol que tanto admirava”⁵³⁶. Os verbos “acabar”, no passado; “ir”, no pretérito mais-que-perfeito e “admirar”, no pretérito imperfeito, todos no modo indicativo, reiteram a hipótese de que são essas simultaneidades temporais, nas suas presenças passadas, as responsáveis por construir a personagem e sua(s) história(s) de vida.

⁵³³ ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 46.

⁵³⁴ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 13

⁵³⁵ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 11.

⁵³⁶ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 13.

O aspecto verbal promovido pelo acordo entre essas presenças não é percebido apenas na passagem citada, mas principalmente no resultado da transformação de uma sincronia histórica para outra. O que salta aos olhos das personagens e escorre de entre as linhas da narrativa aponta para um sintoma de mudança, de incongruências temporais que não podem mais conviver e, por isso, chama atenção para sentimentos de incerteza. Importa, nesse caso, o presente, uma vez que nele se encontram espacialmente em conflito as vozes anteriores, debatendo com as atuais. Desse consórcio de vozes, surgirá o futuro – momento em que a obra é concebida e publicada. Não há uma determinação tão lógica como pode parecer, mas, grosso modo, o passado termina influenciando o presente. Gregório de Matos e o Brasil em que vive, durante o governo de Antônio de Menezes, o Braço de Prata, sustentam tal afirmativa, seja em virtude das questões políticas, seja devido às problemáticas sociais.

A aparência ou sensação de *intermezzo* que permeia a narrativa é percebida no discurso das personagens: “já não se enforcavam mais tão comumente os ladrões e os assassinos, tampouco os falsários e os maldizentes. Não havia grandes assaltantes na Bahia, diziam, mas quase todos furtavam um pouquinho”⁵³⁷. A ação inacabada acionada pelo tempo verbal do termo “enforçar”, no pretérito imperfeito do indicativo, demonstra que ainda se enforcavam foras da lei nos tempos de Gregório de Matos, fato esse reiterado pela perífrase de advérbios “tão comumente”. Tal ação refere-se a um passado. O presente a que esse passado dirige-se é visto através do verbo *dicendi* “diziam” que indica um discurso indireto, comandado por um narrador que traz para o seu discurso a voz de outrem. Logo, no momento presente em que o poeta vive, diziam tais coisas.

⁵³⁷ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 15-16.

O estado de coisas em transformação é ainda inteligível na fala em discurso direto de Bernardo Ravasco: “olha bem meu rosto, filha. Olha bem. Olha estes olhos desbotados que já foram viçosos e jovens. Olha esta pele marcada, e meu nariz quebrado, meus cabelos ralos e brancos. Não existe mais alívio nem retorno”⁵³⁸. A personagem refere-se à filha, Bernardina Ravasco, acerca da inexorabilidade do tempo, bem como da ação desse sobre o corpo físico do sujeito, situação da qual não há como retornar: “nunca mais poderemos voltar atrás”⁵³⁹, complementa Ravasco. Mudança, nesse caso, suscita a perda da juventude e com ela o ânimo de lutar por certas coisas. Voltando-se para o momento em que viviam, a mudança revela o cansaço das personagens e a desilusão para com a vida e a história que estava sendo escrita. Tanto é verdadeira essa situação de descrença que, assim como Gregório de Matos, Bernardo Ravasco diz à filha, em resposta a suas lóstimas de cansaço, que “esta cidade despedaça o nosso coração”⁵⁴⁰. Trata-se da Bahia e do atual estado de corrupção política e moral imposta pelo governo do Braço de Prata e seus comparsas.

Padre Antônio Vieira, em tom saudosista, também exterioriza o mesmo tipo de descontentamento: “‘Ah, quem pudera desfazer o passado, e tornar atrás o tempo e alcançar o impossível, que o que foi não houvera sido.’ Olhando aquele menino índio, Veira lembrou-se de seus infortúnios no Maranhão”⁵⁴¹. Observando o presente, em relação ao passado, o padre expressa o desejo de apagamento e reescrita do “que foi”, transformando o curso da história. A reescrita evitaria sua culpa, bem como que os cativos indígenas sofressem as piores injustiças e torturas no tempo das missões jesuíticas no Brasil: “em quarenta anos foram mortos e destruídas, na costa e nos

⁵³⁸ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 36.

⁵³⁹ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 36.

⁵⁴⁰ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 36.

⁵⁴¹ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 48.

sertões, mais de dois milhões de índios e mais de quinhentas povoações como grandes cidades, como Vieira escrevera ao rei Afonso VI⁵⁴².

O causador da revolta é o Braço de Prata. Sabendo da impunidade que permeava aquele local, diz o governador ao desembargador Manuel da Costa Palha: “hoje já não é mais 4, mas 5 de junho de 1683. (...) Estamos a um oceano do príncipe e a dois do papa. Houve um crime de morte que nos enche de razão, podemos convencê-los”⁵⁴³. Temeroso por sua vida, decide atacar, impetrando a culpa pelo assassinato do alcaide-mor ao padre: “Vieira seria bem capaz de planejar a minha morte. Vamos acabar com ele. Faríamos um favor a muitos poderosos. Está maldito e desgraçado tanto em Lisboa como em Roma”⁵⁴⁴. Ignorando as leis e criando inverdades a respeito de Vieira, Antônio de Menezes ordena que suas palavras sejam cumpridas.

O dizer de um arcebispo caracteriza no que havia se transformado a Bahia: “num campo de batalhas, brigas familiares, com um sabor amargo de sangue”⁵⁴⁵. Esse dizer, mais do que uma suposição, é uma constatação, reafirmando a idéia de mudança e transformação característica daquela sociedade e do discurso que a (re)constitui. Se há mudança, é sintomático que haja situação de comparação, como de fato faz Gregório de Matos, desde os primeiros momentos da narrativa. Além dele, Padre José Soares, em conversa com Vieira, repete o mesmo comportamento: “temos tido tantos fracassos quantos aborrecimentos. As coisas hoje parecem mais difíceis”⁵⁴⁶. Além dos insucessos, há as dificuldades, as quais, com o passar do tempo, têm se tornado mais agressivas.

⁵⁴² MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 49.

⁵⁴³ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 56-57.

⁵⁴⁴ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 56-57.

⁵⁴⁵ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 121.

⁵⁴⁶ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 148.

Os padres comentam os problemas, mas há também quem fale deles enquanto tal, invertendo o foco e a dinâmica do discurso. João da Madre Deus, em colóquio com o Braço de Prata, a esse respeito, diz: “Lá se foram os tempos em que os homens eram padres por verdadeira vocação religiosa. Hoje, e especialmente nesta terra colonial, temos de nos contentar com gente cheia de vícios”⁵⁴⁷. Nem mesmo o comportamento dos padres está livre da corrupção. Da maioria das vozes, cada uma à sua maneira, ecoa um confronto entre o “antigamente” e o “hoje”. Nesse ínterim, ou seja, no presente, “o mundo já não era mais o mesmo”⁵⁴⁸.

Em termos metafóricos, exemplificando o diálogo de temporalidades passadas no presente narrativo, encontra-se a seguinte passagem: “Gregório de Matos trouxe dois bancos da cozinha e sentaram-se na sala, de frente para o pátio de chafariz seco”⁵⁴⁹. Nos bancos, estavam o poeta e o arcebispo João da Madre Deus. O sintomático nesse trecho não é, entretanto, as duas criaturas ou a forma com se apresentam, mas o que está diante deles. Se fosse o futuro, esse chafariz estaria indicando falta de plenitude, já que a água tem por característica, além dessa, a existência e promoção da vida. Se fosse o futuro, esse chafariz, nessa possibilidade paradoxalmente inexistente, poderia indicar morte.

A temporalidade, como se vê, dá-se através do conluio entre o tempo presente das personagens, o passado em relação a esse presente e ainda um passado desse passado. O futuro desse estado de coisas belicoso, corrupto e desesperançoso apresenta-se como se fosse um chafariz seco, diante dos olhos de um poeta e de um arcebispo, de um literato e de um religioso, caso desejemos destacar os papéis

⁵⁴⁷ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 225.

⁵⁴⁸ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 227.

⁵⁴⁹ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 228.

institucionais representados pelos dois indivíduos. Gregório de Matos é a personagem principal da trama, construída por coadjuvantes, muitas vezes, exercendo presenças de destaque no desenrolar dos fatos. Diga-se de passagem, fatos esses historicamente levantados e/ou organizados segundo um método em que os eventos são dados a conhecer pelas ações das personagens e seus relacionamentos mútuos e não simplesmente por um elenco de citações sumárias.

A história vem à ficção por meio de lembranças, como a dizimação dos índios, rememorada por Padre Vieira, ou o governo de Antônio de Souza Menezes, através da vida de Gregório de Matos. Fica-se sabendo da fundação da primeira sinagoga do Brasil em Recife; da Revolução Palaciana; da Guerra da Restauração; a respeito de dados demográficos do Brasil colônia no século XVII – cem mil pessoas no ano de 1683; sobre o declínio da produção de açúcar e ascensão da aristocracia rural; do “dote”, imposto oriundo da guerra com os holandeses; da aparição de um cometa em maio de 1684; das Bandeiras; das missões jesuíticas e do colégio dos jesuítas; da ida dos brasileiros para estudar advocacia na Universidade de Coimbra, em Portugal; da presença de livrarias e gráficas na Europa, como as que existiam na Holanda, responsáveis pela impressão de alguns textos de escritores brasileiros; do dia da morte de Gregório de Matos, etc. Todos esses eventos têm vínculo fora da narrativa. Ao serem transpostos para tal universo, passam a datá-lo, de maneira que a reunião dos episódios na forma de romance está também influenciada por tais circunstâncias históricas.

As personagens que falam representam vozes, enunciando-se por si mesmas e em contrapartida, como reza o princípio da referencialidade do discurso, por meio da fala de outrem, constituindo, assim, no presente em que a enunciação se institui, uma

alocução polifônica, justificando a intensa e predominante presença do discurso direto, caracterizado por sua alteridade. Esse, além de dar ao romance um aspecto polifônico, faz retornar à discussão que apontei no início: aquela relacionada com a história e ficção. O discurso da história atesta o da ficção, sendo aquele também uma voz que ecoa por entre as linhas da narrativa de Ana Miranda, decifrando uma característica constante do romance, no momento de sua publicação: o relacionamento entre a literatura e a história.

Feita a descrição da hibridização no discurso dos romances, através de “locuções de gênero”, “mecanismos linguísticos”, “maneirismos de grupos,” “fala das gerações e dialogização das vozes” e suas subdivisões, questiono se existem aí elementos para uma história das mentalidades? Esses aspectos encontram-se encaminhados na quarta parte e/ou fresta do trabalho.

4 MENTALIDADE

Nessa fresta da tese, é possível encontrar um histórico da história das mentalidades, passando pelos Annales e pela História Nova. Importa elencar as razões para uma história das mentalidades, para, depois, discutir algumas apropriações e conceitos a respeito desse campo da historiografia. As idéias utilizadas para cumprir tais objetivos provêm de teóricos como Jacques Le Goff, Philippe Ariès, Friederike Meyer, Hans U. Gumbrecht.

4.1 Disseminações

Um histórico dos Annales e suas disseminações orientam o estudo desenvolvido na subfresta em questão.

4.1.1 Os Annales: histórico

Lucien Febvre e Marc Bloch. Os nomes são representantes do novo rumo que a história tomara, a partir de 1929, quando esses dois autores, de acordo com Jacques Le Goff, em *A história nova*, lançaram, em Estrasburgo, “a revista *Annales d’Histoire Économique et Sociale*”⁵⁵⁰. A publicação é fundada em decorrência de um antigo projeto de Febvre, e tinha como objetivo, “antes de tudo, tirar a história do marasmo e da rotina, em primeiro lugar de seu confinamento em barreiras estritamente disciplinares”⁵⁵¹. Os *Annales* pretendiam questionar a história política e narrativa, e a noção de fato histórico pronto e acabado, que vinha sendo utilizada até então.

⁵⁵⁰ LE GOFF, Jacques (et. alii). *A história nova*. In:____. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 31-84. p. 38.

⁵⁵¹ LE GOFF, Jacques (et. alii). *A história nova*. In:____. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 31-84. p. 38.

Segundo Le Goff, “não é por acaso que os *Annales* nasce[ra]m em 1929, o ano da grande crise”⁵⁵², isto é, da quebra da Bolsa de Valores de Nova York, nos Estados Unidos da América. Além dessa contextualização histórica, o lançamento da revista esteve também embasado por dois epítetos, “econômica” e “social”, bem como as idéias de Febvre e Bloch tiveram como guia o historiador Henri Pirenne.

Em 1946, a revista passa a se chamar *Annales. Economies. Sociétés. Civilisations*. Sob a direção única de Lucien Febvre, os *Annales* tinham por objetivo discutir “os problemas de uma história para o tempo presente”, com objetivos de alcance internacional, “contra qualquer eurocentrismo, para o mundo inteiro, em particular para o que vai [ia] ser chamado de terceiro mundo”⁵⁵³. A nova fase foi marcada pela publicação de *A sociedade feudal*, de Marc Bloch, e *O problema da descrença no século XVI: a religião de Rabelais*, de Lucien Febvre. Os *Annales* também estiveram preocupados com uma “história dirigida”, baseada em enquetes antecedendo o discurso histórico constituído, assim como agregaram informações de outras áreas do saber, como a linguística, a literatura, a filosofia, as artes e as ciências.

Conforme aponta Le Goff, depois da guerra, houve outro importante momento de disseminação nos *Annales*. Trata-se da VI seção da *École Pratique des Hautes Études*. A partir daí e por meio de um projeto de Victor Duruy, foi fundado “fora da velha Sorbonne e mais ou menos contra seu ensino magistral, um ensino baseado na pesquisa, na prática erudita ou experimental, no sistema germânico do seminário”. Tal estudo passaria “a ser ministrado no âmbito da *École Pratique des Hautes Études*

⁵⁵² LE GOFF, Jacques (et. alii). A história nova. In:____. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 31-84. p. 39. Grifo do autor.

⁵⁵³ LE GOFF, Jacques (et. alii). A história nova. In:____. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 31-84. p. 45. Grifo do autor.

(1868)", prevendo uma "VI seção, a das ciências econômicas e sociais, cuja criação Lucien Febvre arrancou dos governos da Libertação"⁵⁵⁴.

Esse acontecimento é um marco na história dos *Annales*, uma vez que, a partir desse momento em diante, a interdisciplinaridade, a pesquisa e o ensino passaram a estar atrelados às práticas universitárias. Nesse contexto, surge o trabalho de Fernand Braudel, Charles Morazé e Georges Friedmann, proporcionando "aos *Annales* [sic] o impulso rumo a essa história em que passado e presente se iluminam mutuamente". Depois da morte de Lucien Febvre, em 1956, Fernand Braudel, Robert Mandrou e Marc Ferro tornam-se os impulsionadores do novo momento, sendo, em 1969, sucedidos por André Burguière, Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie e Jacques Revel.

Com o passar do tempo e em virtude das propostas dos *Annales*, a História Nova se modificou. Apesar de Le Goff dizer que o movimento é francês, difundiu-se por variados países, através da fundação de diferentes revistas, como é o caso da alemã "*Revue Trimestrielle d'Histoire Sociale et Économique* [*Revista Trimestral de História Social e Econômica*], desde 1903", da britânica "*Past and Present* [*Passado e Presente*] (desde 1852)", das "anglo-americanas *Comparative Studies in Sociology and History* [*Estudos Comparativos em Sociologia e História*] (desde 1857)"⁵⁵⁵. Além das revistas, historiadores exerceram papel de destaque em pesquisas, no contexto da História Nova, como é o caso da "americana Natalie Zemon Davis e [d]o italiano Carlo Ginzburg", do polonês Bronislaw Geremek e do renovador dos "modelos marxistas Witold Kula"⁵⁵⁶. Da

⁵⁵⁴ LE GOFF, Jacques (et. alii). A história nova. In:____. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 31-84. p. 48-49.

⁵⁵⁵ LE GOFF, Jacques (et. alii). A história nova. In:____. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 31-84. p. 60.

⁵⁵⁶ LE GOFF, Jacques (et. alii). A história nova. In:____. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 31-84. p. 61.

mesma forma, autores como o holandês Johan Huizinga, o alemão Norbert Elias e o italiano Mario Paz também travaram suas batalhas contra a história tradicional.

Afora a disseminação e a extensão do território do historiador, enfoques, métodos e objetos também variaram. Nesse novo contexto, teve lugar a história de longa duração, a quantitativa e a das mentalidades. Essa última, ou seja, a história das mentalidades – junto com a das representações – segundo Le Goff, “apenas esboçada na primeira fase dos *Annales*, tornou-se uma das principais linhas de força”⁵⁵⁷. Lucien Febvre e Marc Bloch são os pioneiros desse novo enfoque no terreno da História Nova. Não só eles, mas ainda Alberto Tenenti, Michell Vovelle, Pierre Ariès e Pierre Chaunu. Georges Duby, Robert Mandrou e Jacques Le Goff preocuparam-se em “praticar e definir a nova história das mentalidades”⁵⁵⁸. Assim como esses, Philippe Ariès e Roger Chartier.

Na Inglaterra e nos Estados Unidos da América, por exemplo, segundo Philippe Ariès, em “A história das mentalidades”, publicado em *A história nova*, o campo da história das mentalidades é conhecido como “*social history*”⁵⁵⁹. Após 1945, destaca-se o epíteto “econômica” na história das mentalidades, cujo aparato estrutural é privilegiado em relação ao das ciências humanas, como a sociologia e a etnologia, por exemplo.

⁵⁵⁷ LE GOFF, Jacques (et. alii). A história nova. In:____. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 31-84. p. 75.

⁵⁵⁸ LE GOFF, Jacques (et. alii). A história nova. In:____. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 31-84. p. 68.

⁵⁵⁹ LE GOFF, Jacques (et. alii). A história nova. In:____. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 31-84. p. 209.

Outra vertente importante instituída a partir do pós-guerra é a história demográfica. Na década de 1960, “o reaparecimento das mentalidades subverte inteiramente a historiografia francesa”⁵⁶⁰. Os *Annales* publicam sobre a família, a sexualidade, a sociabilidade, apontando a diversidade de temas então enfrentados. Os sujeitos, a matéria e a conduta que norteiam a história das mentalidades têm sido, portanto, diversificada. Além disso, Ariès indica, valendo-se de uma expressão de P. Nora e E. Le Roy Ladurie, que o “território do historiador” dilatou-se. Segundo ele,

desde o fim da década de 1960, esse território estendeu-se a tudo o que é perceptível pelo observador social, sem exceção. Ampliação da história além de suas margens e, ao mesmo tempo, retorno ao seu antigo domínio, que se imaginava bem explorado: o historiador relê hoje os documentos utilizados por seus predecessores, mas com um novo olhar e outro gabarito. Os temas frequentados pelos primeiros foram os que eram preparados pela história econômica e demográfica: a vida do trabalho, da família, as idades da vida, a educação, o sexo, a morte, isto é, as zonas que se achavam nas fronteiras do biológico e do mental, da natureza e da cultura.⁵⁶¹

A importância dos *Annales* está também na sua própria trajetória histórica, demonstrada por meio da introdução de conceitos renovados no campo da historiografia, da revisão do papel do historiador e da ampliação das margens de exercício em que esse observador atua. Diante disso, é fato que não há como falar da História Nova e das mentalidades sem antes travar um diálogo com a Escola dos *Annales*.

Foi o termo mentalidade e as questões que ele suscitou[a] no âmbito historiográfico, especialmente pelo estudo das mudanças e permanências históricas,

⁵⁶⁰ LE GOFF, Jacques (et. alii). A história nova. In:____. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 31-84. p. 215.

⁵⁶¹ LE GOFF, Jacques (et. alii). A história nova. In:____. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 31-84. p. 227.

que “agitaram, nesses últimos anos, o domínio da história e trouxeram, especialmente para a história econômica, um contrapeso desejado. As mentalidades deram oxigênio à história.”⁵⁶² O grande objetivo dos historiadores das mentalidades, desde sua fundação, como é o caso de Febvre e Bloch, era “a luta contra a história política”⁵⁶³. De base narrativa, essa era “uma história fatural, teatro das aparências que mascara[va] o verdadeiro jogo da história, que se desenrola[va] nos bastidores e nas estruturas ocultas em que é preciso ir detectá-lo, analisá-lo, explicá-lo”⁵⁶⁴.

Apesar de o propósito econômico ter impulsionado a história das mentalidades, pode-se perguntar: a “luta” de Febvre e Bloch deixava de ser política? Entendo que a história das mentalidades avançou de forma concreta quando fugiu de uma história global, ou da história com “h” maiúsculo. No entanto, não estaria a história de longa duração tendendo para um estudo cronológico, independentemente da conduta temática empregada, uma vez que se preocupava com a apreensão dos fenômenos de longa duração, no tempo?

Parece-me que tal empreendimento pode suscitar essa dúvida. A conduta de uma história econômica e social, como é a história das mentalidades, pautou-se, contudo, pelas mudanças e permanências a longo prazo e não pelas mudanças e permanências em curto espaço temporal, como é o caso da história política. A maneira de avaliar os fenômenos é um dos pontos que as difere. Os dados encarados são, por outro lado, divergentes entre ambas. Para a história das mentalidades, não interessava

⁵⁶² LE GOFF, Jacques (et. alii). A história nova. In:____. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 31-84. p. 68.

⁵⁶³ LE GOFF, Jacques (et. alii). A história nova. In:____. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 31-84p. 40.

⁵⁶⁴ LE GOFF, Jacques (et. alii). A história nova. In:____. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 31-84. p. 40.

um exame de diversos reinados ao longo de curtos espaços de tempo. O que importava, todavia, era “estudar o que muda[va] lentamente e o que se chama[va], desde alguns decênios, de estruturas; mas também (é) [era] necessário resistir a uma das tentações da história nova”⁵⁶⁵. Trata(va)-se de não esquecer que a História Nova, como tal a das mentalidades, “movimenta-se”, devendo o historiador, portanto, fazer “com que a mudança seja mais bem apreendida”⁵⁶⁶. O princípio da transformação lenta, especialmente da transformação, é [era] um dado caracterizador de uma história orientada pelo princípio das mentalidades.

O contexto em que isso se deu é regido por amplas modificações em todos os setores da sociedade, especialmente, no econômico, já que a fundação da Revista dos *Annales* que culminou com o surgimento da História Nova é posterior à Primeira Guerra Mundial e à Crise de 29. O ser humano que vivenciou essas mudanças, ainda que diante das reviravoltas, continuou valendo-se das mesmas normas morais, éticas e religiosas no regimento de suas vidas. Iniciou-se, entretanto, transformação lenta nas atitudes dos sujeitos diante da nova formatação que o espaço a que estavam atrelados adquiria.

Munido dos valores já arraigados, o homem teve de lidar com um espírito de época, mais fragmentado e individualizado, ajustando-se a ele, uma vez que vivia em uma situação limiar. Nesse novo espírito, a Europa deixava de ser o centro das atenções e os Estados Unidos da América, graças ao relevante poderio econômico que assumiu depois da Primeira Guerra Mundial, ganhava lugar de destaque. Digamos

⁵⁶⁵ LE GOFF, Jacques (et. alii). A história nova. In:____. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 31-84. p. 63. Grifo do autor.

⁵⁶⁶ LE GOFF, Jacques (et. alii). A história nova. In:____. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 31-84. p. 63.

que o mundo deixou de ser visto apenas sob a ótica francesa para se “norteamericanizar”, o que afetou todas as comunidades. O mundo, dito de outro modo, tornou-se francês e norte-americano.

A história das mentalidades variou e isso foi e é um fato necessariamente histórico. Soube agregar elementos e principalmente questionar-se, atitude que lhe rendeu desde o início aquilo que foi um de seus pilares conceituais: a disseminação internacional e a dilatação dos métodos e abordagens dos fenômenos históricos, contra quaisquer privilégios ou determinações. Ela ainda atinge o século XXI e, no Brasil, assim como no mundo, tem muito a contribuir, especialmente no campo dos estudos literários. Isso permitiria aos historiadores investigar “frestas” – ou, como falam os criadores dos *Annales*, “fatias do passado” e “constelação de micro-histórias” que nos queimam os dedos – muitas vezes relegadas a segundo plano. Resta ainda conhecer, brevemente, as razões e as inspirações para escrever histórias das mentalidades.

4.1.2 Inspirações: razões para uma história das mentalidades?

O histórico dos *Annales* oferece elementos que exemplificam uma perspectiva mais democrática na abordagem dos fenômenos literários, o que não deixa de ser um motivo, dentre tantos, inspirador para uma história das mentalidades no âmbito nacional. Penso ser ainda necessário uma ampliação dessa questão, no sentido de poder apresentá-la um pouco mais, comparando com o que está na contramão dessa perspectiva e com o que, desenvolvendo-a, através de debates, a amplia. Daí importa

mencionar o seguinte questionamento dirigido por Philippe Ariès: “Por que uma história das mentalidades?”⁵⁶⁷. Segundo ele,

o fascínio que essa história parece exercer hoje em dia [momento em que escreve seu artigo], e desde há não muito tempo, talvez se explique por um grave acidente da nossa mentalidade atual. O homem das épocas clássicas, das Luzes, do progresso industrial, isto é, o homem ocidental do século XVIII ao início do XX estava certo da permanência e da superioridade de sua cultura. Ele não aceitava a idéia de que esta nem sempre existiria, muito embora períodos de decadência parecessem interromper a sua continuidade. Ela emergia com os renascimentos. A historiografia positivista do século XIX e do início do século XX admitia desigualdades tecnológicas, econômicas, “atrasos” devidos à falta de conhecimentos, decadências, mas não diferenças em nível da percepção e da sensibilidade.⁵⁶⁸

A política da similitude desmoronou diante da impossibilidade de manter o entendimento de uma cultura superior. A preocupação da história das mentalidades tornou-se, ao longo de sua trajetória, sensível e voltada para as diferenças:

o homem hoje já não está tão convencido nem da superioridade da modernidade (...), nem da superioridade da cultura que parece ter preparado a modernidade... desde a época da invenção da escrita. Ele vê culturas diferentes igualmente interessantes onde o historiador clássico reconhecia uma civilização e barbáries. (...) Hoje, ao contrário, a pesquisa das diferenças prevalece sobre a das semelhanças.⁵⁶⁹

Além do desmoronamento das idéias de similitude e superioridade, ocorreu outra transformação no caminho da história das mentalidades. A maneira de lidar com o passado, enquanto espaço temporal, modificou-se: “o momento em que o passado aparece como diferente do meu tempo torna-se cada vez mais próximo – formidável

⁵⁶⁷ ARIÈS, Philippe. A história das mentalidades. In:____. LE GOFF, Jacques (et. alii). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 205-236. p.231.

⁵⁶⁸ ARIÈS, Philippe. A história das mentalidades. In:____. LE GOFF, Jacques (et. alii). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 205-236. p. 231-232.

⁵⁶⁹ ARIÈS, Philippe. A história das mentalidades. In:____. LE GOFF, Jacques (et. alii). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 205-236. p. 232.

desforra da historicidade!”⁵⁷⁰. São as presenças temporais encobertas pela história oficial que importam.

Ao falar do estudo de R. Girardet a respeito do vaivém entre duas épocas, Ariès aponta que “a análise dessas transferências de idéias e de sensibilidade permite subtrair do presente fatias do passado e adelgaçar o presente a ponto de torná-lo transparente”⁵⁷¹. Desse modo, “o passado, o tempo da diferença, se aproxima de nós”, e se torna “cada vez mais difícil ignorá-lo, do mesmo modo que não nos é mais possível ignorar a arte negra, a arte índia ou a arte pré-colombiana: ela nos queima os dedos”⁵⁷².

Outra pergunta é também encaminhada por Ariès: “a recente aproximação entre presente e passado não será a verdadeira razão da história das mentalidades?”⁵⁷³ Não sei se “a verdadeira razão”, mas “uma possibilidade” fecunda. O cuidado que deve ser tomado pelo historiador, segundo Ariès, é para não deixar a história das mentalidades descambar para a aculturação, ou seja, privilegiando o moderno em prejuízo do arcaico. Uma maneira de evitar tal caminho seria “pulverizar os modelos de mentalidade”. Para tanto, é necessário “recusar a realidade de modos coerentes e maciços”, substituindo-os “por uma constelação de microelementos pouco consistentes”, os quais devem ser “mantidos juntos algum tempo pela conjunção de causas numerosas e independentes (políticas, religiosas, econômicas), sem que uma

⁵⁷⁰ ARIÈS, Philippe. A história das mentalidades. In: _____. LE GOFF, Jacques (et. alii). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 205-236. p. 232.

⁵⁷¹ ARIÈS, Philippe. A história das mentalidades. In: _____. LE GOFF, Jacques (et. alii). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 205-236. p. 233. Grifo do autor.

⁵⁷² ARIÈS, Philippe. A história das mentalidades. In: _____. LE GOFF, Jacques (et. alii). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 205-236. p. 233.

⁵⁷³ ARIÈS, Philippe. A história das mentalidades. In: _____. LE GOFF, Jacques (et. alii). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 205-236. p. 233.

delas prevaleça verdadeiramente, e que se resolvem umas nas outras, numa mudança perpétua”.⁵⁷⁴ Além dessa indicação, Ariès sugere evitar “problemas de origem e de influência, que durante muito tempo fizeram dos historiadores uma espécie de geneticistas ou de sistematistas (em particular, na história das artes)”⁵⁷⁵.

O “hoje” de que fala e de onde fala esse historiador, em termos epistemológicos, apresenta questões que podem nos ajudar a entender aquelas que, na atualidade, no século XXI, são debatidas no âmbito dos estudos literários, especialmente no campo da História da Literatura. Que história escrever? Como escrevê-la? O que contar? De que forma tratar os dados passados? Quais as relações entre tais dados e o presente? A história das mentalidades atende a muitas delas, quando nos ajuda a encarar o fenômeno histórico literário de maneira mais democrática, portanto condizente com a atual contemporaneidade. Nessa, considerar as diferenças e pautar-se por elas é um dos papéis também assumidos pelos críticos da literatura e da cultura.

Se, no tempo de Ariès, o homem já não estava tão convencido da superioridade da modernidade ou de uma cultura sobre outras, no presente, os estudiosos, ainda que não de modo abrangente, estão vislumbrando tal convicção. O tema das diferenças, como é possível verificar, já era uma preocupação dos historiadores dos *Annales*, assim como a idéia de pulverização dos dados e estudos dos microelementos. Não encarar a história pela influência, pela similitude ou através da superioridade cultural, dando margem para questionamentos de fenômenos variados ou da variabilidade intrínseca dos fenômenos é um dos modos pelo qual se pauta uma história das mentalidades.

⁵⁷⁴ ARIÈS, Philippe. A história das mentalidades. In:____. LE GOFF, Jacques (et. alii). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 205-236. p. 234.

⁵⁷⁵ ARIÈS, Philippe. A história das mentalidades. In:____. LE GOFF, Jacques (et. alii). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 205-236. p. 234.

Cabem, dadas essas circunstâncias, bem como face às recentes publicações, como biografias, pesquisa sobre a vida literária ou meio a que estiveram relacionados determinadas personalidades da literatura ou das artes; trabalhos com fontes primárias, como jornais e/ou periódicos, a partir dos quais se revelam histórias, textualidades, autores; questionamentos. Por que alguns críticos e historiadores ainda fazem história da literatura orientados por periodizações, princípios evolucionistas e deterministas, calcados na descrição quase enciclopédica de autores e obras, sem aprofundamento temático e/ou formal, baseados na superficialidade da descrição cronológica direta em que uma obra é consequência da outra? Por que razão a pesquisa histórica, muitas vezes, deixa a desejar não apenas no que se refere ao conteúdo, mas, talvez principalmente, por relegar a segundo plano todo o passado teórico, preocupado em entender as mudanças pelas quais a civilização passa de uma maneira não emblemática? Qual a razão para ignorar o histórico das transformações do pensamento, para fazer valer a remota e inverossímil idéia de que a imagem que temos de uma literatura, historicamente, pode apenas ser dada por períodos que evoluem linearmente?

Talvez o homem não esteja tão convencido de que as influências, as semelhanças e as sobreposições não existem mais. Ratificar paradigmas que não “respondem” ao presente, iludindo o leitor de história, seja qual for o modificador que a regule, é um exemplo disso. Nessa perspectiva, além de apresentar justificativas para uma história das mentalidades, resta ainda discutir do que se trata quando falamos em “mentalidade”.

4.2 Aproximações

Nesta fresta, há a discussão sobre o conceito de mentalidade e o debate acerca da textualidade como fonte para uma história da literatura através das mentalidades. São, aqui, postos em diálogos os trabalhos de Hans U. Gumbrecht e Friederike Meyer.

4.2.1 Mentalidade: algumas apropriações

A história das mentalidades é para os criadores e continuadores dos *Annales* o princípio motor conceitual que altera o modo como a história vinha sendo encarada e conduzida até a fundação da revista. A história econômica destacou-se em relação à política; os bastidores, em relação a *apparence* ou *front*. O medievalista belga Henri Pirenne exerceu definitiva influência no projeto dos *Annales*, passando a ser o campo de estudo em que atuava ocupado pelos historiadores franceses, como é também o caso de Jacques Le Goff. Apesar de a conduta e/ou o estatuto dos *Annales* terem sido definidos pelos seus fundadores, Jacques Le Goff menciona que “mentalidade” e/ou o conceito despertado por esse termo eram – e continuaram sendo – um tanto vagos. Portanto, como defini-lo ou entendê-lo?

Na maioria das vezes, “mentalidade” é descrita de maneira oblíqua. Primeiramente, é apontada como “estruturas” que se modificam. Também é mencionado que o conteúdo que preenche uma mentalidade é buscado pelo pesquisador nos “bastidores” e que, por isso, conforme Le Goff, a história das mentalidades oxigenou a história antes concentrada apenas na conduta dos nobres e nas relações políticas. Ao mudar o foco do político para o econômico e o social, depois

para o demográfico, alterou-se de forma relevante o tema e o que se entendia por história. O cidadão comum ou à margem da nobreza, antes, não poderia ser o herói de uma história pautada por princípios políticos. Como o passar do tempo, as relações econômicas tornaram-se muito mais vastas e atingiram diferentes escalas da sociedade, socializando os temas, os heróis e a forma de historiar, fazendo com que a tradição fosse rompida.

A noção de “bastidor” destacou-se como uma fresta para compreender a história e seu *modus operandi*, a partir de 1929, na França e nos países por onde essa “mentalidade” se disseminou. Alguns questionamentos, no entanto, surgem diante dessa alteração de princípios: estando os bastidores em voga como elementos para uma história das mentalidades, continuam esses sendo qualificados como tal ou, porque recebem destaque, deixam de sê-lo? Em relação a que ou a quem são assim designados? À história ou ao fato histórico considerado pela história?

Quando tomados como dados, porque considerados a partir de teorias opostas às da história clássica, política, esse fatos tornam-se acontecimentos datados e como tais seguem um princípio de relação com a história oficial que os relegou, em virtude de escolhas e concepções de mundo particulares - são bastidores que estiveram no segundo plano para esse modo de fazer história. Quando investigados e descritos, em virtude disso, deixam de sê-lo, revendo e criando uma nova moldura, capaz não de se sobrepor, mas de concorrer com a história oficial.

Entendo ser o termo “estrutura”, no entanto, o responsável por definir mentalidade, constituindo com o anterior, “bastidores”, uma explicação plausível para o sintagma preposicionado “história das mentalidades”. Essa, por sua vez, dentre

outras maneiras, pode ser percebida como o exame de estruturas mentais, provenientes de diversos estratos da sociedade, emolduradas através de diferentes fenômenos. Com base - especialmente naquele momento - em princípios econômicos e sociais, dentre outros, tem como propósito estudar elementos que, lentamente, transformam-se e que aparecem na história de forma pulverizada e não-linear.

Além da “estrutura” e “bastidores”, outro conceito de mentalidade, proposto por Philippe Ariès, em seu artigo “A história das mentalidades”, é encaminhado a seguir:

certas coisas, portanto, eram concebíveis, aceitáveis, em determinada época, em determinada cultura, e deixavam de sê-lo em outra época e numa outra cultura. O fato de não podermos mais nos comportar hoje com a mesma boa-fé e a mesma naturalidade de nossos príncipes do século XVI, nas mesmas situações, indica precisamente que interveio entre elas e nós uma mudança de mentalidade. Não é que não tenhamos mais os mesmos valores, mas que os reflexos elementares não são mais os mesmos. Eis mais ou menos o que entendemos, a partir de Lucien Febvre, por “atitudes mentais”⁵⁷⁶.

Trata-se de uma mudança de comportamento, operada pelos reflexos que uma dada transformação histórica pode provocar na atitude dos sujeitos que, a partir desse momento, passam a assumir certos valores, ainda que permaneçam com os seus. As “atitudes mentais” são comportamentos condizentes com situações liminares de mudança, em que o “antigo” ainda não desapareceu totalmente, porém o “novo”, desconhecido, faz-se presente, convivendo com o passado. O homem, por sua vez, tem de vivenciar a sincronia dos contrários.

Exemplo disso dá-nos Philippe Ariès, nesse mesmo artigo, ao relatar uma história contada por Lucien Febvre, sobre o rei Francisco I. Saindo “da cama de sua

⁵⁷⁶ ARIÈS, Philippe. A história das mentalidades. In: _____. LE GOFF, Jacques (et. alii). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 205-236. p. 207.

amante para voltar incógnito ao castelo”, o rei passou então em frente a uma igreja bem no momento em que os sinos chamavam para o ofício. Emocionado, ele parou para assistir a missa e orar⁵⁷⁷. Para o historiador clássico, teria o rei entrado na igreja a fim de pedir perdão por seus pecados. Por outro lado, para o historiador das mentalidades, “o rei era tão espontânea e ingenuamente sincero em suas devoções quanto em seus amores, e ainda não sentia sua contradição⁵⁷⁸. Segundo Ariès, ao comentar o caso, naquele momento, a “simultaneidade das emoções contraditórias não é mais tolerada pela opinião comum”, pois operou-se uma mudança nas “atitudes mentais” dos sujeitos. A “contradição” é, desse modo, um sintoma da história das mentalidades e, portanto, também define e suscita suas características.

Estrutura, bastidores, atitudes mentais, contradição. São esses termos que encaminham definições plausíveis para o que vem a ser “mentalidade”. Diante da variedade de sentidos que o vocábulo pode suscitar, até mesmo em virtude de seu caráter vago, como aponta Le Goff, bem como seguindo o histórico e disseminações que os *Annales* tiveram e permitiram à história das mentalidades; por todas essas razões, penso que “mentalidade” não deva ser lida como um “verbetes”, merecendo um conceito fechado, específico. Proponho entender – quem sabe definir – o signo a partir de um valor agregado.

Isso comprometeria a objetividade do conceito e/ou seu rigor metodológico? Pelo contrário. Tal atitude estaria indo ao encontro do próprio campo semântico sobre o qual se sustenta a proposta dos *Annales*. A história das mentalidades não tem a

⁵⁷⁷ ARIÈS, Philippe. A história das mentalidades. In:____. LE GOFF, Jacques (et. alii). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 205-236. p. 205.

⁵⁷⁸ ARIÈS, Philippe. A história das mentalidades. In:____. LE GOFF, Jacques (et. alii). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 205-236. p. 206.

mudança como seu princípio central, como nos ensina Jacques Le Goff? Diante disso, não seria condizente encararmos também o conceito por meio dessa mesma ótica? Mentalidade, segundo tal ponto de vista, agregaria valores conceituais, como os já definidos, de acordo com a apropriação e a adequação do uso, estando tais valores imprescindivelmente embasados pelo princípio da transformação.

4.2.2 História das mentalidades e história da literatura: monumento e texto

Os *Annales* romperam com a tradição. A partir daí, a história tomou novos rumos e a das mentalidades passou a ser uma das perspectivas que daria conta de atender à necessidade de escrever histórias, percebendo as diferenças e os bastidores através de manejos conceituais mais dilatados teoricamente. As subfrestas anteriores estiveram voltadas a oferecer, primeiro, um histórico da trajetória dos *Annales*; segundo, questões suscitadas por esse histórico e, terceiro, o que se entende por mentalidade e como o termo se define. É necessário, além disso, debater sobre os objetos e os fenômenos que, representando mudanças históricas, descritas e organizadas por atitudes mentais, podem servir de fonte para a escrita de uma história das mentalidades.

Nesse sentido, propondo o texto⁵⁷⁹ como um possível elemento para tal prática de escrita historiográfica, mais especificamente o texto romanesco, objeto da tese, promoverei um debate entre dois artigos que tratam do tema. Minha intenção é pontuar, teoricamente, que o romance e a textualidade percebida por meio do discurso que o constitui oferecem material para a escrita de uma história das mentalidades, no

⁵⁷⁹ De acordo com *Dicionário de análise do discurso*, de Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau, quando do tratamento do "Discurso" e suas relações, "Discurso vs texto. O discurso é concebido como a inclusão de um *texto** em seu *contexto** (= condição de produção e de recepção) (Adam, 1999:39)". (MAINGUENAU, 2008: 169)

contexto brasileiro. O primeiro artigo é de autoria de Friederike Meyer e se intitula “História literária e história das mentalidades – Reflexões sobre problemas de cooperação interdisciplinar”, que já no título apresenta os dois campos como espaços de saberes diferentes. “História da literatura: fragmento de uma totalidade desaparecida?”, de Hans U. Gumbrecht, é o segundo, o qual discute a substituição do conceito de “totalidade histórica” pelo de “mentalidade”, enquanto tendência em pesquisa nas últimas décadas do século XX, época de referência no momento em que o texto é publicado. *História de literatura – As novas teorias alemãs*, de 1996, organizado por Heidrun K. Olinto, é a origem dos textos a serem debatidos.

Friederike Meyer aponta que “os estudiosos literários têm frequentemente recorrido a outras disciplinas como fonte de nova inspiração. Uma dessas outras disciplinas é a história das mentalidades”⁵⁸⁰. Tal recorrência tem se dado quando das “diversas tentativas de relacionar a literatura à sociedade e assim elaborar uma perspectiva mais sofisticada para a prática da história literária.”⁵⁸¹ Segundo a autora, apesar dessa recorrência, não houve ainda, até o momento em que o texto é publicado, “nenhuma tentativa sistemática e teoricamente coerente no sentido de mostrar como a história das mentalidades poderia ser integrada à história literária”⁵⁸².

Meyer reclama a inexistência de um estudo aproximando “mentalidade” e “estrutura social”. Apesar de importantes trabalhos terem sido realizados, bem como

⁵⁸⁰ MEYER, Friederike. História literária e história das mentalidades – Reflexões sobre problemas de cooperação interdisciplinar. In: (Org.) OLINTO, Heidrun K. *História de literatura – As novas teorias alemãs*. Rio de Janeiro: Ática, 1996. p. 211-221. p.211.

⁵⁸¹ MEYER, Friederike. História literária e história das mentalidades – Reflexões sobre problemas de cooperação interdisciplinar. In: (Org.) OLINTO, Heidrun K. *História de literatura – As novas teorias alemãs*. Rio de Janeiro: Ática, 1996. p. 211-221. p. 211.

⁵⁸² MEYER, Friederike. História literária e história das mentalidades – Reflexões sobre problemas de cooperação interdisciplinar. In: (Org.) OLINTO, Heidrun K. *História de literatura – As novas teorias alemãs*. Rio de Janeiro: Ática, 1996. p. 211-221. p. 211.

de o enfraquecimento das fronteiras entre os campos dos saberes ter ocorrido, muitos pesquisadores ainda apelam para a tendência de “considerar períodos históricos como unidades globais, perdendo de vista as diferenças entre fenômenos distintos”⁵⁸³. Contrariando tal tendência, a distinção – e não a semelhança – tem sido uma das principais características da história das mentalidades. Diante disso, questiona: “como é possível relacionar a história das mentalidades à história literária? O que se ganha ao unir essas duas disciplinas?”⁵⁸⁴. A essas perguntas, assim responde:

se a história das mentalidades for aplicada à investigação histórica de textos literários, todo um novo conjunto de problemas teóricos e metodológicos surgirá; tanto a história literária quanto a história das mentalidades poderiam aproveitar-se da discussão desses problemas.

O primeiro problema decorre de o texto literário receber o estatuto de fonte; documento. Enquanto documento histórico, para uma história das mentalidades, o texto seria tomado como estrutura mental capaz de expressar um comportamento ou espírito de uma sociedade. Cabem, em função disso, outros questionamentos: se o texto literário é um objeto com fim em si mesmo, cujas leis só valem internamente, e que tem como característica principal a ficcionalidade, como pode ser ele utilizado como documento para historiar dados do mundo real? O texto literário ao ser encarado com fonte será imediatamente exonerado de seu atributo ficcional? A história das mentalidades ao explicar estruturas sociais reais por meio de textos ficcionais não estaria destituindo a objetividade do seu produto final - a história - bem como a

⁵⁸³ MEYER, Friederike. História literária e história das mentalidades – Reflexões sobre problemas de cooperação interdisciplinar. In: (Org.) OLINTO, Heidrun K. *História de literatura – As novas teorias alemãs*. Rio de Janeiro: Ática, 1996. p. 211-221. p. 213.

⁵⁸⁴ MEYER, Friederike. História literária e história das mentalidades – Reflexões sobre problemas de cooperação interdisciplinar. In: (Org.) OLINTO, Heidrun K. *História de literatura – As novas teorias alemãs*. Rio de Janeiro: Ática, 1996. p. 211-221. p. 214.

cientificidade do papel do historiador das mentalidades? Como fica o caráter da história diante disso? E o da literatura?

Muitas são as questões que surgem dessa conjugação de disciplinas ou campos de estudo. Ao aproximar estruturas mentais (os textos) e sociais (o contexto) – tomando estruturas como os historiadores franceses denominaram *mentalidade* – importa ao historiador não utilizar essa relação para executar a descrição de determinações entre texto e contexto. A literatura é uma expressão da sociedade, mas ela não existe enquanto cópia fiel dos acontecimentos sociais. Literatura não segue regras do mundo real, ainda que sobre ele e para ele fale.

De acordo com tal direcionamento, Friederike Meyer reclama que a história da literatura tem se beneficiado muito mais da história das mentalidades do que o contrário, e afirma:

se os textos literários tivessem de ser usados como fonte para uma história das mentalidades, eles teriam uma vantagem inestimável sobre outros documentos: os textos literários combinam e relacionam temas relevantes para a história das mentalidades mais do que qualquer outro tipo de texto. (...) Uma investigação de textos literários, do ponto de vista da interconexão estrutural das mentalidades, estimularia a história das mentalidades a voltar sua atenção para as conexões entre as áreas mentais diferentes, em vez de considerá-las separadamente.⁵⁸⁵

Uma das medidas seria desconsiderar a idéia de texto como representação, passando a encará-lo como “monumento”. A necessidade de tal atitude, segundo Meyer, dá-se porque

⁵⁸⁵ MEYER, Friederike. História literária e história das mentalidades – Reflexões sobre problemas de cooperação interdisciplinar. In: (Org.) OLINTO, Heidrun K. *História de literatura – As novas teorias alemãs*. Rio de Janeiro: Ática, 1996. p. 211-221. p. 216.

a mudança de perspectiva do estatuto documental para o monumental da literatura exige que as estruturas textuais sob análise sejam consideradas como fenômenos emergentes, em vez da expressão ou representação das mentalidades.⁵⁸⁶

O princípio que guia a concatenação das estruturas mentais e sociais é sempre o da relação entre ambas e não o da explicação de uma pela outra. Em vista disso, seria oportuno questionar a respeito de como “a mentalidade de um grupo particular” poderia ser “um pré-requisito para a produção de uma estrutura textual particular e se a literatura fornece ou não padrões linguísticos que sustentam certas estruturas mentais”.⁵⁸⁷ A pergunta está a serviço de um argumento e tal argumento a serviço desta tese:

mentalidades são amplamente constituídas, estruturadas e estabilizadas por padrões linguísticos. A contribuição de textos literários para esse processo varia de um período histórico para outro, porém pareceria razoável supor que a literatura, em geral, desempenha papel importante no processo.⁵⁸⁸

A hibridização no discurso do romance aponta essa variação de mentalidade de um período para outro. Aproximar aspectos da linguagem e da literatura, nesse sentido, do meu ponto de vista, parece ser um caminho para o exame das estruturas mentais, uma vez que podemos assim chamar uma construção discursiva. Em certa medida, isso vai ao encontro da proposta de Meyer, uma vez que estruturas mentais podem ser lidas por estruturas linguísticas, como é o discurso e, mais especificamente, o romanesco.

⁵⁸⁶ MEYER, Friederike. História literária e história das mentalidades - Reflexões sobre problemas de cooperação interdisciplinar. In: (Org.) OLINTO, Heidrun K. *História de literatura - As novas teorias alemãs*. Rio de Janeiro: Ática, 1996. p. 211-221. p. 217.

⁵⁸⁷ MEYER, Friederike. História literária e história das mentalidades - Reflexões sobre problemas de cooperação interdisciplinar. In: (Org.) OLINTO, Heidrun K. *História de literatura - As novas teorias alemãs*. Rio de Janeiro: Ática, 1996. p. 211-221. p. 218.

⁵⁸⁸ MEYER, Friederike. História literária e história das mentalidades - Reflexões sobre problemas de cooperação interdisciplinar. In: (Org.) OLINTO, Heidrun K. *História de literatura - As novas teorias alemãs*. Rio de Janeiro: Ática, 1996. p. 211-221. p. 218.

A interconexão entre a ciência da linguagem e a da literatura na construção de uma história das mentalidades promoveria muito mais do que a junção de interesses teóricos quando do estudo dos documentos pelo historiador. A história das mentalidades para a história da literatura, e vice-versa, ofereceria o que pioneiramente foi proposto pela Revista dos *Annales*, na segunda década do século XX: um oportuno diálogo entre áreas, o alargamento do horizonte de pesquisa e a consideração das diferenças e não das semelhanças entre períodos ou tempos em um estudo de longa duração das sincronias históricas.

O texto literário, considerado monumento ou “estrutura mental”, ou a literatura (o discurso literário) vista a partir dos variados períodos e temas que a (trans)formam temporalmente, deixaria de ser interpretada para ser “sentida” pelo leitor, como se o passado “emergisse” no presente. Dessa forma, a história das mentalidades renovar-se-ia e a história da literatura tornar-se-ia mais próxima do leitor, ganhando fôlego novo, na busca por seu espaço na sociedade do século XXI. Nesse século, escrever histórias literárias tem se tornado cada vez menos “necessário” e mais discutido do que efetivamente executado. Quando realizado, de forma microestrutural, no entanto, o exercício historiográfico volta-se predominantemente para o particular muito mais do que para o totalizante.

O termo “totalizante” é o *link* que conecta o artigo de Friederike Meyer com o de Hans U. Gumbrecht. No subcapítulo “A história da literatura como ‘fragmento’ e o colapso das ‘totalidades’”, Gumbrecht aponta, além do acontecimento da fundação dos *Annales*, aqui demonstrado, outra importante transformação no conceito de “história da literatura”, a qual recebeu um novo enfoque. No momento em que

o valor de tais estruturas teleológicas foi rebaixado a modelos de construção de sentido historiográfico, (...) juntamente com a certeza de um *único* curso da história, também desapareceu o conceito de história como totalidade, ao qual, como um todo, a literatura poderia estar relacionada. Seu lugar, agora, tinha de ser definido na reconquista de histórias nacionais ou histórias culturais e na pluralidade recentemente revivida das “histórias setoriais”⁵⁸⁹.

Contribui para a mudança conceitual o desaparecimento de uma “evolução dirigida da história”, da “concomitância” e da “hierarquia de valores”, graças ao colapso da idéia de teleologia. Em função disso, a história da literatura ganhou autonomia, passando de um caráter total para outro fragmentário, já anunciado pelo título do subcapítulo de Gumbrecht. Tal transformação também é, por sua vez, problemática. Ela indetermina sua localização como parte constitutiva de um todo maior, definido e administrado metodologicamente. Ao longo dos anos, segundo Gumbrecht, “muito menos como consequência de reflexões metateóricas ou de reflexões teóricas estratégicas do que como subproduto de uma ampla tendência de pesquisa nas ciências históricas”⁵⁹⁰, o conceito de totalidade histórica foi substituído por outros como “mentalidade” ou “saber social”, os quais ele define no trecho a seguir:

todas as ciências históricas setoriais lidam com as objetivações de ações e comportamentos humanos passados como “matéria bruta” para suas interpretações; todas essas ações e esses comportamentos foram construídos sobre um estoque de saber (dos quais os agentes são conscientes) e atitudes (pré-conscientes); o conceito de “mentalidade” pode ser definido como uma abstração das noções de “saber social” e “atitude”. As “mentalidades”, portanto, têm o valor de uma *matriz comum* para todos aqueles diferentes tipos de ação e comportamento

⁵⁸⁹ GUMBRECHT, Hans U. *História da literatura: fragmento de uma totalidade desaparecida*. In: (Org.) OLINTO, Heidrun K. *História de literatura - As novas teorias alemãs*. Rio de Janeiro: Ática, 1996. p. 223-239. p.227.

⁵⁹⁰ GUMBRECHT, Hans U. *História da literatura: fragmento de uma totalidade desaparecida*. In: (Org.) OLINTO, Heidrun K. *História de literatura - As novas teorias alemãs*. Rio de Janeiro: Ática, 1996. p. 223-239. p. 230.

que se espera sejam reconstruídos pelas diferentes ciências sociais históricas, a partir de diferentes tipos de objetivação.⁵⁹¹

O sentido de matriz comum não substitui o de totalidade histórica? Na concepção apresentada por Gumbrecht não, uma vez que não é objetivo da história, tampouco do historiador das mentalidades, ligar em uma unidade todas essas concepções setoriais. A história das mentalidades ocorre por sua parcialidade, restringindo-se às particularidades individuais não-historicistas; enquanto ciência setorial lida com ações construídas a partir de um estoque de saber objetivado. Quais seriam os meios de objetivações desses estoques de saber? Os textos. Na concepção do autor,

prédios, ou utensílios, ou ossos são – como os textos – objetivações da ação e do comportamento humanos passados, mas, ao contrário dos textos, eles não são sinais de um saber passado pressuposto para ações e comportamentos e – agora em contraste com textos e representações pictóricas – eles *não são capazes de fornecer uma representação mimética da ação e do comportamento passados*. Em outras palavras, todos os objetivos da interpretação histórica e científica são objetivações da ação e do comportamento humanos, mas como articulação de signos dos elementos do estoque de saber passado e, frequentemente, como representações miméticas de interpretações passadas, os textos oferecem oportunidades específicas para o conhecimento das mentalidades históricas, ao passo que prédios, ou utensílios, ou ossos são sintomas (“indícios”) do estoque de saber e *partes* (no sentido material) de situações de interação.⁵⁹²

O ponto inicial a ser destacado nesse trecho é a separação entre texto e prédios, utensílios ou ossos. Todos eles são objetivações do comportamento humano. Porém, enquanto o primeiro é um sinal do passado, os demais indiciam o mesmo, isto é, os três

⁵⁹¹ GUMBRECHT, Hans U. *História da literatura: fragmento de uma totalidade desaparecida*. In: (Org.) OLINTO, Heidrun K. *História de literatura - As novas teorias alemãs*. Rio de Janeiro: Ática, 1996. p. 223-239. p. 230.

⁵⁹² GUMBRECHT, Hans U. *História da literatura: fragmento de uma totalidade desaparecida*. In: (Org.) OLINTO, Heidrun K. *História de literatura - As novas teorias alemãs*. Rio de Janeiro: Ática, 1996. p. 223-239. p. 232.

elementos destacados não pressupõem o comportamento humano; derivam dele. A variação fundamental entre as duas partes equacionadas pelo operador de diferença está em uma expressão: *representação mimética*. Prédios, utensílios ou ossos não são representações. Sem identificá-los, apenas apontam o comportamento humano. Enquanto os textos presentificam o passado no presente, os demais indiciam uma presença sem desenvolver sua ocorrência.

Se o objetivo da interpretação histórica são as ações e os comportamentos objetivados, de forma mimética, índices não são suficientes para conduzir o trabalho interpretativo. Os textos, porque reúnem um estoque de saber e articulam signos, assumem vantagem em relação às demais objetificações. Em consequência disso, aparece uma possibilidade de renovação da crítica das fontes, uma vez que os textos, “fundamentados no conceito de mentalidade como integrador da ciência histórica, abrem uma oportunidade tripla para conhecimento – como representação, como signo e como sintoma”⁵⁹³. Aí há uma divergência entre a idéia de textualidade como “monumento”, de Meyer, e a de “representação mimética”, discutida por Gumbrecht. Esse, por sua vez, não descarta a idéia de texto como monumento, tampouco a de “emergência”. Seu argumento é, por outro lado, aditivo. Ele agrega tal idéia às demais elencadas, por assim dizer, complementando o que é discutido por Meyer.

O que está em jogo, portanto, é um novo conceito para literatura e para a ciência da literatura, sustentado, segundo Gumbrecht, no “predicado ‘literatura’”⁵⁹⁴. Uma vez

⁵⁹³ GUMBRECHT, Hans U. *História da literatura: fragmento de uma totalidade desaparecida*. In: (Org.) OLINTO, Heidrun K. *História de literatura - As novas teorias alemãs*. Rio de Janeiro: Ática, 1996. p. 223-239. p. 232.

⁵⁹⁴ GUMBRECHT, Hans U. *História da literatura: fragmento de uma totalidade desaparecida*. In: (Org.) OLINTO, Heidrun K. *História de literatura - As novas teorias alemãs*. Rio de Janeiro: Ática, 1996. p. 223-239. p. 233.

que literatura é feita (também) de textos e já que esses, conforme a tripla concepção, fundamentada “nas operações cognitivas específicas”⁵⁹⁵, no âmbito da história das mentalidades, fornecem um estoque de saber sobre ações e comportamentos humanos, na forma de mímese, signo e sintoma, pode-se dizer que a literatura, assim como os textos literários, são estoques de saber objetificados.

Como tal, são “objetivações de tipos específicos de atos comunicativos – ou melhor, de *situações de comunicação especiais*”⁵⁹⁶. Literatura, nesse caso, é um tipo de situação de comunicação. Qual é o objetivo do conceito? Para Gumbrecht,

se – no contexto de uma teoria geral da ação – partimos da premissa de que as motivações das ações (intenções) consistem em síntese de experiências do outro (“expectativas”) e experiências de si (“necessidades”) e se – procedendo no nosso conceito específico de “situação de comunicação literária” – afirmamos a respeito dos autores literários e seus receptores que suas intenções, mas, acima de tudo, suas expectativas recíprocas, são apenas vagamente formuladas, é possível então concluirmos que as necessidades pré-conscientes dos parceiros de comunicação pesam fortemente na gênese e institucionalização das situações de comunicação literária, historicamente específicas.⁵⁹⁷

Uma vez que o texto literário é uma situação de comunicação, segundo esse princípio, o romance, enquanto tal, também o é. Além disso, como uma situação de comunicação literária pressupõe um eu, que age segundo suas intenções, as experiências de si e as expectativas do outro, é possível afirmar que uma ocorrência de comunicação literária é uma situação discursiva. Se uma situação de comunicação

⁵⁹⁵ GUMBRECHT, Hans U. *História da literatura: fragmento de uma totalidade desaparecida*. In: (Org.) OLINTO, Heidrun K. *História de literatura – As novas teorias alemãs*. Rio de Janeiro: Ática, 1996. p. 223-239. p. 233.

⁵⁹⁶ GUMBRECHT, Hans U. *História da literatura: fragmento de uma totalidade desaparecida*. In: (Org.) OLINTO, Heidrun K. *História de literatura – As novas teorias alemãs*. Rio de Janeiro: Ática, 1996. p. 223-239. p. 233.

⁵⁹⁷ GUMBRECHT, Hans U. *História da literatura: fragmento de uma totalidade desaparecida*. In: (Org.) OLINTO, Heidrun K. *História de literatura – As novas teorias alemãs*. Rio de Janeiro: Ática, 1996. p. 223-239. p. 234.

literária é uma situação discursiva, baseada nos acordos entre os alocutários, o discurso romanesco é um estoque de saber que comunica situações históricas específicas. Entendo aí poder apontar, ainda, uma semelhança e acrescentar um elemento à teoria de Gumbrecht, isto é, que uma situação de interação literária, percebida do ponto de vista comunicacional, portanto enunciativo, é marcada por hibridizações.

Depois de apresentar um histórico dos *Annales* e da História Nova, propor algumas inspirações e questionar as razões para uma história das mentalidades, na subfreta “Disseminações”, foi também necessário pensar “Aproximações” entre o campo das mentalidades e o da história da literatura, trabalhando conceitos como “monumento” e “texto”. Do diálogo entre Gumbrecht e Meyer resulta, pois, outra questão: como se dão as situações de comunicação em relação aos textos eleitos e descritos na seção-fresta “Discurso” e suas subdivisões? Trata-se de assunto encaminhado aqui, porém relativo à outra “fresta” desta tese, em que entendo ser necessário pensar “teorias”, “práticas”, “(co)presença” e “questões” para uma história da literatura brasileira, se isso é possível no âmbito das mentalidades.

5 FRESTAS PARA UMA HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA?

5.1 Teorias

O propósito aqui é unir as frestas, com o objetivo de encaminhar possíveis respostas para a hipótese levantada: hibridização, discurso, mentalidade são signos, dentre tantos, a serem considerados na escrita de uma história da literatura brasileira? De acordo com essa pergunta, história da literatura é vista como história das mentalidades e literatura brasileira tem sua representatividade através do romance, o qual é percebido como discurso, que, por sua vez, define-se através de seu caráter hibridizado.

Graças à ampliação necessária ao fazer do pesquisador, na sua busca pela compreensão do objeto que tem diante dos olhos, coloquei a hipótese no microscópio, como se fosse uma célula a ser estudada por um cientista. Por que minha suposição condensa uma variedade de sentidos e ramificações, ela teve de ser dividida, a fim de ser investigada de modo detalhado. Ao isolar os fenômenos oriundos dessa divisão, descobri variedades de comportamentos que mesmo nas suas diferenças se aproximam e os descrevi unitariamente.

Se a hipótese se caracteriza pela tensão dos sentidos contidos nos signos de maneira simplificada, o exame realizado distingue-se de forma oposta, isto é, pela abertura que permite averiguar os dados minuciosamente. Em um movimento de volta, o encontro das respostas tende a buscar o estado inicial – antes da escrita do

trabalho. O novo estágio nunca será igual ao que precedeu o ato de pesquisa, porque, no meio do caminho, são congregadas diversas novas informações que visam contribuir para a explicação do que foi inicialmente posto em questionamento. Unir as frestas, portanto, significa tentar reaproximar os signos e verificar se essa aproximação conduz-me ao esclarecimento da hipótese e ao encontro de resultados.

Interessa-me começar por meio do incentivo ao espírito questionador dessa fresta, retomando a pergunta de Hans U. Gumbrecht: “Shall we continue to write histories of literature?”⁵⁹⁸. Além dessa, motivar o debate por meio de outra interrogação: “escrever histórias da literatura: um projeto necessário e impossível?”, exposta por Siegfried J. Schmidt, no subcapítulo de seu artigo, intitulado “Sobre a escrita de histórias da literatura – observações de um ponto de vista construtivista”, publicado em *História de literatura – As novas teorias alemãs*. Na “Apresentação” desse livro, organizado pela professora da PUC-RJ, Heidrun K. Olinto, há outra proposição por ela introduzida: “como produzir novas racionalidades sem anular o compromisso de construir modelos não-redutores de complexidade?”⁵⁹⁹

As três inquirições aproximam-se em dois pontos a partir dos quais é possível extrair algumas ponderações. O primeiro deles diz respeito ao aspecto reflexivo motivado pelo tom de interrogação. Tratam-se de três teóricos que se questionam sobre o ato de escrever ou não histórias da literatura, a necessidade de empreender tal projeto e a importância de novas molduras – ou racionalidades – na construção de modelos.

⁵⁹⁸ “Devemos continuar escrevendo histórias da literatura?” [Tradução minha]

⁵⁹⁹ OLINTO, Heidrun K. Apresentação. In: __. OLINTO, Heidrun K (Org.). *História da literatura: fragmento de uma totalidade desaparecida*. In: Rio de Janeiro: Ática, 1996. p. 5-13. p.7.

A reflexão gerada por essas dúvidas é um sintoma da crise por que passa a escrita historiográfica. Tal crise provoca debates, tanto na forma de eventos quanto através da publicação de livros sobre o tema. Uma vez que o texto de Schmidt é da década de 1980, a apresentação de Olinto data de 1996 e a pergunta de Gumbrecht, de 2005, é possível concluir que as incertezas apresentadas são apenas algumas constatações do que vem acontecendo em nível mais amplo, ao longo dos anos: o campo do historiador e o do pesquisador da literatura tem enfrentado uma revisão de valores e direcionamentos.

No mesmo caminho de Gumbrecht, Schmidt e Olinto, corroborando as considerações do parágrafo anterior, encontram-se as apreciações levantadas por teóricos como Luiz Costa Lima, em seu *História. Ficção. Literatura*, de 2006, a respeito do estatuto e das relações entre essas áreas. Antes dele e de Gumbrecht, em 2003, Nelson Vieira preocupava-se com a revisão da história literária, como demonstra em seu artigo “Hibridismo e alteridade: estratégias para repensar a história literária”, publicado em *Histórias da literatura: teorias, temas e autores*, sob a organização de Maria Eunice Moreira. O livro em questão, pelo aspecto diversificado dos artigos que o constituem, vai ao encontro da amplitude com que hoje, sem perder o rigor dos critérios, olha-se para a história da literatura, no contexto nacional.

O debate acadêmico, além do bibliográfico, também busca novos paradigmas para os estudos historiográficos. Isso está evidenciado na programação da oitava edição do Seminário Internacional de História da Literatura, realizado em 2009, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS. Na ocasião, foram discutidas motivações teóricas para o empreendimento historiográfico, relações entre teoria e

crítica, bem como questões sobre o cânone e acerca de temas para uma história da literatura. Discussões envolvendo historiografia quebequense e argentina, biografias, escritas malditas e linguagem implicada no processo de leitura e produção de livros, como propôs a palestra de encerramento de Laurentino Gomes, em que fala de seu *best seller 1808* - Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil, também estiveram presentes na agenda do evento.

Através dos diálogos travados, foi estimulada a interação entre diferentes *loci* de enunciação. Os dois *workshops* ministrados pelas professoras Ana Pizarro, do Chile, e Zulma Palermo, da Argentina, são exemplos, além das mesas-redondas, sessões de comunicação e conferências, desses espaços transculturais de troca de experiências sobre o fazer crítico em relação à história da literatura e suas relações com outras escritas de obras literárias no tempo.

A partir de eventos como esses, bem como através de produção bibliográfica impressa ou digitalizada, muitas delas resultantes desses espaços de diálogo, a história da literatura é (re)pensada, assim como seus parâmetros teóricos e regras de organização, tanto as atuais, quanto as precedentes. Os resultados dos debates intelectuais podem ser sentidos pela criação de vias multidisciplinares que interrogam a história da literatura. Dessas inquições surgem novas perspectivas, modelos, condutas, conceitos, enfim, respostas no plural e, principalmente, novas dúvidas, seja a respeito das teorias, seja no que se refere às práticas historiográficas.

Se a primeira aproximação identificada nos questionamentos de Gumbrecht, Schmidt e Olinto refere-se às consequências epistemológicas da disciplina de História

da Literatura, em um período que compreende três décadas, a segunda volta-se para a questão da escrita historiográfica. Para encaminhar a discussão, Gumbrecht cria uma relação de implicabilidade entre a necessidade de escrever histórias literárias e o exercício de busca por referências metodológicas em outras áreas do saber. A construtividade é a variável de que se vale Schmidt. Olinto, por sua vez, explica que, apesar da diversidade de propostas acerca do tema, não existem mais espaços para verdades absolutas. Segundo a autora, “a historiografia literária escreve-se no plural”⁶⁰⁰. Por essa razão, Olinto argumenta tratar-se

de uma prática sem vereditos finais, mas de propostas alternativas e reversíveis que precisam ser legitimadas intersubjetivamente, em função de seus quadros de pensamento e de suas molduras teóricas.⁶⁰¹

As perspectivas interdisciplinar, construtivista e não-redutora de complexidades encaminham saídas teóricas para as dúvidas em torno da escrita de histórias da literatura. Mais do que encontrar uma resposta ou um método definitivo, que resolva o problema dos historiadores e dos estudiosos da literatura, através da criação de um modelo a ser empregado na produção em série de compêndios historiográficos, os questionamentos demonstram que os antigos paradigmas lineares e positivistas estão sendo ultrapassados. A dúvida é sempre instaurada quando algo não mais dá conta de explicar um determinado estado de coisas.

O presente é complexo, hipertextual, interdisciplinar ou, como diz Olinto, plural. A pluralidade exige mais do que situar um autor em um determinado momento

⁶⁰⁰ OLINTO, Heidrun K. Apresentação. In: __. OLINTO, Heidrun K (Org.). *História da literatura: fragmento de uma totalidade desaparecida*. In: Rio de Janeiro: Ática, 1996. p. 5-13. p.5.

⁶⁰¹ OLINTO, Heidrun K. Apresentação. In: __. OLINTO, Heidrun K (Org.). *História da literatura: fragmento de uma totalidade desaparecida*. In: Rio de Janeiro: Ática, 1996. p. 5-13. p.5.

histórico e/ou período e elencar as obras que produziu. Ela requer reflexão, debates, buscas em outras áreas do saber, como propõe Gumbrecht, intersubjetividade. Segundo as palavras de Olinto, hoje, “existem inegáveis convergências”⁶⁰², em termos metodológicos, variando, de acordo com essa perspectiva plural, o “modo” de abordagem dos fenômenos a serem tratados pelo historiador da literatura. Para a autora,

a imensa ampliação do espaço do objeto sob investigação – a história pulverizada em infindáveis histórias locais, construídas a partir de interesses plurais, e a literatura articulada como processo instável em uma rede de múltiplos sistemas sociais interativos – suscita, como consequência, modelos mais densos e pluriacetados.⁶⁰³

Uma história da literatura é uma complexidade na sua unicidade dinâmica, em constante diálogo com outras áreas do saber e com o(s) contexto(s) a(os) que está vinculada. Por isso, escrever histórias da literatura é necessário. Como escrevê-las? Onde situá-las? Essas outras questões, também importantes, derivam dessa “necessidade” e das próprias dúvidas instauradas e são elas sugestões de pontos de partida para o historiador.

Diante dessas apreciações, entendo que a inexistência de apenas um modelo ou um único direcionamento teórico já é uma resposta para a crise da história da literatura. É na diversidade de abordagens, na plausibilidade das apreciações teóricas feitas sobre o literário, do ponto de vista histórico, e no diálogo interteórico entre disciplinas que se encontra a razão de ser da história da literatura, principalmente na

⁶⁰² OLINTO, Heidrun K. Apresentação. In: __. OLINTO, Heidrun K (Org.). *História da literatura: fragmento de uma totalidade desaparecida*. In: Rio de Janeiro: Ática, 1996. p. 5-13. p.7.

⁶⁰³ OLINTO, Heidrun K. Apresentação. In: __. OLINTO, Heidrun K (Org.). *História da literatura: fragmento de uma totalidade desaparecida*. In: Rio de Janeiro: Ática, 1996. p. 5-13. p.7.

contemporaneidade. Ela se define pela capacidade de possuir à sua disposição diversas ferramentas para avaliar os fenômenos que observa de acordo com o que cada um deles requer. Do historiador, nesse contexto, espera-se que, desde o começo de seu estudo, além dos questionamentos sugeridos, declare os métodos e as variáveis com as quais irá trabalhar.

Não se trata de escrever qualquer história da literatura, mas de, ao desempenhar tal tarefa, conduzi-la a partir de enfoques teóricos plausíveis, isto é, condizentes com o que a seleção de obras e o atual momento solicitam. A plausibilidade é que retira a história da literatura de sua crise e a coloca diante de um horizonte de complexidades possíveis e múltiplas, do qual é permitido extrair novos rumos e novas feições para a disciplina, para o papel do historiador e para o do crítico, conseqüentemente. Depende do historiador, portanto, encaminhar propostas condizentes com os fenômenos que observa, no contexto em que se encontra, e a partir disso situar esses fenômenos em molduras plurais.

É difícil para o ser humano vivenciar em primeira pessoa uma situação e simultaneamente pensar sobre ela de forma mais abrangente e organizada. Trazendo essa ponderação para o campo da História da Literatura, é possível compreender que a (auto)reflexão, a incerteza e a abertura dos projetos que têm sido desenvolvidos em nível teórico e prático, nessa área, oferecem uma configuração parcial de como entendemos a disciplina. Contornos mais exatos da multiplicidade de enfoques ficarão sob a responsabilidade dos estudiosos do futuro que, ao se voltarem para o seu passado - nosso presente - poderão pensá-lo de forma distanciada, presentificada e ampla. Enquanto isso, seguindo a sugestão de Gumbrecht, devemos pensar, esperar e experimentar.

Refletindo sobre a idéia de experimento e as questões debatidas pelos teóricos trazidos a essa fresta, permito-me realizar uma consideração que resultou da experiência de construção desta tese: a escrita de histórias da literatura, como qualquer processo que envolve alocutários, instaura uma situação de comunicação, tanto interna, quanto externamente ao texto. O discurso, pois, é um fator relevante a ser considerado pelo historiador, uma vez que esse é um dos expedientes a partir do qual se estabelecerá o diálogo entre enunciados e pessoas. Por essa razão, a hibridização do discurso no romance, enquanto significação da pluralidade, é uma alternativa plausível para a escrita de uma história da literatura brasileira no plural, como sugere Heidrun K. Olinto.

Mikhail Bakhtin denomina a “hibridização” como a “mistura de duas linguagens sociais no interior de um único enunciado”⁶⁰⁴. Cada um dos romances estudados na terceira fresta desta tese pode ser visto como um enunciado construído por meio da mistura de linguagens, o que remonta à sugestão de intersubjetividade que deve presidir, segundo Olinto, o caráter de uma história da literatura. As pessoas que falam, o espaço em que isso acontece, as temporalidades que as circundam, os modos de expressão de que se valem os autores através de seus narradores não existem isoladamente, mas por meio das inter-relações que se estabelecem entre alteridades, sejam essas seres ou objetos. Tais inter-relações são marcadas pela copresença enunciativa. Um discurso – ou o conjunto de enunciados que o compõe – depende de outrem para existir. Mesmo que a referência não seja marcada verbalmente, a pessoa

⁶⁰⁴ BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance. IV - A pessoa que fala no romance. In: ___. *Questões de literatura e estética – A teoria do romance*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 134-163. p.156.

do “eu” sempre pressupõe a existência de um “tu”. Nessa pressuposição, também se encontra a hibridizade do discurso.

O romance, como um tipo discurso, pode ser caracterizado a partir de tal conceito. O plurilinguismo, enquanto componente da hibridização, é um dado presente no conteúdo e na forma do romance. Em uma enunciação, o locutor, o alocutário e o colocutor são funções que designam esse componente, as quais também são vistas através da referencialidade e da alteridade entre as pessoas, os tempos, os espaços e as falas no romance. Nas palavras de Barbisan, “o locutor é, então, o responsável pelo enunciado, aquele que responde pelo sentido que constrói. Ele participa de seu dito com marcas de pessoa, tempo e espaço”⁶⁰⁵, assumindo diferentes pontos de vista.

A identificação desses dados no discurso romanesco levou-me a promover um diálogo entre as teorias de Bakhtin, Benveniste e Gumbrecht. O primeiro fala na tensão entre as diferenças no interior do enunciado romanesco; Benveniste preocupa-se com as relações entre as pessoas de uma enunciação e as presenças temporais; Gumbrecht refere-se às presenças espaciais e às situações de comunicação. Ainda que de lugares teóricos diferentes, suas vozes estão afinadas em termos conceituais. Se assim é possível pensar, histórias da literatura dependem, também, da diversidade de concepções teóricas, o que não significa ausência de rigor metodológico, mas escolhas e metas pautadas pelas diferenças e orientadas por objetivos comuns, o que recupera a idéia de convergência acima discutida.

⁶⁰⁵ BARBISAN, Leci Borges (Org.). Um sentido do adjetivo no discurso. *Cadernos de Pesquisa em Linguística da PUCRS*, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 24-30, nov 2006. p. 24-30.p. 25.

O histórico da crítica literária, do gênero romanesco e dos métodos historiográficos, discutido na primeira fresta da tese, evidenciou que os processos de hibridização estão presentes, ora de modo mais explícito, ora por meio de paridade argumentativa, em vários níveis do debate epistemológico. O romance mostra-se, ao longo dos anos, cada vez mais aberto às vozes antes ditas periféricas, tendo sido identificado por sua hibridez, além de Bakhtin, por Frederick Jameson.

Os discursos sobre o híbrido, a hibridização, a hibridação ou o hibridismo têm sido considerados por críticos da cultura, dos estudos literários e da história como se exemplifica através dos trabalhos de Homi K. Bhabha, Néstor García Canclini, Mikhail Bakhtin, Peter Burke. Apesar dos diferentes locais de onde provêm e as perspectivas de que se valem, as preocupações com a hibridização apontadas convergem. A hibridização, pois, é um conceito que, pela sua amplitude, atende, no presente amplo de simultaneidades – como é chamada por Gumbrecht a contemporaneidade – ao estudo das diversidades e diferenças de forma mais verticalizada.

Em vista dessas argumentações, após ter colocado a hipótese no microscópio, recuperado alguns dados discutidos nas frestas desta tese, bem como depois de ter debatido sobre o caráter epistemológico da disciplina e a necessidade de escritas de histórias da literatura, quero propor outras questões. Para essas, também não pretendo expor respostas definitivas, mas apresentar meu ponto de vista – um dentre tantos – no sentido de encaminhar sugestões para a escrita historiográfica:

1. O que entendo por história da literatura? Com base nesses teóricos, penso, principalmente, que uma história da literatura, isto é, sua organização, deva ser encarada como uma situação de comunicação. História e literatura, da

mesma forma, devem ser percebidas em constante diálogo entre si e com outras áreas do saber. Além disso, uma história literária deve repensar o papel do historiador, do crítico e da crítica, utilizando sempre que possível, as contribuições dos nossos precursores quando do exame do material literário.

2. Como considerar a questão do tempo na escrita de histórias literárias? A temporalidade para o historiador pode estar a serviço da verticalidade e/ou da transversalidade. Histórias da literatura de caráter plural, como a que apresento, não devem escravizar as obras ou as linguagens de que se vale um historiador para dar uma imagem da literatura sobre a qual se debruça, a partir de dinâmicas cronológicas. As noções de corte, sincronia, “fatias do passado” ou “constelação de micro-histórias”, essas duas últimas sugeridas pelos historiadores dos *Annales*, e fresta, segundo minha proposta, dão a idéia de verticalização que uma história da literatura poderia apresentar. Isso se deve ao fato de que essas noções encaminham-se para múltiplas direções, complexas relações e variadas possibilidades de organização do material e recepção dos signos construídos.
3. Onde situar histórias da literatura? A que espaços vinculá-las? Um historiador sempre parte de uma pergunta e essa, por sua vez, emerge das questões do momento histórico a que pertence, ainda que não seja um historiador da contemporaneidade. Uma moldura para situar histórias da literatura, já que os leitores pertencem ao tempo em que ela está sendo concebida e não ao instante em que os fatos discutidos se deram, deve ser condizente com o presente. A plausibilidade do método justifica-se na sua recepção. No momento de organização dos dados, o historiador terá de pensar na recepção, isto é, no leitor. O leitor, portanto, tem de estar

pressuposto no método a ser escolhido, conforme seu contexto comunicacional de interação. Afinal, escrevem-se histórias da literatura para serem lidas ou guardadas? Essa é mais uma justificativa para uma história literária no plural. O leitor do século XXI não está mais acostumado a ler linearmente, tampouco de modo enciclopédico. São as relações, ou *hiperlinks*, que interessam. A fim de atender um público mais amplo, para além dos muros que circundam o âmbito acadêmico, a história da literatura deverá “multidisciplinar” suas formas e seus temas.

4. Como organizar o material literário e muitas vezes o não literário que com o primeiro dialoga e, assim, produzir histórias da literatura no plural, enquanto situações de comunicações? Por meio da escolha de signos ou sintagmas que despertem a estrutura e os conteúdos, bem como através dos processos escolhidos para investigação: a hibridização é o caminho que elegi. A textualidade, nesse caso a do romance, como um exemplo dentre outros gêneros, configura-se como uma possível trajetória de investigação. O discurso, quando tomado pela sua capacidade de variar e misturar-se, graças ao potencial de hibridização de elementos que possui, também é capaz de dar conta não só da pluralidade, mas de mostrar situações históricas concretas de diálogos. Configura-se, portanto, como um “estoque de saber” ou um endereço, onde se hospeda grande quantidade de signos a partir dos quais é possível historiar a literatura, no caso deste trabalho, a brasileira, conferindo-lhe outra imagem. Comunicação, signos, saberes, relações – todos esses elementos podem ser lidos como frestas em torno dos quais a organização do material literário pode girar. Abole-se com isso, também quebrando a linearidade e atravessando meu próprio discurso, a idéia de tempo, endereçando-se histórias da literatura em espaços presentes,

capazes de mostrar não apenas o que mudou ao longo dos anos, mas as diferenças entre um estágio e outro da literatura. O tempo, com isso, fragmenta-se e os espaços, verticalizados, multiplicam-se.

5. Sobre o que escrever? Conforme Siegfried J. Schmidt, referindo-se ao dizer de U. Japp, “a história literária é o sentido das relações.”⁶⁰⁶ Os temas a serem abordados devem pautarem-se pela plausibilidade do assunto e organização das idéias, de forma que o sentido das partes e do todo estejam em constante diálogo. Não é o tema, nesse caso, que deverá receber maior destaque. Assim como para o ficcionista ou o poeta, o que importa para o historiador é o “como” ele transformará o material de que dispõe e os objetos observados em uma estrutura cujas relações possuam sentidos individuais e interconectados.
6. Que métodos escolher? Espera-se que uma história da literatura entendida como uma situação de comunicação esteja organizada e sustentada a partir de métodos que corroboram a expectativa dialógica entre sujeitos, espaços e temporalidades enunciativas. A idéia da transformação, proposta pelos *Annales*, adequa-se às propostas de Gumbrecht, Schmidt e Olinto. Testar, corroborar, sustentar, experimentar, são esses alguns dos sentidos que poderiam encaminhar a atitude de escolha dos métodos por parte de um historiador. Se tomada do ponto de vista comunicacional, uma história da literatura não poderá prescindir da dialogicidade entre os fenômenos descritos.

⁶⁰⁶ JAPP, 1980. apud SCHMIDT, Siegfried J. Sobre a escrita de histórias da literatura – observações de um ponto de vista construtivista. In: __. *História de literatura – As novas teorias alemãs*. (Org.) OLINTO, Heidrun K. Rio de Janeiro: Ática, 1996. p. 101-132. p.104.

Feitas as sugestões, interessa-me, a seguir, apresentar, a partir da aproximação e do diálogo entre as frestas, uma descrição de como a hibridização no discurso do romance pode ser uma presença teórica plausível para uma história da literatura brasileira, representada através dos romances em questão, enquanto história das mentalidades.

5.2 Práticas

Primeiramente, é preciso declarar e perceber cada um dos romances analisados – *Memórias de um sargento de milícias* (1854-1855), de Manuel Antônio de Almeida; *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha; *Memórias sentimentais de João Miramar* (1924), de Oswald de Andrade, e *Boca do inferno* (1989), de Ana Miranda – como situações discursivas específicas, acontecendo sincronicamente, enquanto presenças em seus momentos históricos. Cada um deles possui um estoque de saber, construído segundo uma mentalidade que em sua época agiu sobre o discurso procurando significar, estética e linguisticamente, a sociedade, o homem e seus conflitos. Os romances, em segundo lugar, pertencem a épocas distintas, tendo sido concebidos em contextos variados, além de estarem voltados para questões diversas, ainda que falando do homem e de sua trajetória em espaços predominantemente nacionais. São singularidades que divergem entre si e também se assemelham. As obras distinguem-se, nesse caso, por sua semelhança e diferença.

Um discurso é uma estrutura mental. Se os dados históricos são percebidos socialmente e se o sujeito que escreve transforma em texto os fatos que experiencia, o histórico liga-se ao social e esse, por sua vez, ao textual, conseqüentemente, apesar de não estarem (sobre)determinados entre si e, individualmente, em relação aos seus

ambientes de produção. Embora sejam instâncias diferentes, um discurso é uma apropriação particularizada do mundo, feita por um sujeito, segundo as regras da linguagem. Sendo assim, a linguagem – especialmente a literária – com suas diretrizes próprias, não está apartada do social, ainda que o social construído linguisticamente não seja o que precede o texto.

O estudo empreendido na terceira fresta da tese chamou atenção para as diferenças nos enunciados que emergem dos discursos romanescos. Retomando a noção de Gumbrecht, esses romances são, afora o já dito, “coisas do mundo”. “Locuções de gênero”, “Mecanismos linguísticos”, “Maneirismos de grupos” e “Dialogização das vozes” caracterizam-se como signos responsáveis por produzir a presença dos romances e seus conteúdos, tanto espacial quanto temporalmente, se tomarmos presença nos conceitos de Gumbrecht e Benveniste. O tempo, aqui, também é o da duração, conforme a teoria francesa sobre mentalidade.

Nesse caso, os quatro signos duram ao longo do tempo, porque aparecem em todos os romances em questão. A presença sincrônica temporal, de longa duração, entretanto, não caracteriza dependência e determinação. Esse é um fator relevante para um história das mentalidades, pois apesar de haver a ocorrência dessas presenças em diferentes momentos, tal acontecimento deve-se à variabilidade dos conteúdos que preenchem os signos presentificados. Tem-se a relevância da mudança em prejuízo da provável permanência, provável e, além disso, questionável. Considerando que os signos dependem de seu conteúdo para sobreviverem enquanto forma, já que os despertam, e tendo em vista que esse conteúdo se modificou, é porque não houve uma

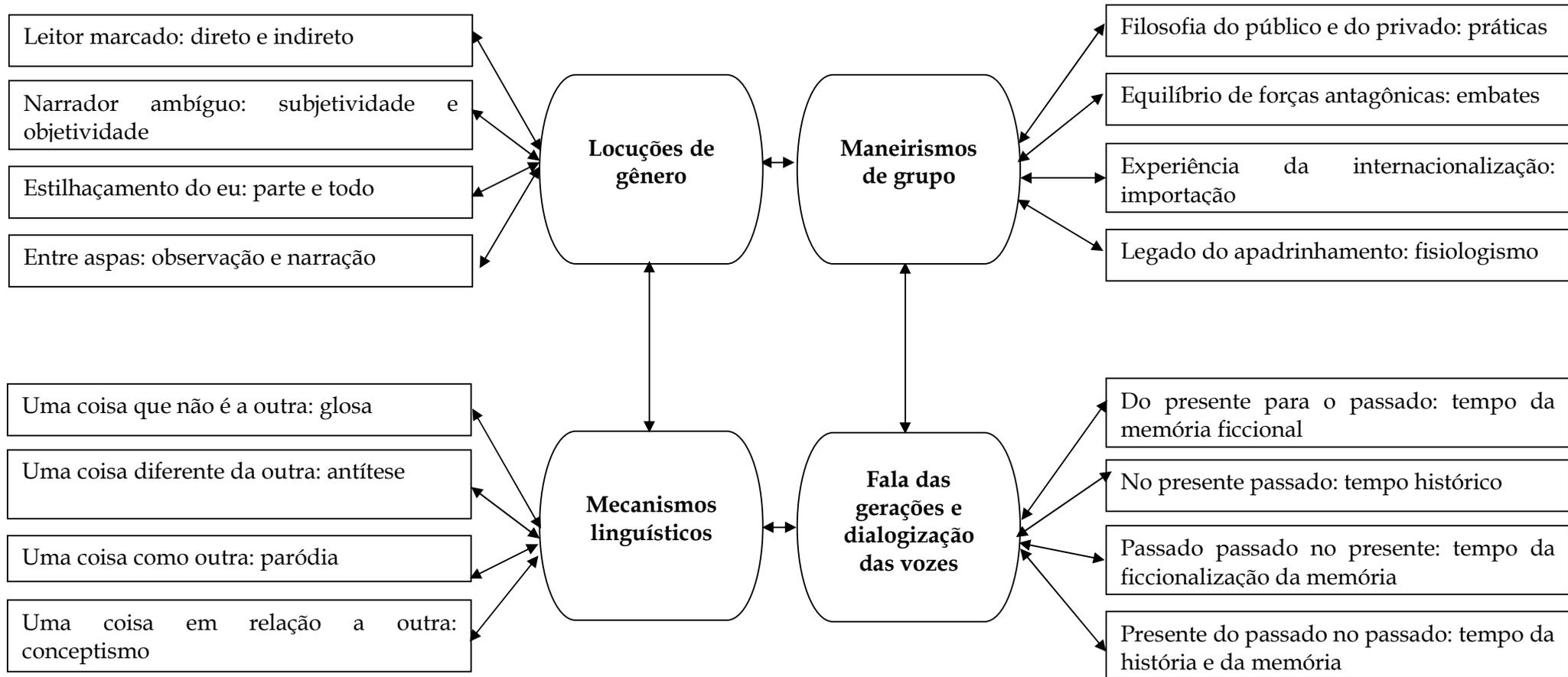
sobrevivência, mas uma variação. A enunciabilidade⁶⁰⁷ dos signos é capaz de por em contato os enunciados e o mundo. Sendo os enunciados práticas individuais da língua e sendo o discurso construído por uma cadeia de enunciados, aqui apresentados por meio desses signos, atos que indicam atitudes mentais, exercícios linguísticos e seus discursos, são eles, também, “estruturas mentais” singulares. Como tais enunciados são hibridizados, deles posso dizer que produzem a presença dos romances além de fazer emergir mentalidades que, por sua enunciabilidade discursiva, apresentam-se também hibridizadas.

A hibridização emerge a partir do conteúdo que preenche esses signos. Ela aparece por meio dos enunciados, ou seja, do ato discursivo posto em prática por estruturas mentais distintas, distintas, pois, assim como na literatura, o que interessa é “como” varia a hibridização, em suas diferentes ocorrências, nos signos elencados. Se a enunciação ou a colocação em prática dos enunciados, que constituem esses signos discursivos, são fatos e disseminações deles e, se essas caracterizam o discurso e a textualidade do romance, é porque aí está outro argumento para estudar a literatura como mentalidade historicamente. Tal estudo, por sua vez, propõe novas maneiras para encarar a história, a literatura e a história da literatura.

⁶⁰⁷ De acordo com *Dicionário de análise do discurso*, de Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau, “‘**Enunciação**’ é um termo antigo em filosofia, embora tenha sido empregado sistematicamente, em linguística, apenas a partir de Bally (1932). A enunciação constitui o pivô da relação entre língua e o mundo: por um lado, permite representar fatos no enunciado, mas, por outro, constitui por si mesma um fato, um acontecimento único definido no tempo e no espaço. Faz-se geralmente referência à definição de Benveniste (1974:80), que toma a enunciação como ‘a colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização’, que o autor opõe a **enunciado**, o ato distinguindo-se de seu produto.” (MAINGUENAU, 2008: 193)

O fluxo de conectividade interativa entre os signos e seus enunciados está explicitado nos diagramas a seguir, a partir do discurso e dos romances enquanto situações de comunicação:

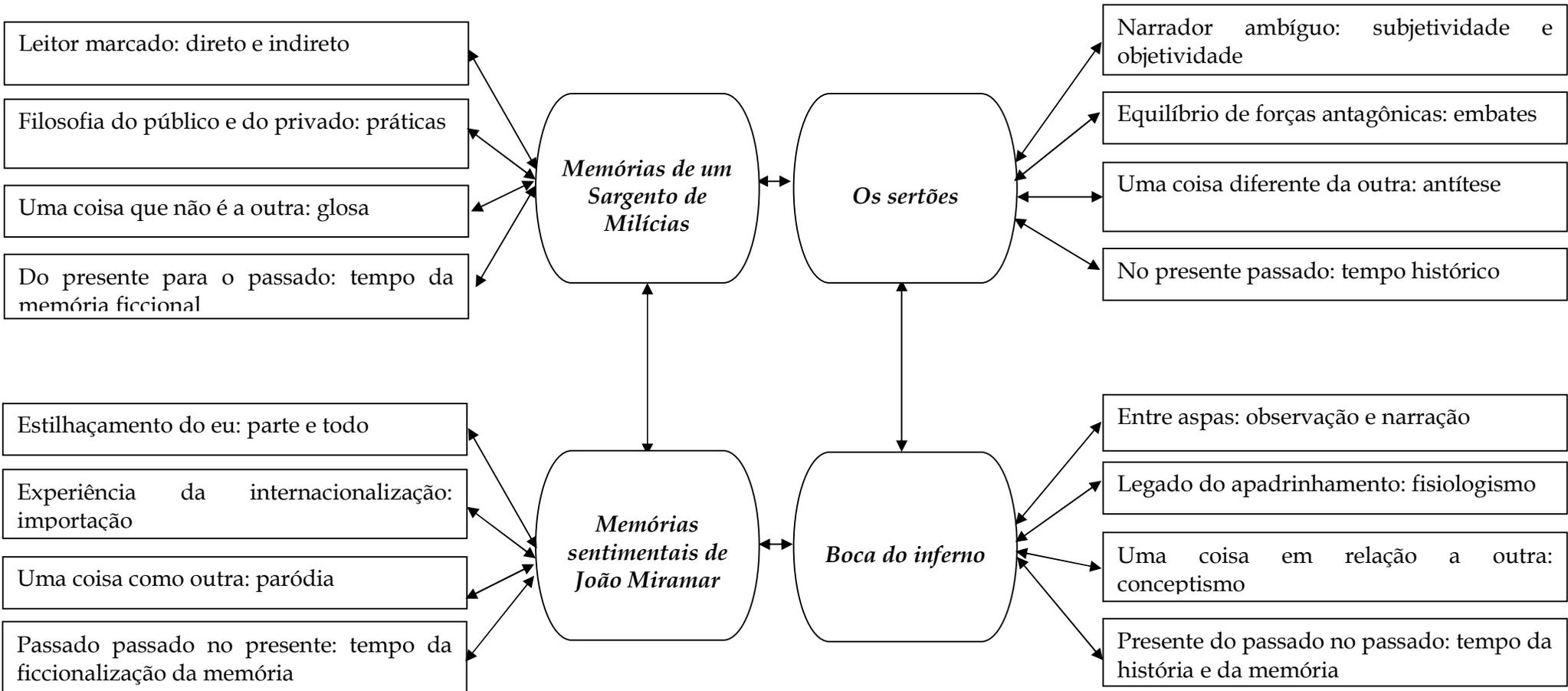
DIAGRAMA 2. INTERCONECTIVIDADE A PARTIR DO DISCURSO: HIBRIDIZAÇÕES



Legenda

- Enunciados
- Signos
- Fluxo

DIAGRAMA 2. INTERCONECTIVIDADE A PARTIR DOS ROMANCES: MENTALIDADES



Legenda

□ Enunciados

○ Romances

↔ Fluxo

Os fluxos representados por (←→), nos dois diagramas, demonstram as situações de comunicação, tanto a partir discurso, enquanto signo com seus enunciados, caracterizando-se pela hibridização, quanto através dos romances, como sincronidades histórico-temporais ou mentalidades. Essas sincronidades romanescas comunicam a época a que estão relacionadas e, dessa forma, comunicam-se com ela. Passo a descrever tais interatividades.

Considerando seus momentos de publicação, os romances são datados temporalmente como objetos pertencentes aos mundos a que estão circunscritos, ou seja, 1854-1855, 1902, 1924 e 1989. Os autores escrevem essas obras a partir de seus contextos históricos, ainda que alguns deles se voltem para instantes pretéritos, os quais foram ou não vivenciados presencialmente, como é o caso de Euclides da Cunha, que experienciou a Guerra de Canudos. Em relação ao todo – ao círculo conhecido com literatura brasileira – essas individualidades são frestas, partes e sincronias temporais, que representam, artisticamente, fatias do tempo histórico. Nesse sentido, o discurso hibridizado do romance comunica mentalidades, estruturas e/ou atitudes mentais, tanto ficcionais quanto não-ficcionais.

Diante disso, como o discurso dos romances manifesta mentalidades? Tais atitudes mentais estruturam-se linguisticamente nos casos em questão através dos aspectos ou signos levantados: “Locuções de gênero”, “Mecanismos linguísticos”, “Maneirismos de grupos”. Em “Locuções de gênero”, inicialmente, as relações entre as pessoas do discurso terminam por caracterizar o gênero de uma forma variada.

O discurso de *Memórias de um sargento de milícias* constrói-se por meio da alteridade ou conversa entre o narrador e o leitor, esse marcado de forma

predominantemente direta no discurso do primeiro. Também através dessa dinâmica depreende-se a razão folhetinesca da obra, razão essa condizente com um modo de escrita recorrente no tempo de Manuel Antônio de Almeida: os folhetins⁶⁰⁸. Muito mais do que princípios, as personagens caricaturais, identificadas por suas funções na sociedade da época de Dom João VI, seguem costumes. O que está em questão nas suas condutas de vida não são regras, mas “manejos” das situações cotidianas representados na “malandragem” do Leonardo-filho ou no “arranjei-me” de seu padrinho.

Acertou Mário de Andrade quando disse, na “Introdução” à edição de 1941, que “um dos grandes méritos do *Memórias de um sargento de Milícias* é serem um tesouro muito rico das coisas e costumes das vésperas da independência”⁶⁰⁹. A sociedade descrita no livro é regida por costumes muito mais do que por normas. Não existia, nesse/para esse contexto, um plano de organização social, mas o hábito, o imediatismo e a moral (in)visível. Os comportamentos exigidos do leitor pelo narrador demonstram isso: malícia, espanto, curiosidade, memória, imaginação, suposição, objetividade, perspicácia, cumplicidade e informatividade. Ao requerer do leitor essas condutas, verifica-se que o destinatário não as possui. Literariamente, é o público-leitor, acostumado ao folhetim, que a figura discursiva está representando, de modo que há no diálogo narrativo uma encenação do processo de recepção textual que até o momento não havia sido textualmente marcado, de forma direta, na literatura. Trata-se

⁶⁰⁸ Conforme Mário de Andrade, “Em 1853, levado pelo seu trabalho de jornalista em busca de assunto, forçado pelas exigências da publicação periódica, mas dominando agilmente essas condições, Manuel Antonio de Almeida iniciava em folhetins semanais do *Correio Mercantil* as suas *Memórias de um sargento de milícias*. Estes folhetins iriam constituir um dos romances mais interessantes, uma das produções mais originais e extraordinárias da ficção americana”. ANDRADE, Mário de. Introdução. In: ____. *Memórias de um sargento de milícias*. Edição crítica de Cecília de Lara. Rio de Janeiro: LTC, 1978. p. 303-315. p. 303.

⁶⁰⁹ ANDRADE, Mário de. Introdução. In: ____. *Memórias de um sargento de milícias*. Edição crítica de Cecília de Lara. Rio de Janeiro: LTC, 1978. p. 303-315. p. 309.

de um aspecto relevante que, posteriormente, analisado do ponto de vista historiográfico, viria a ser mais bem desempenhado, guardadas as devidas proporções, por Machado de Assis.

No que se refere a *Os sertões*, é de Gilberto Freyre a voz de que me valho para argumentar sobre a ambiguidade do narrador que transita entre o objetivo e o subjetivo, escutada no ensaio “Euclides da Cunha – Revelador da realidade brasileira”:
“Euclides da Cunha não nos desaponta em momento algum com uma só expressão de inconfundível mau gosto; ou de indiscutível preciosismo; ou de absoluto gongorismo”⁶¹⁰. Destaco as palavras “inconfundível”, “indiscutível” e “absoluto”. Nenhuma delas delimita certeza, como Freyre aponta na sequência: “o que nele [Euclides da Cunha] é frequente é o gosto duvidoso, ambíguo e, por consequência, discutível”⁶¹¹. Essa ambiguidade sublinhada pelo crítico vai ao encontro do meu interesse em *Os sertões* como uma mentalidade singular. Enquanto os narradores cientificistas do final do século XIX pretendiam a objetividade do relato, o narrador de Euclides prefere o caminho avesso, ou melhor, o caminho do meio.

A ambiguidade e a observação são ainda mencionados por Araripe Júnior, em “Dois grandes estilos (Contrastes e confrontos)”:

Euclides da Cunha (...) atravessou uma revolução, durante a qual teve que encarar esfinges e, com o auxílio da imaginação candente que a natureza lhe deu, decifrar enigmas psicológicos de terribilidade inexprimível. Nascido para a poesia e ao mesmo tempo dotado de uma segunda vista, que lhe tornava perigoso o

⁶¹⁰ FREYRE, Gilberto. Euclides da Cunha – Revelador da realidade brasileira. In: __. COUTINHO, Afrânio (Org.). *Euclides da Cunha - Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995. p. 17-32. p. 18. 2v.

⁶¹¹ FREYRE, Gilberto. Euclides da Cunha – Revelador da realidade brasileira. In: __. COUTINHO, Afrânio (Org.). *Euclides da Cunha - Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995. p. 17-32. p. 18. 2v.

exercício da observação, teve de presenciar manifestações tremendas da perversidade humana e andou mais de uma vez rés-vés [sic] pelos alcandores da política de Gloster.⁶¹²

A frase em que Araripe Júnior sublinha que Euclides da Cunha “atravessou uma revolução” expressa o caráter dissidente de *Os sertões*. Uma das singularidades da obra e de seu autor reside no fato de ele ter tratado de tema não muito caro aos governantes – a guerra de Canudos – já que representante, principalmente em termos humanos, do retrocesso brasileiro, no momento em que o País vivia ânimos de progresso. Além disso, enquanto seus colegas de pena, como, por exemplo, Aluísio de Azevedo e Machado de Assis, preocupavam-se em destacar o homem e seus conflitos no espaço urbano “civilizado”, Euclides da Cunha, entre “contrastes e confrontos”, dissecou tão importante episódio da história nacional. Por meio de uma linguagem ambígua e antitética, uma vez que simultaneamente poética e científica, apontou o que o evento tinha de mais marcante: a crueldade e a ineficiência das forças governistas brasileiras.

O narrador que se mostra em *Os sertões* divide-se entre a observação e o relato do que viu. Ao mesmo tempo, convida o interlocutor de seu discurso para atravessar paisagens ou observar alguma coisa junto com ele. Além desse interlocutor, outras vozes fazem-lhe companhia na alocução, construindo-a junto com ele: é o caso de Charles Darwin, Peter Wilhelm Lund, Francisco Adolfo de Varnhagen, Antônio Gonçalves Dias, etc. O narrador, por sua vez, também se coloca no lugar de cientista e artista, para muitas vezes verificar e discutir o que descreve, como se fosse impossível delimitar especificamente um papel único para seu ato enunciativo.

⁶¹² ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. Dois grandes estilos (Contrastes e confrontos). In: ___. CUNHA, Euclides da. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995. p.103-121. p. 106.

À ambiguidade do narrador de *Os sertões* segue-se uma figura estilizada entre partes e todo, como a que se expressa em *Memórias sentimentais de João Miramar*. O contexto dessa personagem não é o mesmo a que estão vinculados os narradores de *Memórias de um sargento de milícias* e *Os sertões*. Apesar de a preocupação com as aparências, ou seja, com o que “outro” dirá de “mim”, persistir, esse outro variou. Não se trata mais de meirinhos, barbeiros, benzedeiros, caboclos, reis, tampouco de soldados. Agora, o espaço urbano é predominantemente insuflado por referências às famílias burguesas, à cultura e a viagens de navio para a Europa. Miramar move-se em primeira pessoa, diferentemente de Leonardo ou do narrador de *Os sertões*, em que havia uma ocorrência maior da terceira pessoa.

No prefácio de *Memórias sentimentais de João Miramar*, Haroldo de Campos afirma que o texto é o “marco zero da prosa brasileira contemporânea, no que ela tem de inventivo e criativo, porque rompe escandalosamente com todos os padrões então vigentes.”⁶¹³ Maria Eugenia Boa Ventura, por sua vez, em uma leitura crítica, apresentada na orelha dessa mesma edição, diz que o romance

é composto por fragmentos aparentemente caóticos, possui uma sintaxe narrativa desbaratada, uma sintetização extrema da simultaneidade de fatos; oferece momentos de análise contundente e minuciosa, ao mesmo tempo que é perpassado por um tom lírico; é um retrato da burguesia e seus conflitos, podendo ser considerado também como um diário de viagens, uma autobiografia, memória ou história.⁶¹⁴

⁶¹³ CAMPOS, Haroldo. Miramar na mira. In: ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 5-33.

⁶¹⁴ BOAVENTURA, Maria Eugenia. (Orelha do livro) In: __. ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994.

A perspectiva de Boaventura coaduna-se com a idéia de Haroldo de Campos a respeito de Oswald ter assumido o mapa diacrônico do Brasil e de ter criado um espaço onde convivem as diferenças que fazem parte e, ao mesmo tempo identificam, através da linguagem, as heterogeneidades brasileiras. Os recursos formais apontam, além disso e principalmente, para um entrelaçamento de registros estéticos. A coexistência de várias culturas não poderia ser configurada por formas pretensamente puras, mas por outras, que sugerissem a mistura de todas elas. Nesse sentido, não só uma idéia de romance, enquanto gênero, estava se modificando, em termos estruturais, mas também de conteúdo. *Memórias sentimentais de João Miramar* demonstra, ainda, como a sociedade brasileira estava se transformando. O estoque de saber presente no livro estrutura, pois, uma mentalidade de época.

Além da “vida” no sertão, das malandragens de um contexto predominantemente popular, no Brasil, também há espaço para uma burguesia letrada nascente, interessada em cruzar o Atlântico, mandar os filhos estudar na Europa ou nos Estados Unidos da América, viver na boemia, enriquecer às custas de casamentos arranjados. Contrastes convivem nessa sincronicidade histórica, pois um dos “outros” com quem Miramar dialoga memorialisticamente é o empregado da fazenda que emerge no plano social, porque tem sucesso em seus negócios no campo. Movimentos de ascendência e descendência marcam a relação entre ambos, repercutindo o que historicamente estava acontecendo no País diante da crise econômica. Enquanto Miramar, o rico, vai à falência, Minão da Silva, o empregado, se torna fazendeiro.

Após “o retrato da burguesia e de seus conflitos”, demonstrado em *Memórias sentimentais de João Miramar*, falta mencionar *Boca do inferno*. Assim como em *Os sertões*, o narrador de *Boca do inferno* é um observador do e no seu contexto. São as “aspas” o

recurso gráfico reiteradamente evidenciado na narrativa, que garantem a presença do poeta em seu discurso, bem como por meio do discurso de outrem, ou seja, das demais mentalidades que com ele conviviam naquele precário Brasil-colônia. Do relacionamento entre os alocutários, fica-se sabendo da situação de clandestinidade em que viviam aqueles que se opunham às extravagâncias e às perseguições do Braço de Prata. Tais atitudes culminaram com o assassinato de Teles de Menezes, pelos que, assim como Gregório de Matos e Bernardo Ravasco, desejavam agir em retaliação ao governador.

Sabe-se, por meio da relação entre as pessoas do discurso, a respeito das cenas literária e política, destacando-se Gregório de Matos, como sátiro do Governador e desembargador da Relação Eclesiástica; das interferências estéticas na obra do poeta, principalmente sobre aquelas advindas de Coimbra, com base nos trovadores portugueses e da convivência entre contrários, como bordéis de prevaricação, religiosidade e intelectualidade. O nível de leitura na colônia também fica evidenciado na narrativa, tanto pelo desprezo que os soldados demonstraram pelos livros de Gregório de Matos, manifestado na avaria que provocaram em sua casa, em busca de provas que o intimidassem, quanto por meio de indicadores concretos de analfabetismo. Até mesmo o rei não sabia ler.

As personagens de *Boca do inferno* viviam “à espreita”, comportamento esse fruto da condição de suspeição em que se encontravam, desconfiando de tudo e de todos. A impunidade do governo é o principal desencadeador dessa atitude, pois quem não seguia as regras era perseguido e tinha sua vida limitada, como acontece com Gregório de Matos, Padre Vieira, Bernardo Ravasco, etc.

As aspas, por isso, demonstram, linguisticamente, por um lado, a situação de alteridade entre os alocutários dos enunciados e a marcação do discurso real transplantado para o literário, uma vez que a autora se vale de dados acontecidos para construir o romance. Por outro, elas caracterizam, mimeticamente, em termos de representação, os sentimentos das personagens frente aos seus conflitos pessoais, no contexto em que se encontram. Isso se dá porque as aspas, destacando o dito, chamam atenção para ele e esse é o modo de falar em uma “sociedade” altamente cerceadora do direito de expressão e contestação. Enquanto construção e escolha autoral, em termos literários, as aspas são um recurso estilístico que presentificam os fatos passados dentro de um outro discurso: o ficcional.

O encontro do histórico com o literário dá-se pelo ato de ficcionalização do material histórico e da sua elaboração segundo o modo de ser do gênero romanesco. Altera-se, portanto, o padrão desse gênero que, desde José de Alencar, em termos brasileiros, vem diversificando o modo como esses dois discursos se cruzam esteticamente, variando em diferentes pontos.

Interessa, ainda, verificar que essa mentalidade, ou seja, Gregório de Matos emerge nas páginas de *Boca do inferno* trezentos anos depois. Diante disso, fico me perguntando: por que Gregório de Matos? Por que o Brasil-colônia? O que tem o leitor do século XX a aprender com os anos de 1683? Em 1989, época de publicação do romance, o Brasil, independente desde 7 de setembro de 1822, elege para a presidência da República Fernando Affonso Collor de Mello. Trata-se de uma situação histórica singular, pois foi ele o primeiro presidente escolhido por voto direto após o Regime Militar.

Seu mandato, assim como o do Braço de Prata, guardadas às diferenças políticas, temporais e espaciais, também foi cassado. Collor de Mello sofreu o processo de *impeachment*, assim como Richard Nixon em 1974, nos Estados Unidos da América. Evidente que a cassação de Collor não é o motivador da escrita de Ana Miranda; o governante do Brasil-colônia também não é uma representação de Collor. Não esquecendo as devidas diferenciações, o episódio pode ser, todavia, um sintoma de que a trajetória brasileira de desmandos políticos, fermentada naquele momento anterior, encontra repetições três séculos depois. Por essa razão, *Boca do inferno* estrutura-se de uma maneira que simboliza a sociedade brasileira do século XX.

As questões políticas da época de Gregório de Matos e do momento em que a obra foi publicada têm enfaticamente ocupado a cena nacional de debates, principalmente no século XXI, o que fica exemplificado através de fraudes e abuso de poder e do caráter dúbio dos homens que comandam a máquina pública. Transformaram-se as sociedades. Houve, porém, mudanças nas atitudes mentais dos sujeitos extraliterários com os quais o livro dialoga, sincronicamente? Enquanto, em termos políticos, parecem se repetir alguns erros, como o atraso na resolução de conflitos e a dúvida sobre a idoneidade dos governantes, no que se refere à literatura, ocorreram transformações.

Do ponto de vista discursivo, o romance assume definitivamente um diálogo intenso e declarado com a história, o que tem provocado muitas discussões a respeito do caráter de ambas. Questões envolvendo o literário vem sofrendo uma revisão de conceitos por parte da crítica especializada. Exemplo disso, no plano nacional, são ensaios como “A narrativa na escrita da história e da ficção”, presente em *A aguarrás do tempo*, de 1989, e o livro *História.Ficção.Literatura*, de 2006, ambos de Luiz Costa Lima;

“Ficção e história: retomada do antigo diálogo”, publicado por Marilene Weinhardt, em 2002; “Hibridismo e alteridade: estratégias para repensar a história literária”, de Nelson Vieira e “Comparativismo e historiografia literária”, de Eduardo Coutinho, os dois últimos encontrados em *Histórias da literatura: teorias, temas e autores*, de 2003.

No contexto internacional, destacam-se textos como os de Walter Moser, *O estudo não-contemporâneo: historiofagia ou historiografia*, de 1995; de Walter Mignolo, “Lógica das diferenças e políticas das semelhanças da literatura que parece história ou antropologia, e vice-versa”, publicado em 1993, assim como o de Seymour Menton, intitulado *La nueva novela histórica de la América latina*; de David Perkins, *História da literatura e narração*, publicado no Brasil em 1999 e o de Hugo Achugar “La escritura de la historia o a propósito de las fundaciones de la nación”, presente em *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*, de 2000.

As relações entre as pessoas do discurso encaminham para o exame de uma mentalidade de época. Em termos ficcionais, o leitor aprende sobre os anos de 1600, importantes à narração porque constituem a personagem em uma relação direta com seu contexto, em termos de construção de história de vida. No que diz respeito ao tempo da publicação, presentifica os fatos históricos, retirando-os dos bastidores e colocando-os em perspectiva, para que possam ser (re)vistos por e com outros olhos.

Diante disso, uma das principais mudanças que emerge desse romance é manifestada por sua atitude crítica frente aos fenômenos históricos que observa e a maneira já descrita pela qual os estrutura. Por certo que as sátiras de Gregório de Matos ao governador eram condenadas e proibidas, destacando ser uma característica daquele momento não haver liberdade de expressão. Se, hoje, os sujeitos enfrentam

problemas políticos semelhantes aos daquele período, ao menos a liberdade de expressão existente permite que o homem estabeleça suas opiniões criticamente, o que demarca a mudança no modo como os sujeitos se posicionam frente às dúvidas de seu tempo.

Aos espaços construídos discursivamente volta-se o signo e/ou subfresta “Maneirismos de grupo”. Preenchem esse signo significantes que chamam a atenção para hábitos capazes de descrever estruturas mentais no contexto brasileiro, como as práticas entre o público e privado, os embates entre forças antagônicas, a experiência da internacionalização, creditada à importação, e o legado do apadrinhamento, percebido sob a ótica do fisiologismo. O primeiro deles é referido em *Memórias de um sargento de milícias* através do uso da mantilha pelas mulheres, acessório que tem por função esconder o rosto. Nessa função e no seu hábito de uso caracterizam-se aquela sociedade: a preocupação com as aparências. Deixa-se à mostra o que é aceitável e esconde-se o que ofende a opinião geral, como esoterismo religiosos, prevaricação, diferença étnica, ociosidade. A opinião pública restringe a vida privada, interferindo no comportamento e nos hábitos dos cidadãos.

Manuel Antônio de Almeida é quem retira a “mantilha” do rosto daquela aristocracia a que pertencia historicamente, deixando à mostra hábitos e costumes de uma parcela da população que também fazia parte da sociedade carioca fluminense do momento em que ele escreveu *Memórias de um sargento de milícias*. Segundo Mário de Andrade, na “Introdução” à obra, já referida, ao falar sobre “essas classes ínfimas”, aponta que, apesar de mostrá-las, o autor “aristocraticamente as despreza pelo ridículo,

lhes carregando acerbamente na invenção dos lados infelizes ou vis”⁶¹⁵. Andrade recupera, porém, a questão da mantilha, tratada por Almeida, enfatizando a relação entre as características prosaicas e burocráticas, atribuídas à mantilha, no Brasil, e poéticas, na Espanha. É o olhar do aristocrata para o diferente. Apesar de “vil”, como o classifica Mário de Andrade, tal olhar não deixa de apresentar dados históricos, ainda que sejam dados sobre atitudes ridicularizantes, mostrando uma sociedade que tem preconceitos para com determinadas etnias, valoriza hierarquias de classe e, ao mesmo tempo, esquece-se de que os barbeiros, os malandros, as dançarinas, as rezadeiras, o folclore, as danças, enfim, as pessoas e os seus hábitos, a identificam.

Em *Os sertões*, duas forças antagônicas se chocam e (re)produzem a psicologia da revolta. A inospitabilidade do clima e do espaço atingem o homem de maneira brutal. Em consequência disso, reage o sertanejo migrando de um espaço para outro. Tal migração interfere, dentre outras coisas, na miscigenação. A desesperança motivada pela vida árida conduz o sertanejo à fé. Essa, por sua vez, contra a desatenção do governo, leva à constituição do Arraial de Canudos e torna Antônio Conselheiro, também pela eloquência de sua persuasão, o símbolo daquele grupo de “favelados” no sentido suscitado pela planta, a qual designa um viver em comunidade. Esse viver ocioso, “parasitismo franco”, voltado para fé, chega aos ouvidos das forças governistas como uma anomalia, para usar um termo de Euclides da Cunha.

O governo de Prudente de Moraes acreditava estar a sociedade em progresso. Canudos, por sua vez, mostra o fracasso e a ineficiência das forças que pleiteavam a modernidade às custas da colocação do excedente para debaixo do tapete. O tapete,

⁶¹⁵ ANDRADE, Mário de. Introdução. In: ____. *Memórias de um sargento de milícias*. Edição crítica de Cecília de Lara. Rio de Janeiro: LTC, 1978. p. 314.

nesse caso, seria a falsa idéia de desenvolvimento que Euclides denominou “organização intelectual imperfeita e organização política incompreendida”⁶¹⁶, o excedente, Canudos e a vassoura, as armas que esmagaram os cidadãos canudenses, após insistentes tentativas fracassadas para destruir o arraial, as quais resultaram em centenas de mortos, dinheiro público gasto em armas, soldados e civis massacrados. A luta chegou ao final com o massacre. O governo, com isso, ganhou os heróis de que precisava para conduzir o País ao “progresso”.

O moderno e o arcaico confrontam-se em *Os sertões*. Isso pode ser visualizado através do armamento, uma vez que às armas dos soldados opunham-se pedaços de madeira transformados em material de combate; das notícias, ligando a caatinga e a Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro; entre os que queriam a República e os que não abriam mão da monarquia. Tais oposições são uma desculpa, de caráter político, para o embate travado em prol da República e contra monarquia aclamada pelos beatos. Entendo que o contraste, muito mais do que os elementos contrastantes e o significado de suas relações, é o fator desencadeante da guerra.

Esse dado vai de encontro à proposta do governo. Muito mais que isso, derruba seu principal argumento, ampliando uma certeza: não havia como o Brasil se modernizar com tantos problemas dissipados País afora. O Sul rico contra o Norte paupérrimo é outro contraste que evidencia as disparidades em termos nacionais. Enquanto o discurso do governo tentava alavancar o progresso, Canudos apresentava a conta que teve de ser paga, conforme sugere o título do livro de Darcy Ribeiro, aos

⁶¹⁶ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 418.

“Trancos e Barrancos”⁶¹⁷, a fim de fazer valer que esse “progresso viesse”, colocando o dedo na ferida e mostrando como tudo se deu de maneira cruel, impune e deliberadamente injusta. No dizer de Leopoldo Bernucci, “na verdade, o que importa para Euclides, é chegar à conciliação dos contrários (engenheiro e poeta, teoria e especulação, realismo e invenção), centro e modelo de toda sua atividade intelectual criativa”⁶¹⁸.

Quando Euclides da Cunha publica a obra, em 1902, a guerra já terminou. Seus reflexos ecoaram na história, entretanto, e não apenas na oficial, mas também na literária. Em *A casca da serpente*, de J. J. Veiga, de 2003, por exemplo, Antônio Conselheiro não morre ao final da luta e tenta agrupar novos adeptos para refundar Canudos. Os contrastes continuam, bem como os problemas refletidos no massacre que se deu, na Bahia, entre os anos de 1896 e 1897. Esses antagonismos, percebidos por meio do discurso do governo e dos beatos, das artes e das ciências, são forças atuantes em *Os sertões*, as quais expressam uma fatia da mentalidade brasileira daquele momento histórico. As que apresentam as atitudes mentais de Euclides da Cunha não são dadas por antagonismos, mas através da tentativa, como menciona Bernucci, de conciliar contrários, criando um embate entre forças sociais atuantes e uma mentalidade individual também engajada e participante da sociedade em que vivia.

Em *Memórias sentimentais de João Miramar*, por outro lado, o tom varia consideravelmente. Estamos no momento que o cenário artístico nacional respirava o Modernismo, enquanto movimento estético que buscava romper, em termos formais,

⁶¹⁷ Ver RIBEIRO, Darcy. *Aos trancos e barrancos*. Como o Brasil deu no que deu. Rio de Janeiro: Guanabara, 1985.

⁶¹⁸ BERNUCCI, Leopoldo M. Prefácio. In: ___. CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 11-49. p.31.

com conceitos voltados para a obra de arte como um produto hermético. Rompiam-se padrões e nesse momento a experiência de internacionalização fecundava, mais do que até então tivesse sido feito. *Memórias sentimentais de João Miramar* é um dos principais textos representantes desse processo, razão por que Haroldo de Campos o denominou de “marco zero da nossa prosa nova”⁶¹⁹. O discurso demonstra isso na confluência de espacialidades; de personagens que se comunicam, por meio de correspondências; de nacionalidades e de classes sociais diversas. O navio que leva os passageiros para Europa é símbolo dessa mentalidade de época porque reúne diferenças constituintes de uma singularidade espacial peculiar, os anos vinte do século XX.

Se a “mantilha” identifica os contrastes espaciais, construídos discursivamente, entre o público e o privado em *Memórias de um sargento de milícias*, as plantas denominadas “favelas” mostram as antíteses em *Os sertões*, o navio “Marta”, em *Memórias sentimentais de João Miramar*, em *Boca do inferno*, a “lama” é o símbolo encarregado de expressar os antagonismos. Através desse elemento ficamos sabendo do fisiologismo como um dos aspectos que preside a obra. O favoritismo permite que concessões sejam feitas em benefício de uma minoria, relacionada ao Governo do Braço de Prata, e perseguições aos que tiverem contra a situação no poder. O crime é o ponto máximo do conflito entre os opostos, que se misturam no “lamaceiro”, para usar um termo do narrador – que era a Bahia, no século XVII.

As calamidades do lugar e os desmandos do governo contribuem, narrativa e discursivamente, para que se inicie naquele instante uma mudança de mentalidade. As frases seguintes demonstram isso: “o mundo já não era mais o mesmo, os grandes

⁶¹⁹ CAMPOS, Haroldo. Miramar na mira. In: ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 5-33. p. 14

homens aos poucos se acabavam”⁶²⁰, “Lá se foram os tempos em que os homens eram padres por verdadeira vocação religiosa. Hoje, e especialmente nesta terra colonial, temos de nos contentar com gente cheia de vícios”⁶²¹. O governo de Antônio de Menezes é deposto, os padres andam na lama junto com os pobres, homens do poder são assassinados, pobres se vestem como ricos. As mudanças começam a aparecer no discurso das personagens e no do narrador. O espaço construído em *Boca do inferno* destaca-se, pois, como um estado de coisas liminar, podendo ser descrito por meio da simbologia da lama: “símbolo da **matéria primordial** e fecunda, da qual o homem, em especial, foi tirado, segundo a tradição bíblica”⁶²². Desse lamaceiro, surgirá um novo homem.

Além das “Locuções de gênero”, dos “Maneirismos de grupo”, há ainda os “Mecanismos linguísticos”. A glosa, a antítese, a paródia e o conceptismo são os elementos que desdobram esses signos, preenchendo-os em nível de conteúdo, nos quatro romances. Manuel Antônio de Almeida, segundo Mário de Andrade, “era principalmente um escritor cômico”⁶²³ e, por isso, algumas “vezes se eleva ao caricato mas é para empunhar o estilete mais sutil do humorismo”⁶²⁴, como, por exemplo, na situação em que Leonardo é surpreendido pelo major Vidigal, na casa do caboclo.

A glosa, portanto, é uma característica das *Memórias de um sargento de milícias*, a qual é dispensada à configuração das personagens, às situações que essas vivenciam e,

⁶²⁰ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 227.

⁶²¹ MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 225.

⁶²² CHEVALIER, Jean; GHEERBRANDT, Alain. *Dicionário de Símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2003. p. 533-534.

⁶²³ ANDRADE, Mário de. Introdução. In: ____. *Memórias de um sargento de milícias*. Edição crítica de Cecília de Lara. Rio de Janeiro: LTC, 1978. p. 315.

⁶²⁴ ANDRADE, Mário de. Introdução. In: ____. *Memórias de um sargento de milícias*. Edição crítica de Cecília de Lara. Rio de Janeiro: LTC, 1978. p. 314.

principalmente, aos costumes. Segundo Jacqueline Authier-Revuz, professora da Universidade de Sorbonne e pesquisadora na área da enunciação, em “O enunciador glosador de suas palavras: explicitação e interpretação”, publicado em *Palavras incertas – As não-coincidências do dizer*:

o que todas as formas de explicitação do sentido têm em comum é ir contra o caráter univocizante do mecanismo de redução contextual (linear ou situacional) da pluralidade polissêmica e homonímica potencial de um elemento⁶²⁵.

A polissemia torna a glosa um desdobrador de sentidos. Em razão da presença desse elemento em sua enunciação, é possível caracterizar *Memórias de um sargento de milícias* pela hibridez proveniente da pluralidade da glosa. Além da hibridez, a glosa sustenta dois outros aspectos: a ambiguidade da narrativa e a malandragem do narrador – portando-se de modo debochado e incerto em relação ao leitor e aos fatos.

Mário de Andrade, quando se refere a Leonardo, aproxima-o das personagens picarescas, como “Encolpis, Lazarillo, o Burro e o Grã-Tocaño”, por causar simpatia nos leitores. Nesse sentido, “As *Memórias de um sargento de milícias* não são um livro romanesco à maneira com que se concebem e se enredam os romances sérios do século XIX, quer românticos quer realistas ou psicológicos”⁶²⁶. Segundo Andrade: “à margem das literaturas, que havemos de situar”⁶²⁷ as *Memórias*, bem como junto aos demais pícaros. A aproximação feita em termos críticos coaduna-se, portanto, com a proposta sustentada em nível linguístico.

⁶²⁵ AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. O enunciador glosador de suas palavras: explicitação e interpretação. In: __. AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas – As não-coincidências do dizer*. São Paulo: UNICAMP, 1998. p. 29-50. p. 29-30

⁶²⁶ ANDRADE, Mário de. Introdução. In: __. *Memórias de um sargento de milícias*. Edição crítica de Cecília de Lara. Rio de Janeiro: LTC, 1978. p. 314.

⁶²⁷ ANDRADE, Mário de. Introdução. In: __. *Memórias de um sargento de milícias*. Edição crítica de Cecília de Lara. Rio de Janeiro: LTC, 1978. p. 315.

Concordando com Mário de Andrade, Antônio Candido, em “Dialética da malandragem”, publicado na mesma edição crítica, ressalta alguns aspectos que aproximam o romance de Manuel Antônio de Almeida ao dos pícaros espanhóis, como o fato de Leonardo “viver um pouco ao sabor da sorte, sem plano nem reflexão”⁶²⁸. Candido não partilha totalmente dessa aproximação, argumentando que, apesar de o romance possuir elementos que remontam à picaresca, esses elementos não são desenvolvidos conforme tal paradigma:

digamos então que Leonardo não é um pícaro, saído da tradição espanhola; mas o primeiro grande malandro que entra na novelística brasileira, vindo de uma tradição quase folclórica e correspondendo, mais do que se costuma dizer, à certa atmosfera cômica popularesca de seu tempo, no Brasil. Malandro que seria elevado à categoria de símbolo por Mário de Andrade em *Macunaíma* e que Manuel Antônio com certeza plasmou espontaneamente, ao aderir com a inteligência e a afetividade ao tom popular das histórias que, segundo a tradição, ouviu de um companheiro de jornal, antigo sargento comandado pelo Major Vidigal de verdade.⁶²⁹

Apenas viver ao sabor da sorte, por exemplo, não bastaria para classificá-lo em tal categoria. Leonardo teria de aprender com suas experiências, além de também ser amável, para que pudéssemos classificá-lo dessa forma, segundo Candido. Tanto a obra quanto a personagem oscilam quanto a obter elementos do pícaro e não desenvolvê-los efetivamente, como no caso do “malandro espanhol”, tal qual em *Lazarillo de Tormes*.

⁶²⁸ CANDIDO, Antônio. *Dialética da malandragem*. (Caracterização das *Memórias de um sargento de milícias*). In: ____. *Memórias de um sargento de milícias*. Edição crítica de Cecília de Lara. Rio de Janeiro: LTC, 1978. p.317-342. p.320.

⁶²⁹ CANDIDO, Antônio. *Dialética da malandragem*. (Caracterização das *Memórias de um sargento de milícias*). In: ____. *Memórias de um sargento de milícias*. Edição crítica de Cecília de Lara. Rio de Janeiro: LTC, 1978. p.317-342. p.322.

Ainda que não seja um pícaro, o narrador é um sátiro, que debocha e ri do modo de ser hipócrita das personagens, querendo fazer parecer o que elas que não são. A personagem, por sua vez, e contrariamente a tudo, faz pouco caso das normas. Ela é um transgressor dos costumes, e sua linguagem satírico-glosadora manifesta que uma nova mentalidade está surgindo, contrária ao “rigor” dos conceitos éticos e morais de conduta, a respeito do casamento, da vida pública, das profissões. Além disso, expressa que, juntamente com a nobreza, também convive o popularesco. Do confronto entre essas pessoas em situações do dia-a-dia surge a comicidade da obra.

Se a comicidade predomina na linguagem de *Memórias de um sargento de milícias*, por outro lado, em *Os sertões*, são as antíteses que o constituem linguisticamente. De acordo com Leopoldo Bernucci,

a força expressiva do discurso euclidiano reside no ajuste exato entre o que se narra e a maneira como esse algo é narrado; ou seja, entre o objeto narrado e os meios empregados para a sua narração, cuja precisão vocabular deve ser rigorosamente acatada. Rodeada como aparece de todo um aparato semântico ligado ao teatro, a *inversão de papéis* de que o Autor fala numa das citações acima, por exemplo, pode dar a impressão de uma imagem localizada quando ela, na verdade, transcende seu próprio campo de significação original para emparentar-se com outros, fortalecendo até mesmo, através de sua poderosa ironia, uma das vigas mestras do conjunto discursivo do livro: a conciliação das oposições. Esta maneira de construir discursos, sobre o qual se tem comentado muito, embora de outros ângulos, deixa-nos ver que deles se desprendem as principais figuras de linguagem e de pensamento do livro (antítese, oxímoro, ironia), e funciona de modo a mover o engenho cultista responsável pelo estilo barroco de Euclides⁶³⁰.

As antíteses presentes no discurso de *Os sertões* verificam-se não apenas nos comportamentos dos objetos humanos da narração, mas na própria ação descritiva

⁶³⁰ BERNUCCI, Leopoldo M. Prefácio. In: ___. CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 11-49. p.37.

através da qual os fatos são dados a conhecer para o leitor. A chegada do narrador ao alto de um morro é um exemplo que corrobora tal afirmativa. O processo de comparação iniciado por esse narrador ao aproximar divisas é o fato representante do discurso antitético. No que se refere à “maneira do narrado”, como menciona Bernucci, servem como exemplo a comunhão entre as linguagens poética e científica, ora para descrever atividades do corpo humano, ora para discutir o movimento da natureza e, em instantes de proximidade, para designar um com qualidades do outro e vice-versa. A linguagem transmuta-se e o discurso com isso desencadeia o narrado como resultante do encontro, da mescla e da oscilação entre as diferenças. Uma “coisa” nesse caso não é a “outra” sendo-a da mesma forma por meio da conciliação desses contrários em um elemento heterogeneamente composto.

A comparação também é um recurso desencadeador do princípio discursivo de *Memórias sentimentais de João Miramar*. Nesse romance, o processo não é antitético, mas predominantemente paródico. O signo linguístico altera-se e ganha com isso outro significado. Tal alteração não ocorre apenas em nível semântico, mas sintático, pois a estrutura da frase é recodificada e um novo *status* é-lhe assim destinado. Isso acontece também em nível morfológico, pois, algumas vezes, classes gramaticais são inventadas e, em outras, modificadas, tanto com termos nacionais, quanto no que diz respeito aos que são apropriados de línguas estrangeiras. Assim nascem os estrangeirismos, os empréstimos, as distorções.

A paródia linguística constitui-se em aspecto relevante na construção do discurso de Oswald de Andrade e ilustra o movimento antropofágico símbolo daquele período histórico. Tratava-se de um momento de internacionalização dos costumes brasileiros, com vistas à consolidação de feições nacionais, especialmente no âmbito

das artes em geral. Os artistas do período estavam motivados a alimentar-se do material internacional que de maneira veemente entrava no País – fruto das viagens, do contato cultural e do comércio exterior estabelecido, graças às atividades do porto santista, em São Paulo, com portos estrangeiros – digeri-lo e assim devolvê-lo aclimatado.

Segundo Haroldo de Campos, nas *Memórias sentimentais de João Miramar* há “sátira dentro da sátira”⁶³¹. Isso se deve, na opinião do crítico, em função de Oswald de Andrade ter construído personagens que respondem comportalmente e através de seus pensamentos uns para os outros narrativa e discursivamente. Exemplo disso é Minão da Silva, que satiriza o processo econômico de derrocada e ascensão existente no País naquele momento e ao mesmo tempo responde, com sua linguagem pitoresca, ao discurso pedante de Machado Penumbra, por meio do qual, isoladamente, Oswald critica os academicismos.

Tanto unitária quando referencialmente, essas personagens, unidas às demais, “são mais ou menos reversíveis, e configuram (...) uma mentalidade-tipo, que confere sentido à parodia e lhe dá unidade e continuidade.” Além disso, “todas essas figuras são extraídas do ambiente em que circulava Oswald na São Paulo anterior e contemporânea à Primeira Grande Guerra”⁶³². Daí são tirados e posteriormente reunidos de forma compósita, demonstrada por meio, dentre outros, da “paródia do letrado pedante e pomposo pelo iletrado (ou semiletrado) pernóstico e deslumbrado,

⁶³¹ CAMPOS, Haroldo. Miramar na mira. In: ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 5-33. p. 13.

⁶³² CAMPOS, Haroldo. Miramar na mira. In: ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 5-33. p. 12.

tudo dentro de um mesmo círculo vicioso de alienação”, acrescentando “um novo dado à crítica social e linguística levada a efeito de Oswald”⁶³³.

Conforme aponta Campos, a paródia mostra-se ainda por meio do tema da viagem, aproximando Miramar a Ulisses e Odisseu. A personagem oswaldiana, contudo, “é um Ulisses ingênuo, sem as manhas do *rusé personnage* homérico, mas para o qual a viagem representa uma primeira perspectiva, se bem que ainda imprecisa e indefinida, de abertura para o mundo e de ‘situação’ crítica”⁶³⁴. O afastamento, todavia, é “aparentemente sem consequências: um périplo para o consumo boêmio da liberdade e ao cabo do qual o herói se reintegra no seu contexto burguês (matrimônio – amante – desquite – vidinha literária – peripécias financeiras)”⁶³⁵.

Como não dão em nada, as viagens percebidas por meio desse recurso paródico, comparatista, demonstram a sátira ao contexto burguês paulista a que pertenciam tanto as personagens quanto o autor. Na paródia está, dessa forma, a crítica e a autocrítica, pensando, respectivamente, em termos de questionamento daquelas atitudes mentais que se refletem no romance, bem como das atitudes dos artistas do período. Muitos críticos atribuem à obra um estilo telegráfico. Além disso, pelos seus sumários “capítulos”, é possível atribuir-lhe a característica de um jornal ou periódico sobre a época. Nesse sentido, cada “capítulo” seria uma manchete, em prosa-paródica,

⁶³³ CAMPOS, Haroldo. Miramar na mira. In: ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 5-33. p. 13.

⁶³⁴ CAMPOS, Haroldo. Miramar na mira. In: ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 5-33. p. 20.

⁶³⁵ CAMPOS, Haroldo. Miramar na mira. In: ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 5-33. p. 20.

dos principais acontecimentos da vida nacional burguesa, em diferentes âmbitos da sociedade, nos primeiros anos do século XX.

Em *Boca do inferno*, o recurso de comparação estrutura as feições conceptistas do discurso. O conceptismo instaura um processo de relação, por meio do qual é alcançada a “concepção” do todo e de suas partes. Cresce a partir de tal recurso linguístico, presente no discurso construído por Ana Miranda, a cidade da Bahia alicerçada em meio a oxímoros, dados inicialmente pela relação entre inferno e paraíso. Os fiéis comportam-se como besteiros. Prostitutas que se vestiam como as fidalgas demonstram a discrepância por meio do grotesco, resultante da semelhança não alcançada. As casas na colônia eram construídas à moda das edificações portuguesas. Os costumes, como o de namorar, também eram os mesmos perpetrados pelos portugueses, exemplificados por meio dos poemas passados durante as missas e/ou do famoso beliscão, já demonstrado em *Memórias de um sargento de milícias*. A cultura letrada da colônia é aproximada da europeia, estando essa sobressalente em relação àquela, por assim dizer, o novo em relação ao velho: o “bom” ao “culis mundis”.

O filólogo espanhol Fernando Lázaro Carreter, em seu livro *Estilo barroco y personalidad creadora*, entende que o artista, ao cercar-se de um objeto, faz isso “lejos de aislar y recluir su objeto, ha de acerlo entrar en relación con otros objetos. Con un esfuerzo acrobático, ha de ir tejiendo una red de conexiones”^{636/637}. Carreter qualifica “comparação” e “alegoria” no que ele chama de “procedimientos conceptuales”⁶³⁸. Mas

⁶³⁶ CARRETER, Fernando Lázaro. *Estilo barroco y personalidad creadora*. Madrid: Artes Gráficas Benzal, 1974. p.15.

⁶³⁷ “Longe de isolar e fechar seu objeto, tem de relacioná-lo com outros objetos. Com um esforço acrobático, tem de ir tecendo uma rede de conexões.” [Tradução minha]

⁶³⁸ “Procedimentos conceituais.” [Tradução minha]

o que é um conceito? É o resultado de uma comparação. Conceituar, por sua vez, é dar sentido a alguma coisa no tempo e no espaço. No caso da estética barroca, a significação é dada pela vinculação entre no mínimo dois elementos contrários. O sentido, um terceiro instante da comparação, resulta desse entrecruzamento.

No século XVII, os poetas brasileiros, ao beberem do conceptismo⁶³⁹ e do cultismo provenientes do Barroco espanhol, apropriam-se dessas características. As marcas linguísticas existentes no romance de Ana Miranda apontam a comparação e tratam de relacionar a colônia com a Europa. Estabelece-se a partir daí um “conceito” histórico de Brasil ou uma mentalidade, em termos narrativos, referente àquele momento.

No que se refere ao discurso, as muitas vozes que nele se colocam enunciam questões contemporâneas ao seu tempo de publicação, como as diferenças entre classes sociais, as relações entre religiosidade e belicismo, a importação de hábitos. Muito mais do que o conteúdo gerado dessas comparações ainda estarem presentes no contexto de publicação da obra, importa o fato de o recurso conceptista fazer parte da mentalidade nacional, enquanto evento que a edifica. A comparação é um princípio que sustenta a construção das individualidades, sejam elas pessoas ou instituições. No caso brasileiro, porém, talvez seja indispensável recorrer a isso para o entendimento dos comportamentos.

Depois de “Locuções de gênero”, “Maneirismo de grupo” e “Mecanismos linguísticos” encontra-se, finalmente, “Fala das gerações e dialogização das vozes”. O

⁶³⁹ Sobre o assunto, ver Carreter, Fernando Lázaro. *Estilo barroco y personalidad creadora*. Madrid: Artes Gráficas Benzal, 1974. p.15.

tempo, nesse momento, é o tema a ser percorrido, seja ele o da memória ficcional, o histórico, o da ficcionalização da memória ou o da história e da memória aliados. A temporalidade discursiva nas quatro narrativas aproxima-se por meio da questão memorialística. Os relatos instauram presenças passadas em relação ao presente em que se dão os fatos narrativos. Dito de outro modo, o passado se presentifica no presente enunciado discursivamente pelos alocutários.

Em *Memórias de um sargento de milícias*, o narrador, em terceira pessoa, presentifica o passado através da seguinte frase: “Era no tempo do rei”; em *Os sertões*, a passagem “O planalto central do Brasil desce, nos litorais do Sul, em escarpas inteiriças, altas e abruptas” demonstra um narrador que descreve sua observação para si mesmo ou para “quem” “contorna” o local. O passado e as implicações da Guerra de Canudos reverberam no presente relatado por Euclides da Cunha. No caso de *Memórias sentimentais de João Miramar*, as ações são sustentadas por fatos passados na vida da personagem que se constroem também a partir das demais vozes que com ela dialogam. O passado vem ao presente inicialmente através de sua mãe, do chamado para o oratório, no “Jardim desencanto”. Já em *Boca do inferno* é o termo “resquícios” utilizado pelo narrador para se referir aos resíduos das guerras deixados pelos holandeses na entrada da Bahia. Além desse termo, a frase do poeta Gregório de Matos: “Esta cidade acabou-se”.

Estamos diante de narrativas brasileiras em que a memória subsidia o discurso que as constroem. Não apenas a memória enquanto reminiscência dos fatos, mas como dados históricos referidos textualmente. Encontram-se aqui relatos sobre o período de D. João VI; a Guerra de Canudos; a Primeira Guerra mundial; a representação do momento artístico de 22 e o governo de Antônio de Souza de Menezes, o Braço de

Prata. Além dos dados históricos, fazem-se presentes os anos de 1808, 1896-1897, década de 20 do século XX, 1683.

Pensando tais acontecimentos a partir da ordenação não-cronológica dos eventos textuais, desconsiderando, ainda, as datas de publicação das obras, a história literária da literatura sofreria uma rotação. Nesse caso, interpretadas, por meio da ocorrência temporal discursiva, ter-se-ia: *Boca do inferno*, *Memórias de um sargento de milícias*, *Os sertões* e *Memórias sentimentais de João Miramar*. Feita a rotação, os eventos agrupar-se-iam da seguinte maneira: governo de Antônio de Souza de Menezes, o Braço de Parta; período de D. João VI; Guerra de Canudos; Primeira Guerra mundial e representação do momento artístico de 22, corroborando, assim, o dito de Haroldo de Campos, para quem *Memórias sentimentais de João Miramar* é “o marco zero da prosa brasileira contemporânea”⁶⁴⁰.

Memória e história dialogam e, por meio disso, o literário se reacomoda. Mentalidades como Gregório de Matos, Leonardo-filho, Antônio Conselheiro e João Miramar são monumentos/signos/sintagmas que permitem a emergência de novas leituras sobre comportamentos dos sujeitos históricos que eles significam esteticamente. As atitudes mentais dos autores que os literarizaram, através de construções linguísticas diferenciadas, demonstram um histórico diverso e diferente da literatura brasileira. Estamos diante de discursos sobre a “malandragem”, o “cientificismo”, o “parodismo” e o “concepismo” ou, se preferirmos, o Barroco, o Romantismo/Realismo, o Modernismo e a Contemporaneidade. À história da literatura brasileira, interpretada por meio dessas frestas ou signos do discurso, postos

⁶⁴⁰ CAMPOS, Haroldo. Miramar na mira. In: ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 5-33.

na forma direta ou inversa, seria permitido repensar-se, especialmente no que diz respeito aos seus processos de escrita.

A interconectividade, demonstrada graficamente, exhibe essas relações que se estabelecem tanto interna quanto entre os romances. Cada um desses signos “Locuções de gênero”, “Maneirismo de grupo”, “Mecanismos linguísticos” e “Fala das gerações e dialogização das vozes” existem unitariamente enquanto diferença. As situações de comunicação hibridizadas também – senão principalmente – dão-se pela relação entre essas instâncias. Personagens marcadas direta e indiretamente, subjetividade e objetividade, parte e todo, observação e narração. Práticas, embates, importação, fisiologismo. Glosa, antítese, paródia, conceptismo. Memória ficcional, tempo histórico, ficcionalização da memória, história e memória. Todos esses elementos despertam as atitudes mentais dos sujeitos que nos momentos históricos a que estão circunscritos concebem suas obras. Também eles dão conta de apontar as atitudes mentais das épocas a que pertencem, bem como podem ser sintomas de diferentes instantes da literatura nacional.

Se o confronto, a tensão e a diferença delimitam a variedade desses dados, é a hibridização que os estrutura. Dessas mentalidades sincrônicas, emergem, pois, discursos hibridizados. O contrário também é verdadeiro. A hibridização no discurso acontece por meio das pessoas, dos espaços, da linguagem e do tempo. As vozes que dialogam nessas instâncias entrelaçam-se, como no caso dos alocutários, em “Locuções de gênero”, dos papéis sociais desempenhados por esses sujeitos em “Maneirismo de grupo”, dos “Mecanismos linguísticos”, que estruturam os enunciados e da “Fala das gerações e dialogização das vozes”, formadas como uma terceira margem, em que convivem presente e passado; memória e história.

5.3 (Co)Presença(s)

Teoria, crítica, ficção. História da Literatura. Todos esses signos estiveram envolvidos na construção das frestas desta tese e dela enquanto uma fresta no âmbito dos Estudos Literários. Conceitos foram colocados em constante confronto não apenas nos seus endereços de pertença, mas também entre locais diferenciados de enunciação. Esses signos são ainda vozes com as quais dialoguei durante a realização do trabalho. Deles emanaram concepções teóricas variadas, as quais permitiram descrever os fenômenos para os quais me voltei: a literatura, a história e a História da Literatura. Para que isso fosse possível, entre as duas áreas com as quais trabalhei, Literatura e Linguística, instaurou-se uma situação de comunicação. Conforme a perspectiva utilizada, variou o entendimento que tive do discurso. Desse entendimento, derivam algumas concepções e contribuições, que serão, a partir de agora, descritas.

Do ponto de vista linguístico, o discurso romanesco foi investigado e percorrido através da hibridização. Decidi estudar esse conceito e suas caracterizações a partir das concepções teóricas oriundas dos Estudos Literários e Linguísticos. As obras, para tanto, não foram percorridas na sua individualidade cronológica. Escolhi signos a por meio dos quais as narrativas pudessem vir a ser decodificados pelos sujeitos e, num caminho de mão dupla, permitissem tanto a emergência da hibridização, quanto a dos romances.

Além disso, os próprios signos – Locução de gênero, Maneirismos de grupo, Mecanismos Linguísticos e Fala das gerações e dialogização das vozes – conduziram ao delineamento de características isoladas da literatura brasileira, através das obras que a

identificam. Tal é o caso da trajetória do leitor em termos textuais, apontada por Manuel Antônio de Almeida; de figuras de linguagem como a glosa, a paródia, a antítese e o conceptismo, em termos de construção linguística, unidas na base por um princípio comparativo que preside a construção dos quatro discursos romanescos; do fisiologismo, em termos de espaço público; da memória, no âmbito temporal.

Desse modo, por exemplo, as relações entre as pessoas do discurso puderam ser mapeadas através da figura do leitor, que, textualmente marcado, somente aparece em um dos quatro enunciados: *Memórias de um sargento de milícias*. Um estudo feito a partir desse aspecto revisaria a história literária e seus preceitos, ampliando perspectivas de comunicabilidade entre autores e produções do mesmo gênero ou, ainda, entre gêneros diferentes formalmente, como a poesia ou o conto.

O princípio da comparação é uma característica marcante não só em termos de conteúdo, mas, principalmente, no que se refere aos aspectos formais do discurso do romance. Isso ocorre pela variabilidade com que o princípio de comparação é empreendido pelos autores. Ela pode se dar de diferentes formas e, portanto, com finalidades múltiplas.

Em *Memórias de um sargento de milícias*, a glosa ou a sátira despertam a presença da malandragem que conforma as personagens e a escrita, por assim dizer “enviesada”, do autor que vai e vem no seu discurso, sempre debochando dos seres que o constituem. A antítese, em *Os sertões*, deseja evidenciar o embate entre os contrários, apresentado por um narrador ambíguo, movimentando-se entre objetividades e subjetividades linguísticas e temporais. *Memórias sentimentais de João Miramar* preza pelo tom paródico, definido pela inversão e revisão de sentidos,

palavras, frases e pessoas, qualidades essas que o situa em contato com um dos principais desejos do movimento de que faz parte: o modernista, isto é, a inversão dos valores. O conceptismo, em *Boca do inferno*, também recupera um princípio de comparação por relação. Através desse princípio, passa-se a conceituar comportamentos, costumes e hábitos dos brasileiros no século XVII.

Afora permitir a emergência de novos sentidos para o romance, estudar a narrativa brasileira por meio desses signos também possibilita atribuir novos valores às idéias de Romantismo, Realismo, Modernismo e Contemporaneidade. A ressignificação da história literária é uma das contribuições que penso emanar da perspectiva de história literária presente nesta tese.

A mantilha, as favelas, o navio Marta e a lama promovem uma percepção sêmica dos espaços romanescos e das relações que neles se estabelecem. O primeiro elemento aponta que o brasileiro entendia, no tempo de D. João VI, a convivência e a separação entre o público e o privado pelo princípio da malandragem. A fim de atender às determinações, costumes, regras e hábitos da sociedade, nos quais os sujeitos não acreditavam porque transgrediam as normas, simulavam comportamentos, na maioria das vezes avessos à moral e aos bons costumes, para arranjar-se em prejuízo ou escárnio de um terceiro, como é feito por Leonardo e seu padrinho.

Um estudo da presença do discurso memorialístico, através dos cruzamentos temporais que conformam o discurso no romance, é outro dado que realocaria sentidos, alcançando, do ponto de vista historiográfico, margens mais abrangentes e plurais. Ao marcar os vínculos entre literatura e história, essas informações poderiam

orientar um estudo do perfil das relações entre as duas disciplinas, oferecendo, assim, mais uma contribuição à história da literatura alicerçada no tema aqui defendido.

Uma terceira contribuição dar-se-ia através da possibilidade de, por meio de novos modelos para a história da literatura, refletir sobre a escrita historiográfica como também implicando questões de leitura ou recepção e ensino. A leitura depende de questões de identificação. Muitas pessoas com quem já conversei e para quem disse que pertencço à área de Letras me responderam “eu não gosto de Literatura” ou “Literatura é chato” ou ainda “Eu só me lembro do Romantismo, do Realismo”. A periodização literária utilizada pelos professores em sala de aula definiu, durante muito tempo, o que é literatura.

Na trajetória dos modos como histórias da literatura foram escritas também se encontra um reflexo da imagem muitas vezes negativa do que vem a ser Literatura, uma vez que é essa configuração que durante muito tempo esteve em sala de aula. Mudar paradigmas, desse modo, implica, também, buscar mais vozes que digam “Literatura é muito legal”. Para isso, Literatura tem de se fazer presente para o leitor e essa presença pode estar ligada, dentre tantos outros fatores, à construção e ao entendimento de signos decodificáveis por parte dos leitores – sejam críticos, professores ou alunos – em ambientes “ao alcance de suas mãos”, caracterizados, nas palavras de Gumbrecht, pela sua tangibilidade.

Se, do ponto de vista linguístico, o discurso é entendido através da hibridização, do ponto de vista histórico, é descrito por meio das mentalidades que dele emergem. As mentalidades além de serem condizentes com a verticalização da estrutura em frestas também contribuem, enquanto diferença, através da relação que estabelecem

como a hibridização já identificada no discurso do romance, através dos signos analisados.

Na fresta de número quatro, preocupei-me com o histórico, que vincula a história das mentalidades ao surgimento dos *Annales* e à História Nova. Em um segundo instante, senti necessidade de situar as preocupações desse ramo da história e as questões relacionadas à consideração das diferenças ou bastidores no âmbito da escrita historiográfica, o que aproxima temporalidades, como o momento de constituição da História Nova e a discussão de outros parâmetros que se fundam na contemporaneidade atual. Do diálogo entre as propostas de Hans U. Gumbrecht e Friederike Meyer pude extrair suportes que me ajudaram a fundamentar a textualidade, no caso a do romance, como fonte para a escrita de uma história da literatura brasileira como história das mentalidades.

A cooperação entre essas duas disciplinas – história da literatura e história das mentalidades – tem sido frutífera apesar de, conforme aponta Meyer, a primeira ter se beneficiado mais da outra do que o contrário. Meyer aponta que o texto literário pode servir como documento para uma história das mentalidades e sua apropriação teria valor pela interconectividade de elementos que nele existem e pelos sentidos que deles emergem. Gumbrecht, por sua vez, apresenta o conceito de mentalidade como um substituto para a idéia de totalidade e o texto como um estoque de saber que promove situações de comunicação.

Encarar o texto como situação de comunicação e emergência de sentidos vai ao encontro da idéia de dialogização das vozes teorizada por Bakhtin. A conjunção dessas propostas amplia o terreno do historiador que se voltaria para os artefatos produzidos

enunciativamente a partir de conceitos provenientes de diferentes áreas do conhecimento, como é o caso dos Estudos Literários e dos Linguísticos, tendo como base a transformação e a variabilidade desses signos ao longo dos anos, como demonstrado na fresta de número três. Se, de um lado, os aparatos teóricos oferecem conceitos para ampliar o entendimento do literário historicamente, de outro, é o estatuto da apropriação historiográfica que está sendo vivificada e repensada. Não apenas pela teoria, pois a crítica também está a serviço do alargamento e explicação de sentidos que podem ser extraídos de uma obra de arte.

Por meio da proposição de uma história da literatura como história das mentalidades, tendo em vista as noções de intersubjetividade e intercomunicabilidade, a condição das duas disciplinas poderia ser rediscutida. As características do discurso interpretadas através das teorias das mentalidades ampliam a noção histórica dos textos. Por outro lado, esse conhecimento histórico permite que se compreendam as mentalidades emergentes dos enunciados inteligíveis e despertados textualmente.

As frestas são uma metáfora da mesma forma que uma estrutura. Cada uma delas sobrevive na sua unidade, mas depende indispensavelmente das relações que estabelece com as demais. Trata-se de uma ambiente interativo, em que uma parte depende do todo e vice-versa, em um princípio de cooperação e copresença. É nas relações que se fazem entre os signos que se produzem as diferenças e os sentidos e não na individualidade imanente de cada um. Uma argumentação para tanto é o diálogo estabelecido entre os teóricos escolhidos, os críticos literários recuperados, o tema discutido e as obras selecionadas; todos estiveram trocando informações entre si, o que reitera idéia de pluralidade desta tese.

Histórias da literatura são feitas de obras e suas relações. Histórias da literatura são construídas por e a partir de discursos. A comunicabilidade é intrínseca a eles. Por essa razão, o aspecto particionado, verticalizado, dialógico e flexível das abordagens realizadas poderia encaminhar uma história das mentalidades brasileiras a partir dos signos híbridos que emergem do discurso no romance, revendo com isso os parâmetros que guiam a literatura, a história e a história da literatura.

A junção entre os estudos provenientes do campo da Linguística e da Teoria Literária faz-nos refletir sobre o papel do historiador e das histórias da literatura, do ponto de vista do discurso e das mentalidades. Através desse diálogo, aproximamo-nos de possíveis mudanças de paradigmas. Entendo que, nesse(s) novo(s) momento(s), a resignificação da História Literária tem de estar desvinculada da idéia de periodização. Na medida em que se afasta desses valores, aproxima-se da reflexão e, através dessa atitude, talvez possa encontrar modos mais dinâmicos de ser escrita.

5.4 Questões

Questionar(-se) é um caminho para o crítico e o historiador da literatura. Conjugiar saberes e áreas do conhecimento é outro, assim como promover experiências no sentido de encontrar respostas que instiguem outras interrogações. Quando iniciamos uma pesquisa, sempre partimos de uma pergunta, na maioria das vezes, indisciplinada. Para tentar respondê-la, recorreremos a muitos teóricos e, no caso do “cientista” da literatura, aos críticos, filósofos, antropólogos e assim por diante que, enquanto nossos precursores, ajudam-nos a entender melhor os fenômenos que observamos, por meio de perspectivas variadas e históricas.

Foi também pensando nisso que a idéia de fazer uma tese sobre história da literatura a partir de três signos “hibridização”, “discurso”, “mentalidade” e suas ramificações transformou-se em algo concreto. Procurei marcar a dialogicidade entre as partes que integram o trabalho, promovendo “conversas” entre propostas de diferentes teóricos, como Mikhail Bakhtin, Hans U. Gumbrecht, Émile Benveniste, Friederike Meyer, Heidrun K. Olinto, Siegfried J. Schmidt e Luiz Costa Lima. A presença de Gumbrecht deu-se de forma marcante, pois suas concepções teóricas estiveram embasando esta proposta, desde o princípio, pelo aspecto inovador e dialógico de sua teoria, no âmbito da crítica historiográfica. As demais vozes não assumiram presenças menores, porquanto com ele, entre si e comigo dialogaram. Juntos produzimos uma polifonia de significados condizentes com a pluralidade desta tese.

Em termos de crítica literária, Mário de Andrade, Araripe Júnior, Antonio Candido e Gilberto Freyre ofereceram contribuições ampliando a idéia sobre os conteúdos despertados pelos signos hibridizados no romance, assim como Manuel Antônio de Almeida, Euclides da Cunha, Oswald de Andrade e Ana Miranda e suas obras. O percurso histórico que realizei em termos de crítica literária, gênero romanescos e constituição dos *Annales*, esse último com a destacada ajuda de Jacques Le Goff e Philippe Ariès, fizeram-me constatar a plausibilidade da hipótese inicial: é possível pensar uma história da literatura brasileira como história das mentalidades. As atitudes mentais desses sujeitos, a partir de endereços discursivos variados, demonstraram que em diferentes ambientes podemos tratar os discursos, as textualidades, os gêneros, as escritas, a história, a literatura e a história da literatura. Basta ouvirmos – ou espiarmos “entre as frestas” – o que essas vozes têm para nos ensinar e utilizá-las no sentido de ampliar nossas perspectivas.

Se o tempo é uma linha reta, rumo ao horizonte, impossível de ser sustada, tampouco ter preenchidos todos os pontilhados que para trás nela restaram, uma história da literatura a partir do discurso no romance, como proponho, não segue essa linha. Ela corta o tempo; é feita das frestas que ficaram para trás. Por esses “entre-lugares”⁶⁴¹ que devemos olhar. Lá estão as diferenças, tensões, conflitos, vozes essas capazes de dialogar com o nosso presente porque, assim como elas, é fragmentado, hipertextual, multifacetado.

O romance brasileiro é um tecido vivo. Suas frestas podem ser varadas em busca de novos signos. Se feito do ponto de vista historiográfico, conforme as teorias que indicam o plural e a comunicação intersubjetiva, *Memórias de um sargento de milícias*, *Os sertões*, *Memórias sentimentais de João Miramar* e *Boca do inferno*, através de seus discursos, revelam diferentes e variadas feições para o literário e o histórico. As mentalidades são uma dessas feições, das quais emergem um outro conceito de literatura, qual seja: de situação de comunicação. Considerando esse conceito, a hibridização no discurso do romance pode ser uma fonte para a escrita de uma história das mentalidades, tanto enquanto signo, quanto como monumento. Dessas frestas muitas outras podem repercutir ou com elas colaborar, assim como demais mídias que estiverem abertas a esse diálogo. Quando isso acontecer, o fazer crítico será (re)pensado, da mesma forma que outras histórias serão escritas.

Mencionei no início desta fresta que tentaria unir as partes, para dar uma idéia do todo. Quero retratar-me e salientar que fico a dever, pois como disse o poeta: “o

⁶⁴¹ Sobre o conceito de “entre-lugar”, ver BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998, ou SANTIAGO, Silvano. *O entre-lugar do discurso latino americano*. In: _____. *Uma literatura nos trópicos*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 11-28.

todo sem a parte não é todo,/ a parte sem o todo não é parte,/ Mas se a parte o faz todo, sendo parte,/ Não se diga, que é parte, sendo todo? A interrogação ao final da estrofe fica por minha conta. Ela expressa a idéia desta tese, que se mostra através de sua pluralidade dialógica. Ao leitor-*voyeur*, pergunto: que história(s) escreveria(s), você, a partir dessas frestas? O que enxerga(ou) nesses espaços de interlocução?

BIBLIOGRAFIA DA TESE

Teóricas

AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel. *Teoria da literatura*. Coimbra: Almedina, 1983.

ANDRADE, Mário de. Introdução. In:__. *Memórias de um sargento de milícias*. Edição crítica de Cecília de Lara. Rio de Janeiro: LTC, 1978. p. 303-315.

ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. Dois grandes estilos (Contrastes e confrontos). In:__. COUTINHO, Afrânio (Org.). *Euclides da Cunha - Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995. p.103-121.

ARIÈS, Philippe. A história das mentalidades. In:__. LE GOFF, Jacques (et. alii). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 205-236.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. O enunciador glosador de suas palavras: explicitação e interpretação. In:__. AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas - As não-coincidências do dizer*. São Paulo: UNICAMP, 1998. p. 29-50.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e estética*. A teoria do romance. São Paulo: UNESP, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance. I - A estilística contemporânea e o romance. In:__. *Questões de literatura e estética - A teoria do romance*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 72-84.

BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance. IV - A pessoa que fala no romance. In:__. *Questões de literatura e estética - A teoria do romance*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 134-163.

BARBISAN, Leci Borges (Org.). Um sentido do adjetivo no discurso. *Cadernos de Pesquisa em Linguística da PUCRS*, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 24-30, nov 2006.

BARTHES, Roland. O discurso da história. In:__. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p.163-180.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.

BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In:__. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 2006. p. 81-90.

BERNUCCI, Leopoldo M. Prefácio. In:__. CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 11-49. p.37.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BORGES, Jorge Luis. Kafka and his Precursors. *Selected non-fictions*. New York: Pinguim, 1999.p. 363-365.

BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

BOAVENTURA, Maria Eugenia. (Orelha do livro) In. ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994.

CAMPOS, Haroldo de. Miramar na mira. In:__. ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994. p. 5-33.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2003.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Momentos decisivos. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. 2v.

CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. (Caracterização das *Memórias de um sargento de milícias*). In:__. *Memórias de um sargento de milícias*. Edição crítica de Cecília de Lara. Rio de Janeiro: LTC, 1978. p.317-342.

CARRETER, Fernando Lázaro. *Estilo barroco y personalidad creadora*. Madrid: Artes Gráficas Benzal, 1974.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. (Org.). *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.

COUTINHO, Afrânio (Org.). *Euclides da Cunha - Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995. 2v.

COUTINHO, Eduardo. Comparativismo e historiografia literária. In: MOREIRA, Maria Eunice. (Org.). *Histórias da literatura: teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003. p.15-22.

DIMAS, Antonio. (Orelha do livro). In:__. MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FIORIN, José Luiz. O romance e a representação da heterogeneidade constitutiva. In:__. *Diálogos com Bakhtin*. Curitiba: UFPR, 2007. p. 109-140.

FREYRE, Gilberto. Euclides da Cunha - Revelador da realidade brasileira. In:__. COUTINHO, Afrânio (Org.). *Euclides da Cunha - Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995. 18-32. 2v.

GUMBRECHT, Hans U. Shall we continue to write history of literature? *Anais do VI Seminário Internacional de História da Literatura*, v. 12, n. 1, p.14-15, out. 2008.

GUMBRECHT, Hans U. et alii. *A new history of German literature*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2004.

GUMBRECHT, Hans U. *Production of presence: what meaning cannot convey*. California: Stanford University Press, 2004.

GUMBRECHT, Hans U. *The powers of philology: dynamics of textual scholarship*. Urbana: University of Illinois Press, 2003.

GUMBRECHT, Hans U. *The future of literary studies*. Canada: Canadian Comparative Literature Association, c2001.

GUMBRECHT, Hans U. *Em 1926. Vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GUMBRECHT, Hans U. *Streams of cultural capital: Transnational cultural studies*. California: Stanford University Press, 1998.

GUMBRECHT, Hans U. *História da literatura: fragmento de uma totalidade desaparecida*. In: (Org.) OLINTO, Heidrun K. Rio de Janeiro: Ática, 1996. p. 223-239.

GUMBRECHT, Hans U. *Materialities of communication*. California: Stanford University Press, 1994.

GUMBRECHT, Hans U. *Making sense in life and literature*. Minnesota: Minnesota Press, 1992.

GUMBRECHT, Hans U. *Making sense in life and literature*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1991.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte : UFMG, 2003.

HEGEL. *A determinação do ideal*. In:__. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 223-300.

JAMESON, Frederick. *Em defesa de Georg Lukács*. In:__. *Marxismo e forma*. São Paulo: Hucitec, 1985. p. 127-160.

LE GOFF, Jacques (et. alii). A história nova. In:____. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 31-84.

LE GOFF, Jacques (et. alii). A história nova. In:____. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 31-84.

LIMA, Luiz Costa. *História.Ficção.Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance*. Lisboa: Presença, s.d.

MEYER, Friederike. História literária e história das mentalidades – Reflexões sobre problemas de cooperação interdisciplinar. In: (Org.) OLINTO, Heidrun K. Rio de Janeiro: Ática, 1996. p. 211-221.

RIBEIRO, Darcy. *Aos trancos e barrancos*. Como o Brasil deu no que deu. Rio de Janeiro: Guanabara, 1985.

SAUSSURE, Ferdinand de. Objeto da língua. In:____. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1989. p. 15-25.

SCHMIDT, Siegfried J. *História de literatura – As novas teorias alemãs*. In:____. OLINTO, Heidrun K. (Org.). Rio de Janeiro: Ática, 1996. p. 101-132.

VIEIRA, Nelson. Hibridismo e alteridade: estratégias para repensar a história literária. In: MOREIRA, Maria Eunice. (Org.). *Histórias da literatura: teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003. p. 95-114.

WEINHARDT, Marilene. As vozes documentais no discurso romanesco. In:____. *Diálogos com Bakhtin*. Curitiba: UFPR, 2007. p. 283-302.

Ficcionais

ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1975.

ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. São Paulo: Globo, 1994.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ateliê, 2001.

MIRANDA, Ana. *Boca do inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

VEIGA, José J. *A casca da serpente*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BIBLIOGRAFIA PESQUISADA

ABDALA JÚNIOR, Benjamin. *Fronteiras múltiplas, identidades plurais*. Um ensaio sobre mestiçagem e hibridismo cultural. São Paulo: SENAC, 2002.

ABREU, Márcia. *As trajetórias do romance*. São Paulo: Mercado de Letras, 2008.

ACHUGAR, Hugo. La escritura de la historia o a propósito de las fundaciones de la nacion. MOREIRA, Maria Eunice (Org.). *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*, Porto Alegre, v.6, n. 1, p. 7-22, ago. 2000.

AGUIAR, Vera Teixeira de. *O verbal e o não verbal*. São Paulo: Unesp, 2004.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

HEGEL. *A determinação do ideal*. In:__. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 223-300.

ANTELO, Raúl. Antônio Candido, a hybris e o híbrido. In:__. *Antônio Candido Y los estudios latinoamericanos*. Pittsburg: Universidad de Pittsburg, 2001. p. 131-163.

ANTELO, Raúl. Crítica híbrida e forma histórica. In:__. ROCHA, João Cezar de Castro. (Org.). *Nenhum Brasil existe*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p.911-920.

BARBARÁ, Maria Lúcia de Azambuja. *Memórias de um sargento de milícias, de Manuel Antônio de Almeida: do encalhe à reedição*. Porto Alegre, 1996. 147 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

BENJAMIM, Walter. *A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução*. In:__. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 3-28.

BERND, Zilá. *Escrituras híbridas - Estudos em literatura comparada interamericana*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1998.

BERND, Zilá, MIGOZZI, Jacques. (Org.). *Fronteiras do literário*. Literatura oral e popular Brasil/ França. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

BORDINI, Maria da Glória. *Fenomenologia e teoria literária*. São Paulo: Edusp, 1990.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura*. São Paulo: Cultrix, 1994.

BUDOR, Dominique, GEERTS, Walter. *Le texte hybride*. Paris: Sorbonne Nouvelle, 2004.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989)*. A Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: UNESP, 1997.

BURKE, Peter. *Variiedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia*. De Gutenberg à internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

EIKHENBAUM, B. Sobre a teoria da prosa. In:__. TOMACHEVSKI, B. (et alii). *Teoria da literatura -Formalistas Russos*. Porto Alegre: Globo, 1973. p. 157-168.

FOSTER, E. M. *Aspectos do romance*. São Paulo: Globo, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FREITAS, Maria Tereza. *Literatura e história: o romance revolucionário de André Malraux*. São Paulo: Atual, 1986.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. São Paulo: Global, 2006.

CAIRO, Luiz Roberto Velloso; MOREIRA, Maria Eunice. (Org.). *Questões de crítica e historiografia literária*. Porto Alegre: Nova Prova, 2006.

CAMPOS, Haroldo de. *Da razão antropofágica: diálogo e diferença na cultura brasileira*. In: _____. *Metalinguagem & outras metas*. São Paulo: Perspectiva, 2004. p. 231-255

CAMPOS, Haroldo de. *Iracema: uma arqueografia de vanguarda*. In: _____. *Metalinguagem & outras metas*. São Paulo: Perspectiva, 2004. 127-145.

CAMPOS, Haroldo. *Haroldo de Campos. A dialogue with the Brazilian concrete poet*. Oxford: University of Oxford, 2005.

CANCLINI, Néstor García. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

CANDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade. Estudos de teoria e história literária*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

CANDIDO, Antonio. Manuel Antônio de Almeida. *O romance em moto contínuo*. In: _____. CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira. Momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. 2v. p.195-199.

CESAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IEL, 2006.

CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre Estudos Culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.

CHKLOVSKI, V. A construção da novela e do romance. In:__. TOMACHEVSKI, B. (et. alii). *Teoria da literatura -Formalistas Russos*. Porto Alegre: Globo, 1973. p.205-226.

COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. São Paulo: Global, 1999. 6v.

COUTINHO, Eduardo. Literatura comparada no Brasil dos anos 90. In:__. ROCHA, João Cezar de Castro. (Org.). *Nenhum Brasil existe*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p.941-920.

CULLER, Jonathan. *Teoria literária: uma introdução*. São Paulo: Beca, 1999.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. (Org.) *Mil platôs*. Capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: 34, 1995. 5v.

ELLRODT, Robert. Literary history and the search for certainty. *New Literary History* – The University of Virginia, Virginia, v.27, n.3, p. 529-543, summer 1996.

FIGUEIREDO, Eurídice. *Conceitos de literatura e cultura*. Rio de Janeiro: Eduff, 2005.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Os sertões: paisagens com figuras. In:__. ROCHA, João Cezar de Castro. (Org.). *Nenhum Brasil existe*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p.593-603.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *Euclidiana: ensaios sobre Euclides da Cunha*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GREENBLATT Stephen. *Producing presences branching out from Gumbrecht's work*. Dartmouth: University of Massachusetts, 2007.

GREENBLATT Stephen; GALLAGHER, Catherine. *Practicing new historicism*. Chicago: University of Chicago, 2000.

GUMBRECHT, Hans U. Epilogue: untenable positions. In:__. GUMBRECHT, H. Ulrich, Palumbo-Liu, David (Orgs.). *Streams of cultural capital: transnational cultural studies*. California: Stanford, 1997. p.249-262.

GUMBRECHT, Hans U. Slow and Brilliant: Reactions to Geoffrey Galt Harpham's Diagnosis of the Humanities Today. *New Literary History - A Journal of Theory and Interpretation*, Virginia, v. 36, n.1, p. 131-139, winter 2005.

GUMBRECHT, Hans U. The Future of Literary Studies? *New Literary History - A Journal of Theory and Interpretation*, Virginia, v.26, n.8, p.499-515, summer 1995.

GUMBRECHT, Hans U. For a History of Spanish Literature - "Against the grain". A *New Literary History - A Journal of Theory and Interpretation*, Virginia, v.11, n.1, autumn 1979.

GUMBRECHT, Hans U. Materialidades da comunicação: viagem de uma intuição. In:__. *A historiografia literária e as técnicas de escrita*. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 204. p. 17-27.

GUMBRECHT, Hans U, ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). *Corpo e forma*. Ensaios para um crítica não-hermenêutica. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

GUMBRECHT, Hans U. *Máscaras da mímesis: a obra de Luiz Costa Lima*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

HUSSERL, Edmund. *Meditações cartesianas: introdução à fenomenologia*. Porto: Rés, [1980].

JAKOBSON, Roman. *Essais de linguistique générale*. Paris: Minuit, 1963.

JAMESON, Frederic. From Criticism to History. *New Literary History - A Journal of Theory and Interpretation*, Virginia, v.12, n.1, autumn 1980.

JAUSS, Hans Robert. *A literatura como provocação (História da Literatura como provocação literária)*. Lisboa: Vega, 1993.

JORDAN, Glenn, WEEDON, Chris Weedon (Ed.). *Cultural Politics: class, gender, race and the postmodern world*. Oxford: Blackwell, 1995.

LAJOLO, Marisa. *Como e por que ler o romance brasileiro*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

LANDOW, George P. *Hypertext 3.0*. Baltimore: John Hopkins University, 2006.

LANDOW, George P. *Teoria do hipertexto* (Compilador). Barcelona: Paidós Ibérica, 1997.

LE GOFF, Jacques. *Medieval civilization 400-1500*. New York: B. Blackwell, 1989.

LE GOFF, Jacques. *History and memory*. New York: Columbia University, 1992.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1996.

LIMA, Luiz Costa. *A aguarrás do tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

LIMA, Luiz Costa *Teoria da literatura em suas fontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 2 v.

LUHMANN, Niklas. *Essays on self-reference*. New York: Columbia University, 1990.

LUHMANN, Niklas. *Observations on modernity*. Stanford: Stanford University, 1998.

LUHMANN, Niklas. *A improbabilidade da comunicação*. Lisboa: Vega, 2006.

LUKÁCS, Georg. *Narrar ou descrever*. In:__. *Ensaio sobre literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. p. 43-94.

ISER, Wolfgang. A indeterminação e a resposta do leitor na prosa de ficção. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS - Série Traduções*, Porto Alegre, v. 3, n.2, março de 1999.

MAFFESOLI, Michel. *O instante eterno: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas*. Lisboa: Piaget, 2001.

- MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARTIN, Hervé. Mentalités: le concept et son approche. In: MARTIN, Hervé *Mentalités médiévales – XI-XV siècle*. Paris: France, 1996. p.3-27.
- MARX-ENGELS. *Sobre literatura e arte*. São Paulo: Global, 1979.
- MENTON, Seymour. Rasgos de la nueva novela histórica. In:__. *La nueva novela histórica de la América latina, 1979-1992*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. p.42-46.
- MIGNOLO, Walter. Lógica das diferenças e políticas das semelhanças da literatura que parece história ou antropologia, e vice-versa. In: CHIAPPINI, Lúcia, AGUIAR, Flávio Wolf de (Org.). *Literatura e história na América Latina*. São Paulo: USP, 1993. p.115-134.
- MOISÉS, Leyla Perrone. (et alii.) *Semiótica narrativa e textual*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- MOSER, Walter. O estudo não-contemporâneo: historiofagia ou historiografia. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS – Série Traduções*, Porto Alegre, v.1, n.2, novembro de 1995.
- MOREIRA, Maria Eunice. (Org.) Anais do I Seminário Internacional de História da Literatura. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*, v. 3, n. 1, abr 1997.
- MOREIRA, Maria Eunice. (Org.) Anais do II Seminário Internacional de História da Literatura. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*, v. 4, n. 2, nov 1998.
- MOREIRA, Maria Eunice. (Org.) Anais do III Seminário Internacional de História da Literatura. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*, v. 6, n. 1, ago 2000
- MOREIRA, Maria Eunice. Anais do VI Seminário Internacional de História da Literatura . *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*, v. 12 , n. 1, out 2006.

MOREIRA, Maria Eunice. Anais do VII Seminário Internacional de História da Literatura. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*, v. 14, n. 1, jun 2008.

MOREIRA, Maria Eunice (Org.). História da Literatura em questão. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*, v. 10, n. 1, set 2004.

OLINTO, Heidrun K. Momentos de presença na história dos estudos de literatura. MOREIRA, Maria Eunice (Org.). *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*. v. 10, n. 1, p.22-27, set 2004.

OLINTO, Heidrun K. Voracidade e velocidade: historiografia literária sob o signo da contingência. In: MOREIRA, Maria Eunice. (Org). *Histórias da literatura: teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003. p.

PALERMO, Zulma, 2005, *Desde la otra orilla. Pensamiento crítico y políticas culturales en A. Latina*, Cap. II, "Para revisar la modernidad": 81-117.

PEREIRA, Lucia-Miguel. História da literatura brasileira. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1973. v.12.

PERKINS, David. História da literatura e narração. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS - Série Traduções*, Porto Alegre, Volume 3, Número 1, março de 1999.

PIZARRO, Ana. *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial, 1993-1994. 2 v.

PIZARRO, Ana. *O sul e os trópicos: ensaios de cultura latino-americana*. Niterói : EDUFF, 2006.

RICOEUR, Paul. *O si-mesmo mesmo como um outro*. Campinas: Papyrus, 1991.

ROCHA, João Cezar de Castro. (Org.). *Nenhum Brasil existe*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1953. 5v.

- SAID, Edward W. *Beginnings: intention and method*. New York, Basic Books, 1975.
- SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino americano. In:__. *Uma literatura nos trópicos*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 11-28.
- SARTRE, Jean Paul. *Que é literatura?* São Paulo: Ática, 1989.
- SCHWARTZ, Roberto. The importing of the Novel to Brazil and its Contradictions in the Work of Alencar. In:__. *Misplaced Ideas: Essays on Brazilian Culture (Critical Studies in Latin American Culture)*. Estados Unidos da América: Verso Books, 1992. p.41-77.
- SOARES, Marcus Vinicius Nogueira. Memórias de um sargento de milícias: um romance único. In:__. ROCHA, João Cezar de Castro. (Org.). *Nenhum Brasil existe*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p. 505-526.
- TOMACHEVSKI, B. Temática. In:__. TOMACHEVSKI, B. (et. alii). *Teoria da literatura - Formalistas Russos*. Porto Alegre: Globo, 1973.p.169-204.
- TYNIANOV, J. A noção de construção. In:__. TOMACHEVSKI, B. (et. alii). *Teoria da literatura -Formalistas Russos*. Porto Alegre: Globo, 1973. p. 99-103.
- TYNIANOV, J. Da evolução da literatura. In:__. TOMACHEVSKI, B. (et. alii). *Teoria da literatura -Formalistas Russos*. Porto Alegre: Globo, 1973. p. 105-127.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *As idéias estéticas de Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- VERÍSSIMO, Érico. Breve história da literatura brasileira. São Paulo : Globo, 1995.
- WEIMANN, Robert. Past significance and Present Meaning in Literary History. *New Literary History - A Journal of Theory and Interpretation*, Virginia, v.1, n.1, autumn 1969.

WEINHARDT, Marilene. Ficção e história: retomada do antigo diálogo. *Letras*, Curitiba, n. 58, p. 105-120, jul./dez. 2002.

YOUNG, Robert J. C. *Colonial Desire: Hybridity in Theory, Culture and Race*. London: Routledge, 1995.

ZHANG, Xudong. Marxism and the History of Theory: an interview with Frederic Jameson. *New Literary History - A Journal of Theory and Interpretation*, Virginia, v. 29, n. 3, p.353-383, summer 1998.

SITES CONSULTADOS

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Seção Biblioteca. Modelos: normas técnicas de documentação. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/biblioteca/Capa/BCEPesquisa/BCEPesquisaModelos>. Acesso em: nov. de 2009.

WIKIPIDIA. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org>. Acesso em: nov. de 2009.

CURRÍCULO LATTES

DANIEL SILVA DA SILVA

CURRÍCULO LATTES

Daniela Silva da Silva

Possui graduação em LETRAS pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande (2004) e mestrado em Linguística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2006). Atualmente é bolsista de doutorado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Fez estágio com Bolsa Sanduíche - PDEE da CAPES em Stanford University dos Estados Unidos da América (2008). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Brasileira, atuando principalmente nos seguintes temas: literatura brasileira, história da literatura e estudos culturais.

Texto informado pelo autor)

Última atualização em 20/01/2010

Endereço para acessar este CV:

<http://lattes.cnpq.br/217397742532214>

Dados Pessoais

Nome	Daniela Silva da Silva
Nome em citações bibliográficas	SILVA, Daniela S. da
Sexo	feminino
Filiação	Valdemar Martins da Silva e Loeci Silva da Silva
Nascimento	02/04/1978 - Pelotas/RS - Brasil
Carteira de Identidade	4062277191 SSP - RS - 06/11/1992
CPF	62044460025
Endereço residencial	Rua Artur Rocha, 550/ Ap. 402 Mont'Serrat - Porto Alegre 90450-170, RS - Brasil Telefone: 51 81073879
Endereço profissional	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 8 - Sala 423 Partenon - Porto Alegre 90619-900, RS - Brasil Telefone: 51 33203500 URL da home page: http://www.pucrs.br/fale
Endereço eletrônico	e-mail para contato : dani.s@terra.com.br e-mail alternativo : oribela@gmail.com

Formação Acadêmica/Titulação

Doutorado em Lingüística e Letras.
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC RS,
Porto Alegre, Brasil
com período sanduíche em Stanford University (Orientador : Dr.
Hans Ulrich Gumbrecht)
Título: Hibridização. Discurso. Mentalidade. Frestas para uma
2006 - 2010 história da literatura brasileira?, Ano de obtenção: 2010
Orientador: Dr. Maria Eunice Moreira 
Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e
Tecnológico
Palavras-chave: Hibridização, Discurso, Mentalidade
*Áreas do conhecimento : Literatura Brasileira, Teoria Literária, História da
Literatura*

Formação complementar

Atuação profissional

3. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES
4. Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Linhas de pesquisa

Revisor de periódico

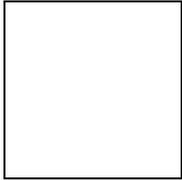
1. Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS -
2. Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS (1516-9510) -

Áreas de atuação

Idiomas

Produção em C, T&A

Produção bibliográfica

1.  AGUIAR, L. T., AGUIAR, V. T., CUNHA, J. R., EICHENBERG, R. C.,
GIL, V. D., MOREIRA, M. E., SILVA, Daniela S. da, ZANCANI, C. L
Curso de Literatura Sul-Rio-Grandense - A guerra, 2005

Áreas do conhecimento : Teoria Literária, Literatura Brasileira

Setores de atividade : Educação

Totais de produção

